

REDIS

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

Alexandra Pinto
Direção Editorial

2023

ISSN 2183-3958

REDIS

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

FLUP/CLUP

N.º 13 ANO 2023

ISSN 2183-3958

DOI 10.21747/21833958/RED13

EM PARCERIA COM A



**BASE DE DADOS
OPEN ACCESS**



**BASE DE DADOS
COMERCIAIS**



**DIRETÓRIOS
ÍNDICES**



**REPOSITÓRIOS
AGREGADORES
MOTORES DE BUSCA**



**BASE DE DADOS
BIBLIOGRÁFICOS**



A *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* é uma publicação científica cuja edição digital respeita integralmente os critérios da política do acesso livre à informação. / *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* is a scientific open access journal whose digital version follows all the criteria of OA publishing policy.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
N.º 13 ANO 2023

EDITORES CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
EM PARCERIA COM A FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESTE TRABALHO É FINANCIADO POR FUNDOS NACIONAIS ATRAVÉS DA FCT - FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I.P., NO ÂMBITO DO PROJETO «UIDB/00022/2020».

LOCAL DE EDIÇÃO PORTO, PORTUGAL

ISSN 2183-3958

DOI <https://doi.org/10.21747/21833958/red13>

PERIODICIDADE SEMESTRAL

DIREÇÃO EDITORIAL **Alexandra Guedes Pinto** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
MAPINTO@LETRAS.UP.PT

EDITORES-ADJUNTOS **Rui Ramos** Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal
RLRAMOS@IE.UMINHO.PT
Valdir Heitor Barzotto Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil
BARZOTTO@USP.BR
Zilda Aquino Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil
ZIAQUINO@USP.BR

COMISSÃO EDITORIAL **Alexandra Guedes Pinto** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Catarina Warrot Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Gabriel Isola-Lanzoni Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

ASSISTENTE EDITORIAL **Silvana Costa** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

ACESSO EM LINHA <http://ojs.letras.up.pt/index.php/re>

FICHA TÉCNICA

CONSELHO CIENTÍFICO

António Briz Universidad de València, Espanha

Catherine Kerbrat-Orecchioni ICAR, CNRS, Université Lyon 2, França

Christian Plantin ICAR, Université Lyon 2, França

Dominique Maingueneau Université Paris IV, França

Isabel Margarida Duarte Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Joaquín Garrido Universidad Complutense de Madrid, Espanha

José Portolés Universidad Autónoma de Madrid, Espanha

Luiz Antônio da Silva Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Aldina Marques Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Portugal

Olívia Pestana Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Paulo Roberto Segundo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

Rui Sousa e Silva Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Sónia Rodrigues Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Os trabalhos submetidos à *Redis* serão avaliados por, no mínimo, dois avaliadores externos, selecionados segundo um critério de afinidade científica relativamente ao trabalho em apreciação. Os avaliadores deverão comunicar aos editores quaisquer conflitos de interesse, que possam impedir uma avaliação isenta, ou declarar-se não qualificados para avaliar uma determinada proposta, se considerarem que tal procedimento é necessário. Os avaliadores terão acesso a um guião de avaliação que os orientará na revisão dos artigos propostos. Será dado um prazo de vinte dias corridos para a apresentação do parecer a partir da data de entrega do artigo ao avaliador. Este período poderá ser prorrogado por critério do diretor editorial, desde que a prorrogação não ponha em causa a publicação da revista dentro dos prazos previstos.

ÍNDICE

DIOGO, NILDO EUGÊNIO Dialogismo e Polifonia: um olhar sobre o enunciado interrogativo no discurso publicitário DOI 10.21747/21833958/RED13A1	12-41
GARCIA, JULIANO DOS SANTOS & CATELÃO, EVANDRO DE MELO Ethos e argumentação nas funções-orador: juiz, ministro e candidato DOI 10.21747/21833958/RED13A2	42-71
GOMES, ALEXANDRO TEIXEIRA Representação discursiva e orientação argumentativa em enunciados proferidos em uma situação de modalidade de discurso polêmico: as imagens do machismo e da misoginia DOI 10.21747/21833958/RED13A3	72-92
MELO, MÔNICA SANTOS DE SOUZA Interações polêmicas em torno da pobreza, da fome e da desigualdade numa publicação do padre Júlio Lancelotti no Instagram DOI 10.21747/21833958/RED13A4	93-124
MELO, THIAGO RAMOS DE & BATISTA JÚNIOR, JOSÉ RIBAMAR LOPES Remixagem desinformativa em memes de Internet DOI 10.21747/21833958/RED13A5	125-153

MORAES, RENATO FERREIRA DE & KNEIPP, VALQUÍRIA APARECIDA PASSOS A ironia como estratégia discursiva: vozes polifônicas em rede na disputa Lula x Bolsonaro em 2022 DOI 10.21747/21833958/RED13A6	154-183
PITA, SARA Discursos do 25 de Abril: percurso histórico de um género político DOI 10.21747/21833958/RED13A7	184-217
ROQUE, RENATO & PINTO, ALEXANDRA GUEDES Formas de tratamento no português europeu: algumas considerações sobre formas neutras e não neutras DOI 10.21747/21833958/RED13A8	218-260
SANTOS, JOANA VIEIRA & SILVA, PAULO NUNES DA Discurso, Texto e Género: abordagens díspares ou complementares? DOI 10.21747/21833958/RED13A9	261-294
SOARES, ENIO Imagens, links e vídeos: argumentação em campanhas eleitorais no Twitter DOI 10.21747/21833958/RED13A10	295-325

NOTA EDITORIAL

O encontro científico que congregou as IX Jornadas Internacionais de Análise do Discurso e o IV Congresso Internacional de Estudos do Discurso (JADIS IX-CIED IV), evento de parceria entre a Faculdade de Letras e o Centro de Linguística da Universidade do Porto e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, apresentava-se a público, em outubro de 2022, com o título: *PASSADO, PRESENTE E FUTURO: DISCUTINDO A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS DO DISCURSO*.

Sob este mote, a chamada para comunicações do evento propunha a seguinte reflexão: “No presente, os Estudos do discurso apresentam-se como uma área multifacetada, dispersa, fragmentada em correntes de análise, escolas e enquadramentos teórico-metodológicos que, por vezes, dialogam pouco. Esta situação reflete-se, por exemplo, nos encontros da área, em que se cruzam tantas tendências diferentes como a dos Estudos críticos do discurso, a Semiologia, o Interacionismo sociodiscursivo, a Linguística textual, os Estudos discursivos “de linha francesa”, os Estudos da argumentação, os Estudos semióticos, os dialógicos, a Análise das interações sócioverbais, para nomear apenas algumas. Os pesquisadores tendem a aprender e desenvolver a sua investigação dentro de enquadramentos específicos, quase que “professando” os princípios de análise de uma determinada escola, sem estabelecer diálogo com outras formas de olhar o objeto *discurso*.

Que vantagens e desvantagens resultam deste estado da arte?

No futuro, poderão os pesquisadores dos Estudos do discurso focalizar o que os une, dialogando mais com outras correntes e tendências para além da sua? Será possível construir uma área de estudos mais coesa, mais concentrada nos objetivos comuns do que nas diferenças de

aparatos teóricos e metodológicos? Poderá uma visão mais compreensiva projetar um olhar mais profundo sobre a forma como nós humanos usamos a linguagem?"

Foi neste quadro, com mais perguntas do que respostas, que as JADIS IX e o CIED IV elegeram o tema *Passado, Presente e Futuro: discutindo a relevância dos Estudos do discurso*. Assumindo-se como amplo, o tema favorece o diálogo entre diferentes correntes dos Estudos do discurso, entre diferentes áreas das Ciências da Linguagem e entre diferentes disciplinas das Ciências Sociais, convidando a uma reflexão integrada sobre o objeto *discurso* e a sua relevância científica e social.

O número 13 da revista REDIS compila, justamente, um conjunto de sete estudos apresentados no encontro científico acima referenciado, ocorrido em outubro de 2022, no Centro de Estudos da Cultura em Portugal da Universidade do Porto (Casa dos Livros). A mera observação dos títulos dos artigos comprova a diversidade temática dos mesmos: Nildo Eugénio Diogo propõe o título: *Dialogismo e Polifonia: um olhar sobre o enunciado interrogativo no discurso publicitário*; Juliano dos Santos Garcia e Evandro de Melo Catelão: *Ethos e argumentação nas funções-orador: juiz, ministro e candidato*; Alexandre Teixeira Gomes: *Representação discursiva e orientação argumentativa em enunciados proferidos em uma situação de modalidade de discurso polêmico: as imagens do machismo e da misoginia*; Mônica Santos de Souza Melo: *Interações polêmicas em torno da pobreza, da fome e da desigualdade numa publicação do padre Júlio Lancelotti no Instagram*; Sara Pita: *Discursos do 25 de Abril: percurso histórico de um género político*; Joana Vieira Santos e Paulo Nunes da Silva: *Discurso, Texto e Género: abordagens díspares ou complementares?*; Enio Soares: *Imagens, links e vídeos: argumentação em campanhas eleitorais no Twitter*. Para finalizar, a edição integra também três estudos à margem do Encontro: Thiago Ramos de Melo e José Ribamar Lopes Batista Júnior apresentam um estudo intitulado: *Remixagem desinformativa em memes de Internet*; Renato Ferreira de Moraes e Valquíria Aparecida Passos Kneipp desenvolvem um trabalho com o título: *A ironia como estratégia discursiva: vozes polifônicas em rede na disputa Lula x Bolsonaro em 2022*; e Renato

Roque e Alexandra Guedes Pinto refletem sobre: *Formas de tratamento no português europeu: algumas considerações sobre formas neutras e não neutras.*

Comprova-se, através da amostra de estudos reunidos neste volume, a diversidade de temas, de géneros discursivos, de propostas de abordagem e de quadros teóricos, mas, simultaneamente, comprova-se a grande união em torno da unidade de análise *discurso* e do objetivo de a compreender, de explicar o seu funcionamento e os seus efeitos sociais, tornando-se cada um dos estudos um contributo para a construção deste conhecimento.

Esperamos que a leitura seja inspiradora.

Alexandra Pinto

REDIS – Revista de Estudos do Discurso

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Número 13, 2023

Dialogismo e Polifonia: um olhar sobre o enunciado interrogativo no discurso publicitário

Dialogism and Polyphony: a perspective on the interrogative utterance in Advertising Discourse

DIOGO, NILDO EUGÉNIO
ndiogo@unilurio.ac.mz

Doutorando em Ciências da Linguagem pela Universidade do Porto (Portugal)
Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Lúrio (Moçambique)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3296-6638>

PALAVRAS-CHAVE:

Dialogismo;
Polifonia;
Interrogativas;
Publicidade.

RESUMO: Neste artigo visamos abordar o dialogismo e a polifonia e analisar a sua coocorrência no discurso publicitário por meio de enunciados interrogativos selecionados de páginas de Facebook de estâncias turístico-hoteleiras e companhias aéreas. Bakhtine (1977) considera o diálogo uma importante forma da interação, mas entende que a vocação interativa se estende a todos os discursos, mesmo àqueles que não são intrinsecamente interacionais. Nesse sentido, para Bakhtine, todos os gêneros são dialógicos. Partindo dessa noção, o dialogismo ocorre entre textos ou mesmo entre interlocutores, dentro do discurso, processo que se manifesta, geralmente, através de uma pluralidade de “vozes”, motivo pelo qual a polifonia entra em cena. A polifonia (Ducrot (1988; 1987)) concentra-se na encenação das várias vozes que ocorrem no enunciado. O campo das interrogativas é vasto, assim, a interrogação e pergunta podem não referir a mesma coisa. De acordo com Rodrigues (1998, p.12), a interrogação refere-se “apenas ao aspeto formal de um enunciado, enquanto o conceito de pergunta releva do âmbito pragmático”, domínio deste trabalho. Os resultados parecem mostrar que o dialogismo e a polifonia potenciam a interação entre os interlocutores do discurso sob diversas estratégias discursivas, entre as quais se contam os enunciados interrogativos, que funcionam como um poderoso mecanismo discursivo em publicidade, pois reduzem a distância e a tensão entre o Locutor e o Alocutário.

KEY-WORDS:

Dialogism;
Polyphony;
Interrogatives;
Advertising.

ABSTRACT: In this article, our aim is to address dialogism and polyphony and analyze their co-occurrence in advertising discourse through selected interrogative utterances from the Facebook pages of tourist-hotel establishments and airline companies. Bakhtin (1977) considers dialogue an important form of interaction but understands that interactive potential extends to all discourses, even those not inherently interactive. In this sense, according to Bakhtin, all genres are dialogic. Building on this notion, dialogism occurs between texts or even between interlocutors within discourse, a process that typically manifests through a plurality of ‘voices,’ thereby bringing polyph-

ony into play. Polyphony (Ducrot (1988; 1987)) focuses on staging the various voices occurring in the utterance. The realm of interrogatives is vast; thus, interrogation and questioning may not necessarily refer to the same thing. According to Rodrigues (1998, p.12), interrogation relates “apenas ao aspeto formal de um enunciado, enquanto o conceito de pergunta releva do âmbito pragmático,” a domain of this study. The results seem to indicate that dialogism and polyphony enhance interaction among discourse interlocutors through various discursive strategies, including interrogative utterances. These function as a powerful discursive mechanism in advertising, as they mitigate the distance and tension between the Speaker and the Addressee.

1. INTRODUÇÃO

A construção do discurso por meio de enunciados interrogativos é uma prática frequente em publicidade, especialmente na publicidade *online*, na qual o Locutor, para captar a atenção do seu interlocutor simula um diálogo através de construções interrogativas. Entretanto, embora apresentem a forma interrogativa, esses enunciados poderão não desempenhar o papel de verdadeiras perguntas, ou seja, poderão estar, muitas vezes, ao serviço de outros atos indiretos, como é caso de asserções, entre outros.

Neste artigo procuramos analisar, através de uma abordagem qualitativa, a coocorrência das categorias dialogismo e polifonia no discurso publicitário¹ (num *corpus* de anúncios publicitários *online* do âmbito de turismo e hotelaria). O *corpus* que vamos analisar é composto por enunciados interrogativos selecionados de páginas de Facebook de estâncias turístico-hoteleiras, agências de viagem e de companhias aéreas de Moçambique.

Para uma contextualização da temática em abordagem, trazemos em primeiro lugar os conceitos de dialogismo e polifonia nas perspetivas de Bakhtin e Ducrot. Abordados estes conceitos, seguimos com um olhar sobre a sua relação com o discurso publicitário, falando concretamente dos termos *dialógico* e *dialogal* no discurso publicitário. Mais adiante, a abordagem cinge-se na questão das interrogativas, com destaque aos conceitos de interrogação e pergunta; forma e função pragmática; a análise dos enunciados tendo em vista os valores ilocutórios dos enunciados interrogativos e a classificação das perguntas de acordo com a proposta de Rodrigues (1998) com subsídios de Afonso (2010; 2002), Ramos (1996) e (Fernandes, 2004).

1. Classificamos os *posts/postagens* de Facebook que compõem o nosso *corpus* como pertencentes ao género da publicidade, olhando para os objetivos da sua produção. A publicidade pode ser definida como um instrumento de informação e comunicação destinado à promoção e venda de bens e serviços.

2. METODOLOGIA E CONSTITUIÇÃO DE CORPUS

O nosso escopo neste artigo, como referimos acima, é analisar a questão de dialogismo e polifonia em enunciados interrogativos no discurso publicitário. Para isso, pautamos por uma abordagem qualitativa baseada nos princípios de Pragmática e Análise de Discurso que nos permitem descrever e interpretar contextualmente o discurso em análise. O *corpus* em estudo é composto por 21 enunciados (com a forma interrogativa), do âmbito de turismo e hotelaria, recolhidos em páginas de Facebook de estâncias turísticas e hoteleiras, agências de viagem e linhas aéreas (em Moçambique). A seleção e recolha dos enunciados foi feita por meio de técnicas como: a captura de ecrã (*Printscreen*) de postagens de Facebook (publicações correspondentes ao período entre 2010 e 2020). Neste método seguimos como critério, publicações compostas por estruturas interrogativas. Após este processo foi feita a transcrição textual dos enunciados. Para a sua identificação, atribuímos a cada enunciado um número de ordem que parte de 1 a 21.

3. DIALOGISMO E POLIFONIA: OS CONCEITOS

Os conceitos de dialogismo e polifonia (usados, por vezes, de forma sinónima e confundidos entre si) são amplamente abordados no âmbito dos Estudos Literários, na Teoria do Romance, na Linguística e na Pragmática e Análise de Discurso. Ambos têm origem nos estudos bakhtinianos datados por volta de 1920. É, portanto, a Bakhtin que se atribui as primeiras abordagens destes conceitos (Wales, 2011; Maingueneau, 2002; Fairclough, 2001; 1992).

2. Segundo Maingueneau (1997), o termo diálogo pode designar, entre outras aceções, qualquer interação entre duas entidades, em oposição ao monólogo.

Começando por dialogismo, um termo com significados múltiplos, este refere uma noção que permeia quase toda a obra de Bakhtin. O conceito de dialogismo provém de diálogo² (em oposição ao monólogo). Bakhtin instituiu o dialogismo para defender o carácter interativo

do discurso quer na dimensão do diálogo entre interlocutores do mesmo discurso, quer na dimensão do diálogo entre textos ou discursos. Dito doutro modo, Bakhtin defende que o discurso não é uma mera prática monológica e o sujeito enunciativo não é uma entidade isolada, reforçando assim, a conceção interativa de todo o processo discursivo (oral ou escrito). Neste sentido, o dialogismo é entendido como conjunto de relações que todo o texto mantém com outros textos produzidos anteriormente, bem como com os que serão futuramente produzidos (Charaudeau & Maingueneau, 2020; Maingueneau 1997).

Em relação à noção de polifonia (várias vozes – no sentido restrito do termo), esta tem origem na música. Nesse contexto, a polifonia refere originalmente a uma classe de composição musical na qual se sobrepõem diferentes partituras, numa harmonia de melodias diferentes (Nolke, 2017; Wales, 2011; Ducrot, 1988). É, portanto, da música, de onde Bakhtin terá pedido emprestado o conceito no âmbito da crítica e estudos literários para analisar a estrutura do romance, uma alusão ao facto de os textos veicularem pontos de vista diferentes num processo em que o autor põe em cena várias vozes no decorrer do texto (Charaudeau & Maingueneau 2020).

Para teorizar o conceito de polifonia, Bakhtin contrapõe duas obras literárias: por um lado, um tipo de obras literárias a que chamou de “dogmáticas”, de natureza monológica, aquelas que se expressam por uma única voz, a do autor, entidade que se apropria do processo criativo e centraliza todas as vozes, a exemplo do romance de Tolstoi; por outro lado, um tipo de obras literárias que classifica como populares, polifónicas, aquelas cujas personagens encenam por si mesmas “como as máscaras de carnaval”. Aqui o autor serve de regente de um coro de vozes autónomas, como é, por exemplo, a obra de Dostoievski tida como o ponto fulcral da polifonia bakhtiniana (Ducrot, 1988, p. 15).

3. Se Bakhtin olhava para a polifonia na dimensão do discurso/texto (uma sequência de enunciados), Ducrot desenvolve este conceito para analisar os pequenos segmentos que compõem o texto, ou seja, a dimensão do enunciado (como uma microestrutura do texto).

4. Maingueneau (1997), considera que “a problemática da polifonia põe em causa a unicidade do sujeito falante, inscrevendo, pois, na problemática mais geral da heterogeneidade discursiva” (p. 78).

Mais tarde, a noção de polifonia foi desenvolvida e introduzida no seio da Linguística (com destaque nas áreas de Pragmática e Análise de Discurso), ao nível do enunciado, por mérito de O. Ducrot que por volta dos anos 80 do século XX, no âmbito de um conjunto de estudos sistemáticos com o intuito de explicar a coocorrência de várias vozes no enunciado, adota o conceito de polifonia³. A partir daí, a sua teoria polifónica da enunciação passou a associar-se à multiplicidade de vozes, as quais expressam pontos de vista diferentes sobre um assunto dentro do mesmo enunciado. Segundo afirma, “el autor de un enunciado no se expresa nunca directamente, sino que pone en escena en el mismo enunciado un cierto número de personajes” (Ducrot, 1988, p. 16). Assim, para Ducrot, o sentido do enunciado provém do confronto dos diferentes sujeitos, ou seja, esse sentido é o resultado das diferentes vozes que se manifestam dentro do enunciado.

O surgimento das teorias de dialogismo e polifonia⁴ trouxe à discussão as questões de alteridade discursiva e unicidade do sujeito falante (Maingueneau, 1997; Maingueneau, 1993). A teoria de Bakhtin sobre dialogismo levantou a discussão sobre a alteridade discursiva, fenómeno que está na raiz da expressão verbal. O discurso passou a ser visto, não como uma entidade homogénea, mas como uma entidade heterogénea (Dominguez, 2013; Authier-Revuz, 2011; Sarfati, 1997).

Como afirma Wales (2011, p. 115), o dialogismo de Bakhtin defende que “every utterance, every sentence (and hence even monologue) is orientated dynamically, towards an anticipated implied response, is in ‘dialogue’ with utterances that have already been made, and also in interaction with the social situation around it”. Para sustentar a teoria de dialogismo e o carácter heterogéneo da interação discursiva, Bakhtin (1997, p. 319) defende que:

O locutor não é um Adão, e por isso o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente,

o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores imediatos (numa conversa ou numa discussão acerca de qualquer acontecimento da vida cotidiana) ou então as visões do mundo, as tendências, as teorias, etc. (na esfera da comunicação cultural).

É, portanto, nesse contexto que Bakhtine (1977) olha para o diálogo nos sentidos amplo e restrito, considerando este último como “uma das formas mais importantes da interação verbal”, e no sentido amplo “não apenas como a comunicação verbal vocalizada face a face, mas como toda a comunicação verbal de qualquer tipo que seja”⁵ (p. 136). Assim, para este teórico, o diálogo é uma importante forma da interação, mas uma vocação interativa que se estende a todos os discursos, mesmo àqueles que não são intrinsecamente interacionais, ou seja, Bakhtin concebe o fenómeno de dialogismo como a condição para o sentido do discurso.

5. Tradução nossa.

Na mesma senda da alteridade discursiva de Bakhtin, com a teoria polifónica da enunciação, Ducrot defende a existência de mais de um sujeito no mesmo enunciado, cujas vozes se manifestam em torno do enunciado. O autor opõe-se, assim, à unicidade do sujeito falante. Segundo afirma, todo o enunciado apresenta um certo número de pontos vista relativos à situação de que se fala, os chamados “espaços mentais ou universos de crenças”⁶ (Ducrot, 1988, pp. 19-20).

6. Tradução nossa.

Para reforçar a oposição à tese da unicidade do sujeito falante, Ducrot destaca três funções das entidades envolvidas num enunciado: a) a função do sujeito empírico: o sujeito empírico é, de acordo com essa perspetiva, o autor material e efetivo do enunciado. Ducrot sublinha que o sujeito empírico não é objeto de estudo da linguística, visto que a linguística se deve preocupar com o sentido do enunciado, não com as condições externas da sua produção; b) a função do locutor: o locutor é definido como uma entidade a quem se atribui a responsabilidade da enunciação do próprio enunciado, entidade essa inscrita no enunciado através de marcas de pessoa ou, nalguns casos, de tempo e espaço; c) a função do enunciador ou enunciadores: entidade abstrata responsável pelos diferentes pontos de vista dentro do enunciado.

Portanto, o dialogismo e polifonia, conceitos que são, na visão de Bakhtin, a essência de toda a interação discursiva, convergem e intercedem-se na defesa de uma heterogeneidade discursiva. Embora os limites que os separam não sejam tão nitidamente definidos, parece que não se pode confundir dialogismo e polifonia, porque o primeiro abrange um domínio mais amplo, na medida em que é transversal a todas as formas de discurso, na visão bakhtiniana (o princípio constitutivo da linguagem, uma propriedade do próprio discurso); o segundo compreende a manifestação de uma multiplicidade vozes a nível do enunciado, como defende Ducrot.

3.1. A PUBLICIDADE: UM DISCURSO DIALÓGICO E DIALOGAL

Neste trabalho, abrimos um caminho para a discussão do dialogismo e da polifonia nas interrogativas em publicidade. Segundo Ducrot (1987, p. 163), com “um enunciado interrogativo, pretende-se obrigar, pela própria fala, a pessoa a quem se dirige a adotar um comportamento particular, de responder, e, do mesmo modo, pretende-se incitá-lo a agir de uma certa maneira, se se recorre a um imperativo, etc.”

É nesse contexto em que trazemos à abordagem os termos *dialógico* e *dialogal*, conceitos muitas vezes tratados no âmbito de estudos do discurso. Há autores que preferem empregá-los como sinónimos, e outros preferem distingui-los. Com referência à teoria bakhtiniana, Amossy, (2020, p. 53) faz a distinção entre os discursos “*dialógico*” e “*dialogal*”. Segundo a autora, “é atualmente chamado dialógico o discurso que, sendo necessariamente endereçado a outro e levando em conta sua fala, não consiste em diálogo efetivo” (Amossy, 2020, p. 53). Assim, para Amossy, as interações em que há troca verbal ativa entre os interlocutores são do domínio dialogal, e aquelas em que o Alocutário “não toma parte ativa da troca verbal” são do domínio dialógico. Podemos, portanto, enquadrar neste último, o discurso publicitário.

No discurso publicitário, as interrogativas servem para simular uma interação (dialógica na visão amossyiana) através de perguntas mascaradas, aquelas que, no fundo, atenuam as forças dos discursos assertivos e imperativos, velhos conhecidos em publicidade. No âmbito dessa relação dialógica, Pinto (2008, p. 245) alerta para uma incompatibilidade real de a “interação iniciada a partir da pergunta no anúncio publicitário se efetivar, pelo facto de não existir possibilidade de retroação por parte do Alocutário”. Tal como considera a autora:

Na verdade, o enunciador publicitário, na sua qualidade de enunciador onisciente, elabora o seu discurso posterior a partir de uma resposta preconcebida à interrogação efetuada, sendo que, assim a pergunta não funciona como uma verdadeira pergunta que abre um quadro interacional efetivo com o Alocutário e que careça de uma resposta por parte deste, mas funciona, antes, como um eixo discursivo que permite organizar a arquitetura da mensagem (Pinto, 2008, p. 245).

Na publicidade tradicional (folhetos, cartazes publicitários, publicidade televisiva e radiofónica, etc.) a retroação por parte do Alocutário parece quase inexistente. Nos anúncios publicitários *online*, como é o caso do Facebook (fonte dos enunciados aqui analisados), por exemplo, a distância Locutor – Alocutário parece encurtada, pois há possibilidade de interação entre os sujeitos (empíricos) do discurso, como, de entre vários, podemos ver no enunciado na figura 1.

Figura 1 - Primeiro exemplo

Fonte - <<https://www.facebook.com/HotelCardoso>>

21. Você sabia que quando se trata de um ano bissexto as damas podem pedir a mão do parceiro em casamento? Então senhoras, quem vai pedir a mão do seu parceiro em casamento este ano?

Hotel Cardoso
27 de Janeiro de 2020 · 🌐

Você sabia que quando se trata de um ano bissexto, as damas podem pedir a mão do parceiro em casamento? Então, senhoras quem vai pedir a mão de seu parceiro em casamento este ano?

Mais 2

eu € 5
Gosto Responder 2 ano(s)

Gosto Responder 2 ano(s)

Se eu tivesse um até que pediria 🤔🤔🤔
Gosto Responder 2 ano(s)

Eu
Gosto Responder 2 ano(s)

Euuuuuuu 🙌
Gosto Responder 2 ano(s)
A opção selecionada é Mais relevantes e algumas respostas podem ter sido filtradas.

Autor
Hotel Cardoso
..... Estaremos a espera de ver o vídeo do pedido.

Podemos notar na imagem que os anúncios online podem permitir a interação Locutor-A-locutário. No caso em concreto, há uma interrogativa “*Você sabia que quando se trata de um ano bissexto as damas podem pedir a mão do parceiro em casamento?*”, reforçada por uma outra estrutura interrogativa “*Então senhoras, quem vai pedir a mão do seu parceiro em casamento este ano?*”, uma espécie de chamamento não só para a resposta à pergunta, mas também para uma ação. E nos comentários podemos ver a reação de vários sujeitos a responder ao diálogo, como em: “*eu...*” - no primeiro interlocutor; “*se eu tivesse um até que pediria*” - no segundo interlocutor; “*Euuuuuuuu*” - no terceiro interlocutor; e finalmente a reação do Locutor “*... Estaremos à espera do vídeo do pedido*”.

Portanto, embora a publicidade seja caracteristicamente dialógica e sem interlocução efetiva por um lado, ela é dialogal, por outro lado, não só pela possibilidade de diálogo efetivo como na dimensão dos anúncios *online*, mas principalmente pelo dialogismo que intrínseco do discurso publicitário.

4. INTERROGAÇÃO/PERGUNTA: FORMA E VALOR ILOCUTÓRIO

O campo de estudo das interrogativas é vasto e de reconhecida complexidade. Neste sentido, não é nossa ambição abordar este campo com total profundidade neste trabalho. Interessa-nos aqui, destacar a diferença dos conceitos de *interrogação* e *pergunta*, uma distinção valorizada pela pragmática nos anos sessenta, como afirma Afonso (2010). A interrogação refere-se fundamentalmente ao aspeto formal de um enunciado, inerente à tipologia de construção frásica, enquanto o conceito de pergunta se aplica a um valor ilocutório, ou seja, ao valor pragmático (Afonso, 2010; Rodrigues, 1998).

Rodrigues reforça que:

(...) uma interrogação é apenas uma forma, uma espécie de molde que pode ter vários usos, várias funções, e uma dessas funções pode ser exatamente a de pergunta; de igual modo a pergunta, enquanto força ilocutória pode provir de uma estrutura diferente, que não interrogativa (Rodrigues, 1998, pp. 14-15).

A autora faz um enquadramento da pergunta no quadro da teoria geral dos atos ilocutórios, olhando para as teorias de Austin e Searle. O primeiro, segundo a autora, inclui a pergunta no grupo dos atos expositivos; o segundo integra a pergunta no grupo de atos diretivos. Este enquadramento é feito também por Ramos (1996, p. 1), que recorre às teorias de Austin e Searle para explicar que “o acto de perguntar é o mais intrinsecamente interativo, a sua realização implica fortemente o alocutário” e, por isso, a pergunta se aproxima dos atos diretivos.

Embora as perguntas estejam associadas aos atos diretivos, é importante salientar que nem todos os enunciados com forma/estrutura interrogativa funcionam como verdadeiras perguntas, pois o valor ilocutório pode não ter correspondência com a forma interrogativa. São, portanto, enunciados interrogativos “que impõem ao alocutário a obrigação de fazer uma série de inferências de modo a conseguir apreender o verdadeiro objetivo desses atos” (Rodrigues, 1998, p. 18). De acordo com Rodrigues (1998), as interrogativas podem apresentar os seguintes valores ilocutórios de: oferta, pedido, ameaça, aviso, constatação/exclamação, sugestão, ordem (mitigada), convite, censura e asserção.

4.1. TIPOLOGIA DE PERGUNTAS

As teorias que classificam as perguntas são várias e parece não haver ainda total unanimidade em relação aos parâmetros que permitem a tipificação deste segmento discursivo. Apesar dessa aparente falta de consenso, optamos por classificar as diferentes formas de perguntas de acor-

do com a proposta de Rodrigues (1998), recorrendo, igualmente aos contributos de Afonso (2010). Rodrigues (1998), reconhecendo a multiplicidade de diferentes propostas de tipificação de perguntas, elabora uma classificação de perguntas de acordo com alguns critérios.

O primeiro diz respeito à estrutura formal de base sintática, que distingue três grandes grupos: perguntas totais, perguntas parciais e perguntas alternativas. As perguntas totais são conhecidas como perguntas fechadas que se restringem a respostas do tipo *SIM/NÃO*, como em: - *Foste a algum lado? - NÃO/SIM.*⁷ As perguntas parciais são também chamadas de perguntas categoriais ou perguntas abertas por admitirem diversas possibilidades de respostas. As perguntas alternativas, por sua vez, são geralmente do tipo interrogativas diretas⁸, realizadas por estruturas disjuntivas e dizem respeito a uma situação em que o Locutor apresenta duas ou mais alternativas ao Alocutário, levando este último a escolher uma de entre as opções sugeridas.

O segundo critério de tipificação das perguntas é baseado na função pragmática e conversacional, é o grupo das perguntas orientadas. As perguntas orientadas são, do ponto de vista formal, do tipo diretas totais que visam orientar o Alocutário a admitir o ponto de vista do Locutor (Afonso, 2010; Rodrigues, 1998). Atendo-se a Kerbrat-Orecchioni, Rodrigues entende que as perguntas orientadas se situam no ponto intermédio entre as verdadeiras perguntas (interrogativas com valor de pergunta) e as falsas perguntas (interrogativas com valor assertivo). De acordo com a sua função, as perguntas orientadas abrangem, entre outras, as perguntas *tag* e as perguntas retóricas. As perguntas *tag* são caracterizadas pela retoma de uma frase ou ideia do discurso anterior. Fraser (1980, p. 349) considera as “*tag questions*” como estratégia de mitigação, e afirma que “sentences such as “you were there, weren’t you?” or “I am fight, aren’t I?”, when uttered with a rising, question intonation are characteristically taken as a softer way of asserting that “You were there” or “I am right”, respectively”.

7. Rodrigues (1998, p. 39).

8. As interrogativas diretas apresentam como traço característico, no discurso escrito, o ponto de interrogação.

A pergunta retórica ou pergunta oratória é essencialmente considerada uma estratégia comunicativa de persuasão, que se caracteriza por enunciados interrogativos cujo Locutor não espera resposta do seu Alocutário (Fernandes, 2004; Ramos, 1996). Rodrigues chama a atenção para a complexidade da pergunta retórica, considerando que “costuma constituir um escolho em todas as descrições que se fazem da pergunta geral, por um lado, porque ela é o caso extremo da estrutura interrogativa cuja força ilocutória não é a de verdadeira pergunta, mas sim de asserção” (Rodrigues, 1998, pp. 55-56). Assim, as perguntas retóricas devem ser estudadas e analisadas tendo em conta o contexto em que se enquadram no discurso, tal como considera Afonso (2002) ao afirmar que “o estudo da interrogação retórica pressupõe a não dissociação do contexto pergunta/resposta” (p. 21).

Um outro critério de classificação de perguntas, segundo Rodrigues (1998), é baseado no tipo de informação pedida e faz referência a perguntas metacomunicativas, “também conhecidas por perguntas reguladoras e que recaem sobre o funcionamento do próprio discurso” (p. 51).

No presente trabalho, olhando para os objetivos, focar-nos-emos nos dois primeiros critérios de classificação, deixando assim de lado as perguntas metacomunicativas.

5. O ENUNCIADO INTERROGATIVO NA PERSPETIVA DO DISCURSO PUBLICITÁRIO

Nesta parte tentaremos analisar o enunciado interrogativo do ponto de vista do discurso publicitário, fazendo o levantamento das perguntas (enunciados do *corpus*) de acordo com as tipologias de perguntas que já apresentamos, olhando igualmente para os valores ilocutórios das mesmas.

Começamos a análise das perguntas quanto à estrutura de base sintática. *Perguntas totais*, estas que se restringem a respostas do tipo SIM/NÃO, como vimos. Embora este tipo de interrogativas seja bastante frequente no discurso publicitário, neste contexto específico, estas perguntas não demandam uma resposta “SIM” ou “NÃO” por parte do Alocutário. Elas servem para chamar a atenção do interlocutor sobre o produto ou serviço objeto de anúncio. O discurso publicitário é persuasivo, por natureza, e um dos traços que mais frequentes neste tipo de discurso é a adjetivação e, por vezes, a ocorrência de advérbios ou expressões adverbiais. Vejamos os exemplos:

- (1) *Quer um surpreendente passeio recheado de histórias e fora dos roteiros tradicionais?*
- (2) *Já provou o nosso Caril de Camarão e Matapa de Siri-Siri?⁹*
- (3) *Já tem planos para o fim-de-semana longo?*
- (4) *Já provou o nosso pastel de nata recheado com chocolate?*

Com a exceção do enunciado 2, os outros três enunciados apresentam pelo menos um adjetivo. No enunciado 1 (com valor ilocutório de convite), por exemplo, podemos constatar que o Locutor chama a atenção do seu Alocutário recorrendo à adjetivação (*surpreendente e recheado*), que modifica o nome (*passeio*). O adjetivo “*surpreendente*”, classificado como deverbal (Rio-Torto, 2006), ocorre na posição pré-nominal, isto é, anteposto ao nome “*passeio*”. Note-se também, no mesmo enunciado, o outro adjetivo derivado - “*recheado*” (também deverbal) ocorre na posição pós-nominal, portanto, posposto ao nome “*passeio*”. Este último adjetivo (*recheado*) é usado neste enunciado no sentido figurado, se considerarmos que o termo “*recheado*” provém do verbo rechear, expressão de conotação gastronómica.

9. Matapa de Siri-siri: um prato típico do litoral norte de moçambique.

Os adjetivos podem ocorrer em posição de anteposição ao nome ou de posposição ao mesmo nome. Como afirma Rio-Torto (2006), “em contexto adnominal o adjetivo pode ocorrer em posição pronominal ou pós-nominal. Quando em contexto apositivo o adjetivo também ocorre à direita do nome ou à sua esquerda” (p. 106). A autora acrescenta que, casos há em que a anteposição (como em: “*um surpreendente passeio...*”) o adjetivo ocorre como marca literária ou poética, e nós diríamos neste caso, que o adjetivo ocorre anteposto ao nome para animar o compasso rítmico do enunciado, ao serviço da criatividade do Locutor, o que reforça o efeito estético da mensagem publicitária.

A posição do adjetivo em relação ao nome, implica a sua interpretação semântica no enunciado, como considera Rio-Torto (2006, p. 107):

Em português europeu, a posição pronominal é tipicamente marcada sob o ponto de vista avaliativo e/ou afectivamente, face à posnominal, tipicamente não marcada quanto a estes traços. Em anteposição são valorizados os valores expressivos do adjetivo, e em posposição os valores informativos ou denotativos.

Os adjetivos podem desempenhar de entre várias funções, a função qualificativa, e a sua ocorrência na publicidade torna-se necessária, constituindo assim, um forte mecanismo de persuasão, visto que atribuem propriedades positivas ao produto e normalmente integram os atos expressivos de elogio.

Os enunciados 1, 3 e 4 partilham semelhanças não só pela estrutura formal, mas também por começarem pelo advérbio “*Já*”. Nos três enunciados, este advérbio é usado como uma partícula que abre a interrogativa, num contexto em que o Locutor faz referência a um momento presente que coincide com o tempo da enunciação. Apesar de a estrutura interrogativa dos enunciados ser a de uma pergunta total, ao enunciar estas perguntas, o Locutor não espera

como resposta do seu Alocutário SIM ou NÃO, mas, antes, procura, chamar a atenção do Alocutário para o produto ou serviço anunciado, como referimos. É, portanto, um caso em que a interrogativa parece transmitir o valor ilocutório de sugestão, sugerindo *Caril de Camarão e Matapa de Siri-Siri* – no enunciado 2, *fim-de-semana longo* – no enunciado 3 e *pastel de nata recheado com chocolate* – no enunciado 4.

As perguntas totais do tipo diretas, ou mesmo estas “falsas perguntas totais”, parecem ocorrer com maior frequência no *corpus* em análise, seja em enunciados compostos somente de frases interrogativas, seja em enunciados complexos.

(5) *O sushi é, nada mais, nada menos, que o expoente máximo da culinária japonesa! Estão preparados para o próximo Buffet?*

(6) *Vai de férias? Já pensou quanto tempo pode perder numa viagem de autocarro? E o dinheiro que economizaria indo de avião? Pois é, tempo é dinheiro. Viajar de avião é mais fácil, rápido e barato.*

(7) *Para Beira? Voe com a LAM.*¹⁰

10. Linhas Aéreas de Moçambique.

Repare-se que estes enunciados contêm estruturas interrogativas que normalmente seriam pergunta totais (de resposta SIM/NÃO). Nestes enunciados a “pergunta total” serve para abrir ou continuar um diálogo simulado entre os interlocutores do discurso.

O enunciado 6 destaca-se pela ocorrência de interrogativas sucessivas, uma tipologia a que Afonso (2010, p. 270-271) chama de interrogativas múltiplas. Segundo a autora, “as interrogativas totais ou parciais podem igualmente conter uma multiplicidade de interrogações”. A interrogativa múltipla associa num enunciado várias interrogativas totais ou parciais, ou mesmo outros tipos de interrogativas. Este tipo de interrogativa é caracterizado por uma interação forte, que parte do Locutor para o alocutário, este último pressionado a refletir e construir respostas,

11. Veremos a seguir a questão das perguntas retóricas.

igualmente múltiplas, solicitadas na interrogação. Neste enunciado, a pergunta - *Vai de férias?* é reforçada por duas estruturas interrogativas retóricas¹¹ estrategicamente combinadas, usadas como reforço da argumentação. Destaca-se, igualmente, neste enunciado, a frase “*Pois é, tempo é dinheiro*”, o recurso a um ditado popular, uma estratégia a que o Locutor recorre para invocar outras vozes para a sua argumentação, estratégia que visa credibilizar a verdadeira mensagem que o Locutor pretende transmitir: “*Viajar de avião é mais fácil, rápido e barato*”, tal como termina o enunciado.

A invocação de ditados populares é uma instância de dialogismo explícito, aquele que de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2020, pp. 162-163), “faz referência explicitamente a discursos anteriores, discursos fontes ou discursos primeiros”. No discurso publicitário, por via desta estratégia, se concretiza a convocação da *vox populi* (uma voz à qual se atribui autoridade e credibilidade máxima, responsável pelo enunciado – ditado popular) que se junta à voz do enunciator.

Perguntas parciais: também conhecidas como perguntas abertas por admitirem diferentes hipóteses de resposta. No contexto do discurso publicitário, diríamos que este tipo de perguntas abre o horizonte de imaginação do destinatário da mensagem contida no anúncio, como veremos a seguir.

(8) *Dizem que o pôr-do-sol é uma verdadeira obra de arte do céu. Em Moçambique, fomos abençoados com os mais bonitos de sempre. Com quem gostaria de partilhar este momento?*

(9) *Quando foi a última vez que você visitou o restaurante Fiamma? Se você não nos visita há algum tempo, visite-nos e experimente nossos serviços impecáveis, vista deslumbrante e esses pratos que dão água na boca.*

O enunciado 8, para além do carácter dialógico para que a pergunta remete, ativa, igualmente, um dialogismo que incorpora uma forma de polifonia explícita, quando o Locutor chama para o enunciado outras vozes, não assumindo o discurso como seu, mas sim como pertencente a um “terceiro falante”¹² (*Dizem que o pôr-do-sol é uma verdadeira obra de arte do céu*) que o Enunciador aprova e reconhece – *Em Moçambique, fomos abençoados com os mais bonitos de sempre*. É o que Maingueneau (2002) chamou de modalização em discurso segundo, uma estratégia usada pelo Enunciador, invocando outras vozes, para indicar que não é responsável pelo enunciado. No enunciado 9, o Locutor faz um convite ao Alocutário a visitar o *restaurante Fiamma*, mais que exemplo que parece ilustrar o valor ilocutório de convite numa estrutura interrogativa em publicidade.

Perguntas alternativas: compostas por estruturas disjuntivas, estas apresentam ao interlocutor duas ou mais alternativas, como nos exemplos abaixo.

(10) *Vai fazer uma viagem de negócios, férias ou em família? O Hotel Blu Sky é a melhor opção de hospedagem para si! Com uma infraestrutura impecável, proporciona conforto, comodidade e tudo o que você precisa para sentir-se em casa.*

(11) *O pão de deus é o bolo perfeito para o seu início de dia. Como inicia o seu dia? Lendo uma revista, jornal ou navegando nas redes sociais?*

(12) *Mucapata ou frango a zambeziana? Ir a Quelimane e não provar o Frango a Zambeziana ou a famosa Mucapata é um pecado.*

As perguntas alternativas são de classificação controversa, autores há que as consideram como totais, e uma maioria considera que as perguntas alternativas são do domínio das perguntas parciais. De acordo com Baltazar (2019, p. 19), se as perguntas alternativas parecem, por um lado, aproximar-se das totais¹³, por outro, afirma-se a existência de uma proximidade com as perguntas parciais, uma vez que não solicitam uma resposta do tipo SIM/NÃO.

12. “Terceiro Falante” é um termo, segundo Maingueneau (1997), introduzido por Peytard para dar nome a um conjunto de enunciados colocados à disposição de enunciadores, que se caracterizam por marcas discursivas como “Dizem que...; diz-se que..., um amigo disse-me que...” (p. 99). Portanto, são enunciados pertencentes ao conjunto interdiscursivo, do qual os agentes da interação verbal vão buscar para tornar consistentes os seus propósitos.

13. No enunciado 10, por exemplo, parece estarmos perante uma interrogativa que pode ser total, por lado, e alternativa por outro: “Vai fazer uma viagem de negócios, férias ou em família?” – esta pode admitir uma resposta SIM/NÃO, como também o Alocutário pode responder com uma das alternativas.

Essa controvérsia é igualmente abordada por Rodrigues (1998), que considera que “é aquela dupla possibilidade que permite a muitos autores afirmar a estreita conexão existente entre as perguntas alternativas e as perguntas parciais, por um lado, e entre as alternativas e as totais, por outro” (p. 50). No entanto, a autora sublinha que embora as perguntas alternativas se aproximem mais das parciais, não se pode ignorar que as perguntas alternativas “que pedem uma decisão de polaridade assemelham-se às perguntas totais uma vez que a sua resposta deve cingir-se ao conjunto ‘sim/não’” (p. 51), como por exemplo: (8) – *Vens comigo ou não vens?* (9) – *Garantes isso ou não?*¹⁴

14. Exemplos de Rodrigues (1998).

Controvérsias à parte, o que parece evidente é que, por se tratar de uma estrutura introduzida por uma conjunção disjuntiva, a pergunta alternativa implica, por parte do Locutor, a sugestão de duas ou mais opções ao seu Alocutário, e que este último opte por uma das alternativas. Mas há que salientar que estes enunciados com valor ilocutório de sugestão, se destacam não só pela estrutura interrogativa que os compõe, mas também por outras estruturas frásicas neles presentes, que reforçam a verdadeira intenção da mensagem, a de persuadir.

Os enunciados 10, 11 e 12 parecem desempenhar na publicidade, uma função não propriamente de uma pergunta, mas servem para dar início a um diálogo fictício com um interlocutor imaginário, um diálogo simulado (característico do discurso publicitário) num quadro em que o Locutor age como se estivesse diante do seu Alocutário, ao qual sugere os seus produtos ou serviços.

No enunciado 12, por exemplo, o Locutor recorre a uma pergunta alternativa, fazendo referência a pratos (*mucapata* e *frango a zambeziana*) típicos da província da Zambézia, no Centro de Moçambique. De acordo com Diogo (2020), neste enunciado, “o tom coloquial da pergunta

é tal, que é como se o Alocutário já estivesse em Quelimane e, perante a oferta gastronómica local, tivesse de se decidir entre os dois pratos colocados em alternativa” (p. 113). Aqui, o Locutor incita ao diálogo a partir da interrogação que faz, cujo argumento é reforçado com recurso a outras vozes, que recorrem a “*um pecado*”, termo do domínio do religioso.

Agora seguimos com a análise dos enunciados quanto à função pragmática e conversacional das perguntas (perguntas orientadas: perguntas *tag* e perguntas retóricas). Nesta categoria comecemos pelas *Perguntas tag*, que são geralmente precedidas de uma frase declarativa, servem como estratégia de mitigação de pedido de confirmação.

(13) Nada melhor que uma carne suculenta e saborosa para complementar a semana, não é? A nossa proposta é um delicioso e irresistível Bitoque com batatas fritas, um ovo estrelado e uma porção de salada para equilibrar a dieta! Faça já a sua reserva!

No enunciado 13 ocorre uma pergunta *tag* com orientação positiva. Neste enunciado, o Locutor manipula e orienta o seu Alocutário a concordar que “*uma carne suculenta e saborosa*” pode melhor “*complementar a semana*”. Tal como referimos noutras tipologias, as perguntas *tag* em publicidade ocorrem também como estratégia de simulação de diálogo, de chamada de atenção e uma forma de mitigação da força do ato diretivo. Neste enunciado em particular podemos notar que a pergunta *tag* visa mitigar a força do ato diretivo: “*Faça já a sua reserva!*”.

Perguntas Retóricas: a questão das perguntas retóricas no contexto publicitário é complexa,¹⁵ embora não haja interação face a face entre os diferentes interlocutores, parece que as perguntas retóricas neste tipo de discurso podem ser usadas para, entre outras finalidades, destacar produtos, marcas e serviços, ou mesmo destinos turísticos, como veremos nos exemplos a seguir.

15. Meyer (1993) entende que a publicidade se serve da retórica para anular os problemas e obstáculos que afastariam os potenciais consumidores de um certo produto.

(14) *Você pode falar de Hospitalidade em Moçambique e não mencionar Hotel Cardoso? Orgulhamo-nos de ser um dos hotéis mais antigos de Moçambique e ainda estamos a prestar um serviço impecável aos nossos valiosos clientes.*

(15) *Que amante da natureza não gostava de conhecer Niassa? Assim que aterrares em Lichinga, uma visita à Reserva de Niassa é obrigatória.*

Tal como considera Ramos (1996), nas perguntas retóricas o Locutor imita uma “forma fundamental do diálogo, simulando uma sequência de pergunta – resposta; mas é o próprio LOC que dá a resposta à sua pergunta” (p. 3). No enunciado 14, com a interrogativa: “*Você pode falar de Hospitalidade em Moçambique e não mencionar Hotel Cardoso?*”, o Enunciador quer fazer crer ao seu Enunciatário que é válida e aceite por todos, a asserção segundo a qual: “*Não se pode falar de Hospitalidade em Moçambique sem mencionar o Hotel Cardoso*”.

O enunciado 15 começa também com uma pergunta de cunho retórico, num caso em que o Locutor estabelece um diálogo com o seu interlocutor, o que culmina com um ato diretivo ao sugerir ao seu Alocutário a visita à Reserva de Niassa (Diogo, 2020). De acordo com Diogo (2020, p. 112), se se considerar o dialogismo como um processo que resulta de um encontro de vozes, e a polifonia a menção, isto é, a manifestação dessas vozes num texto, num enunciado, podem localizar-se no enunciado 15 marcas de polifonia. Do enunciado: “*Que amante da natureza não gostava de conhecer Niassa?*” depreende-se que implicitamente o Locutor recorre a outras vozes que concordam e asseveram que: “qualquer amante de natureza gostava de conhecer Niassa”. Para Diogo, trata-se de um mecanismo de argumentação baseado na atenuação do verdadeiro ato de sugestão que o Locutor pretende expressar. Essa ideia é igualmente reforçada por Soares (1996), que entende que os enunciados interrogativos, por serem menos impositivos, quando empregados em vez de uma asserção podem atenuar as obrigações dos interactantes quando estão ao serviço de um ato diretivo indireto, não constituindo ameaça para a face do outro.

Quem corrobora também a ideia da atenuação do discurso com recurso a perguntas retóricas é Lopes (2018), que afirma que as perguntas retóricas são usadas “essencialmente com uma função apelativa, para captar a atenção e o interesse do interlocutor, podendo ainda estar ao serviço de estratégias de cortesia, para evitar asserções categóricas eventualmente polémicas, torneando assim a dificuldade de afirmar sem agredir o outro” (p. 169).

As perguntas retóricas compõem uma estratégia de persuasão na publicidade, que ganha legitimidade na medida em que, segundo Ramos (1996, p. 174) “ao recorrer a perguntas retóricas, o Locutor sugere mais do que o significado literal das palavras que usa e orienta o Alocutário em determinada linha de raciocínio, levando-o a “encontrar” as respostas que estão presentes nas perguntas formuladas”. Lopes (2018, p. 169) acrescenta que “quando a pergunta retórica comporta um marcador de negação”, como no exemplo: *Que amante da natureza não gostava de conhecer Niassa?*), “a asserção indireta que através dela se comunica tem polaridade afirmativa”, validando a afirmação de que *“Todo amante de natureza gostava de conhecer Niassa”*.

Tal como referimos acima, a pergunta retórica é uma das estratégias discursivas mais usadas na argumentação. De acordo com Rodrigues (1998, p. 56), embora recorra à estrutura interrogativa, a pergunta retórica em nada corresponde a um pedido de informação, nem pedido de confirmação, típico da verdadeira pergunta, antes, equivale a uma exclamação ou asserção, e “sob o rótulo de “pergunta retórica” surgem diferentes tipos de enunciados cuja estrutura sintático-semântica e função são relativamente diversificados”.

A respeito disso, Pinto (2008) constata que as perguntas efetuadas no domínio publicitário exibem sempre algum índice de retoricidade. Neste sentido, podemos admitir que embora

apresentem “índice de retoricidade”, muitas dessas perguntas podem não ser efetivamente retóricas, mas como afirma Afonso (2010), para além do contexto discursivo que é determinante, “a interpretação de uma interrogação como interrogação retórica é determinada pela presença de marcas explícitas” (p. 231). Essas marcas podem ser: verbos e outros traços sintático-semânticos que podem definir o índice retórico de certos enunciados.

Vejamos, por exemplo, que os verbos existir e ter quando usados em frases interrogativas parecem tender para uma certa retoricidade.

(16) *Petit Gâteau à Blusky! Existe motivo maior para visitar o nosso restaurante?*

(17) *Tem algo melhor do que ganhar um pastel de nata a BluSky do nosso amigo favorito?*

Os enunciados acima, embora se apresentem na forma interrogativa, apontam para casos de perguntas de cunho retórico cujas interpretações levariam às asserções correspondentes. No enunciado 16, a frase interrogativa pode corresponder à asserção – *Não existe motivo maior (do que este) para visitar o nosso restaurante*. E o enunciado 17 corresponderia à asserção – *Não há algo melhor do que ganhar um pastel de nata a BluSky do nosso amigo favorito*. Repare-se que, não obstante o recurso aos verbos “existir” e “ter”, nos dois enunciados, recorre-se também aos adjetivos “maior” e “melhor”, que qualificam o nome “motivo” – no enunciado 16, e o pronome indefinido “algo” – no enunciado 17, respetivamente.

Os enunciados (interrogativos) introduzidos pelo verbo saber podem implicar um certo índice retórico, como nos casos abaixo:

(18) *Sabia que foi em 1917 que se decidiu construir um hotel de luxo em Maputo? Um ano depois, várias propostas de projecto foram submetidas e a vencedora foi assinada pelo arquitecto inglês Sir Herbert Baker, com o seu “Palace Style”. Apesar de tudo, demorou alguns anos para que se finalizasse o projecto e para que se começassem a construir as fundações. Aqui ficam as memórias do Polana Serena nos seus primeiros tempos.*

(19) *Sabia que a construção do Polana Serena começou no início dos anos 20? Em julho de 1922, o hotel foi concluído e aclamado como “um dos melhores e mais modernos hotéis de África, sem qualquer rival nos portos do Sul”. Nos dez anos seguintes, a elegância e graça de Polana fizeram com que fosse considerado, não apenas um dos lugares de maior prestígio para se hospedar no sul de África, mas também um dos hotéis charme com mais carácter do mundo. Veja com os seus próprios olhos.*

(20) *Sabia que comer Sushi faz bem? Além de deliciosa esta iguaria japonesa, ajuda a controlar os níveis de colesterol e triglicéridos do sangue, ajuda a manter o sistema nervoso e a pele saudáveis e facilita a eliminação de metais pesados do organismo. Quer motivos maiores que estes para aderir aos nossos Buffetts de Sushi?*

Os enunciados 18 e 19 são introduzidos pela expressão “*sabia que...*” uma expressão interrogativa cuja ocorrência pode não demandar resposta do Alocutário, já que (no caso destes enunciados em particular) a possível resposta pode encontrar-se na própria pergunta. No enunciado 18, o Locutor inicia o diálogo com o seu interlocutor por meio da interrogativa e complementa o discurso, introduzindo a história da construção do Polana Serena Hotel. Ao invocar expressões como “*Palace Style*” (estilo palaciano, em português), ou “*Sir Herbert Baker*” (arquiteto inglês), o Locutor não só pretende contar a história da construção do Polana Serena Hotel, mas também, utilizar uma estratégia argumentativa fazendo alusão ou referência a eventos e figuras importantes ligados ao hotel Polana.

O enunciado 19, em termos de conteúdo, parece ser a continuação do enunciado 18, que conta a história da construção do Polana Serena Hotel. O diálogo é igualmente introduzido pelo verbo saber: “*Sabia que a construção do Polana Serena começou no início dos anos 20?*”. Para convencer o seu Alocutário que o Polana Serena Hotel é um dos mais prestigiados hotéis em Moçambique, o Locutor recorre a uma voz cuja origem não identifica, mas que reconhece como não sendo sua, através do uso de aspas no trecho: “*um dos melhores e mais modernos hotéis de África, sem qualquer rival nos portos do Sul*”. Este discurso citado aparece a reforçar

a argumentação, remetendo à polifonia, um caso em que o dialogismo se complementa com uma polifonia concordante, que pode também ser visto como um caso de intertextualidade, já que o dialogismo recobre os conceitos de intertextualidade e polifonia e este último recobre a intertextualidade. Como afirma Koch (1991), todo o caso de intertextualidade é um caso de polifonia, mas não o contrário.

Após esta breve análise dos enunciados podemos considerar que, sendo o discurso publicitário de vocação persuasiva, ele está sempre preocupado com a face do outro, visando agir sobre o Alocutário. De acordo com Pinto (2008, p. 245), “as interrogativas no discurso publicitário (...) procuram promover no discurso um tom dialógico e conversacional, que simula uma proximidade enunciativa entre o enunciador e o enunciatário, implicando diretamente este no enunciado”.

Como vimos, do conjunto dos valores ilocutórios propostos por Rodrigues (1998), os que se revelam mais próximos dos enunciados analisados são os valores ilocutórios de convite, sugestão e asserção. Assim, os valores ilocutórios de: ameaça e censura, por exemplo, estarão mais afastados (senão mesmo) fora do discurso publicitário, visto que este pautará por valores ilocutórios que preservem a face do Outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão das interrogativas é de abordagem e tratamento complexos, esta abordagem é mais complexa ainda quando vista no âmbito da publicidade. A nossa pretensão com este artigo é, tal como apontamos anteriormente, abrir um trilha para uma abordagem quiçá mais completa sobre as interrogativas/perguntas no discurso publicitário. E porque o dialogismo e a polifonia (conceitos que se complementam) definem as práticas discursivas, quisemos também analisar o seu estatuto no discurso em alusão.

A análise mostrou-nos que como o princípio constitutivo da linguagem, o dialogismo introduz no discurso publicitário um diálogo fictício, que por vezes chega a ser efetivo, como vimos na publicidade *online*. A polifonia, por sua vez, surge no mesmo contexto para animar as várias vozes que se manifestam no enunciado.

Em suma, a questão das interrogativas em publicidade pode ser vista sob diversos aspetos, mas o dialogismo e a polifonia farão quase sempre parte dessa abordagem discursiva. Retóricas ou não, como mostramos, as interrogativas no discurso publicitário estarão não ao serviço da execução de verdadeiros atos pragmáticos de pergunta, mas sim, ao serviço da execução de outros atos pragmáticos, tais como sugestões, convites e asserções, sempre como mecanismos de incitação ao envolvimento do Alocutário no discurso, estratégias argumentativas de reforço ou de atenuação de enunciados, orientadas para a eficácia discursiva do tipo de discurso analisado.

ARTIGO RECEBIDO A
15/06/2023
ARTIGO APROVADO A
30/10/2023

REFERÊNCIAS

- Afonso, A. B. (2002). Dos Valores Retóricos. In M. H. Mateus & C. N. Correia (Orgs.), *Saberes no Tempo - Homenagem a Maria Heriqueta Costa Campos* (pp. 19–26).
- _____(2010). *A Interrogação: estudo de propriedades e valores*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amossy, R. (2020). *A Argumentação no Discurso*. São Paulo: Contexto.
- Authier-Revuz, J. (2011). Dizer ao outro no já-dito: interferências de alteridades – interlocutiva e interdiscursiva – no coração do dizer. *Letras de Hoje*, 46(1), 6–20.
- Bakhtin, M. (1997). *Estética Da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtine, M. M. (1977). Le marxisme et la philosophie du langage. *Essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*. <<Le>> sens commun. Paris: Les Editions de Minuit.
- Baltazar, M. A. F. (2019). As Perguntas em Português Língua não Materna: Aprendizagem e Ensino. *Revista Versalete*, 7(13), 9–30.
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2020). *Dicionário de Análise do Discurso* (3ª edição). São Paulo: Editora Contexto.
- Diogo, N. (2020). Análise da textualização publicitária turístico-hoteleira em Moçambique: descrevendo os mecanismos de construção argumentativa. *Redis: Revista De Estudos Do Discurso*, 9, 79-105. <https://doi.org/10.21747/21833958/red9a3>
- Dominguez, M. (2013). Do sistema à ação, do homogêneo ao heterogêneo: movimentos fundantes dos conceitos de dialogismo, polifonia e interdiscurso. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 8(1), 5–20. <https://doi.org/10.1590/s2176-45732013000100002>
- Ducrot, O. (1987). *O Dizer e o Dito*. São Paulo: Pontes.
- _____(1988). *Polifonia Y Argumentación (Cali)*. Colombia: Universidade del Valle.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- _____(2001). *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Fernandes, G. (2004). Uma estratégia comunicativa: as perguntas retóricas. *Revista de Letras*, 3, 191–206.

Fraser, B. (1980). Conversational Mitigation. *Journal of Pragmatics*, 1(1), 341–350. Obtido de <http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=2854659&tool=pmcentrez&rendertype=abstract>
<http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=3100238&tool=pmcentrez&rendertype=abstract>
<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8423474>

Lopes, A. C. M. (2018). *Pragmática: uma introdução*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Mainqueneau, D. (1993). *Eléments de Linguistique pour le texte Littéraire* (troisième). Paris: DUNOD.

____ (1997). *Os Termos-Chave da Análise do Discurso*. Lisboa: Gradiva.

____ (2002). *Análise de Textos de Comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha (2a Ed.). São Paulo: Cortez.

Meyer, M. (1993). *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*. Lisboa: edições 70.

Pinto, M. A. G. (2008). *Aspectos da Textualização Publicitária: contributo para uma delimitação tipológica* [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto.

Ramos, R. (1996). Estratégias argumentativas: as perguntas retóricas. In L. M. Abreu (Org.), *Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas. Actas do 2º Encontro de Estudos Portugueses* (pp. 171–186). Aveiro: Associação de Estudos Portugueses/Fundação João Jacinto de Magalhães.

Rio-Torto, G. (2006). Para uma gramática do adjectivo. *Alfa*, 50(2), 103–129. Obtido de <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1414>.

Rodrigues, M. da C. C. (1998). A sequência discursiva pergunta-resposta. In J. Fonseca (Org.), *A Organização e o Funcionamento dos Discursos Estudos sobre o Português*, Tomo II (pp. 11–220). Porto.

Sarfati, G.-E. (1997). *Éléments D'Analyse du Discours* (Éditions N). Paris: Nathan Unversité.

Soares, M. da C. P. (1996). *Modificação de Actos Ilocutórios, em Português*. Universidade do Porto. <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.110.090126>

Wales, K. (2011). *A Dictionary of Stylistics* (3rd ed.). London and New York: Routledge.

Ethos e argumentação nas funções-orador: juiz, ministro e candidato

Ethos and argumentation in speaker roles: judge, minister, and candidate

GARCIA, JULIANO DOS SANTOS
julianogarcia@alunos.utfpr.edu.br

Mestrando em Estudos da Linguagem pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9017-923X>

CATELÃO, EVANDRO DE MELO
evandrocatelao@utfpr.edu.br

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2013)
Professor na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3006-5051>

PALAVRAS-CHAVE:
Ethos;
Argumentação;
Discurso;
Linguística de Texto.

RESUMO: Neste estudo, objetiva-se realizar a análise descritivo-interpretativa da argumentação e do *ethos* construídos em face da mudança de papel social admitida por um sujeito em sua vida pública em três contextos: juiz, ministro da justiça e candidato. Para tanto, ancorados na Linguística Textual, utiliza-se noções e procedimentos de análise provenientes da teoria da argumentação no discurso (TAD) para uma análise textual/discursiva de publicações pessoais em redes sociais do sujeito da pesquisa nos três períodos de deslocamento de função social indicados. Em termos de pesquisa, a principal problematização refere-se a como foi realizada a geração e a manutenção de uma imagem de si positiva ou de engajamento na transição/manutenção de cargos. Resultados das análises indicam um deslocamento particular no emprego de estratégias pelo orador para a adesão do auditório nos compósitos analisados desde sua formação em um cargo público, especialmente, em relação à manutenção do *ethos* estereotipado como herói, criado na primeira fase como juiz.

KEY-WORDS:
Ethos;
Argumentation;
Discourse;
Text Linguistics.

ABSTRACT: In this study, the objective is to conduct a descriptive-interpretative analysis of argumentation and ethos constructed in light of the acknowledged change in social roles by an individual in their public life across three contexts: judge, minister of justice, and candidate. To achieve this, anchored in Textual Linguistics, we employ concepts and analytical procedures derived from the Theory of Argumentation in Discourse (TAD) for a textual/discursive analysis of the individual's personal publications on social media during the three indicated periods of social role transition. In terms of research, the primary inquiry revolves around how the generation and maintenance of a positive self-image or engagement in the transition/maintenance of positions were carried out.

Results of the analyses indicate a particular shift in the speaker's employment of strategies for audience adherence in the analyzed *composites* since their assumption of a public office, particularly concerning the maintenance of the stereotyped ethos as a hero, initially created in the first phase as a judge.

1. INTRODUÇÃO

É sabido que as mudanças de papel social na vida das pessoas públicas (ou daquelas que se tornam públicas por algum motivo) são comuns e o modo de interação argumentativa em cada um desses papéis pode se modificar conforme seu interlocutor. Dessa maneira, as formas como utilizamos a linguagem para convencer pode se alterar de acordo com a imagem ou presença de um outro, nosso interlocutor, e dessa articulação também projetamos uma imagem de si para desenvolver a interação, especialmente nos ecossistemas digitais (Paveau, 2021).

Pensando nesses aspectos, nosso interesse com esta pesquisa recai sobre os efeitos de sentido a respeito dessas transições de esfera e as estratégias discursivas utilizadas na evolução da imagem de um juiz brasileiro da vida mais particular à pública, assim como a transição à vida política em interações digitais. Para tanto, como objeto de análise, serão utilizadas publicações em mídias sociais, primeiramente quando o ex-juiz Sergio Fernando Moro¹ possuía o cargo de juiz federal (imagem mais particular) até sua projeção midiática nacional no julgamento dos casos da *Operação Lava Jato*²; e em seguida, quando exercia o cargo de ministro da justiça do governo federal cuja projeção passou a ser maior tendo em vista a articulação com o governo daquele momento; e, por fim, como candidato a um cargo do Poder Executivo.

Nesses limites, nosso objetivo principal com esta pesquisa é analisar os efeitos de sentido no que diz respeito às estratégias argumentativas/discursivas utilizadas em postagem em mídias sociais nas transições e evolução de imagem de uma pessoa que se torna publicizada com base em suas funções sociais (da vida mais particular à pública). De forma mais específica, visamos i) compreender a representação e indicar o tipo de evolução dos *ethes* discursivos nas postagens (compósitos digitais³) em suas mídias sociais; ii) analisar estratégias argumentativas/discursivas empregadas, principalmente, ao que se refere ao uso ou não de estereotipagem, para o

1. Sergio Moro é um ex-juiz federal brasileiro que ganhou notoriedade nacional e internacional por comandar, entre março de 2014 e novembro de 2018, o julgamento de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro na Operação Lava Jato, que envolvia políticos brasileiros, empreiteiros e empresas. No ano de 2017, nesta operação, condenou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, decisão que foi posteriormente anulada pelo colegiado do STF em 23 de junho de 2021, que julgou Moro ter agido com parcialidade em relação ao ex-presidente, e declarando, definitivamente, a suspeição do ex-magistrado no caso. Além disso, em 2022, o Comitê de Direitos Humanos da ONU também reconheceu a parcialidade de Moro.

2. Operação Lava-Jato foi uma série de investigações efetuadas pela Polícia Federal do Brasil, com participação do Ministério Público Federal, que visava apurar lavagem de dinheiro e demais crimes de corrupção política, tendo início em 17 de março de 2014 e o encerramento em 1º de fevereiro de 2021.

3. Compósitos são um tipo de organização constituída de elementos linguísticos e técnicos, no caso em questão textos multimodais (imagens), comentários, elementos tecnológicos como curtidas, compartilhar, etc (Paveau, 2021).

4. Suposto caso de corrupção em que a denúncia acusava o ex-presidente Lula de recebimento de R\$ 3,7 milhões de empreiteiras para reformas em sítio que supostamente seria de Lula.

estabelecimento de acordo ou no sentido de mobilização de adesão do auditório na transição de cada função exercida. Problematicamos, assim, como é realizada a manutenção de uma imagem de si positiva ou de engajamento na transição/manutenção de cargos.

Para isso, será analisada ainda, primeiramente, uma produção multissemiótica criada, logo no início da exploração midiática do sujeito da pesquisa no ano de 2019, por um grupo de direita que contribuiu para engajar a figura do então juiz Sérgio Moro nos ecossistemas digitais em diferentes gêneros discursivos e tipos de interatividade (memes, postagens, compartilhamentos em massa, etc). Depois disso, partimos da exploração das publicações em redes sociais pessoais do ex-ministro, em especial, as que tiveram repercussão na imprensa nacional brasileira no que reflete ao julgamento, em 2017, do caso *Triplex do Guarujá*⁴. Seguimos, então, por uma exploração de períodos de deslocamento entre uma função social e outra para as escalas: vida mais privada e vida mais pública, vinculadas no perfil oficial de Moro no *Twitter*, entre os anos de 2019 e 2022.

Para o nosso estudo, usamos como ponto de apoio principal os aportes teóricos e a visão de argumentação articulada ao discurso proposta por Amossy (2017; 2020). Ao nos filarmos a essa autora, estamos nos respaldando em um tipo de articulação realizada no Brasil, especialmente, utilizada por pesquisadores da Linguística de Texto (Cavalcante *et al.*, 2022), que veem a argumentação também em uma perspectiva textual/discursiva. Tal abordagem articula, assim, noções de *ethos*, *pathos* e auditório, técnicas argumentativas da retórica e nova retórica (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996) mais clássicas, próprias da tradição retórica da argumentação, mas também as reintegra a uma perspectiva discursiva, considerando os mais variados gêneros e seu funcionamento em diferentes situações discursivas (Amossy, 2017; 2020).

2. LINGUÍSTICA DE TEXTO E A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO: INTERFACES TEÓRICAS

A argumentação sempre foi um tema de interesse em diferentes áreas da linguística, mas seu estudo ficou por muito tempo relacionado a produção de um determinado gênero ou mesmo à organização do discurso oral. Para Linguística Textual (LT), o tema obteve repercussão especialmente na obra sobre sequências textuais de Jean-Michel Adam (Textos, tipos e protótipos), primeiramente publicado nos anos 1990), delineado no protótipo composicional da sequência argumentativa. Desde então, no seu papel de descrição do texto e seu objeto de análise, as pesquisas em LT, especialmente no Brasil, passaram a observar outros usos ou estratégias de organização textual tendo em vista a argumentação. Segundo Cavalcante *et al.* (2022), a Linguística Textual pôde assim contribuir para uma análise da argumentação visto que é na dimensão do texto que ela, de fato, se evidencia.

O princípio de argumentatividade nos textos como um aspecto constitutivo da construção da textualidade, foi então, particularmente, ancorado pelos postulados de Ruth Amossy (2017, 2020). A Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), que vê a argumentação como constitutiva de todo discurso, também possibilitou partilhar que todo texto é argumentativo, uma vez que nele há sempre pontos de vista gerenciados por um locutor/enunciador principal (o orador) que vai buscar agir ou procurar adesão de um interlocutor (auditório). É nesse sentido, que buscamos apoio nessas duas áreas para a pesquisa em questão. Vemos, como Cavalcante *et al.* (2022), a argumentatividade em todos os textos, como dimensão argumentativa ou como visada argumentativa (textos de sequencialidade predominantemente argumentativa).

A associação da argumentação e da análise do discurso realizada por Amossy (2020, p.42) compreende que “todo enunciado confirma, refuta, problematiza posições anteriores, quer tenha sido expressas de modo preciso por um dado interlocutor, ou de modo difuso no interdiscurso contemporâneo”. Dessa forma, a autora compreende que a argumentatividade é uma consequência do dialogismo próprio do discurso, considerando assim que os discursos são atravessados pela argumentação e que os sujeitos utilizam a linguagem com objetivo de influenciar o outro, seja para apresentar uma visão, para adesão de uma posição ou para gerir conflito.

Para estabelecer uma diferença da argumentação intrínseca à linguagem aos usos que possuem intenção clara de argumentação, Amossy (2020, p. 44) distingue a dimensão argumentativa da visada argumentativa, entendendo que

a simples transmissão de um ponto de vista sobre as coisas, que não pretende expressamente modificar as posições do alocutário, não se confunde com uma empreitada de persuasão sustentada por uma intenção consciente e que oferece estratégias programadas para esse objetivo.

Nessa transmissão de um ponto de vista, algo próprio do discurso, a autora compreende como dimensão argumentativa, já a intenção consciente, o uso do discurso com o objetivo pleno de argumentar, ela compreende como visada argumentativa.

Para um aparato teórico que possa dar conta do aspecto da argumentação e de seu contexto discursivo, Amossy (2020, p. 274-276) expõe que “a união da argumentação com a análise do discurso põe em evidência o fato de que o discurso se desenvolve necessariamente em um espaço-tempo delimitado, cujos valores, regras e normas ele respeita”. Dessa forma, a autora ressalta que é em decorrência do acordo entre as estratégias verbais, a organização textual e a

situação discursiva que proporciona a capacidade de promover adesão. E é em face disso que, em relação aos aspectos de organização teórica, a TAD considera as seguintes abordagens: linguageira, comunicacional, dialógica, textual e de gênero do discurso.

Sendo assim, quando levamos em conta a exploração da dimensão argumentativa permite-se explicar diversos procedimentos que fazem evocar a persuasão, pois:

discursos diferentes podem implementar meios diferentes, ora utilizando as técnicas argumentativas clássicas – como o entimema, a analogia, a definição, as figuras de estilo etc. –, ora empregando meios particulares, de acordo com o que um quadro genérico propõe ou autoriza – com o ritmo, os parênteses, a polifonia, a retomada do discurso do outro, o ponto de vista, as vozes narrativas etc (Amossy, 2020, p. 275).

Em sua delimitação, a autora parte primeiramente da noção de argumentação segundo os encaminhamentos da RC e da NR. Amossy (2020) apresenta, assim, que ambas as abordagens se interessam somente pela visada argumentativa, ou seja, os textos cujo autor tem a plena intenção de argumentar – que é o caso do nosso corpus. A TAD vem justamente para explicar sobre a dimensão argumentativa, considerando a argumentação como algo intrínseco ao discurso. A autora destaca a capacidade discursiva de encontrar a adequação necessária para cada situação pelo orador na busca do acordo. Segundo Perelman (1993), o orador é a pessoa que utiliza a fala ou a escrita.

Quando se trata, não de factos, mas de opiniões, e sobretudo de apreciação, não só a pessoa do orador, mas também a função que ele exerce, o papel que assume, influenciam inegavelmente a maneira como o auditório acolhe as suas palavras: as mesmas observações, pronunciadas pelo advogado, pelo procurador ou pelo juiz serão recebidas e compreendidas de forma muito diferente (Perelman, 1993, p.112).

Nesse sentido, analisamos aqui o que consideramos por função-orador, levando em conta seu papel social e a quem ele pretende atingir, persuadir, convencer. No caso deste trabalho,

temos um orador e três funções-orador (juiz, ministro e candidato). A escolha retórica para cada um deles é selecionada e direcionada a auditórios distintos, como Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 21) afirmam: “há funções que autorizam – e só elas – a tomar a palavra em certos casos, ou perante certos auditórios”, um juiz, por exemplo, é dotado de uma autoridade absoluta em um julgamento e sua função junto àqueles que o ouvem lhe credencia essa autoridade no discurso, “como a argumentação visa a obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar”.

Como seguimento, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 22) definem o auditório como “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Por conseguinte, explica que nem sempre o auditório é aquele que o orador inquire pelo nome e exemplifica com a função-orador de um parlamentar que se dirige ao presidente e tem como plateia os outros parlamentares. Assim, ao realizar um discurso pode não estar tentando convencer apenas a plateia do plenário, mas a oposição, a sua bancada ou/e a população, contemplando um auditório mais amplo.

Antes de discutirmos sobre os tipos de auditórios, apontamos aqui sobre a dicotomia entre convencer e persuadir utilizada pelos autores, em que compreendem o convencimento como um caráter racional, enquanto a persuasão seria a ação de mobilizar os sentimentos do auditório: “propomo-nos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” (1996, p. 31). Observando esses aspectos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 23) dicotomizam o auditório em duas facetas: o particular e o heterogêneo. Para contemplar o primeiro, é imprescindível que o orador, cuja intenção seja persuadir, se adapte ao auditório, ao levar em questão “considerações sociológicas úteis ao orador” as quais “podem versar sobre

um objeto particularmente preciso, a saber, as funções sociais cumpridas pelo ouvinte”. Para o auditório heterogêneo, os autores expõem que na argumentação, quando o orador leva em consideração esse tipo de auditório busca-se convencer, assegurar e mensurar seu condicionamento, sendo assim possível a construção do grande orador com contínua adaptação a esse outro no discurso. Nesse sentido, o orador ao se moldar ao auditório acaba se auto moldurando e, diferentemente do auditório particular, não basta apenas persuadir o interlocutor, no auditório heterogêneo e universal é necessário convencer o interlocutor.

Por conseguinte, os autores (1996, p. 37) conceituam o que, para eles, seria o auditório universal. Esse tipo de auditório contemplaria todo indivíduo que “é constituído por cada qual a partir do que se sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência”. Dessa forma, acreditam que cada sujeito e cada cultura possui a própria conceituação de auditório universal e que a apreciação das variações desse auditório entre sociedades no decorrer da história é esclarecedora para compreender o que o sujeito orador acreditava ser realidade, verídico e válido em determinada época histórica.

Além disso, em relação ao auditório, Reboul (2004, p. XIV) traz a noção de acordo prévio, pois segundo ele só há diálogo e argumentação quando há um entendimento mínimo dos fatos e dos valores entre os interlocutores. Ainda, o filósofo explica que só existe dissenso quando há um acordo comum, pois para haver controvérsia há de se ter um acordo inicial, caso contrário o resultado é a violência e a ignorância recíproca. É, portanto, a partir do auditório que construímos nosso *eu* do discurso, ponto que também tomaremos para a discussão dos compósitos textuais desse artigo.

Para seguirmos a exploração do tema, Amossy (2020, p. 54-55) explica dois pontos da NR de Perelman e Olbrechts-Tyteca em relação ao acordo que para ela merecem destaque: a) deve

ser sempre levado em consideração a *doxa* no que se refere à adaptação ao auditório (os lugares-comuns em que se encontra o discurso argumentativo); b) o “auditório é sempre uma ‘construção do orador’”, ainda, a autora expõe que “o locutor deve elaborar uma imagem de seu público se quiser ter como referência as ‘opiniões dominante’, ‘as convicções indiscutíveis’, as premissas admitidas que fazem parte de sua bagagem cultural”.

Amossy (2020, p. 55), explica que para efeitos argumentativos o locutor deve partir das premissas: saber “o nível de educação de seus interlocutores, o meio social do qual fazem parte, as funções que eles assumem na sociedade”. Com isso, quando o orador compreende seu interlocutor se faz possível a aproximação de pontos de vista. A autora expõe que a imagem que o orador tem de seu interlocutor é diferente da realidade e que “a distância entre a imagem do auditório elaborada pelo orador e o público efetivo determina a eficácia da argumentação”, assim quando há distância entre o imaginário e a realidade, a argumentação é prejudicada.

Quando utilizamos a figura do alocutário, Amossy (2020, p. 56) indaga se “é preciso, de fato, perguntar-se se estamos diante de uma representação mental ou de uma imagem verbal”, ou seja, quando um locutor se dirige ao seu interlocutor sobre um determinado assunto, qual imagem ele estaria projetando? A imagem que tem em mente sobre esse assunto ou a imagem que produz com sua alocução, com o seu discurso?

Como forma de respondermos essas perguntas, podemos usar o exemplo que a autora traz em seu livro: do jornalista que quando mobiliza uma notícia, não percebe apenas o movimento dos dados estatísticos referentes ao interlocutor, mas também os dados sociológicos, bem como os pensamentos e as intenções do locutor:

Não é suficiente, entretanto, coletar dados estatísticos para compreender a imagem do alocutário que modela a empreitada da persuasão. É no fexto que ela se deixa plenamente apreender; a representação que o locutor tem de seu público não pode ser percebida fora do discurso no qual se inscreve. É somente quando se materializa na troca verbal que ela toma consciência e pode ser relacionada a dados ou a imagens exteriores preexistentes (Amossy, 2020, p. 57).

Amossy (2020, p. 77-78) concebe, então, o auditório como a construção do orador, para ela “a representação que o orador tem de seu público, se inscreve no texto determinando modalidades argumentativas”. Sendo assim, o orador elaboraria uma imagem do auditório ao qual visaria se reconhecer, buscando influenciar por meio de condutas e opiniões para que então fosse um espelho desse auditório.

Para a autora, “a construção do auditório, que permite adaptar-se às competências e aos valores do alocutário, é paralela à construção de uma imagem em que o auditório deve se reconhecer e com a qual ele é levado a se identificar”. Dessa maneira, a autora acredita que para a construção do auditório há o paralelismo entre a adaptação aos valores e competências e a construção da imagem do interlocutor, visto que é por meio de técnicas argumentativas que será construído o auditório no discurso. Ainda, “trata-se de fazer o alocutário aderir a uma tese ou adotar um comportamento por se identificar a uma imagem de si que lhe é agradável”.

Seria pela forma como a adaptação ao auditório é concebida nas três funções-orador do nosso objeto que nos interessamos neste estudo, levando em consideração que nosso *corpus* de análise trata de um sujeito em três funções-orador e que possivelmente adapta seu discurso conforme seu auditório. Entendemos que os sujeitos se valem de técnicas argumentativas pelas quais buscam agir sobre o outro. A adesão aos argumentos compreende também o uso de valores e emoção, o que recorreria ao *pathos* e o entendimento da noção de auditório e

seus desmembramentos. Segundo Amossy (2020), Aristóteles acreditava que o *páthos* estaria ligado às paixões e às emoções, as quais o orador, ao propor seu discurso, deve levar em consideração para atingir emocionalmente seu interlocutor, estando assim no campo da visada argumentativa. Meyer (2017, p. 40) usa o termo *páthos* para se referir ao auditório. Para ele, essa é a dimensão retórica que suporta: “(1) as perguntas do auditório; (2) as emoções que ele experimenta diante dessas perguntas e suas respostas; (3) os valores que justificam a seus olhos essas respostas a essas perguntas”. Apesar de essas serem também noções caras ao estudo que propomos aqui, nos concentraremos na noção de *ethos*, vislumbrando que em nossa pesquisa o *ethos*, ou a imagem de si, é fator predominante para a exploração de nossa análise.

2.1. O *ETHOS* EM QUESTÃO

Eggs (2005) expõe que a RC compreende o *ethos* como a parte mais importante do discurso, evocando o exemplo de um orador que ao demonstrar honestidade possui maior probabilidade de créditos com seu auditório. O autor, nesse sentido, aponta dois campos semânticos que Aristóteles utiliza para exemplificar o *ethos*:

Encontramo-nos, portanto, na Retórica de Aristóteles, diante de dois campos semânticos opostos ligados ao termo *ethos*: um, de sentido moral e fundado na *epieikeia*, engloba atitudes e virtudes como *honestidade y benevolência* ou *equidade*; outro, de sentido neutro ou “objetivo” de *héxis*, reúne termos como hábitos, modos e costumes ou caráter (Eggs, 2005, p. 30).

Segundo o autor, Aristóteles compreendia a formação do *ethos* pelo sentido moral e das características pessoais do orador, embora sejam campos semânticos opostos, ele considera complementares em uma atividade argumentativa. Ademais, Eggs (2005, p. 32) explica que o filósofo grego enumerou três qualidades do *ethos* que seriam capazes de inspirar confiança:

possuir temperamento ponderado, a *phónesis*; mostrar sinceridade e simplicidade, o *areté*; e por último, transmitir uma imagem agradável de si, a *eúnoia*.

Para concebermos o *ethos* para a NR, primeiramente evocamos aqui a dicotomia em que Perelman (1999, p. 39) realiza ao diferenciar a retórica da lógica, ele expõe que esta última lida com a verdade categórica, hipotética ou abstrata, já na retórica o objetivo é a adesão. Sendo assim, o autor então esclarece que utiliza as terminologias orador e auditório em detrimento de *ethos* e de *páthos*, mas que ele as substitui como “mera exposição”. Todavia, o autor (1999, p. 113) compreende que o orador é “qualquer um que apresenta uma argumentação”, com isso, o *ethos* aristotélico vai compreender a dimensão discursiva desse orador.

A compreensão da noção de *ethos* contribui também aos aspectos relativos ao sentido e à argumentação no discurso. Amossy (2020, p. 79-80) expõe, primeiramente que a RC entende o *ethos* como “a imagem que o orador constrói de si em seu discurso, com o objetivo de contribuir para a eficácia de seu dizer”. Como expõe a autora, para o filósofo grego, *ethos* seria “o caráter, a imagem de si que o orador projeta em sua fala ou, antes, a imagem que deriva de um conhecimento prévio de sua pessoa”. A visão de *ethos* adotada por ela para a TAD, filia-se à noção de sujeito (orador) também como um orquestrador de seu discurso, que seleciona elementos para buscar pontos de adesão, ou seja, é um estrategista, que necessita ter controle sobre suas escolhas na construção do discurso.

Por conseguinte, expomos que a noção a qual usamos nesta pesquisa é o *ethos* concebido pela TAD, e que Amossy (2005, p. 126-127) utiliza como conceito o termo imagem de si, a qual “O orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo”. Essa apresentação de si, segundo a autora, não está somente

vinculada à própria apresentação, mas sim às modalidades de sua enunciação. Em consequência, considera a construção de si como o “conjunto das características que se relacionam à pessoa do orador e a situação na qual esses traços se manifestam que permitem construir sua imagem”.

Dessa forma, segundo a autora, o discurso predispõe da totalidade de elementos necessários para estabelecer a imagem do locutor, contudo faz isso de forma “indireta, dispersa, frequentemente lacunar ou implícita”, não configurando a imagem de si o que o locutor diz sobre si mesmo. Para isso, Amossy (2020) traz o exemplo de um estilo de uso de exclamações por parte do locutor, a quem pode indicar um caráter “ímpetuoso e colérico do locutor”, enquanto uma fala mais concisa e ríspida, que não objetiva a polidez, poderia indicar alguém que preza pela integridade e que diz a verdade sem “meias palavras”. Com isso, segundo a autora, trata-se de um “conjunto das características que se relacionam à pessoa do orador e a situação na qual esses traços se manifestam que permitem construir sua imagem”.

No presente trabalho, tomaremos como âncora de nossa análise o *ethos* exposto por Amossy (2005), cuja intenção é trabalhar a dimensão discursiva das determinadas funções-orador que nosso sujeito de análise apresentar. Sendo assim, trataremos de observar essa dimensão conforme o auditório de cada função, examinando as questões discursivas e argumentativas de acordo com o assunto e a argumentação disposta para estabelecer acordo, persuadir ou convencer.

2.2 ETHOS E ESTEREÓTIPO

Observamos anteriormente que Amossy (2005) relaciona o *ethos* aos esquemas coletivos interiorizados e valorizados pelo público-alvo, para isso ela adverte sobre a possibilidade de estereotipagem, noção essa que também pretendemos abordar em nossas análises, cabendo aqui um tipo de explanação. Para tanto, Amossy (2020, p. 59) define a estereotipagem como “imagem coletiva fixa, que se pode descrever atribuindo um conjunto de predicados a um tema”, o que permite encontrar o “grupo-alvo, ideias, crenças, evidências, preconceitos que o orador deve levar em conta”, também pensando no tipo de auditório, se homogêneo ou compósito.

De forma mais específica, Amossy (2005, p. 125) detalha o conceito de estereotipagem, apontando que a ideia prévia feita do locutor e a imagem de si que ele cria em seu discurso não devem ser totalmente particulares: “para serem reconhecidas pelo auditório, para parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma doxa, isso é, que se indexem em representações partilhadas”. É na adesão da argumentação e nas representações partilhadas de um determinado orador que ela acredita estar a estereotipagem, trata-se da “operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado”.

Sendo assim, a autora (2005, p. 126) explica que a comunidade elabora um modelo pré-construído de determinado orador conforme as particularidades onde ele está inserido, mas quando se trata de pessoa pública, ele será reconhecido pela imagem pública que as mídias lhe engendram. No âmbito argumentativo, exprime que “o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da doxa na qual ele se situa. O locutor só pode representar seus locutores se os relacionar a uma categoria social, étnica,

política ou outra”. Nesse sentido, é pela concepção de imagem do auditório, independente se errônea ou exata, que o locutor orienta seus esforços para adaptar-se a ele.

A imagem retratada na figura 1, abaixo, é datada de 2019, em uma manifestação em frente ao Congresso Nacional em apoio ao então ministro e à Operação Lava-Jato, mas o boneco inflável da figura de Moro vestido de super-homem teve sua primeira aparição em 2016, em evento na cidade de Sorriso/Mato Grosso, de um sindicato do Agronegócio da cidade, grupo que no Brasil vinha assumindo uma posição de direita. Não obstante, a figura do então juiz vinculada ao super-herói surgiu quando do início das aparições sobre as investigações do caso *Triplex do Guarujá*. Em face do estereótipo de super-herói, utilizamos uma fotografia de um boneco inflável com o rosto de Moro e o corpo no estilo Super-Homem “herói brasileiro”, para então traçarmos uma relação com suas postagens.

Figura 1 - Boneco inflável de Sérgio Moro como super-herói

Fonte - Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/moro-no-senado-manifestantes-inflam-super-moro-e-minimizam-vazamento/>>. Acesso em: 16 set. 2022.



Além desse boneco inflável, houve várias outras manifestações (memes, cartazes etc.) vinculando o ex-ministro a heróis da Marvel que apareceram em outros eventos ou em publicações em plataformas de comunicação *online*. Podemos observar que a figura do herói nos filmes de ficção representa àqueles seres que possuem superpoderes e que buscam pela justiça a qualquer custo. Notamos então a tentativa de construção de um tipo de representação cultural como imagem heroica, elaborando um esquema coletivo cristalizado de Moro como um tipo de “herói brasileiro” e, em contrapartida, uma imagem do então ex-presidente como vilão, ladrão e toda carga semântica a esses termos vinculada socialmente, fenômeno próprio da estereotipagem (Amossy, 2005).

Ao se atrelar um estereótipo ao orador, Amossy (2005) acredita que, na construção do processo de estereotipagem, dirigindo-se a um público de esquerda ou de direita, por exemplo, o orador estabelece um imaginário de uma representação cultural preexistente daqueles interlocutores, o que permite direcionar seu discurso conforme aquele público. Com base nessa concepção de estereótipo como construção coletiva cristalizada, tomaremos parte de nossas análises. Iniciaremos detalhando os aspectos de estereotipagem do nosso sujeito de análise, principalmente àquele que possivelmente tenha sido perpassado pelas suas funções-orador desde sua popularização.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Destacamos, inicialmente, que o conteúdo da análise foi gerado a partir da coleta de publicações da rede social *Twitter* pertencente ao sujeito pesquisado entre os anos de 2019 e 2022 em dois momentos: i) como Ministro da Justiça e ii) momento em que se filiou a um partido político e desejava candidatar-se à presidência. Para a observação dos usos argumentativos, o sujeito em análise exerceu função de juiz federal no período de 1996 a 2018, data esta em que solicitou

exoneração de cargo de juiz para assumir o cargo de ministro da justiça do então governo de Jair M. Bolsonaro, permanecendo na pasta até abril de 2020, após romper politicamente com o então presidente. Por conseguinte, no final de 2021 e início de 2022 ele iniciou as tratativas com partidos políticos em busca da candidatura a cargos políticos, inicialmente com aparente intenção (inclusive divulgada em diferentes veículos de imprensa) de concorrer à presidência da república.

O ex-juiz tinha ganhado notoriedade com a participação no julgamento do processo investigatório do então ex-presidente brasileiro Luíz Inácio Lula da Silva, pela Operação Lava-jato, em que Lula figurava como réu no caso *Triplex do Guarujá* e o magistrado teve grande participação nos trâmites do processo e, por consequência, sua imagem foi muito repercutida na mídia. Nesse sentido, esse ex-juiz, entre tantos outros, com base no julgamento do processo de uma figura pública, conseguiu construir uma imagem positiva em meio a uma aparente autopromoção e autoexposição midiática.

Nesse contexto, as análises serão direcionadas pela identificação dos usos argumentativos realizados pelo ex-juiz em compósitos extraídos de ecossistemas digitais, tendo em vista a verificação da formação dos *ethe* discursivos, analisados com base em suas postagens no até então *Twitter* (hoje X).

Para tanto, o *corpus* foi gerado pelos pesquisadores no ano de 2022, primeiramente, foram coletados 2 tuites datados de 9 de novembro de 2019 do sujeito da pesquisa na então plataforma digital *Twitter* da época em que ele era ministro. Parte do corpus também contou, com o objetivo de manter a fidelidade da postagem em sua época de publicação, de tuites capturados pelos jornais *on-line* Poder360 e Estado de Minas (momento em que era ministro). Por fim, foi

também realizada a coleta de publicações em 29 de janeiro e 10 de março de 2022 na plataforma *Twitter*, sendo a segunda data o dia de captura das duas postagens, confirmando, por meio de pesquisas, se a imagem do perfil era a mesma utilizada na segunda data (momento em que ele era pré-candidato à presidência).

Para a presente pesquisa, serão utilizados 2 exemplares para cada fase, após deixar de exercer a função de juiz (postagens com números expressivos de curtidas no momento da geração do corpus), sendo mantidas suas características compósitas (verbo imagéticas e tecnológica) para as análises. Na primeira fase, como juiz, serão descritos dados de época que se relacionam à figura 1, apresentada anteriormente, apenas para contextualização. Essa foi uma fase de pouca expressividade nos ecossistemas digitais, talvez motivada pelo cargo que Moro exercia na época, visto que ele criou sua conta no então *Twitter* apenas em abril de 2019, momento em que já exercia o cargo de ministro.

Sobre as questões envolvendo o uso das postagens, assinalamos, que aqueles que postam comentários ou apontamentos em redes sociais ou ecossistemas digitais, como o X (*Twitter*), estão atentos do caráter público desses ecossistemas e que esses podem ser usados em estudos científicos. Pelos citados (também nos comentários e postagens) serem também personalidades públicas serão mantidas suas identidades, especialmente pelas amostras não serem parte ou trazerem dados sensíveis.

4. JUIZ, MINISTRO E CANDIDATO: A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE *ETHE*

4.1. PRIMEIRA FASE: JUIZ

Durante o período do auge nas prisões da Operação Lava-Jato até mais precisamente meados do ano de 2019, a figura pública do então juiz frequentemente aparecia na imprensa e nas manifestações dos setores mais conservadores como alguém justiceiro e até mesmo heroico, desencadeando o movimento de apoio que, em parte, foi responsável pelo aparecimento de seu boneco, figura 1. Nesse sentido, como a função de juiz pertence ao Poder Judiciário e possui atribuições específicas constantes na lei do direito brasileiro (genericamente, autoridade pública com poder de julgar, administrador da Justiça do Estado, ou mesmo autoridade cujo dever seria julgar de forma imparcial), enquanto os Ministérios Públicos são responsáveis pelas acusações e podem compor a investigação de um processo, Moro já apresentava uma série de qualificadores que permitiram, junto aos casos de destaque por ele julgados, uma ampliação de sua imagem no contexto social brasileiro e até mesmo repercussão internacional, sobretudo pela popularidade de Lula.

Parte dessas noções (imagens), são assim facilmente já atribuídas a qualquer pessoa que ocupe um desses cargos, algo que aconteceu e foi ligada a figura de Sérgio Moro, que embora tenha sido um juiz federal, foi ainda enfatizada e, em algumas situações específicas (veículos de imprensa), reconstruída nessa época com base em suas decisões e forma de jogar. Essas decisões se tornaram ainda mais divulgadas em âmbito nacional, quando do julgamento do caso *Triplex do Guarujá*, em que a figura do então ex-presidente Lula (de partido político ligado à esquerda) foi colocada como centro das acusações e, por consequência, tomou conta dos noticiários durante os anos do julgamento no Brasil.

Desse momento em diante, tão notória foi sua exposição que a figura do então juiz começou a ser também ligada para além de um simples defensor da lei e combatente da corrupção no Brasil, aclamado particularmente pelo público de direita, contrário aos governos de Lula e Dilma Rousseff, ambos vinculados ao Partido dos Trabalhadores - PT. Esse é um ponto de partida importante para as análises das próximas fases, uma vez que também sinaliza uma mudança de rumo não mais como juiz, mas em outros cargos que passaram a beber dessa fonte como lugar de fala do sujeito pesquisado. Além disso, revelam parte da marca argumentativa do ex-juiz no sentido de acusar/defender, estratégia argumentativa.

4.2. SEGUNDA FASE: MINISTRO

A aparição de Moro como Ministro da Justiça do Governo Federal do Brasil aconteceu logo depois de seu pedido de exoneração como juiz a convite do então presidente Jair M. Bolsonaro. O cargo de Ministro da Justiça apresenta como atribuições gerais a resolução de assuntos relacionados com a ordem jurídica, ao livre exercício dos poderes, as questões nacionais, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais, segurança interna, defesa dos interesses da União e entre outros de ordem nacional. Nas figuras 2 e 3 a seguir, observamos as publicações realizadas no perfil oficial do *Twitter* do então ministro, conta pública, este então direcionado a seus seguidores:

Figura 2 - Print de tuite de Moro disponibilizado pelo Poder 360 na época da publicação

Fonte - Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/justica/nunca-de-sistiremos-diz-moro-e-sugere-ao-congresso-mudar-2a-instancia/>>. Acesso em: 16 set. 2022.



Figura 3 - Print de tuite de Moro no jornal online Estado de Minas na época da publicação

Fonte - Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/11/09/interna_politica,1099882/nao-respondo-a-criminosos-diz-moro-em-resposta-ao-ex-presidente-lul.shtml>. Acesso em: 16 set. 2022.



Na **Figura 2**, Moro comenta sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal em proibir prisões após condenação em segunda instância, o que resultaria na possibilidade de soltura do réu do processo em questão. Notamos que ele apresenta a tese da decisão do STF, mas contra-argumenta expondo que embora ela tenha que ser respeitada, ainda pode ser alterada, como o ministro Toffoli haveria reconhecido, ou seja, conforme entendimento de uma autoridade. Nesse sentido, observamos que há o objetivo de acordo e convencimento ao seu auditório de que a decisão pode ser alterada conforme o entendimento da autoridade.

Na postagem da **Figura 3**, há uma evocação de resposta a questionamentos recebidos, possíveis interlocutores estariam pedindo resposta a suposto insulto de Lula a Moro. Moro então contraria o suposto insulto com a resposta de que não responderia a criminosos, presos ou soltos, fazendo então remissão ao ex-presidente, visando desqualificá-lo. Além disso, há a tentativa de afastamento e apagamento da figura de Lula, quando ele não faz clara remissão a quem estaria direcionando aquela postagem, inclusive afirmando que essa pessoa (Lula) só merece ser ignorada. Aqui, embora seja gerada pelo contexto uma resposta a Lula, Moro busca reafirmar sua imagem de herói e, embora não dizendo de forma explícita, apresenta seu ponto de vista inalterado em relação à sentença dada por ele ao ex-presidente.

Quanto ao *ethos* da função-orador ministro, quando analisamos os fragmentos “lutar pela justiça e pela segurança pública não é tarefa fácil”, “nunca desistiremos”, essas frases se articulam com o discurso heroico, neste caso, o herói que sofre um golpe, que por mais que esteja sendo golpeado e que seja árdua sua atividade, jamais desistirá à missão. Embora haja essa imagem de herói pela postagem da **Figura 2**, verificamos também que na **Figura 3** há uma tentativa de desqualificar seu opositor: “Não respondo a criminosos, presos ou soltos”.

Em ambos os tuítes realizados por Moro, observamos a tentativa de retomada do heroísmo, estereotipado na figura de um herói nacional, com as marcas típicas da imagem de herói nacional, de justiceiro, o super-homem brasileiro, como apresentado na **Figura 1**, bem como a elevação da sua condição de alguém com certa importância institucional.

4.3. TERCEIRA FASE: O CANDIDATO À PRESIDÊNCIA

Nas postagens do *Twitter* a seguir, Moro já não exercia mais a função de Ministro da Justiça, lembrando que deixou o cargo no ano de 2020 em conflito com o então presidente da república Jair M. Bolsonaro, aparecendo posteriormente como candidato ao mesmo cargo no ano de 2022. Sendo assim, no início desse ano, o ex-ministro chegou a se declarar candidato à presidência da república, no entanto optou por mudar de partido, o qual não lhe foi permitido a candidatura à presidência, restando o pleito como Senador do Estado do Paraná. Isto posto, no caso das postagens a seguir, considera-se que Moro, naquele momento, pleiteava a candidatura à presidência da república.

Figura 4 - Print do tuíte de Moro na época da postagem

Fonte - Disponível em: <https://twitter.com/SF_Moro>. Acesso em 7 maio 2022.



Figura 5 - Print do tuite de Moro na época da publicação

Fonte - Disponível em: <https://twitter.com/SF_Moro>. Acesso em 7 maio 2022



Como é possível observar na **Figura 4**, Moro já se apresenta como possível adversário de Lula no cenário político, visto sua forma de tentar desqualificar seu opositor: “Lula não foi inocentado”. Ele agora traz ao debate o caso do *Tríplex do Guarujá*, estabelecendo uma referência direta ao ex-presidente, inclusive citado duas vezes o nome de Lula, o que não víamos nas primeiras postagens analisadas nesta pesquisa. Nos tuites (compósito digital) de quando era ministro, o ex-magistrado dizia não querer estabelecer diálogo com o ex-presidente, agora ele mesmo chama-o para o debate: “ele deve explicações ao povo brasileiro”, “Abra as contas, Lula.

Já na postagem da **Figura 5**, o ex-juiz responde ao tuite de Lula, que versava sobre o encarecimento dos combustíveis e que o ex-presidente atribuía o referido aumento à privatização

da distribuidora BR. Moro então contraria a tese de Lula iniciando com uma pergunta retórica “Sabe por que a Petrobrás ainda existe, Lula?”, em seguida ele defende a antítese que se não fosse a atuação da Lava-Jato a Petrobrás nem existiria, pois segundo o ex-ministro, a operação impediu que o partido de Lula continuasse “saqueando e desviando recursos da maior estatal do Brasil”. O orador estabelece um acordo prévio com o assunto de que Lula haveria postado, para então entrar em dissenso e gerar polêmica, a exemplo de que o orador não nega o encarceramento dos preços devido a privatização da BR, mas atribui a culpa desse aumento ao seu oponente.

Em face do *ethos* da função-orador candidato, notamos que no aspecto visual, enquanto a foto do perfil dos primeiros tuites apresentados aqui Moro estava de paletó em feição séria e postura altiva, nos tuites de quando era pré-candidato aparece em fotografia junto à sua esposa, sem gravata, com sorriso e semblante aparente de bom humor. Seu discurso e tentativas de gerar polêmica remetem ainda muito a uma imagem de juiz, acusando e se defendendo de críticas.

Na **Figura 4**, ele inicia sua explanação com o fragmento: “Vamos esclarecer de uma vez por todas: Lula não foi inocentado pela justiça”, aqui verificamos novamente uma tentativa de retorno à imagem de juiz, de quem vai esclarecer algo, impondo uma “sentença”, a de que seu opositor não foi inocentado. Além disso, em “ele deve explicações” e “Abra as contas” as proposições remetem à função-orador juiz. Ainda, na **Figura 5**, novamente Moro traz o heroísmo ao seu discurso na proposição “Se não fosse nosso trabalho, talvez a Petrobrás nem existisse mais. Felizmente, mudamos o rumo dessa história”, referindo-se ao seu trabalho no caso e o combate à corrupção, que também se traduz na estereotipação de super-herói nacional observada anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao relacionarmos a argumentação e o discurso para analisar diferentes posições do orador quanto ao uso de estratégias discursivas na transição de cargos/função social em redes sociais (*Twitter* – hoje renomeada como *X*), notamos como preconiza Perelman e Olbrechts-Tyteca que esse locutor/enunciador (orador) usou como estratégia a desqualificação do oponente. Para tanto, o uso da estereotipagem para a construção de um *ethos* pré-discurso, conforme Amossy (2020), vinculada culturalmente e cristalizada em meio social como uma figura de “super-herói” foi substancial para a manutenção da imagem do sujeito pesquisado e gerar acordo com seus interlocutores.

Essa imagem de super-herói nacional e de justiceiro construída logo no início de sua popularização foi aparentemente retomada pelo ex-juiz (tempo depois) em seus discursos quando possuía o cargo de ministro da justiça e também no momento quando pleiteava a candidatura à Presidência da República. Não se trata de um caso particular, uma vez que a imagem do herói ou características a ela filiada (manutenção da lei, organização social e estabelecimentos diretores de condutas), se associa frequentemente da imagem socialmente esperada de um juiz que teria como função defender a lei e a justiça para o prevalecimento da paz e da ordem social.

O julgamento do caso *Triplex do Guarujá* aparentemente gerou, no caso analisado, a promoção e expansão da imagem de juiz, o qual passa a ser conhecido pelo engajamento com o processo de Lula. Inclusive, pode-se dizer que a popularidade de Lula e a oposição de discursos elevou a imagem do então juiz graças a busca por um símbolo de representação e pela polarização entre direita e esquerda políticas ocorrida nos anos seguintes. Contudo, quando Moro já exercia a função de ministro houve uma tentativa de cancelamento da imagem de Lula (por

acusações decorrentes ainda de mesclas de sua fala como juiz) e redirecionamento político para suas ações, notáveis nas postagens do *Twitter* analisadas nesta pesquisa. Ainda assim, quando o ex-ministro assumiu postura de candidato à presidência, ele retomou aquilo que lhe promoveu, ou seja, tenta gerar um tipo de discurso polêmico ao citar seu oponente, retransmitindo a imagem de si como o responsável por benfeitorias para o país e combate à corrupção (o super-herói).

Por fim, quando relacionamos a imagem de si e ao fenômeno da estereotipação, de Amossy, verificamos a recorrência de enunciados característicos para cada função-orador do ex-juiz, bem como partes de seu discurso que remetem a essa tentativa de gerar uma imagem de heroísmo e/ou, até mesmo, de herói nacional.

REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (2020). *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto.
- _____(2017). *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto.
- _____(2005). Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: Ruth Amossy, *Imagens de si no discurso: A construção do ethos*. São Paulo: Contexto, pp. 9-28.
- _____(2005). O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: Ruth Amossy, *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, pp. 119-143.
- Eggs, E. (2005) Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: Ruth Amossy, *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson F. da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti., São Paulo: Contexto, pp. 29-56.
- Cavalcante, M. M. et al. (2022). *Linguística textual: conceitos e aplicações*. Campinas: Pontes Editores.
- Meyer, M. (2007). *A retórica*. São Paulo: Ática.
- Paveau, M-A. (2021). *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Julia Lourenço Costa & Roberto Leiser Baronas (Orgs.). Campinas, SP: Editora Pontes.
- Perelman, C. (1993). *O império retórico: retórica e argumentação*. São Caetano: Asa Editores.
- _____(1999). *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (1996). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Reboul, O. (2004). *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes.

ARTIGO RECEBIDO A
16/07/2023
ARTIGO APROVADO A
27/10/2023

Representação discursiva e orientação argumentativa em enunciados proferidos em uma situação de modalidade de discurso polêmico: as imagens do machismo e da misoginia

Discursive representation and argumentative orientation in utterances uttered in a situation of controversial discourse modality: the images of machismo and misogyny

GOMES, ALEXANDRO TEIXEIRA
alexandro.gomes@ufrn.br

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014)
Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4612-0361>

PALAVRAS-CHAVE:
Combate ao machismo e à
misoginia;
Argumentação;
Discurso.

RESUMO: Partindo do pressuposto de que todo discurso é ideológico e marcado argumentativamente, este trabalho tem por objetivo analisar as marcas do machismo e da misoginia presente em enunciados envolvendo uma polêmica instaurada a partir de uma fala do cantor brasileiro Zé Neto. No dia 12 de maio de 2022, durante um show na cidade de Sorriso, no estado brasileiro de Mato Grosso, o cantor, que faz dupla sertaneja com Cristiano, fez um discurso em apoio ao então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e contra a Lei Rouanet. De sua fala, destacamos o seguinte trecho: “A gente não precisa fazer tatuagem no ‘toba’ pra mostrar se a gente tá bem ou não, a gente vem simplesmente aqui e canta”. Trata-se de uma referência direta à tatuagem que a também brasileira e cantora Anitta tem em seu corpo. Esse episódio foi o estopim para uma discussão travada nas redes sociais permeada de falas misóginas, objeto de nossa análise. Do ponto de vista teórico, ancoramos, sobretudo, em Amossy (2017, 2018, 2020), Cavalcante et al (2020), Adam (2011) e Chapanski (2020). Os resultados apontam que ainda há, de forma muito presente, um discurso machista e misógino, que deve ser combatido, assim como todo e qualquer discurso de ódio, pois coloca as mulheres em situação de grave vulnerabilidade social.

KEY-WORDS:
Combating sexism and
misogyny;
Argumentation;
Discourse.

ABSTRACT: Assuming that all discourse is ideological and marked by argumentation, this study aims to analyze the manifestations of machismo and misogyny in utterances involving a controversy stemming from a statement made by the Brazilian singer Zé Neto. On May 12, 2022, during a concert in the city of Sorriso, in the Brazilian state of Mato Grosso, the singer, part of the sertanejo duo with Cristiano, delivered a speech in support of the then-president of Brazil, Jair Bolsonaro, and

against the Rouanet Law. From his speech, we highlight the following excerpt: "We don't need to tattoo our 'toba' to show whether we're doing well or not; we simply come here and sing." This directly references a tattoo that the Brazilian singer Anitta has on her body. This episode triggered a discussion on social media characterized by misogynistic statements, which is the focus of our analysis. From a theoretical perspective, our study is primarily grounded in the works of Amossy (2017, 2018, 2020), Cavalcante et al (2020), Adam (2011), and Chapanski (2020). The results indicate a persistently prevalent discourse of sexism and misogyny, which must be addressed, along with any form of hate speech, as it places women in a situation of severe social vulnerability.

INTRODUÇÃO

O estudo das representações discursivas encontradas em textos concretos e seus efeitos de sentido atrelado à argumentação e à orientação argumentativa dos enunciados tem recebido especial atenção em diversas pesquisas que se interessam pelos estudos discursivos na interface Linguagem *versus* Direito.

Sob esta ótica, este trabalho, situado na referida interface, alia categorias da Análise Textual dos Discursos, da Teoria da Argumentação do Discurso e da Linguística Forense com o objetivo de dar sustentabilidade teórica e metodológica às análises realizadas.

Do ponto de vista metodológico, buscamos: i) analisar as marcas do machismo e da misoginia presentes no discurso do cantor brasileiro Zé Neto; ii) discutir como esse discurso pode fomentar a misoginia a partir das imagens criadas; iii) refletir sobre a importância das categorias linguísticas em uma análise forense.

No que se refere ao plano de texto deste artigo, além dos elementos pré e pós-textuais, contamos uma seção em que contextualizamos o estudo, uma seção em que apresentamos o marco teórico, além de uma seção metodológica, uma seção de análise dos dados, esta introdução e as considerações em aberto.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A presente contextualização toma como orientação as palavras de Amossy (2018, p. 59). De acordo com a autora,

a representação que eu faço do meu alocutário depende, necessariamente, da ideia que tenho do grupo ao qual ele pertence. [...] Eu só posso imaginar meus interlocutores se os

1. Substantivo masculino usado de maneira informal no Brasil para se referir ao ânus.

vincular a uma categoria social, étnica, política ou outra. É somente assim que posso prever suas reações. A estereotipagem permite encontrar, em função do grupo-alvo, idéias, crenças, evidências, preconceitos que o orador deve levar em conta.

Nesta mesma linha de raciocínio, Chapansky (2020, p. 28), com base nos dizeres de Rosenfeld (2003), destaca que:

Não é possível, portanto, analisar o discurso de ódio apartado do seu histórico e da conjuntura política onde ele é flagrado, em seu contexto. [...] A abrangência e mesmo a toxicidade de certo discurso dependerão da mídia de sua difusão: digital ou analógica; rede social, ou revista, jornal, livro; rádio ou televisão etc. [...] igualmente relevante é o perfil do público a quem o discurso é lançado: seria formado, por exemplo, exclusivamente por simpatizantes, também potenciais emissores da mensagem de ódio; ou por potenciais emissores e alvos do discurso, ou ainda unicamente por indivíduos alvos desse discurso.

Assim, comentaremos, a seguir, a Lei Rouanet, bem como faremos um breve histórico da situação em si e dos envolvidos no episódio que gerou os dados analisados nesta investigação.

1.1. A LEI ROUANET

A lei Rouanet, cujo nome oficial é Lei Federal de Incentivo à Cultura (Nº 8.313/1991), foi uma lei sancionada em 1991 pelo então presidente brasileiro Fernando Collor de Mello que acabou levando o nome do secretário de Cultura à época, Sérgio Paulo Rouanet.

A lei, basicamente, oficializa o mecenato, que é a prática de estímulo à produção cultural e artística a partir do financiamento de artistas e de suas obras, algo que acontece há séculos nas artes, permitindo que pessoas físicas e jurídicas destinem parte dos recursos que iriam para o pagamento do Imposto de Renda ao financiamento de obras artísticas.

No Brasil, desde o período das eleições presidenciais de 2018, a Lei Rouanet tem sido alvo de muitos ataques pelo, naquele momento, candidato à presidência da República e depois pre-

GOMES, ALEXANDRO TEIXEIRA; *Representação discursiva e orientação argumentativa em enunciados proferidos em uma situação de modalidade de discurso polêmico: as imagens do machismo e da misoginia / Discursive representation and argumentative orientation in utterances uttered in a situation of controversial discourse modality: the images of machismo and misogyny*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 13 ANO 2023, PP. 72-92

sidente, Jair Bolsonaro, e seus apoiadores que alegam que a lei só financia “comunistas e obras de cunho sexual com apologia à pedofilia e a sexualização precoce das crianças”.

Neste cenário, diversas situações de ataque à lei Rouanet ocorreram a exemplo da que relatamos a seguir.

1.2. A SITUAÇÃO E OS ENVOLVIDOS

No dia 12 de maio de 2022, durante um show na cidade de Sorriso, no estado de Mato Grosso, o cantor brasileiro Zé Neto, que compõe uma dupla sertaneja com Cristiano, fez um discurso em apoio ao então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e contra a Lei Rouanet. Ele diz o seguinte: “Sorriso, Mato Grosso, um dos estados que sustentou o Brasil durante a pandemia. Nós somos artistas que não dependemos de Lei Rouanet, nosso cachê quem paga é o povo. A gente não precisa fazer tatuagem no ‘toba’ pra mostrar se a gente tá bem ou não, a gente vem simplesmente aqui e canta”.

O trecho “A gente não precisa fazer tatuagem no ‘toba’ pra mostrar se a gente tá bem ou não, a gente vem simplesmente aqui e canta” é uma referência direta à tatuagem que a também brasileira e cantora Anitta tem em suas nádegas.

Para melhor compreender o caso, é preciso saber que o cantor Zé Neto, que faz parte da dupla sertaneja Zé Neto & Cristiano, é um declarado apoiador do então presidente Jair Bolsonaro. Por sua vez, a cantora Anitta, alvo das críticas do sertanejo, é uma cantora, compositora, atriz, dançarina, empresária e apresentadora brasileira, crítica do governo Bolsonaro.

Feita esta contextualização, passemos, pois, a apresentar o marco teórico de nossa investigação.

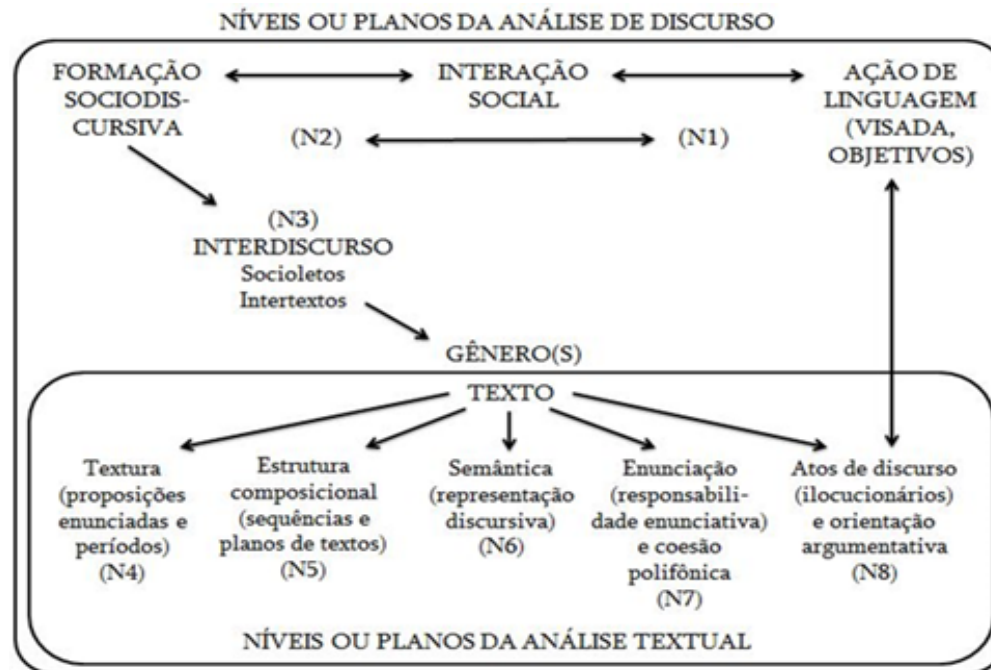
2. MARCO TEÓRICO

Conforme destacado anteriormente, situamo-nos na interface Linguagem X Direito, buscando aliar categorias da Análise Textual dos Discursos, da Teoria da Argumentação do Discurso e da Linguística Forense com o objetivo de dar sustentabilidade às análises realizadas.

A Análise Textual dos Discursos é apresentada por Adam (2011) como um procedimento teórico e metodológico “da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos” (Adam, 2011, p. 23) cujo objetivo é “pensar o texto e o discurso em novas categorias” (Adam, 2011, p. 24) a partir de determinados níveis ou planos de análise apresentados pelo autor na figura a seguir:

Figura 1 - Esquema 4 - Níveis da análise de discurso e níveis da análise textual

Fonte - Adam (2011, p. 61).



Aquino e Gomes (2021), destacam que

De acordo com Adam (2011), no nível textual, concentram-se as questões relacionadas à textura, à estrutura, à semântica, à enunciação e aos atos de discurso (níveis 4, 5, 6, 7 e 8, respectivamente). Todavia, na ATD, essas questões devem ser vistas na relação com o nível do discurso, ou seja, observando a ação de linguagem, a interação social e a formação discursiva que institui pragmaticamente os gêneros de discurso (níveis 1, 2 e 3), uma vez que é na relação entre o nível do texto e o do discurso que se constroem os efeitos de sentido passíveis de interpretação. (Aquino; Gomes, 2021, p. 214).

Para a presente pesquisa, interessam-nos os níveis N6 e N8 que tratam, respectivamente, da dimensão referencial, ancorada na noção de representação discursiva, e da dimensão argumentativa, ancorada na noção de orientação argumentativa dos enunciados (Adam, 2011, 2012).

No âmbito da Argumentação e da orientação argumentativa dos enunciados, partimos do pressuposto de que todo discurso é ideológico e consideramos com Adam (2011, p. 122) que “todo enunciado possui um valor argumentativo”, entendendo, assim, que “um texto não é isolável, mas situado no encadeamento dos discursos aos quais ele responde e que lhe respondem”.

Nesse contexto, a compreensão de polêmica enquanto modalidade argumentativa ganha relevo. Em Amossy (2017, p. 49), encontramos que “a primeira marca da polêmica como debate da atualidade é uma oposição de discurso”. Marc Angenot (1982, p. 34 apud Amossy, 2017, p. 49) diz que a polêmica é marcada pela oposição dos discursos e “supõe um *contradiscorso antagonista* [...], o qual visa desde logo a uma dupla estratégia: demonstração da tese e refutação-desqualificação de uma tese adversa”. Nesta mesma linha de raciocínio, Cavalcante et al (2020, p. 63) afirma que

O objetivo, na desqualificação do outro em uma modalidade polêmica, não é discutir os méritos da razoabilidade dos argumentos do Oponente, mas sim desqualificar o adversário como interlocutor sério, apresentando-o como alguém incompetente, não confiável ou inconsequente.

Desta forma, Amossy (2017, p. 53) define a polêmica como “*um choque de opiniões antagônicas*, marcando o caráter constitutivo que desempenha nela o conflito”. Para a autora,

Se há choque de opiniões contraditórias, é porque a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara dicotomização na qual duas opções antitéticas se excluem mutuamente. Enquanto o debate argumentado se supõe direcionar os participantes para uma possibilidade de solução, a dicotomização “radicaliza o debate, tornando-o difícil – às vezes impossível – de resolver (Amossy, 2017, p. 53).

Importante destacar que o discurso polêmico é, segundo Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 9), “a produção discursiva de somente uma das partes em presença, mas na qual se inscreve, necessariamente, o discurso do outro”. Ele é, desta forma, dialógico, mas não dialogal, já que dialoga com outros discursos aos quais se opõe, mas não interage diretamente com seu adversário (Cf. Amossy, 2017, p. 72).

A título de exemplificação do discurso polêmico podemos citar o próprio caso do cantor Zé Neto em relação à cantora Anitta, objeto desta investigação. Seu discurso dialoga com o discurso bolsonarista que ataca a Lei Rouanet, mas não interage com Annita que sequer se encontra na cena enunciativa, qual seja, o show realizado pelo sertanejo Zé Neto.

Considerando que esse discurso polêmico pode criar várias imagens na tentativa de desqualificar o outro, o conceito de representação discursiva de Adam (2011) merece ser invocado.

No que se refere à representação discursiva, Adam (2011, p. 217) considera que “do caráter indissociável de um conteúdo descritivo e de uma posição enunciativa que orienta,

argumentativamente, todo enunciado, decorre o fato de que um procedimento descritivo é inseparável da expressão de um ponto de vista, de uma visada do discurso”.

Rodrigues, Passeggi, Silva Neto (2010, p. 173) afirmam que “todo texto constrói, com maior ou menor explicitação, uma representação discursiva do seu enunciador, do seu ouvinte ou leitor e dos temas ou assuntos que são tratados”. Nesse contexto, “todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada (memória discursiva, modelo textual) [...], sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores” (Koch, 2009, p. 61).

Nesse sentido, o discurso em foco suscita uma série de outros discursos e cria várias imagens sobre as mulheres personificadas aqui pela cantora Anitta. Essas imagens criadas a partir da fala do cantor Zé Neto podem ser responsáveis por criar um ambiente favorável para difusão de discursos de ódio, sobretudo os machistas e misóginos, como nesse caso.

Quando nos referimos a discursos de ódio, invocamos Chapanski (2020, p. 18), para quem “o discurso de ódio (*hate speech*) não conta com uma definição legal específica, estabelecida em tratados internacionais. Sem dúvidas, o conceito é controverso: o que pode ser ofensivo e odioso para alguns, não o será para todos.” É nesta dificuldade que muitos se ancoram para disseminar seus preconceitos alegando depois que se tratava de uma fala sem intenção alguma de ofender e é nesse contexto que a Linguística Forense e suas categorias de análise assumem crucial importância.

Chapansky (2020, p. 18) também ressalta que “manifestações de ódio já provaram historicamente seu potencial destruidor, manipulando contingentes sociais não apenas para vencer eleições, mas para promover segregação massiva e genocídios.”

No bojo desta discussão, Chapanski (2020, p. 20) destaca que uma questão importante a ser discutida é “como definir o discurso de ódio e como caracterizar uma incitação (por que itens lexicais, ou formas verbais, expedientes pragmáticos ou discursivos)” e aqui assume crucial relevância a relação Linguagem versus Direito pois as categorias linguísticas podem contribuir para o reconhecimento do dolo em uma possível análise forense.

Silva *et al* (2011 *apud* Chapanski, 2020, p. 27), na tentativa de caracterizar o discurso de ódio, afirmam que:

O discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor. [...] A existência do discurso de ódio, assim toda expressão discursiva, exige a transposição de ideias do plano mental (abstrato) para o plano fático (concreto).

A definição de Silva *et al* (2011 *apud* Chapanski, 2020, p. 27) pode ser perfeitamente aplicada ao caso em foco. Os elementos básicos de discriminação e externalidade são plenamente atendidos ao termos a fala discriminatória do cantor Zé Neto externalizada em um show com milhares de pessoas assistindo. Igualmente é possível verificar a dicotomia superior, o emissor homem, e inferior, o atingido mulher, com a manifestação que passou a existir quando foi dada a conhecer por milhares de outros que não o próprio autor. Tudo isso leva a transposição de ideias do plano mental e abstrato dos enunciados para o plano fático e concreto que é a materialização do discurso em pleno show com milhares de interlocutores acompanhando.

Por sua vez, Brugger (2007, p. 118 *apud* Chapanski, 2020, p. 27) afirma que “o discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”.

Nesse contexto, operando transdisciplinarmente entre Linguagem e Direito, a Linguística Forense abriga claramente um terreno fértil de atuação no que se refere ao escopo desse trabalho, ao partirmos do pressuposto de que a linguística tem condições de apresentar categorias que justifiquem a presença do dolo em “discursos inocentes” veiculados “sem intenção de prejudicar ninguém”.

Chapanski (2020, p. 15) afirma que

para um público leigo nos aparatos teóricos da linguística, essas distinções não são flagrantes, e a aparente fluidez dos limites entre grandes ofensas e simples opiniões se intensifica. Já alguém habilitado técnica e teoricamente pode atuar de modo diferencial frente as relações da língua e da linguagem com o mundo. Afinal, categorizar de fato tais violações pode demandar conhecimento técnico de áreas como a pragmática, a semântica, a análise de discurso, a linguística de corpus” entre outras áreas da linguística.

Considerando o exposto, parece-nos importante discutir como esses discursos de ódio se manifestam e como o discurso machista e misógino pode ser considerado um discurso de ódio contra as mulheres, fato que dá relevo acadêmico a essa investigação. Com esse olhar, partimos para a análise. Antes, apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nosso *corpus* está composto por quatro enunciados envolvendo uma polêmica instaurada a partir da fala do cantor brasileiro Zé Neto que, no dia 12 de maio de 2022, durante um show na cidade de Sorriso, no estado brasileiro de Mato Grosso, fez um discurso em apoio ao então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e contra a Lei Rouanet. Dos quatro enunciados analisados, dois foram produzidos pelo próprio cantor Zé Neto. O terceiro enunciado foi produzido por um deputado brasileiro e o quarto enunciado se refere ao posicionamento de um outro cantor brasileiro, ambos grandes apoiadores do ex-presidente Bolsonaro.

Constituído o *corpus*, nosso objetivo foi i) analisar as marcas do machismo e da misoginia presente no discurso do cantor brasileiro Zé Neto e de seus interlocutores; ii) discutir como esse discurso pode fomentar a misoginia a partir das imagens criadas; iii) refletir sobre a importância das categorias linguísticas em uma análise forense.

Como categorias de análise, invocamos os conceitos de representação discursiva e de dimensão argumentativa, ancorada na noção de orientação argumentativa dos enunciados advindos da Análise Textual dos Discursos, além do conceito de discurso polêmico advindo da Teoria da Argumentação do Discurso. Por fim, buscamos a interface Linguagem *versus* Direito ao invocar os mecanismos legislativos do campo da Linguística Forense com vistas a provar os possíveis dolos presentes em discursos preconceituosos na busca por combater os discursos machistas e misóginos, objeto de nossa investigação.

4. ANÁLISE DOS DADOS

No dia 12 de maio de 2022, durante um show na cidade de Sorriso, no estado de Mato Grosso, o cantor brasileiro Zé Neto, que faz dupla sertaneja com Cristiano, fez um discurso em apoio ao então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e contra a Lei Rouanet. Ele diz o seguinte: “Sorriso, Mato Grosso, um dos estados que sustentou o Brasil durante a pandemia. Nós somos artistas que não dependemos de Lei Rouanet, nosso cachê quem paga é o povo. A gente não precisa fazer tatuagem no ‘toba’ pra mostrar se a gente tá bem ou não, a gente vem simplesmente aqui e canta”.

O trecho “A gente não precisa fazer tatuagem no ‘toba’ pra mostrar se a gente tá bem ou não, a gente vem simplesmente aqui e canta” é uma referência direta à tatuagem que a também brasileira e cantora Anitta tem em suas nádegas.

Com base no exposto, podemos dizer que a fala do cantor é um clássico exemplo de discurso misógino e há várias marcas linguísticas que podem comprovar como esses enunciados insultaram, buscaram intimidar ou assediar (Cf. Brugger, 2007 *apud* Chapanski, 2020) a cantora Annita em virtude sobretudo do aspecto de seu sexo, embora possamos considerar outros aspectos como cor, etnicidade, etc, instigando violência, ódio ou discriminação contra a Annita e, conseqüentemente, contra todas as mulheres.

No que se refere às Representações Discursivas, a fala do cantor cria várias imagens e aqui nós destacamos três:

i) a mulher incapaz

Ao dizer que “Nós somos artistas que não dependemos de Lei Rouanet”, Zé Neto cria uma imagem da mulher incapaz que não consegue fazer sucesso a não ser que por meio de incentivos fiscais.

ii) a mulher só vence na vida com apelação sexual

Quando o cantor afirma que “A gente não precisa fazer tatuagem no ‘toba’ pra mostrar se a gente tá bem ou não, a gente vem simplesmente aqui e canta”, mais uma vez se cria uma imagem da mulher que não tem capacidade de vencer na vida a não ser que por meio de apelação sexual do seu corpo.

iii) a mulher que não tem autonomia sobre seu corpo

Nesta terceira imagem criada, a mulher, vista ainda por uma ótica patriarcal, não deve ter autonomia para decidir o que quer fazer com seu corpo, sendo vista como inferior ou de segunda categoria aquela que não se adequa ao machismo estrutural da sociedade.

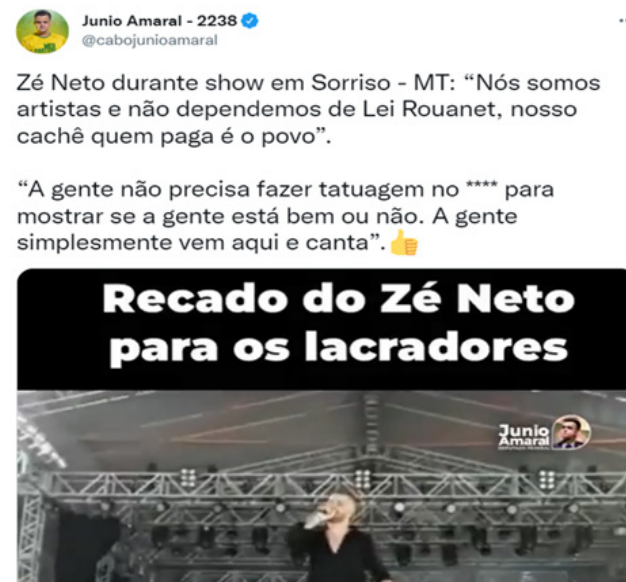
Essas imagens, a nosso ver, apresentam propósitos argumentativos diversos, entre os quais destacamos o desejo do cantor sertanejo por se colocar como homem heterossexual, conservador e defensor dos valores morais, portanto, superior às mulheres a partir de uma visão machista, logo misógina, de que as mulheres só conseguem algo na vida em troca de apelos sexuais, de acordo com o discurso veiculado. Nossa assertiva se ancora em Cavalcante et al (2020, p. 22) para quem “é na dimensão das relações de textualização que a argumentação se inscreve [...]. A argumentação é constitutiva do discurso, mas é no texto que ela se expressa”, ou seja, é possível explicar os discursos e seus vieses argumentativos por meio das marcas presentes na materialidade textual.

Tais discursos permitem que outros enunciadores, outras vozes façam coro ao conteúdo proposicional veiculado. Após sua fala enquanto enunciador primeiro nos dizeres de Rabatel (2008, 2016), houve manifestações de vários outros enunciadores nas redes sociais apoiando o cantor, entre as quais destacamos duas:

Enunciado 1 - Comentário do Deputado Junio Amaral

Fonte - <<https://twitter.com/cabojunioamaral>>²

2. <https://twitter.com/cabojunioamaral/status/1525450126894018562?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Cwtwrm%5E1525450126894018562%7Ctwgr%5E75d59c05a5c3a-3d3587bd7bbeb5f7d8851a79d-2c%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fcongressoemfoco.uol.com.br%2Farea%2Fpais%2Fcantor-ze-neto-elogia-bolsonaro-e-alfinete-anitta-nao-dependemos-de-lei-rouanet%2F>

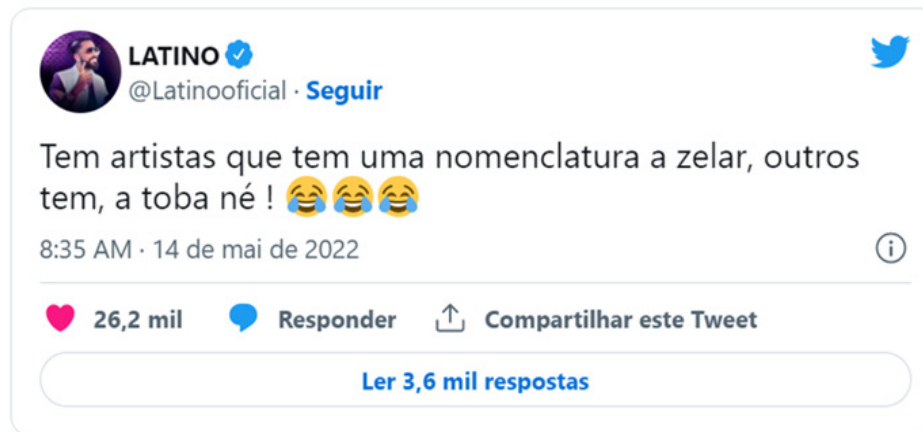


GOMES, ALEXANDRO TEIXEIRA; *Representação discursiva e orientação argumentativa em enunciados proferidos em uma situação de modalidade de discurso polêmico: as imagens do machismo e da misoginia / Discursive representation and argumentative orientation in utterances uttered in a situation of controversial discourse modality: the images of machismo and misogyny*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 13 ANO 2023, PP. 72-92

Ao dizer “Recado de Zé Neto aos lacradores”, o deputado conservador endossa o discurso de ódio contra os “lacradores”, termo pejorativo usado pelos conservadores brasileiros para se referir a todos que defendem os direitos humanos e os direitos das minorias. A escolha lexical do vocábulo “lacradores” atribui valor e reforça a imagem do “Nós” X “Tu”, em que o NÓS como sendo aqueles que labutam para ganhar a vida e o TU como sendo aqueles que vivem às custas do Estado “lacrando” nas redes sociais e fora delas ou, no caso das mulheres, sendo as que apelam para conteúdo eróticos e/ou de cunho sexual para conseguir sucesso. Parece-nos claro que está presente, aqui, a descredibilização do trabalho do TU entendido como inerentemente de pouca qualidade.

Ainda podemos observar a fala depreciativa e desrespeitosa com a qual o cantor Latino se refere à Anitta, quando diz que há cantores que têm um nome a zelar, enquanto outros têm “a toba”.



Enunciado 2 - Comentário do cantor

Fonte - <<https://twitter.com/latinooficial>>³

3. <<https://twitter.com/latinooficial/status/1525439636297883649?lang>>

Frente ao exposto, podemos perceber como o discurso de ódio autoriza outras vozes a fazerem eco e a corroborar esse ponto de vista assumindo o conteúdo proposicional fazendo com que todo um rol de direitos, inclusive fundamentais, possam ser desrespeitados por meio de operações de linguagem (Chapanski, 2020).

Destacamos, ainda, um outro post que o próprio Zé Neto fez em uma rede social a partir do apoio recebido por parte dos seus interlocutores:

Enunciado 3 - Comentário do cantor Zé Neto

4. <<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/05/15/ze-neto-anitta.htm?cmpid>>

"Não falei o nome de ninguém. Mas o engajamento está top. Mete o pau. Desculpa não responder todo mundo, é que tenho 23 shows neste mês. Então, vou descansar aqui. Beijo, pessoal"⁴

Considerando com Cavalcante et al (2020, p. 63) que

O objetivo, na desqualificação do outro em uma modalidade polêmica, não é discutir os méritos da razoabilidade dos argumentos do Oponente, mas sim desqualificar o adversário como interlocutor sério, apresentando-o como alguém incompetente, não confiável ou incosequente.

É possível perceber essa tentativa de desqualificação do outro, quando o cantor se desculpa por não responder todo mundo alegando que tem vinte e três shows neste mês. Ao dizer isso, fica uma comparação tácita por meio da qual se supõe que ele é um homem sério e trabalhador e ganha com o suor desse trabalho, ao invés de ficar dependendo de subsídios da Lei Rouanet.

Por fim, destacamos “um pedido de desculpas” do cantor após a polêmica instaurada:

“Nunca, pela vida dos meus filhos, a nossa intenção foi incitar o ódio. A gente se expressou de uma maneira, porque quis mostrar o lado de quem vive do agro, de quem vive da roça. Estou atrás de paz”, disse.
“Jamais quis incitar ódio ao próximo, isso está longe da gente, e eu peço desculpas a quem entendeu errado. Eu queria repreender todo tipo de ódio que está sendo construído por causa de uma expressão errada que eu fiz. Em algumas coisas eu confirmo meu ponto de vista”.⁵

Enunciado 4 - Pedido de desculpas do cantor Zé Neto

5. <<https://www.instagram.com/ze-netotoscanooficial/?hl=pt-br>>

Tais enunciados nos permitem considerar que o cantor busca empreender uma ideia de que entende, consciente ou inconscientemente, que deferiu “apenas palavras” bem no esteio do que considera uma linha de estudos que defende a absoluta primazia dos direitos de expressão a exemplo da brasileira Meyer-Pflug (2009).

Para esta autora, “o discurso do ódio encontra-se no mundo das ideias e se utiliza de expressões que muitas vezes podem ser consideradas provocadoras, incitadoras e que intimidam o grupo social ao qual se destinam, mas ainda assim são só palavras”. (Meyer-Pflug, 2009, p. 140).

Ao analisarmos a materialidade textual dos enunciados, percebemos que esse discurso “inocente” não se sustenta. Primeiro, pelo uso da expressão imperativa “Mete o pau’ incitando seus seguidores a continuar atacando a cantora e todos aqueles que se pronunciaram em sua defesa. Segundo pelas contradições que podemos encontrar no enunciado 04. O enunciador afirma que não quis incitar o ódio, logo depois é categórico ao afirmar que fez um discurso contundente, em seguida reforça que não quis incitar o ódio, por fim é novamente categórico afirmando que confia em seu ponto de vista. Isso comprova que Zé Neto tinha consciência de que seu discurso poderia sim ultrapassar a linha da liberdade de expressão.

Frente ao exposto, parece-nos clara a importância de se considerar o uso de categorias linguísticas em uma análise forense. É possível perceber o reconhecimento do dolo a partir do contexto e das marcas linguísticas presentes na materialidade textual.

5. CONSIDERAÇÕES EM ABERTO

Buscamos, aqui, analisar as marcas do machismo e da misoginia presentes no discurso do cantor brasileiro Zé Neto, bem como discutir como esse discurso pode fomentar cada vez mais o machismo e a misoginia a partir das imagens criadas.

A análise descritiva e interpretativa das representações discursivas nos permitiu perceber várias imagens a partir dos enunciados proferidos pelo cantor Zé Neto, entre as quais destacamos três: i) a mulher incapaz; ii) a mulher só vence na vida com apelação sexual; iii) a mulher não tem autonomia sobre seu corpo.

Frente ao exposto, é possível afirmar que os enunciados proferidos pelo cantor refletem aspectos básicos da ideologia machista e misógina vigente em nossa sociedade que, entre outras coisas, julga a mulher pela exposição de seu corpo e de suas intimidades.

Trata-se, a nosso ver, de uma tentativa de apagamento da mulher a partir do insulto, da intimidação, do assédio, marcas do discurso de ódio e do discurso machista e misógino. Mais que combater esses discursos, é preciso termos “o domínio de elementos teóricos da linguística e de sua aplicação a contextos interpretativos fatuais” que possam “ajudar a constatar a precisão e adequação de um mecanismo legislativo, texto de uma lei, em formulação ou já formulado” (Chapanski, 2020, p.15).

GOMES, ALEXANDRO TEIXEIRA; *Representação discursiva e orientação argumentativa em enunciados proferidos em uma situação de modalidade de discurso polêmico: as imagens do machismo e da misoginia / Discursive representation and argumentative orientation in utterances uttered in a situation of controversial discourse modality: the images of machismo and misogyny*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 13 ANO 2023, PP. 72-92

Isso nos mostra a importância das categorias linguísticas em uma análise forense para definir o discurso de ódio e para combater o machismo e a misoginia, bem como nos mostra a relevância dos estudos do discurso.

Por fim, parece-nos perceptível a associação das três grandezas presentes nesta investigação: i) Análise Textual dos Discursos, invocando os conceitos de representação discursiva e de dimensão argumentativa, ancorada na noção de orientação argumentativa dos enunciados; ii) Teoria da Argumentação do Discurso, invocando o conceito de discurso polêmico; iii) Linguística Forense, invocando os mecanismos legislativos para combater os discursos machistas e misóginos e a presença de dolo em discursos “inocentes”.

ARTIGO RECEBIDO A

16/05/2023

ARTIGO APROVADO A

10/10/2023

REFERÊNCIAS

Adam, J.-M. (2011). *A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Cortez.

Amossy, R. (2017). *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto.

_____(2018). *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto.

_____(2020). A dimensão argumentativa do discurso: questões teóricas e práticas. In: M. M. Cavalcante & M. Brito (Org.). *Texto, discurso e argumentação*. Campinas-SP: Pontes editores.

Aquino, L. D.; Gomes, A. T. (2021). Representações discursivas de Lula: uma análise da referência no texto das capas da revista Época. In: Revista (Con)Textos Linguísticos, *Vitória*, v. 15, n. 31, pp. 211-230.

Cavalcante, M. M. et al. (2020). *Linguística textual e argumentação*. Campinas-SP: Ponte editores.

Chapanski, G. (2020). Crimes com palavras: um olhar da linguística forense sobre o discurso de ódio no contexto brasileiro. In: C. M. Tullio & C. M. Gavioli-Prestes (Org.). *Linguística forense: reflexões e debates* [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e Contexto. (Coleção Singularis, v.3).

Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). La polémique et ses définitions. In: N. Gelas & C. Kerbrat-Orecchioni(eds.) *Le discours polemique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980, pp. 3-40.

Koch, I. G. V. (2009). *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Meyer-Pflug, S. R. (2009). *Liberdade de expressão e discurso do ódio: racismo, discriminação, preconceito, pornografia, financiamento público das atividades artísticas e das campanhas eleitorais*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Rabatel, A. (2008). *Homo narrans: pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit: les points de vue et la logique de la narrations*. Limoges: Lambert-Lucas.

_____(2016). *Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração - teoria e análise*. Tradução - Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. Revisão técnica - João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Editora Cortez.

Rodrigues, M. G. S.; Passeggi, L.; Silva Neto, J. G. (2010). “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In: J.-M. Adam, et al. *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações*. São Paulo: Cortez, pp. 150-195.

Interações polêmicas em torno da pobreza, da fome e da desigualdade numa publicação do padre Júlio Lancellotti no *Instagram* controversial interactions surrounding poverty, hunger, and inequality in a *Instagram* post by Father Júlio Lancellotti

MELO, MÔNICA SANTOS DE SOUZA
monicasmelo@yahoo.com.br

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003)
Professora Titular na Universidade Federal de Viçosa (Brasil)
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6502-9280>

PALAVRAS-CHAVE:
Discurso religioso;
Redes sociais;
Resistência;
Polêmica.

RESUMO: Nosso objetivo neste artigo é analisar a repercussão de uma postagem do padre Júlio Lancellotti no aplicativo de rede social *Instagram*, na qual consta uma declaração do Papa Francisco, manifestando-se pelo combate à fome, à pobreza e à desigualdade. Tal publicação se insere num contexto de postagens do padre Júlio em defesa de grupos vulneráveis, especialmente das pessoas em situação de rua. Tentaremos identificar e interpretar o funcionamento do debate instaurado a partir dessa publicação. Para isso, vamos empreender uma descrição da organização discursiva dos comentários publicados em resposta à postagem, a partir de Charaudeau (2008) para identificar como se dá o debate nesse ambiente, adotando o conceito de polêmica, de Amossy (2017), e considerando o dispositivo em que ela se insere. Também recorreremos, para a compreensão dessa interação, a trabalhos sobre as mídias sociais, especialmente a contribuição de Recuero (2017). Nossa análise permitiu constatar que a polêmica se instaura nos comentários a partir de posições divergentes à publicação original que dão início a um debate paralelo entre os internautas.

KEY-WORDS:
Religious Discourse,
Social Media;
Resistance;
Controversy.

ABSTRACT: Our aim in this article is to analyze the repercussion of a post by Father Júlio Lancellotti on the social media platform Instagram, featuring a statement from Pope Francis expressing support for the fight against hunger, poverty, and inequality. This publication is part of a series of posts by Father Júlio advocating for vulnerable groups, particularly those experiencing homelessness. We will attempt to identify and interpret the dynamics of the debate instigated by this post. To achieve this, we will provide a description of the discursive organization of the comments posted in response to the publication, drawing on Charaudeau (2008) to identify how the debate unfolds in this environment, adopting the concept of controversy as outlined by Amossy (2017), and considering the framework in which it occurs. Additionally, for a better understanding of this interaction, we will refer to works on social media, with a particular focus on Recuero's (2017) contributions. Our analysis revealed that controversy arises in the comments from divergent positions to the original post, sparking a parallel debate among internet users.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo está vinculado a um projeto mais amplo que tem como objetivo analisar as interseções entre os discursos religioso e político nas redes sociais, num contexto de ascensão do populismo no Brasil. Por meio de nossas pesquisas, temos procurado compreender as relações entre os discursos político e religioso no atual cenário brasileiro, no qual se acentuam práticas ora de incentivo ora de resistência ao populismo de direita. Neste contexto, a atuação de líderes religiosos cristãos, especialmente católicos e evangélicos, tem sido de grande relevância, tanto no trabalho de base junto às comunidades, quanto nos espaços legitimados de governança, por meio de religiosos alçados a cargos nos poderes da República.

Interessa-nos, especificamente, nesse trabalho, estudar a atuação nas mídias sociais do Padre Júlio Lancellotti, e sua repercussão junto aos internautas. Adotaremos um estudo de caso, por meio do qual pretendemos, não estabelecer generalizações, mas identificar comportamentos que possam ser relevantes para uma compreensão mais ampla das potencialidades das redes sociais no sentido de promover um debate em torno de questões políticas e sociais que afetam o nosso país.

Consideramos que a religião é uma instância de poder, que, graças à sua onipresença, contribui para a construção de uma visão de mundo por parte dos fiéis, o que pode ser determinante para movimentos a favor da consolidação de uma situação estabelecida ou para sua modificação. Como afirma Lemos (2005, p. 28):

A religião é um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos seres humanos. Ela pode tanto fornecer a explicação e a justificação das relações sociais como construir o sistema de práticas destinadas a reproduzi-las.

Na atualidade, essa atuação das igrejas, por meio de diversas práticas discursivas, ganha maior relevância em função do cenário de polarização política, acentuada pelo crescimento da extrema direita no país. Segundo Burity (2008), esse contexto é marcado pelo protagonismo de elites econômicas que se opõem a políticas sociais a favor da igualdade e traz como consequência atitudes de hostilidade, discriminação e, em alguns casos, manifestações de ódio e violência física contra grupos minorizados. Burity (2008) destaca que, nesse cenário, as igrejas, por meio de seus representantes, não se mantêm indiferentes, mas se dedicam a uma espécie de ativismo religioso, por meio do qual vão se posicionar ora pela manutenção, ora pela resistência a situações de desigualdade social. Para o autor, “as religiões e as diferenças religiosas são um elemento ativo e inseparável das dinâmicas culturais e políticas que estão transformando o sentido do vínculo social e do político em nosso tempo, quer quando se expressam de forma regressiva, quer emancipatória” (Burity, 2008, p. 94).

Essa atuação das igrejas tem sido ampliada por dois fatores: a inserção cada vez maior de religiosos no espaço público de governança e o uso crescente dos meios de comunicação e, mais recentemente, das mídias digitais e redes sociais para a interação com os fiéis.

Com relação à atuação dos religiosos no espaço de governança, constata-se uma crescente inserção de agentes religiosos em cargos públicos eletivos. Um exemplo é a atual composição do Congresso Nacional Brasileiro, constituída a partir de janeiro de 2023. Segundo Cunha (2023), desde 2010 a chamada “Bancada Evangélica na Câmara Federal” tem assumido protagonismo no cenário político brasileiro, com atuação decisiva em episódios importantes, como a articulação do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff em 2016 e o apoio à eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A autora refere-se ao levantamento feito pelo Instituto de Estudos da Religião (2022, s.p.), segundo o qual:

[...] evangélicos são 14,8% dos eleitos (76 deputados). Quando adicionados os que se declaram cristãos e vinculados a uma igreja evangélica, o total do que comumente a cobertura política chamaria de “evangélicos” chega a 96 parlamentares eleitos – 95 em exercício, 18,51% da Câmara Federal, número distante da meta de 30% estabelecida pela FPE para o pleito.¹

1. A sigla FPE refere-se à Frente Parlamentar Evangélica.

A partir dessa pesquisa, Cunha (2023) destaca que, embora haja predominância entre os evangélicos de uma tendência ideológica conservadora e ultraconservadora, eles não são um grupo homogêneo.

Quanto ao uso das mídias pelas igrejas, esse fenômeno, que tem início na década de 1960 com as transmissões televisivas dominicais do Programa “Santa Missa em Seu Lar”, ampliou-se por meio da diversificação de programas religiosos, especialmente das igrejas católicas e evangélicas em TVs abertas e fechadas, e pela concessão de emissoras de TVs a igrejas. Destaca-se, nesse caso, a concessão da Rede Record ao bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, uma das maiores igrejas neopentecostais do Brasil. Mais recentemente, as igrejas têm ampliado o uso de canais das mídias sociais e das redes sociais para se comunicar com os fiéis, o que permite que as igrejas entrem nos lares e atuem junto a pessoas que não têm a possibilidade de ir aos cultos. Essa nova forma de contato com o fiel também permitiu uma diversificação dos gêneros, que vão muito além de missas e cultos, mas podem assumir o formato de aconselhamentos, testemunhos de vida, comentários sobre fatos do cotidiano, entre outros. Essa diversidade de formatos pode gerar uma aparente quebra da assimetria entre o religioso e o fiel, que contribui para que se tenha uma imagem de que o padre ou pastor são “gente como a gente”, ou seja, pessoas com as quais se pode dialogar, o que nem sempre é possível nas situações tradicionais. Também as temáticas abordadas se diversificam, indo além das questões espirituais e doutrinárias, e avançando para assuntos de interesse geral, questões sociais, políticas e morais (a chamada “pauta de costumes”).

Nesse contexto, a escolha de uma publicação do padre Júlio Lancellotti como objeto de análise se justifica por sua atuação junto à população de rua e pessoas vulneráveis, especialmente na cidade de São Paulo e por sua participação ativa nas redes sociais, por meio das quais divulga suas ações, cobra providências das autoridades e incita a população a aderir às suas causas. Nesse espaço, Lancellotti pode ser considerado um importante influenciador, contando, só no *Instagram*, com mais de um milhão de seguidores. Assim, vamos abordar uma publicação de Lancellotti nesta rede, por meio da qual o padre usa uma citação do Papa Francisco para se posicionar a favor dos mais vulneráveis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Nossa pesquisa é de natureza qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso, e se pauta nos pressupostos teóricos da Teoria Semioliológica do Discurso, uma vertente teórica vinculada aos Estudos Discursivos, proposta por Patrick Charaudeau. De acordo com essa perspectiva, a linguagem não é transparente e sua compreensão demanda, por parte do analista, um exercício de interação entre os circuitos externos e internos envolvidos no ato de linguagem, consistindo, respectivamente, nos dados da situação de comunicação, com suas restrições, e nos dados internos, que se referem ao aparato discursivo e linguístico a partir do qual o sujeito comunicante vai operar suas escolhas. Essas escolhas funcionam como estratégias associadas aos “modos de organização” (Charaudeau, 2008, p. 63): enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo.

Partindo de Charaudeau (2004), os textos se consolidam em gêneros situacionais, os quais se definem por obedecerem a um determinado número de restrições situacionais, discursivas e

formais. As restrições situacionais dizem respeito às identidades dos sujeitos falantes envolvidos no ato de linguagem, à finalidade da troca comunicativa, ao propósito ou temática abordada e às suas circunstâncias materiais e dispositivos de comunicação. Já as restrições discursivas se referem à organização discursiva, que pode ser predominantemente narrativa, descritiva ou argumentativa, dependendo da intencionalidade do sujeito. Associadas às restrições discursivas, encontram-se restrições formais, correspondendo a empregos obrigatórios característicos a todos os textos pertencentes a determinado gênero.

Para Charaudeau (2004, s.p.),

[...] os dados da finalidade, pelo viés de suas visadas, determinam uma certa escolha dos *modos enoncivos* (descritivo, narrativo, argumentativo) que deve empregar o sujeito falante; os dados da identidade dos parceiros determinam certos *modos enunciativos* (alocutivo, elocutivo, delocutivo) nos quais ele deve se engajar; os dados do propósito determinam certos *modos de tematização*, quer dizer a organização dos temas e sub-temas a serem tratados; os dados das circunstâncias materiais determinam certos *modos de semiologização*, quer dizer a organização da *mise en scène* material (verbal e/ou visual) do ato de comunicação. As restrições discursivas não correspondem a uma obrigação de emprego desta ou daquela forma textual, mas a um conjunto de comportamentos discursivos possíveis entre os quais o sujeito comunicante escolhe aqueles que são suscetíveis de satisfazer às condições dos dados externos.

Veremos, a seguir, como a publicação analisada e seus respectivos comentários se comportam quanto às restrições situacionais e discursivas. Destacamos que, como se trata de uma interação assíncrona, a publicação antecede os comentários e delimita o espaço de tematização no qual esses vão se inserir.

2. Esse texto vem acompanhado de uma foto do rosto do papa Francisco, em preto e branco. Embora essa imagem tenha um apelo visual importante, não será foco de nossa análise nesse momento.

Quadro 1- Transcrição da publicação do Padre Júlio Lancellotti³

3. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CsU9SznwOJ/?hl=pt-br>>. Acesso em 05 jun. 2023.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Nosso objeto de estudo é, como antecipamos, uma postagem do *Instagram* do padre Júlio Lancellotti, e os comentários que se seguem. A seguir transcrevemos o conteúdo verbal da publicação²:

“Não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça na desigualdade.” Papa Francisco
Assim penso também!

A publicação foi feita no dia 17 de maio de 2023 e obteve, até a data de elaboração deste artigo, 41.900 visualizações, 42.000 curtidas e 377 comentários. Descreveremos, a partir de agora, as restrições situacionais e discursivas que caracterizam tanto a publicação original quanto os comentários, considerando as restrições do gênero. Em seguida, vamos nos dedicar à compreensão das diferentes formas de interação no âmbito dos comentários.

3.1. RESTRIÇÕES SITUACIONAIS

Ao abordar as restrições situacionais, devemos considerar a identidade dos parceiros envolvidos, o propósito ou temática, a proposta defendida e o dispositivo em que ela se materializa. Quanto à identidade dos parceiros temos, no espaço de produção da publicação em análise, uma instância composta, em que o sujeito comunicante, Júlio Lancellotti, utiliza uma plataforma midiática, possivelmente com a colaboração de assessores, para se dirigir aos seus seguidores no *Instagram*.

Júlio Lancellotti é um padre católico, brasileiro, engajado em causas sociais, especialmente as relacionadas à população em situação de rua e dependentes químicos. Mantém uma atuação transversal, promovendo uma popularização e um adensamento das reflexões em torno da interseção religião-política-sociedade. Esse sujeito comunicante aciona dois enunciadores: o influenciador digital, Júlio Lancellotti, e o papa Francisco, resgatado por meio de uma citação direta, cujo pronunciamento, anterior à postagem, é tomado como referência para que o padre Júlio se posicione. Naturalmente, essas falas se articulam em defesa de uma mesma proposta. Na instância de recepção, temos um público-alvo ao qual a publicação se destina preferencialmente: os seguidores de Júlio Lancellotti na rede social em questão, pessoas interessadas nas causas defendidas pelo padre. Ainda no espaço da recepção, é necessário considerar o público real, que nem sempre coincide com o destinatário idealizado e ao qual nem sempre temos acesso. Nesse caso, são sujeitos interpretantes todos aqueles que visualizaram a publicação. Entre esses, encontra-se um conjunto heterogêneo de pessoas, que podem ou não admirar o trabalho do padre e, conseqüentemente, concordar ou discordar de seus posicionamentos. Alguns reagiram à publicação por meio de curtidas e/ou comentários. Esses últimos serão um dos focos de nosso estudo.

O propósito da publicação é a temática dos direitos humanos, que contempla o combate à fome, à pobreza e à desigualdade. A proposta apresentada é conscientizar o leitor sobre a incompatibilidade entre democracia e fome; desenvolvimento e pobreza; justiça e desigualdade. Associadas a essa proposta, identificamos duas finalidades do texto: informar a incompatibilidade entre os pontos descritos e incitar tanto a população quanto as autoridades a se mobilizarem contra as mazelas sociais retratadas. Os comentários dos sujeitos interpretantes são reações a essas colocações, que representam alinhamento ou rejeição à proposta.

As manifestações e ações do padre Lancellotti seguem as diretrizes estabelecidas pela Igreja Católica em vários dos seus documentos, sendo um dos principais o Compêndio Doutrina Social da Igreja. Trata-se de um documento idealizado pelo Papa João Paulo II, em que a Igreja Católica, inspirada em uma série de publicações, apresenta orientações aos cristãos em torno de temas que afetam a sociedade como um todo, tais como as desigualdades sociais, a fome, as agressões ao meio ambiente, as injustiças e as ameaças à democracia. Nesse Compêndio são estabelecidos comportamentos e atitudes que são esperadas dos católicos com respeito a vários problemas que afligem a população, entre os quais os tópicos abordados: a fome, a pobreza e a desigualdade. Tais temas são tratados em vários momentos do texto, como na passagem seguinte, do Pontifício Conselho Justiça e Paz (2004, s.p.) onde se abordam as temáticas da fome e da pobreza:

O amor tem diante de si um vasto campo de trabalho e a Igreja, nesse campo, quer estar presente também com a sua doutrina social, que diz respeito ao homem todo e se volta a todos os homens. Tantos irmãos necessitados estão à espera de ajuda, tantos oprimidos esperam por justiça, tantos desempregados à espera de trabalho, tantos povos esperam por respeito: “Como é possível que ainda haja, no nosso tempo, quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado dos cuidados médicos mais elementares, quem não tenha uma casa onde abrigar-se”.

As temáticas da pobreza e da desigualdade também são tratadas no segmento seguinte, do Pontifício Conselho Justiça e Paz (2004, s.p.):

*No início do novo milênio, a pobreza de milhões de homens e mulheres é «é a questão que, em absoluto, mais interpela a nossa consciência humana e cristã» [935]. A pobreza põe um dramático problema de justiça: a pobreza, nas suas diferentes formas e consequências, caracteriza-se por um crescimento desigual e não reconhece a cada povo «igual direito a» sentar-se à mesa do banquete comum» [936]. Tal pobreza torna impossível a realização daquele *humanismo plenário* que a Igreja almeja e persegue, para que as pessoas e os povos possam «ser mais» [937] e viver em «condições mais humanas» [938]. *A luta contra a pobreza encontra uma forte motivação na opção, ou amor preferencial, da Igreja pelos pobres* [939]. Em todo o seu ensinamento social a Igreja não se cansa de reafirmar também*

outros princípios fundamentais seus: dentre todos prima o da *destinação universal dos bens* [940]. Com a constante reafirmação do princípio da *solidariedade*, a doutrina social estimula a passar à ação para promover o «bem de todos e de cada um, porque *todos* nós somos verdadeiramente responsáveis por *todos*» [941]. O princípio da solidariedade, também na luta contra a pobreza, deve ser sempre oportunamente ladeado pelo da *subsidiariedade*, graças ao qual é possível estimular o espírito de iniciativa, base fundamental de todo desenvolvimento socioeconômico, nos países pobres [942]: aos pobres se deve olhar «*não como um problema, mas como possíveis sujeitos e protagonistas dum futuro novo e mais humano para todo o mundo*» [943].

As passagens acima nos levam a identificar que a Igreja é, por doutrina, empenhada em denunciar e combater a desigualdade social, o que pode fundamentar a proposta defendida pelo papa Francisco e apoiada pelo padre Lancellotti. Ao conhecer as diretrizes definidas no Compendio, é inevitável não remontarmos a frequentes críticas direcionadas ao Papa, que o acusam de ser comunista. A essas críticas, Francisco rebateu recentemente, afirmando que “Compartilhar bens não é comunismo, mas puro cristianismo”⁴. Veremos que essa associação do papa ao comunismo é frequente nos comentários que são divergentes ao conteúdo da publicação.

Em relação ao dispositivo no qual a publicação é distribuída, trata-se do *Instagram*, que é um aplicativo de rede social. Como tal, apresenta algumas características típicas das redes sociais em geral e algumas específicas do aplicativo.

A respeito das redes sociais, afirma Recuero (2017, p. 24): “Essas ferramentas proporcionaram, assim, que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros”. Para a autora, “(...) uma rede é definida como um conjunto de dois elementos: *atores* (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais).” (Recuero, 2017, p. 24). Essas características aplicam-se ao Instagram.

4. A afirmação foi feita pelo papa numa missa para presos, refugiados e profissionais da saúde. O fato foi amplamente divulgado pela mídia e se encontra disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/11/papa-diz-que-compartilhar-bens-nao-e-comunismo-mas-cristianismo-em-missa-com-presos-e-refugiados.ghtml>>. Acesso em 23 nov. 2022.

Quanto às especificidades que definem o *Instagram*, Piza (2012) aponta que esse aplicativo gratuito surgiu como uma tentativa de resgatar as antigas câmeras Polaroids, cujas fotos eram reveladas instantaneamente. Ao recuperar a origem desse aplicativo, Lima (2017) destaca que o *Instagram*, na versão mais próxima da que se apresenta hoje, foi desenvolvido pelo americano Kevin Systrom e pelo brasileiro Mike Krieger, em 2010, no formato de um aplicativo para compartilhamento de fotos, acompanhadas ou não de legenda, que poderiam ser curtidas e comentadas pelos seus seguidores. Rapidamente o aplicativo gratuito se tornou popular, sendo, atualmente, uma das redes mais usadas no mundo.

Quanto ao seu funcionamento e possibilidades de interação, o *Instagram* é, ao mesmo tempo, um aplicativo e um canal de mídia social. Nele há a possibilidade de se criar uma conta pública (aberta), ou particular, à qual apenas os seguidores autorizados terão acesso. As conexões entre os autores são direcionadas, ou seja, um internauta pode seguir a conta de alguém, sem que seja seguido de volta. Nessa rede, um número variável de seguidores “(...) está unido em torno de uma única base centralizadora, mas estes não possuem necessariamente algum tipo de relação ou ligação direta que vá além de integrar a mesma rede social” (Piza, 2012, p. 21). Nesse ambiente, o internauta pode fazer comentários, sem jamais obter uma resposta. Porém, o grau de reversibilidade varia de acordo com a intimidade entre o dono da conta e o seguidor. Caso se trate de uma conta pessoal em que exista uma proximidade entre os internautas as relações tendem a ser recíprocas. Nesse caso, os comentários podem gerar uma reação, por meio de respostas ou curtidas do responsável pela publicação. Nas contas públicas, o diálogo em estrito senso entre o dono da conta e seus seguidores é mais limitado, sendo a interação predominantemente assimétrica. No *Instagram*, as conexões são, portanto, consequências das interações ou laços sociais preexistentes. Por outro lado, esses laços podem ser criados ou reforçados por meio das conexões estabelecidas no espaço virtual.

A conta do padre Júlio Lancellotti é pública. Eventualmente ele interage com seus seguidores. Porém, na publicação em questão, isso não ocorre. Houve, sim, trocas entre os internautas que comentaram a publicação, como veremos na seção seguinte.

É interessante também mencionar a possibilidade do recurso às *hashtags*. Para Piza (2012, p. 12), “uma *hashtag* é um comando que tem a função de agrupar imagens relacionadas a um determinado assunto. Esse recurso facilita a disseminação de um tópico, assim como organiza o acompanhamento do conteúdo e discursos feitos em relação ao tema colocado em pauta”. Constituem, portanto, uma ferramenta que permite a ampliação de laços virtuais e disseminação e ampliação do alcance do conteúdo publicado. Na publicação analisada, porém, esse recurso não foi utilizado.

3.2. RESTRIÇÕES DISCURSIVAS

3.2.1. A ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVA DA POSTAGEM

A postagem se compõe, como vimos, de duas partes: uma citação e uma legenda. A primeira parte é um discurso relatado, tendo como discurso de origem a reprodução exata da asserção do Papa Francisco (“Não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça na desigualdade.”). Nesse caso, o discurso é relatado com um grau máximo de fidelidade, ocorrência conhecida como “discurso direto”, em que há uma reprodução exata das palavras do “locutor de origem” (Charaudeau, 2008, p. 103). Encontra-se formulada na modalidade delocutiva que é, aparentemente, desvinculada dos interlocutores, dando a entender que o propósito “existe em si, e se impõe aos interlocutores em seu modo de dizer” (Charaudeau, 2008, p. 100). Considerando-se que o público destinatário se compõe de católicos, trata-se de um discurso de autoridade, que sintetiza o pensamento do líder máximo da Igreja Católica, o que faz com que essa asserção tenha um alto potencial persuasivo nesse contexto.

A segunda parte (“Assim penso também!”) é uma legenda na modalidade elocutiva, em que Lancellotti expressa o seu ponto de vista. Podemos identificá-la, a partir de Charaudeau (2008), como uma concordância. Nela o locutor expressa sua adesão ao propósito do outro, contribuindo para a validação da verdade desse propósito (Charaudeau, 2008, p. 97), aqui representado pela declaração do Papa Francisco. Revela, portanto, um engajamento explícito do padre à posição defendida pelo papa, qual seja, a incompatibilidade entre democracia e fome; desenvolvimento e pobreza; justiça e desigualdade.

3.2.2. A ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVA DOS COMENTÁRIOS

Os comentários são predominantemente concordantes, embora haja publicações discordantes, o que, de certa maneira, corresponde à expectativa, se considerarmos que grande parte dos seus seguidores são simpatizantes às suas causas. As manifestações assumem formatos diferenciados, com o uso de diferentes modalidades. Destacam-se comentários no formato delocutivo, que, quando concordantes, constituem paráfrases do dito, reforçam seu conteúdo e podem vir acompanhadas de expressões explícitas de aprovação:

CC: Não existe direitos políticos sem direitos humanos.⁵

CC: Perfeito!!! Não há democracia com tanta desigualdade!!!!

Também no formato delocutivo, há asserções que se posicionam contrariamente ao locutor. Como veremos a seguir, tais enunciados não se direcionam ao dito, ou seja, não colocam em questão a validade da proposta. É o que verificamos em:

CD: Falou aquele que come com talheres de ouro.

CD: Sou contra o comunismo disfarçado em caridade.

5. Os dados foram transcritos tais como se encontram publicados. Excluíram-se as identificações dos internautas.

Há muitas manifestações simples de concordância ou discordância, em formato elocutivo. Algumas marcas linguísticas evidenciam essas atitudes. No caso da concordância, temos expressões como “tamojuntos” e “concordo”, além de emojis, no plano visual, especialmente as palmas e mãos postas em oração. Nas manifestações discordantes, há verbos ou predicados que expressam rejeição (“sou contra”; “não sinto confiança”), frequentemente acompanhados de adjetivos depreciativos, direcionados ao Papa Francisco (“aquele que come com talheres de ouro”) e ao padre Júlio (“comunista”). Os dois primeiros comentários que se seguem exemplificam posturas de concordância, enquanto o terceiro exprime discordância:

CC: Sim fato! Concordo plenamente com o Papa Francisco 🙌🙌🙌🙌

CC: Penso desta mesma forma. Tamojuntos em busca de dias

MELHORES. 🙌🙌🙌🙌🙏❤️

CD: Desculpem, mas minha opinião sou católica, mas não sinto confiança nesse papa ele me lembra alguém não me passa confiança ,parece saber só de seus interesses financeiros e sua populariedade. 😏

Há, por fim, manifestações no formato alocutivo, com votos de sucesso, saúde e bênçãos, nos comentários concordantes, e questionamentos, nos comentários discordantes:

CC: Que a Sua Luz e Verdade sejam a abertura para breçar ignorância e falta de empatia com os outros! Não imagino a sua luta, pois além da desigualdade, existem fariseus que vêm lhe ofender! Muita força, @padrejulio.lancellotti

CC: Padre Júlio! Você deve ser aplaudido de pé, está nas minhas orações, com certeza o mundo precisa urgente de Padres e Papas, como Padre Júlio Lancellotti e Papa Francisco.

CD: E a grana do vaticano como fica?

Vejam, a partir de agora, como se dão as interações no espaço dos comentários, a fim de compreender como se constroem estratégias argumentativas favoráveis e contrárias à proposta defendida.

4. COMPREENDENDO AS INTERAÇÕES: INTERAÇÕES SIMPLES, COMPLEXAS E POLÊMICAS

Pretendemos interpretar os variados tipos de interações que compõem os comentários produzidos a partir da publicação do padre Lancellotti. Para isso, vamos recorrer a alguns trabalhos em torno das mídias sociais, com destaque para a descrição de Recuero (2017), associados à compreensão da polêmica nos termos de Amossy (2017).

Nas redes sociais, há relações entre atores sociais, sujeitos comunicantes que assumem o papel de enunciadores, seja como autores da mensagem principal, seja como comentaristas da postagem. O nível de relevância e o potencial de influência da postagem são proporcionais ao número de visualizações, comentários, *likes* e outras manifestações dela decorrentes.

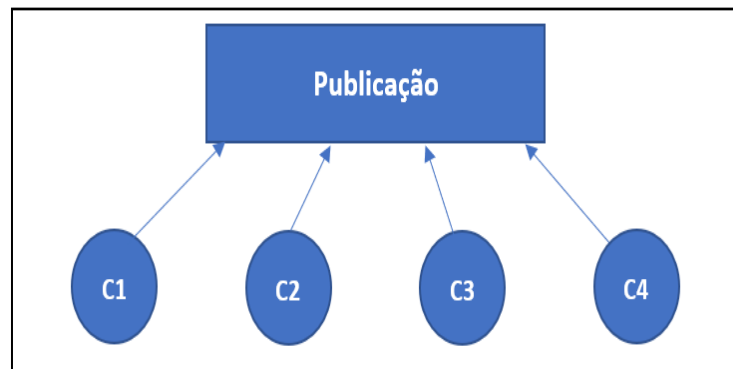
Cada um dos sujeitos comunicantes, projetados em sujeitos enunciadores, são tratados por Recuero (2017) como “nós”. Esses nós podem manter, entre si, diferentes conexões, qualitativamente diversificadas. No caso de nós com um maior número de interações, podemos ter aquilo que identificamos como interações complexas e polêmicas.

No *Instagram*, as postagens podem estar associadas, como vimos, a pessoas que mantêm uma conta particular, à qual apenas os internautas autorizados podem ter acesso. Há também a possibilidade de se ter uma conta pública, de responsabilidade de uma empresa, entidade ou

de pessoas públicas (celebridades, artistas, intelectuais, etc.) que acolhem centenas, milhares e até milhões de seguidores, que podem não manter qualquer relação pessoal com o responsável da conta. Nesse caso, as relações tendem a ser mais assimétricas. É possível, porém, que o responsável pelo “perfil” interaja com seus seguidores, o que será, provavelmente, visto como uma reverência capaz de aumentar a sua popularidade.

O aplicativo possibilita, portanto, diferentes modos de interação. Temos diferenciado em nossas pesquisas dois tipos de manifestações dos internautas: as de concordância (CC) e as de discordância (CD), correspondendo ao que Recuero (2017) identifica como interações amigáveis ou hostis, respectivamente.⁶ Ou seja, embora nesse ambiente a possibilidade de concordância seja muito grande, não há garantia de que todos os seguidores vão compartilhar sempre das mesmas posições do dono da conta.

No esquema abaixo, representamos as interações simples, em que há comentários direcionados à postagem inicial que não obtiveram respostas, mas que podem, eventualmente, ter obtido “curtidas”.



6. Nossas pesquisas apontam ainda para a existência de um terceiro tipo de manifestação a qual identificamos como “aleatória”, que consiste em comentários que não mantêm qualquer relação com o propósito original e que se prestam para manifestações pessoais, tais como anúncios de produtos ou serviços. Na publicação em questão tal ocorrência não foi verificada.

Figura 1- Interações simples

Esses comentários podem ser concordantes ou divergentes em relação à proposta. Exemplificando com dados do nosso corpus, temos:

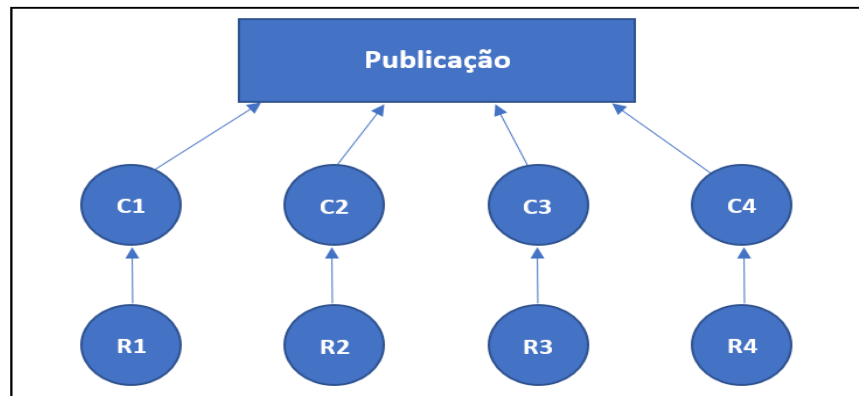
CC: Perfeito!!! Não há democracia com tanta desigualdade!!!!

CD: Falou aquele que come com talheres de ouro.

Temos, acima, um exemplo de interação simples, que consta de uma manifestação convergente e outra divergente em relação à publicação original, que não suscitaram comentários em resposta.

Na figura 2, representamos o que denominamos “interações complexas”, em que um comentário suscita uma resposta (R), por parte do autor da publicação original (o que é mais raro em contas públicas) ou por parte de outro comentarista.

Figura 2 - Interações Complexas



Nos dados analisados, não houve manifestação do responsável pela conta. Porém, em vários momentos, houve reações de outros internautas aos comentários publicados, como mostra o exemplo que se segue:

CD: Torço para que padres como vc não prosperem. Está estragando uma missão linda que Deus deu a Pedro. Você juntamente com esse papa comunista, que igreja, infelizmente, tem.

↳ CC: ele comunista pq defende a proteção aos mais pobres? É isso mesmo?

Na figura 3, procuramos representar o que identificamos como “interações polêmicas” nos comentários publicados no *Instagram*. Entendemos, por ora, que a polêmica se caracteriza pela expressão de posições divergentes. Nesse sentido, nos dados analisados, a polêmica se cria quando ocorrem pelo menos dois comentários discordantes em torno de um dos comentários ou da publicação original.⁷ Na figura a seguir, as setas indicam a que publicação o comentário se direciona. Trava-se, nesse caso, um debate paralelo que não deixa, porém, de manter alguma relação com a postagem inicial (o que é indicado pelas linhas pontilhadas).

7. Na seção 5 abordaremos o conceito de polêmica, adotando Amossy (2017), segundo a qual a polêmica consiste numa manifestação discursiva de discordância, com uma dimensão argumentativa.

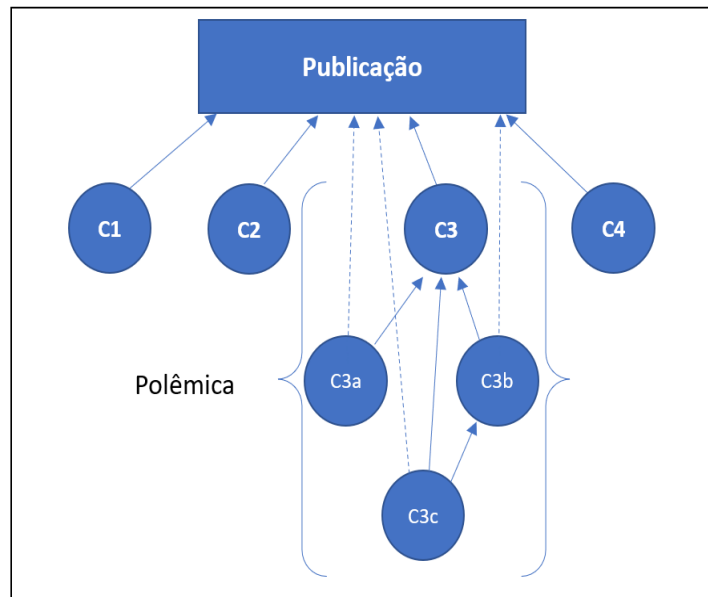


Figura 3 - Interações Complexas

Vejamos, no quadro a seguir, uma sequência de comentários extraídos dos nossos dados, que exemplificam esse tipo de interação.

Quadro 1 – Sequência 1 – Interações polêmicas

C2- yyyyy Sou contra o comunismo disfarçado de caridade, mas... Deus abençoe plenamente a vida de Sua Santidade o Papa Francisco! 🙏🙏		
	a) @yyyyyyy tente estudar com São João Paulo II, Bento XVI, e com o Catecismo da Igreja Católica	Discordância em relação a C2
	b) @yyyyyyy O que Nossa Senhora falou foi em 1917 e valia par aquele momento! Ano da Revolução comunista, um período específico da história que não nego que foi sanguinário. Mas fundamentalistas como vc adoram recortar partes que interessam. Posso te lembrar de padres e religiosos que auxiliaram os nazistas tb? E hoje alguns intencionalmente, outros por ingenuidade falam de "comunismo" qdo este está bem distante e não veem o quanto se deixam levar pelo mesmo discurso fascista e falso de "Pátria, Deus e Família" e não veem que o discurso real, mas por trás disso é a violência, a guerra, o ódio aos mais fracos e o egoísmo travestido de amor à família. "Cuidado com os lobos em vestes de cordeiro!"	Discordância em relação a C2
	c) @yyyyyyy Parece que vcs vivem no mundo da lua. Chega a ser grotesca a ignorância!	Discordância em relação a b; Concordância em relação a C2.
	d) @yyyyyyy grotesco" é vc se dizer católica e rezar para que o papa morra. Grotesca é sua crença que no fundo, no fundo não é no Evangelho, mas na sua visão contaminada pelo fascismo. Se conhece a árvore é pelos frutos, querida. Precisa ler mais o Evangelho! Já leu a parábola do Bom samaritano? Leia ou releia!	Discordância em relação a c e a C2. Concordância em relação a b.
	e) @yyyyyyy Então será que Jesus era comunista? 🤔 Pois pregava o amor e a igualmente entre os povos , ou não?	Discordância em relação a C2
	a) @yyyyyyy Herege!	Discordância em relação a C2

5. COMPREENDENDO A POLÊMICA NUMA PERSPECTIVA ARGUMENTATIVA

Consideramos, a partir de Amossy (2011) que os dados possuem uma natureza argumentativa. Segundo a autora, a argumentação é “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (Amossy, 2011, p. 130). Após identificar as interações polêmicas como sequências de comentários com respostas divergentes entre si, interessa-nos analisar, mais a fundo, a constituição da polêmica nos nossos dados, a partir de uma compreensão mais apurada desse conceito. Para isso, recorreremos ao trabalho de Amossy (2017).

Segundo Amossy (2017, p. 49), “[...] a polêmica pública está indissolavelmente ligada ao desacordo”. Relaciona-se, portanto, às múltiplas formas do dissenso. Para a autora, a primeira marca da polêmica é, portanto, uma oposição de discurso, ou um “antagonismo das opiniões” (Amossy, 2017, p. 49). A autora adota uma concepção modular da argumentação, que a considera como uma modalidade argumentativa, que se insere num *continuum* que vai da coconstrução das respostas ao choque de teses antagônicas. É nesse último extremo que se localiza a polêmica. A polêmica consistiria numa “(...) manifestação discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam no espaço público. Enquanto interação verbal, ela surge como “*um modo particular de gestão do conflito*” (Amossy, 2017, p. 53).

Amossy (2017) identifica alguns traços específicos da polêmica no campo da argumentação retórica, a saber, a dicotomização, a polarização, a desqualificação do outro, a violência verbal e o *pathos*, sendo esses últimos não-obrigatórios. Vejamos como essas características se definem e como elas se apresentam nos comentários à postagem analisada.

i. A dicotomização

A dicotomização se refere a duas opções antitéticas que se excluem mutuamente. Amossy (2017) recorre a Dascal (1988) para explicar como essa característica é essencial para diferenciar o debate argumentativo da polêmica. Para Dascal (1988 apud Amossy, 2017, p. 53), “enquanto o debate argumentativo se supõe direcionar para uma possibilidade de solução, a dicotomização radicaliza o debate, tornando-o difícil – às vezes impossível – de resolver”. Para esse autor, a dicotomização acentua a incompatibilidade entre polos e impossibilita a existência de alternativas intermediárias de qualquer tipo de acordo. Corresponderia, dessa forma, ao “diálogo de surdos” ou “desacordos profundos” de Angenot (1982). Amossy (2017) acrescenta que “(...) a polêmica que trata de questões de interesse público é uma gestão verbal do conflitual, caracterizada por uma tendência à dicotomização, que torna problemática a busca por um acordo”, que “(...) exacerba as posições até torná-las inconciliáveis” (Amossy, 2017, p. 55-56). A autora chama a atenção para o fato de que essa dicotomização não se baseia em dados objetivos, mas depende de circunstâncias históricas, do contexto e das crenças dos envolvidos.

Nas sequências polêmicas por nós levantadas, observamos que não há uma tentativa de acordo por parte daqueles que se posicionam contrariamente ao proponente. O indício mais evidente disso é que os comentários divergentes não se relacionam ao propósito da publicação original, mas visam, simplesmente, mencionar uma crítica que independe de uma relação conceitual com a proposta, como nas manifestações seguintes, que introduzem sequências de interações polêmicas:

CD: Sou contra o comunismo disfarçado de caridade.

CD: Enquanto nossos políticos dormem em camas de 49 mil, fazem viagens caríssimas.

Cria-se a impressão de um diálogo quando, na verdade, os comentários se assemelham mais a enunciações monológicas, em que a postagem inicial funciona como um mero pretexto para a expressão de críticas que vão afetar o proponente e não apenas o seu ponto de vista. Essa situação se estende à relação entre comentários.

ii. A polarização ou a divisão social

A polarização é de ordem social e se baseia no fato de que os indivíduos que sustentam a interação polêmica desempenham papéis: podem ser proponentes (defensores da proposta); oponentes (opositores dessa posição) ou terceiros (ouvinte-espectador ou, acrescentamos, um “Ele”, alvo de uma defesa ou de uma oposição) (Plantin, 2003 apud Amossy, 2017). Essas posições são em grande parte determinadas pelo pertencimento a grupos sociais antagônicos ou campos contrastantes, adversos ou mesmo excludentes, que divergem radicalmente quanto a princípios, crenças e valores. Em geral, as sustentações das teses defendidas pelos protagonistas da interação polêmica são provenientes desses campos.

Nossos dados não permitem acessar a identidade social dos sujeitos interpretantes. Porém, em muitos comentários discordantes que se inserem em sequências polêmicas, podemos inferir uma posição política de oposição ao governo de esquerda do presidente Lula, como ocorre em:

CD: Eh agora padre?? O senhor não precisa pedir ajuda mais para quem tb ã tem, para ajudar os pobres né? Tem que pedir para o ex presidiário, que já gastou bilhões no cartão corporativo, viagens em hotéis de luxo, com o dinheiro público?

Tal expressão de uma posição política possivelmente é favorecida pelo fato de o autor da postagem original, Júlio Lancellotti, ser frequentemente associado a posições políticas da esquerda progressista.

iii. Desqualificação do adversário

A dicotomização e a polarização não visam apenas consolidar a identidade e a posição de um grupo, mas também depreciar o outro, gerando o descrédito do adversário que, nesse contexto, é visto como um inimigo, associado ao erro e ao mal. Essa desqualificação pode ser promovida por meio do ataque à palavra do outro, à pessoa e, acrescentamos, à instituição que o oponente representa ou a alguém com quem ele se identifica, seja por afinidade ideológica, parentesco, amizade e se baseia no universo de crenças do sujeito comunicante. Pode culminar em expressões patêmicas ou na violência verbal. No nosso *corpus*, esse tipo de enunciação foi bastante frequente, sendo alvos da desqualificação o padre Júlio, o Papa Francisco, o presidente Lula, a Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores. No quadro a seguir, destacamos algumas dessas expressões:

Quadro 2 – Desqualificação do adversário

Sujeitos ou entidades	Comentários
Padre Júlio e papa Francisco	Torço para que padres como vc não prosperem. Está estragando uma missão linda que Deus deu a Pedro. Você juntamente com esse papa comunista , que igreja, infelizmente, tem.
Papa Francisco	Desculpem, mas minha opinião sou católica , mas não sinto confiança nesse papa ele me lembra alguém não me passa confiança ,parece saber só de seus interesses financeiros e sua populariedade.. 😏 Não existe cristão marxista . Este papa tomou uma regulada da primeira ministra da ITALIA, QUE ELE FICOU TONTO.... DEPOIS PROCUREM NO YOUTUBE Falou aquele que come com talheres de ouro.

Quadro 2 – Desqualificação do adversário (cont.)

Sujeitos ou entidades	Comentários
Igreja Católica	<p>.... Democracia é uma Balela - o Comunismo SIM - nesses países ora administrados o Povo VIVE que é uma BELEZA, a igreja com tanta riqueza acumulada reparte tudo é faz a Santa Democracia Mundial. Kkkkk</p> <p>E os prédios abandonados da mitra na capital Paulista? Admiro e respeito demais seu trabalho, mas a instituição</p> <p>Essa fala religiosa é tão antiga tanto quanto o excesso de riqueza do Vaticano.</p> <p>E a grana do vaticano como fica?</p>
Lula	<p>Enquanto nossos políticos dormem em camas de 49 mil, fazem viagens caríssimas.</p> <p>Eh agora padre?? O senhor não precisa pedir ajuda mais para quem tb ã tem, para ajudar os pobres né? Tem que pedir para o ex presidiário, que já gastou bilhões no cartão corporativo, viagens em hotéis de luxo, com o dinheiro público (...)</p>
PT	Tem que explicar isso para o partido do PT!

São frequentes as asserções discordantes direcionadas ao Papa Francisco e ao padre Júlio pautadas em qualificações subjetivas que se referem a eles como “comunistas”, em contextos em que esse atributo é visto como algo negativo e condenável para um religioso, como em: “não há cristão marxista.” Também são frequentes críticas ao poder econômico da Igreja Católica e ao presidente Lula e seu partido, o PT.

iv. Expressão patêmica e violência verbal

O debate caloroso a partir de posições antagônicas tende a gerar um engajamento pessoal, que leva, geralmente, ao uso de marcas explícitas de subjetividade no discurso, através das quais o falante assume uma posição ou interpela o outro, por meio de interrogações ou exclamações:

C1- xxxxx-Torço para que padres como vc não prosperem. Está estragando uma missão linda que Deus deu a Pedro. Você juntamente com esse papa comunista, que igreja, infelizmente, tem.

RD- @xxxxx dá até nojo ler um comentário desse

RD- @xxxxxe vc faz o que? Logo vi é advogada, Deus tá vendo o sustento sentado muitas vezes pra defender mentira e livrar o coro dos seus clientes.

Lave a boca pra falar de um ser que estende as mãos pra ajudar o próximo na miséria 🙄

Nos dados acima, temos alguns exemplos desse tipo de expressão patêmica, que se aproximam da violência verbal, compreendida como “(...) um ato de linguagem que se manifesta pelo emprego de certas palavras, estruturas ou expressões capazes de ferir psicologicamente uma pessoa, presente ou ausente, diretamente dirigida ou em posição de terceiro” (Charaudeau, 2019, p. 446).

A partir dos elementos levantados, vejamos como as três características das interações polêmicas (a dicotomização, a polarização e a desqualificação do adversário) se manifestam numa sequência completa extraída dos nossos dados, a qual transcrevemos a seguir:

Quadro 3 – Sequência 2 – Interações polêmicas

“Não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça na desigualdade.” (Papa Francisco)	
Legenda do Padre Júlio: Assim penso também!	
C1- xxxxx-Torço para que padres como vc não prosperem. Está estragando uma missão linda que Deus deu a Pedro. Você juntamente com esse papa comunista, que igreja, infelizmente, tem.	
a) @xxxxx- Oi???	Discordância em relação a C1
b) @xxxxx concordo com vc. pensar assim de barriga cheia é fácil, viver as custas de pobre fazendo policagem... triste .	Concordância em relação a C1
c) @xxxxx dá até nojo ler um comentário desse	Discordância em relação a C1
d) @yyyy perfeita colocação! Ela deve viver com a Bíblia debaixo do braço e passar em cima de quem precisa e fingir que não está vendo! A hipocrisia reina!	Concordância em relação a c e Discordância em relação a C1
e) @xxxxxxx qual o ato "COMUNISTA" praticado pelo papa ???ESSE QUE VOCÊ O ACUSA. Art 138, Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: detenção, de 6 (seis) meses a 2 (anos) Art 139, Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa Art. 140, Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa. Sra :acha que o seu diploma, te torna privilegiada de quaisquer punição ? Essas dentro dos códigos penais e o cumprimento das leis vigentes? NÃO!! Vou compartilhar com todos seu pronunciar . Espero que sra possa "PROVAR" acabou a era : Internet e terra de ninguém.	Discordância em relação a C1

Quadro 3 – Sequência 2 – Interações polêmicas (cont.)

f)	não se preocupe . Ela responderá judicialmente pelo ato!	Concordância em relação a e e Discordância em relação a C1
g)	@xxxxx Vc com certeza!não é cristã.	Discordância em relação a C1
h)	@xxxxx Senhor!Perdoia-lhe!Ela não sabe o que pensa !	Discordância em relação a C1
i)	assim seja 🙏🙏	Concordância em relação a h. Discordância em relação a C1
j)	@xxxxx ele comunista pq defende a proteção aos mais pobres? É isso mesmo?	Discordância em relação a C1
l)	@xxxxxe vc faz o que? Logo vi é advogada, Deus tá vendo o sustento sentado muitas vezes pra defender mentira e livrar o coro dos seus clientes. Lave a boca pra falar de um ser que estende as mãos pra ajudar o próximo na miséria 🙄	Discordância em relação a C1

No quadro 3, temos uma sequência de comentários dos quais se inferem posições antitéticas e excludentes, descoladas do conteúdo da proposta inicial, sem que haja uma tentativa de acordo, o que caracteriza atitudes de dicotomização e polarização. A oposição de ideias não se manifesta por uma contestação explícita àquilo que é dito, mas, frequentemente, por uma desqualificação dos sujeitos responsáveis pelos enunciados, padre Júlio e Papa Francisco, ou pelos responsáveis pelos comentários dos quais se discorda:

“Torço para que padres como vc não prosperem. Está estragando uma missão linda que Deus deu a Pedro. Você juntamente com esse papa comunista, que igreja, infelizmente, tem.”

“concordo com vc. pensar assim de barriga cheia é fácil, viver as custas de pobre fazendo policagem... 😞 triste .

Algumas postagens discordantes já assumem um tom patêmico mais acentuado:

“dá até nojo ler um comentário desse.”

“qual o ato "COMUNISTA" praticado pelo papa ?????ESSE QUE VOCÊ O ACUSA. Art 138, Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: detenção, de 6 (seis) meses a 2 (anos)”;

vc faz o que? Logo vi é advogada, Deus tá vendo o sustento sentado muitas vezes pra defender mentira e livrar o coro dos seus clientes.

Lave a boca pra falar de um ser que estende as mãos pra ajudar o próximo na miséria 😞

A sequência das interações evidencia um aumento gradual na “temperatura” das manifestações, que vão se tornando mais inflamadas, aproximando-se da violência verbal e não abrindo espaço para qualquer possibilidade de acordo entre os dois grupos antagônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo pretende trazer uma pequena contribuição para a compreensão do papel do ativismo religioso nas redes sociais, a fim de interpretar como se consolidam movimentos que visam à implementação ou manutenção de políticas públicas contrárias às mazelas provocadas

pela desigualdade social. Nesse contexto, a seleção de uma publicação do padre Júlio Lancellotti é representativa, não só pelas posições que ele defende, mas pela repercussão de suas propostas. Nesse sentido, o estudo das reações discursivas a uma de suas postagens funciona como uma amostra do impacto social dessas publicações. Nosso trabalho permitiu verificar que a adesão às propostas do locutor é muito grande, havendo, no entanto, manifestações divergentes que não focam o conteúdo da proposta em si, mas que visam atacar as posições ideológicas, personalidades e instituições às quais Lancellotti é associado. Instauram-se, nesses momentos, sequências polêmicas, que não visam um acordo, mas a defesa de posições cristalizadas e, aparentemente, irreduzíveis e inconciliáveis, que se aproximam, em alguns momentos, da violência verbal.

Sem dúvida, as interações nas redes sociais refletem e reproduzem a situação de polarização no Brasil, que tem afetado as relações interpessoais e contra a qual a sociedade como um todo deve se mobilizar. Acreditamos que, nesse cenário, os Estudos Discursivos têm o potencial e a função social de promover a reflexão sobre a relação entre a linguagem e a reprodução ou transformação de valores e comportamentos, que permitam a construção de uma sociedade mais harmoniosa, pacífica e igualitária.

REFERÊNCIAS

Amossy, R. (2011). Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A. Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. n. 1, p. 129-144. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>.

_____(2017). *Apologia da polêmica*. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante; tradução: Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto... [et al.]. Contexto.

Angenot, M. (1982). *La parole planphlétaire*. Typologie des discours modernes. Payot.

Burity, J. A. (2008). Religião, política e cultura. *Tempo social*. v. 20, n. 2. 83-113

Charaudeau, P. (2008). *Linguagem e discurso*. Os modos de organização. Coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. Contexto.

_____(2004). Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: I. L. Machado & R. Mello (orgs.) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. pp. 13-41. NAD/FALE/UFMG.

_____(2019). Reflexões para a análise da violência verbal. Tradução de Patrícia Reuillard; coordenação de Ernani Cesar de Freitas. *Revista Desenredo*, 15(3). Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Reflexoes-para-a-analise-da,362.html>.

Cunha, M. (2023). *Um primeiro olhar sobre os deputados evangélicos na atual Câmara Federal*. <https://religioepoder.org.br/artigo/um-primeiro-olhar-sobre-os-deputados-evangelicos-na-atual-camara-federal/>.

Dascal, M. (1988). Types of polemics and types of polemical moves. In: S. Cmejrková; J. Hoomanova; O. Mülleirva & J. Svetla (eds.) *Dialogue Analysis*. VI. (15-33). Max Niemeyer.

Equipe Religião e Política. (2022). *Pesquisa do ISER levanta mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados*. Equipe Religião e Política. <https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/>.

Lemos, C.T. (2005). *Religião, gênero e sexualidade*. O lugar da mulher na família camponesa. Editora da UCG.

Lima, R. G. (2017). *A influência do Instagram no comportamento da jovem consumidora*. [TCC de curso de graduação não publicado]. Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas– FATECS.

Piza, M.V. (2012). *O fenômeno Instagram sob a perspectiva tecnológica* [Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais não publicado]. Universidade de Brasília.

ARTIGO RECEBIDO A

15/06/2023

ARTIGO APROVADO A

15/10/2023

Plantin, C. (2003). Des polémistes aux polémiqueurs. In: G. Declercq; M. Murat & J. Dangel (orgs.). *La Parole polémique*. Paris: Champion, pp. 377-408.

Pontifício Conselho Justiça e Paz (2004). *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Pontifício Conselho Justiça e Paz. https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html.

Recuero, R. (2017). *Introdução à análise de redes sociais online*. EDUFBA.

Remixagem desinformativa em memes de Internet

Disinformative Remixing in Internet memes

MELO, THIAGO RAMOS DE
thiago.rmelo09@ufpi.edu.br

Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Piauí (Brasil)
Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8703-7974>

BATISTA JÚNIOR, JOSÉ RIBAMAR LOPES
ribas@labproducaotextual.

Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (2013)
Professor na Universidade Federal do Piauí (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4777-3305>

PALAVRAS-CHAVE:
Desinformação;
Memes de internet;
Remix;
Remixagem Desinformativa.

RESUMO: O presente trabalho procura analisar as estratégias de remixagem em memes de internet a serviço da desinformação, as quais denominamos remixagem desinformativa. No cenário digital contemporâneo, onde o remix tornou-se o motor dos processos socioculturais (Lemos, 2006), partimos do pressuposto de que compreender as estratégias de remixagem (Navas, 2019) em memes torna-se uma importante ferramenta no combate à desinformação, considerando que os fluxos de desordem informacional (Wardle, 2017, 2020) atravessam, em grande parte, estes artefatos tecnodigitais. Além da reflexão teórica que norteia este trabalho, para fins exemplificativos, propomos a análise de um meme de internet à luz de algumas das etapas analíticas da Análise de Discurso Crítica (ADC), na perspectiva de Fairclough (2001, 2003) e de Chouliaraki e Fairclough (1999), somado aos procedimentos metodológicos descritos em Navas (2019). Por fim, inferimos que analisar os processos e efeitos causados pela influência dos memes de internet e compreender sua “engenharia memética” pode tornar-se uma parte importante na revisão das práticas de combate à desinformação no cenário digital contemporâneo.

KEY-WORDS:
Disinformation;
Internet Memes;
Remix;
Disinformative Remixing.

ABSTRACT: The present study aims to analyze remixing strategies in internet memes serving disinformation, which we term disinformative remixing. In the contemporary digital landscape, where remix has become the driving force behind sociocultural processes (Lemos, 2006), we assume that understanding remixing strategies (Navas, 2019) in memes becomes a crucial tool in combating disinformation, considering that informational disorder flows (Wardle, 2017, 2020) largely traverse these techno-digital artifacts. In addition to the theoretical reflection guiding this work, for illustra-

tive purposes, we propose the analysis of an internet meme in light of some analytical steps of Critical Discourse Analysis (CDA), following Fairclough (2001, 2003) and Chouliaraki and Fairclough (1999), along with the methodological procedures described by Navas (2019). Ultimately, we infer that analyzing the processes and effects caused by the influence of internet memes and understanding their 'memetic engineering' can become a crucial component in revising practices to combat disinformation in the contemporary digital landscape.

1. INTRODUÇÃO

Um dos artefatos tecno-digitais que se tornou bastante popular na contemporaneidade é o meme de internet, fenômeno cultural que se estabelece no meio digital como uma forma de comunicação baseada na remixagem de conteúdos preexistentes, através de textos, imagens e vídeos, com fins diversos. Embora o termo “meme” tenha sido cunhado muito antes da era digital (Shifman, 2014), os recursos exclusivos da Internet, como a facilidade de manipulação e divulgação de conteúdo, o que permite que qualquer ideia possa rapidamente ser reproduzida ou alterada (Martino, 2014), alavancaram a sua disseminação em rede, tornando-os potenciais vetores de propagação de desinformação.

Neste sentido, o presente trabalho procura analisar as estratégias de remixagem em memes de internet à serviço da desinformação, as quais denominamos remixagem desinformativa. No cenário digital contemporâneo, onde o remix tornou-se o motor dos processos socioculturais (Lemos, 2006), partimos do pressuposto de que compreender as estratégias de remixagem (Navas, 2019) em memes torna-se uma importante ferramenta no combate à desinformação, considerando que os fluxos de desordem informacional (Wardle, 2020) atravessam, em grande parte, estes artefatos tecno-digitais.

Dentro desta problemática, entendemos que investigar os processos comunicacionais que estão em jogo na produção destas práticas desinformativas significa refletir também sobre a importância de educar o cidadão para uma consciência crítica, visto que, o novo contexto tecnológico postula modos próprios de interação e relações, símbolos e linguagens, e demandam novas habilidades e exigências relacionadas a práticas sociais de produção, comunicação e negociação de sentidos em contextos particulares de leitura e escrita (Knobel & Lankshear, 2006).

Além da reflexão teórica que norteia este trabalho, para fins exemplificativos, propomos a análise de 1 (um) meme de internet¹ de cunho político² à luz de algumas das etapas analíticas da Análise de Discurso Crítica (ADC), na perspectiva de Fairclough (2001, 2003) e de Chouliaraki e Fairclough (1999)³, somado aos procedimentos metodológicos descritos em Navas (2019), com o objetivo de compreender os processos discursivos envoltos na remixagem dos memes.

Quanto a sua estruturação, iniciamos este trabalho, no contexto das discussões sobre as transformações socioculturais impulsionadas pelas tecnologias digitais, refletindo sobre os fenômenos da desordem informacional no cenário online. Adiante, discutimos sobre as características dos memes de internet. Nestes termos, é importante mencionar que o contexto digital possibilitou um movimento de apropriação/aproximação, por parte de distintas áreas (campanhas/propagandas políticas, peças publicitárias, por exemplo), da linguagem, recursos e estruturas do polissêmico universo dos memes de internet, apontando para aquilo que Chagas (2018) chama de evidente imprecisão conceitual nas fronteiras epistêmicas dos estudos de memes.

No tópico de análise, discorreremos sobre os processos de remix, isto é, o conjunto de práticas sociais e comunicacionais de combinações, colagens, *cut-up* de informação (Lemos, 2006) e apresentamos a análise do meme selecionado. Por fim, inferimos analisar os processos e efeitos causados pela influência dos memes de internet e compreender sua “engenharia memética”, sobretudo em um contexto digital que potencializa as capacidades de fecundidade, longevidade, reprodutibilidade e alcance destes artefatos culturais de transmissão e reprodução de discurso, pode tornar-se uma parte importante do combate à desinformação no cenário digital contemporâneo.

1. Conforme discutiremos adiante, entendemos que o observável deste trabalho se caracteriza como um meme de internet, tanto em termos de “temas, tópicos e público-alvo” (Shifman, 2014), conforme discutiremos na classificação proposta por Chagas (2018, et al. 2017), quanto em termos “estruturais e estilísticos” (Shifman, 2014), imitando um padrão composicional comum aos de memes *image macros* (imagens com legenda sobreposta) e *look-alikes* (comparações entre dois personagens reais ou fictícios) (Chagas, 2018, et al. 2017). O que caracteriza o meme de internet, neste caso, é a imitação do padrão composicional.

2. Consideramos que a temática política é um dos espaços privilegiados para a propagação de desinformações.

3. Neste trabalho, embora consideremos a importância dos conceitos da Análise de Discurso Crítica (ADC) para a discussão, optamos por não nos aprofundarmos no quadro teórico dessa abordagem. No entanto, a escolha por mobilizar algumas das etapas analíticas da ADC se justifica, em primeiro lugar, pelo fato de que o objeto de análise, ainda que apresen-

tado como exercício exemplificativo da reflexão proposta, se enquadra no campo de interesse dos estudos críticos do discurso. Em segundo lugar, observamos que as etapas analíticas e a compreensão dos significados do discurso elaboradas pelos referidos autores trazem contribuições relevantes para a proposta topológica de análise do remix de Navas (2019).

4. Tradução nossa. No original, lê-se: “*circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief*”.

5. De acordo com D’Ancona (2018), o termo aparece pela primeira vez no artigo do escritor sérvio-norte-americano Steve Tesich, em 1992, publicado na revista *The Nation*.

Com isso, o artigo busca contribuir com as discussões sobre a desinformação no campo da pesquisa dos memes de internet, na esteira dos processos de remixagem que, no contexto de observação, são utilizados para criar falsas correlações, exagerar ou distorcer fatos e construir narrativas enganosas. Diante do proposto, o artigo infere, a partir do exercício analítico, que o entendimento das estratégias de remixagem, por meio dos contributos topológicos oferecidos por esses estudos em obras que adotam princípios de remix, mostra-se essencial na investigação das dinâmicas e práticas desinformativas disseminadas por memes.

2. DESORDEM INFORMACIONAL E PÓS-VERDADE NO CONTEXTO DIGITAL

Em 2016, o Dicionário de Oxford elegeu “pós-verdade” como a palavra do ano. O termo é relativo às “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que aqueles que apelam à emoção e à crença pessoal”⁴ (English Oxford Living Dictionaries, 2016, n.p.). Embora não tenha surgido nesta data⁵, a expressão ganhou destaque em meio a uma série de questões relacionadas ao contexto político global – como a eleição de Trump nos Estados Unidos e o choque referente ao plano de saída da Grã-Bretanha da União Europeia (*Brexit*) –, sinalizando para uma crise em relação a veracidade dos fatos.

Essa discussão é motivada pela ascensão de uma “Indústria da Desinformação”, que coincide com a metamorfose maciça da paisagem midiática trazida pela revolução digital, e cujo objetivo, de acordo com D’Ancona (2018), é colocar em xeque a credibilidade das instituições democráticas, da racionalidade, do pensamento científico e intelectual.

Tal fenômeno, que contamina cada vez mais os discursos públicos em suas diversas esferas, ganha forma em meio aos grandes fluxos de informação que são característicos do nosso mundo moderno, hiperconectado em rede e cada vez mais polarizado (Wardle, 2017, 2020),

tomando como palco central os sites de redes sociais⁶ e gerando uma onda desinformativa, que comumente é denominada de *Fake News*.

Embora o termo *Fake News* tenha se popularizado nos últimos anos, Wardle (2017, 2020) prefere a expressão “desordem informacional” para designar o complexo e amplo contexto de transtorno da informação no qual estamos inseridos. A desordem informacional compreende, segundo a autora, três tipologias distintas, a mesinformação, desinformação e malinformação⁷.

A desinformação, segundo a autora, é um conteúdo intencionalmente falso, produzido para causar danos/prejudicar uma pessoa, grupo social, organização ou país, e motivado por três fatores distintos: gerar lucro financeiro; ter influência política, internacional ou nacional; ou causar problemas em decorrência disso (Wardle, 2017, 2020). A mesinformação (ou informação errada) faz referências a informações falsas, mas que não foram criadas com a intenção de causar prejuízo. Por fim, a malinformação (ou informação maliciosa) refere-se à informação genuína, baseada na realidade, usada para impor prejuízos/causar danos a uma pessoa, organização ou país (Wardle, 2017, 2020).

Em relação aos tipos de conteúdo e seu potencial de prejuízo, Wardle (2020) classifica os 7 tipos de desordem informacional, do mais danoso (dano alto) ao menos prejudicial (dano baixo), à saber: **Conteúdo Fabricado**: Conteúdo novo e totalmente falso, criado para enganar e causar danos; **Conteúdo Manipulado**: Informações ou imagens genuínas manipuladas com o propósito enganar; **Conteúdo Impostor**: Fontes genuínas imitadas com o propósito enganar; **Contexto Falso**: Conteúdo genuíno compartilhado com informações contextuais falsas; **Conteúdo Enganoso**: Uso enganoso de informações para enquadrar um problema ou indivíduo; **Conexão Falsa**: Manchetes, imagens ou legendas que não dão suporte ao conteúdo; **Sátira ou Paródia**: Nenhuma intenção de causar dano, mas com potencial para enganar.

6. Considerarmos que estas plataformas online tornaram-se um motor indispensável para a pós-verdade (D’Ancona, 2018) e seu principal canal da desinformação (Wardle, 2017, 2020).

7. Embora este trabalho se baseie em teorias já consolidadas no campo, é importante ressaltar a relevância dos estudos brasileiros sobre a linguagem e a desinformação, como a série de artigos publicada na revista *Cadernos de Linguística* (2020), volume 1, número 4, da Associação Brasileira de Linguística (Abralín).

Vale mencionar, conforme a autora, que quando uma desinformação é compartilhada, muitas vezes ela se transforma em mesinformação, visto que nem sempre este tipo de conteúdo é reconhecido como falso, e os usuários, acreditando que estão ajudando, acabam compartilhando-o com seus grupos em suas redes.

Segundo a autora, em ambientes online, as pessoas compartilham mesinformações por fatores sociopsicológicos, como forma de desempenhar suas identidades: “Elas querem se sentir conectadas à sua ‘tribo’, isso pode significar membros do mesmo partido político, pais que não vacinam seus filhos, ativistas preocupados com a mudança climática ou aqueles pertencentes a uma determinada religião, raça ou grupo étnico” (Wardle, 2020, p.10).

Embora, nestes grupos, o sistema postule o conflito como uma possibilidade, a cooperação é a principal forma de interação nesses ambientes (Recuero, 2009), visto que a universalização de discursos particulares e sua legitimação são instrumentos importantes na manutenção dos grupos online (Fairclough, 2001, 2003; Chouliaraki & Fairclough, 1999). Essa manutenção é possibilitada pelos chamados “filtros-bolhas” (ou “bolha dos filtros”), isto é, espaços seguros que permitem aos atores o compartilhamento de crenças e visões de mundo com outros que partilham dessas visões (Pariser, 2012).

Estes espaços permitem aos atores reforçarem seus posicionamentos e afirmarem suas identidades longe do confronto. Pariser (2012) cita que embora isso não seja algo novo, graças ao seu algoritmo de programação, os sites de redes sociais de internet capitalizaram essa tendência, suprimindo visões opostas às do usuário e fornecendo um conteúdo de reforço e validação, sabendo que lhes incentivariam a passar mais tempo em seus espaços virtuais.

O problema, defende Wardle (2017), é que os atores disseminadores de informações falsas

sabem que, quando as pessoas consomem e compartilham mensagens, elas o farão cada vez mais de dentro desses espaços, sem ninguém para desafiar suas ideias. Quando essas informações falsas são compartilhadas por atores de seu grupo, seus membros têm maior probabilidade de serem receptivos à mensagem e menos chances de fazerem uma leitura contrária.

Assim, a desinformação pode ser disseminada rapidamente em espaços onde a confiança que os atores têm entre si tende a ser alta. Conforme explica D’Ancona (2018), o forte apelo da disseminação de informações nestes círculos, neste contexto de pós-verdade, vai tornando os atores cada vez mais coniventes com estes discursos. “A questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê. Também seleciona sua própria mentira, de modo não menos arbitrário” (D’Ancona, 2018, p. 55). Tanto “verdade”, quanto “mentira”, passam a ser valores relativos aos valores do grupo.

Com isso, a Indústria da Desinformação, com sua difusão sistemática de mentiras, vai penetrando de forma sutil e estratégica nestes círculos sociais (através de memes, por exemplo), minando aos poucos e constantemente a verdade dos fatos, estimulando o público a questionar o discurso vindo das instituições, gerando confusão e dúvida no público através da omissão e/ou distorção da verdade (D’Ancona, 2018). É justamente nesse cenário, alerta D’Ancona (2018), que a pós-verdade encontra o melhor terreno para florescer.

3. MEMES DE INTERNET

No contexto das discussões sobre o tema, vale mencionar que o termo “meme” foi usado pela primeira vez em 1976, pelo biólogo Richard Dawkins, em seu livro “O gene egoísta”. Meme é uma abreviação da palavra grega “mimeme”, que significa “aquilo que pode ser imitado”.

8. Dawkins (1976) considera a transmissão cultural análoga à transmissão genética.

Dawkins (1976), que discutia a transmissão cultural como fruto da replicação de ideias a partir de uma perspectiva evolucionista darwiniana⁸, adaptou a tradução do termo para aproximar-se da palavra “gene”, encurtando “mimeme” para “meme”, onde este seria o “gene” da cultura, que se propaga através de replicadores no processo de evolução humana.

O meme é entendido como uma unidade de transmissão de informação cultural que se espalha de pessoa para pessoa, transmitida de um cérebro para outro, por cópia ou imitação. Para o autor, semelhante a um vírus que pode parasitar o mecanismo genético de uma célula hospedeira, um meme pode “parasitar” o cérebro de um indivíduo, transformando-o num canal de disseminação do mesmo.

9. Embora não tenhamos a intenção de abordar tais características enquanto categorização de análise neste trabalho, consideramos a importância de apontar estas particularidades por considerarmos o contexto das práticas sociais nos quais estão inseridos. Assim, nestas práticas, os dizeres nos memes, por parte do(s) seu(s) produtor(es), são modulados não apenas considerando, como também objetivando, alcançar tais efeitos junto aos seus públicos, isto é, serem memoráveis, serem propagáveis e terem longevidade.

Assim como somos máquinas gênicas criadas para transmitir nossos genes (Dawkins, 1976) e estes genes estão na base biológica do que nos constitui enquanto indivíduos, os memes parecem ser, ao menos parcialmente, um componente da base cultural responsável por formar os seres humanos (Martino, 2014), atuando no processo de reprodução de ideias e costumes, evoluindo, transformando, adaptando-se e disseminando-se.

No que tange à sua capacidade de disseminação, Recuero (2009) e Knobel e Lankshear (2006), partindo de Dawkins (1979) e Blackmore (1999), apontam como características essenciais dos memes para a sua sobrevivência: a longevidade, a fecundidade e a fidelidade das cópias⁹. A longevidade é a capacidade do meme de perdurar ao longo do tempo. Quanto mais tempo um meme “sobrevive”, mais ele pode ser copiado e reproduzido em novas mentes, garantindo assim sua transmissão contínua. A longevidade pressupõe condições ideais para a replicação e inovação de um meme (Knobel & Lankshear, 2006).

A fecundidade diz respeito à capacidade do meme de produzir cópias, isto é, sua “taxa” de propagação (Recuero, 2009). Quanto mais rapidamente um meme se espalha, mais provável é que ele capture uma atenção robusta e sustentada e seja replicado e distribuído (Knobel & Lankshear, 2006). Por fim, a fidelidade é a capacidade do meme de gerar cópias com maior semelhança ao original, passando de mente para mente relativamente intacto (Recuero, 2009).

Knobel e Lankshear (2006) argumentam que o poder de propagação dos memes está relacionado principalmente com sua capacidade de serem memorizados, e não com sua utilidade ou importância. Para isso, as ideias propagadas pelos memes precisam serem intuitivamente compreendidas e fazerem sentido para os indivíduos, de modo a incitar sua reprodução.

Shifman (2014), autora do livro “*Memes in digital culture*”, entende os memes como um fenômeno social compartilhado. Para ela, embora se espalhem em uma base micro, como parte da informação cultural que passam de pessoa para pessoa, seu impacto está no nível macro, de modo que os memes moldam a mentalidade, as formas de comportamento e as ações dos grupos sociais.

Shifman (2014) ainda cita que, embora o termo “meme” tenha sido cunhado muito antes da era digital, os recursos exclusivos da Internet – como a facilidade de manipulação digital e divulgação de conteúdo, sejam textos, sons ou imagens, o que permite que qualquer ideia possa rapidamente ser reproduzida ou alterada (Martino, 2014) – transformaram a difusão de memes em uma rotina onipresente e altamente visível, aprimorando sua capacidade de longevidade, fecundidade e fidelidade de cópia: “Se os memes são veículos de transmissão de grupos de ideias, as redes sociais e as possibilidades de compartilhamento de informações são um meio de expansão de ideias a velocidade da luz” (Martino, 2014, p. 178).

Desta forma, a internet se apresenta como um ambiente propício para a proliferação de memes. No que tange às características dos memes de internet, Shifman (2014) defende que a disseminação online de memes tem maior fidelidade de cópia do que a comunicação através de outras mídias, visto que a comunicação digital permite a transferência de informação sem perdas. Na internet, sua fecundidade também é ampliada, pois a rede facilita uma rápida difusão de mensagens entre seus vários pontos. Também, a longevidade pode potencialmente aumentar porque a informação pode ser armazenada indefinidamente em diversos arquivos/suportes.

A estes três elementos (longevidade, fecundidade e fidelidade de cópia), Recuero (2009) acrescenta um outro: o alcance. Isso porque, de acordo com ela, distância (proximidade ou ao distanciamento entre os indivíduos) é um elemento que frequentemente compõe o estudo de redes sociais, entendidas como os conjuntos de redes interconectadas e que conectam indivíduos através da interação social.

Além destas características, algumas questões contextuais também permitem compreender o sucesso dos memes na internet, conforme explica Shifman (2014). Ressalta-se, em primeiro lugar, uma questão de economia da informação, isto é, em um contexto em que a atenção das pessoas se tornou um bem cada vez mais escasso, os memes, na esteira das características apontadas, tem a capacidade de atrair o interesse de indivíduos e comunidades para determinados assuntos ou situações e, em certa medida, para a própria forma do meme enquanto dispositivo comunicacional.

Outra questão apontada por Shifman (2014) é que memes seriam uma forma de criar laços entre atores sociais. De acordo com a autora, memes são compartilhados em redes sociais

digitais, de certa maneira, pelas mesmas razões que pessoas contam piadas ou histórias que ouviram: para inserir-se num grupo¹⁰. Tal relação é ainda mais forte se a mensagem possuir características que só podem ser decifradas por atores sociais do mesmo grupo, isto é, para quem conhece seu contexto específico (Shifman, 2014).

Neste sentido, é possível inferir que a transmissão efetiva de memes depende criticamente das preferências, atenção, emoções e desejos dos atores sociais envolvidos no processo (Blackmore, 1999). Os “estranhos” desses grupos comumente terão dificuldade em compreender a mensagem nos memes. Com isso, os espaços de afinidade desempenham um papel importante na fecundidade dos memes de internet de sucesso (Blackmore, 1999).

Por fim, vale salientar, conforme eludem Knobel e Lankshear (2006), que estas características supracitadas, bem como o sucesso no processo de “replicabilidade” dos memes, está diretamente associado à prática de remixagem, através da modificação, bricolagem, emenda, reordenação, sobreposição, etc., dos seus elementos constituintes. Discutiremos sobre o conceito de remix no próximo tópico, conforme explicamos a proposta analítica aqui empregada.

Na esteira destas caracterizações, conforme sinaliza Chagas (2018), é oportuno esclarecer como o meme vai somando e transformando questões conceituais à sua compreensão, conforme o conceito passa a ser adotado por diferentes correntes de pesquisadores filiados aos mais diversos campos, desde a sociobiologia, passando pela psicologia social, até chegar no cenário tecnológico contemporâneo, onde o meme continua a suscitar teias de significados construídas pelas pessoas (pesquisadores e internautas) em torno de si (Chagas, 2018).

Neste sentido, o contexto digital possibilitou um movimento de apropriação/aproximação, por parte de distintas áreas (campanhas/propagandas políticas, peças publicitárias, por

10. Conforme mencionado anteriormente, embora existam conflitos quando nos referimos a tipos de relações estabelecidas nas redes sociais de internet, é a cooperação o processo formador das estruturas sociais nestes espaços (Recuero, 2009). Formas de criar laços entre atores sociais, como no caso de compartilhamento de memes que reproduzem valores internos do grupo, podem servir para reforçar processos de cooperação essenciais para a criação e a manutenção destas estruturas internas (Recuero, 2009).

exemplo), da linguagem, recursos e estruturas do polissêmico universo dos memes de internet, apontando para aquilo que Chagas (2018) chama de evidente imprecisão conceitual nas fronteiras epistêmicas dos estudos de memes. De acordo com o Museu de Memes (s.d.), com a própria popularização da internet, muitos usuários passaram a denominar de memes os conteúdos que trocavam entre si nos diversos canais de comunidades online, incluindo um contingente de peças que, em princípio, questionam o próprio *status* como meme:

A partir daí, não só o conceito de memes foi ressignificado, como seu campo científico se renovou profundamente. Os memes passaram a ser compreendidos não mais como uma ideia ou um comportamento, mas como um discurso, ou um modo próprio de comunicar. Hoje, quando nos referimos a memes, não estamos mais pensando em um “replicador cultural” ou uma “unidade de transmissão de informação”, mas em uma linguagem midiática (Museu de Memes, s.d., online).

Neste sentido, entendemos que o objeto analisado pode ser considerado um meme de internet, tanto por sua estrutura e elementos de linguagem que ele mobiliza, conforme descritos no próximo tópico, quanto pela sua intenção, isto é, por sua finalidade específica de gerar ampla repercussão junto ao público através de uma mensagem e/ou um formato que facilite a sua reprodução (Chagas, 2018).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Conforme mencionado na introdução, a análise do meme de internet selecionado tem cunho qualitativo-interpretativo, à luz de algumas das etapas analíticas propostas pela Análise de Discurso Crítica (ADC), na perspectiva de Fairclough (2001, 2003) e de Chouliaraki e Fairclough (1999), com fins exemplificativos da discussão levantada. A ADC, de acordo com Resende e Ramalho (2011), é uma análise de discurso textualmente orientada (ADTO), isto é, uma aná-

lise que procura fornecer subsídios científicos para a observação dos constrangimentos sociais sobre o texto, por um lado, e acerca de efeitos sociais desencadeados por sentidos de textos, por outro.

Para acessar esses efeitos, a análise contempla três etapas: (1) a análise da conjuntura, (2) a análise da prática particular e (3) a análise de discurso. De acordo com as autoras, as duas primeiras etapas garantem a contextualização da análise discursiva, isto é, garantem que o objeto analisado seja relacionado à sua causa mais ampla e a seu contexto particular. Para a análise da prática, adotamos os procedimentos metodológicos descritos em Navas (2019), com o objetivo de compreender os processos discursivos envolvidos na remixagem dos memes.

De acordo com Navas (2019), esta metodologia tem como objetivo desconstruir obras, com fins de entender como as frações das mesmas são mobilizadas de forma a produzir novos conteúdos, criando assim uma nova reinterpretação com significados novos e distintos. No que tange à etapa da análise discursiva, a análise do processo de remixagem tem o objetivo de jogar luz sob a forma como os memes de internet mobilizam, em seus discursos, modos de representação, identificação e interação (Chouliaraki & Fairclough, 1999) à serviço da desinformação. Neste sentido, cabe também uma breve explanação sobre o conceito de remix.

4.2. REMIX: CONCEITO E DELIMITAÇÕES CATEGORIAIS

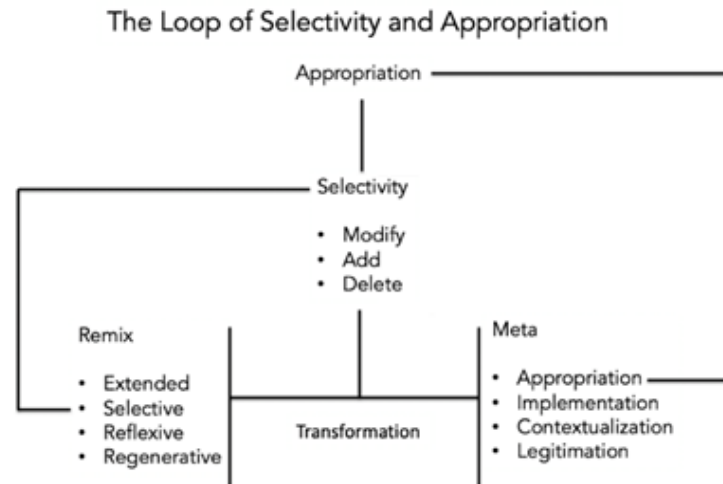
Entende-se remix como um conjunto de práticas sociais e comunicacionais de combinações, colagens, *cut-up* de informação (Lemos, 2006). De acordo com Navas (2019), o remix se apresenta como uma atividade de colher amostras de materiais pré-existentes para combiná-los e rearranjá-los em novas formas. O autor elucida ainda que é comum o remix incorporar elementos de outras esferas da cultura contemporânea, selecionando fragmentos de produtos de outros formatos e esferas.

Embora a origem do conceito de remix seja oriunda do universo musical, sua prática é utilizada em diferentes áreas, sobretudo após o advento da Internet (Navas, 2019). De forma parecida, Lemos (2006) defende que a nova configuração cultural que se estabelece desde o início do século XXI – a cibercultura, conforme discutido – impulsionada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, bem como os processos de comunicação, de produção, de criação e de circulação de bens e serviços, encontraram nos processos de remixagem o seu princípio regente¹¹.

11. Processo que Lemos (2006) nomeia de “ciber-cultura-remix”.

Nestes termos, adotamos a proposta topológica de Navas (2019), conforme a figura 1, de modo que sua abordagem propõe uma compreensão crítica das diferentes estratégias nas práticas de remixagem como ponto de partida para analisar obras que adotam princípios de remix.

Figura 1 – Proposta topológica de análise do remix de Navas (2019)



O eixo central da estrutura analítica proposta por Navas (2019) é o conceito de “seletividade”, mecanismo através do qual elementos – objetos, ideias e conceitos (ou as frações destes elementos) – são “reciclados”, isto é, são (1) modificados, (2) adicionados ou (3) excluídos para criar algo novo. Este processo, no qual algo é deslocado de um contexto, gerando novas significações, recebe o nome de “estado de meta”, um estágio avançado de significação (Navas, 2019).

Segundo o autor, o que torna a significação possível é o processo de apropriação (seleção de algo para criar algo novo), que acontece quando algum elemento (ou fração deste elemento) é visto como possuindo algum tipo de valor para determinado fim, isto é, no potencial significativo que desempenhará no contexto específico em que será transposto.

Após esta identificação de valor, acontece a etapa de implementação, que consiste em reaproveitar (recontextualizar) o elemento significativo apropriado. A (etapa de) implementação, de acordo com Navas (2019), pode ocorrer de várias formas, de modo isolado ou através da combinação com outros elementos, contextualizando-se (etapa de contextualização) o elemento com base nos seus interesses e princípios, dependendo de como o produtor decide minimizar ou enfatizar os elementos em articulação.

Segundo Navas (2019), decisões sobre como contextualizar os objetos, conceitos e/ou ideias implementadas, irão, por sua vez, desempenhar um papel importante na forma como o produto remixado será recebido no contexto cultural de circulação.

Por fim, acontece a etapa de legitimação, isto é, a aceitação de uma obra como legítima ou ilegítima. A (etapa de) legitimação não é controlada pela pessoa que produziu o objeto, mas através de um processo de negociação entre o produtor e a cultura na qual o objeto é introduzido. Legitimação é o foco da cultura do remix (Navas, 2019).

Também vale mencionar que os memes de internet aqui analisados são classificados como Remix Reflexivo (Navas, 2019), tipo de remix que transfigura a estrutura da obra remixada, cortando/copiando/colando (e mudando, por consequência) fragmentos de elementos de forma não-linear, alegorizando a obra original para determinados fins. Neste tipo de remix, a versão remixada rompe com a essência da obra original (ainda que a indicialidade da obra-fonte seja intencionalmente mantida) e reivindica autonomia própria, sendo, portanto, importante considerar os efeitos de sentidos que tais mudanças objetivam gerar (Navas, 2019).

Compreendidas as categorias do remix propostas por Navas (2019), buscaremos a seguir, a análise exemplificativa do meme de internet que foi selecionado a partir de verificação feita pela agência de checagem de fatos (*Fact-Checking*) Lupa, membro verificado da *International Fact-checking Network* (IFCN), e que abordam a temática de obras governamentais. A escolha desta categoria temática específica acontece tanto por se tratar de um assunto que é recorrente na agenda de debates políticos, quanto por ser um tipo de discurso que é comumente articulado através da comparação entre o que um governo fez e outro não, possibilitando avaliar como atores sociais politicamente antagônicos são apresentados e representados nos memes.

A escolha desses memes também é justificada por entendermos que se trata de “memes persuasivos”, conforme a proposta de classificação de memes políticos de Chagas (2018, et al. 2017). Dentre todas as formas de memes, os de caráter persuasivo são, de acordo com Shifman (2014), aqueles que mais se aproximam da condição de peças virais.

Chagas (2018) explica que este tipo de meme se ancora tanto no elemento discursivo da persuasão (que procura apelar a ou convencer o destinatário), quanto na influência pessoal e no aspecto relacional de sua propagação. Estes memes, de acordo com Chagas (2018),

intertextualizam a retórica própria das campanhas políticas para a produção e disseminação de conteúdos que orbitam como elementos paratextuais na paisagem eleitoral.

Se considerarmos que a propagação destas mensagens persuasivas acontece em um contexto viral e altamente segmentada em fandoms (Chagas, 2018), ou bolhas (Pariser, 2012), a viralidade por si mesma pode ser considerada como elemento de persuasão, à medida que expõe a opinião de outros e, por consequência, exerce a pressão social relacionada ao seu compartilhamento (Shifman, 2014), tornando-se, no contexto aqui analisado, um potencial vetor de propagação de desinformação.

Assim, nosso objetivo com esta análise não é, conforme mencionado, verificar a veracidade das informações abordadas (processo já realizado pela agência de checagem), mas refletir sobre como o processo de remixagem auxilia na construção de memes de internet que tem a intenção de disseminar desinformação, a remixagem desinformativa.

Por fim, em termos de estrutura, o meme analisado se caracteriza como um *image macro* (imagem com legenda sobreposta) com características de *look-alikes* (comparações entre dois personagens reais ou fictícios) (Chagas, 2018, et al. 2017).

4.3. ANÁLISE DO MEME DE INTERNET

O meme de internet apresentado na figura 2 é composto por duas fotografias com textos sobrepostos, e faz referência ao antes e depois de um trecho da BR-163, identificado através da legenda que acompanha a imagem: “*Trabalho na BR 163. Enquanto ladrões e corruptos denigrem e difamam nosso País e nosso povo, os que querem mudar o Brasil trabalham e projetam um futuro melhor para todos! Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”.

Figura 2 – Fonte: Agência Lupa (2019)



12. São antigas fotos de pavimentação de trecho da BR-163 em '7 meses de Bolsonaro'. 2019. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/08/05/verificamos-pavimentacao-br-163-7-meses-bolsonaro>>. Acesso em 14 nov. 2022.

De acordo com informações da agência Lupa¹², a estrada, que começa em Tenente Portela (RS) e chega até Santarém (PA), passando pelo porto de Miritituba, é uma importante rota nacional de escoamento da safra agrícola, o que a torna um ativo de relevância no debate político sobre a temática de obras governamentais.

Na peça, o processo de “seletividade” (Navas, 2019) acontece através da apropriação de duas fotografias que são integralmente deslocadas do seu contexto original e adicionadas (coladas) para compor os dois quadros do meme – a imagem superior mostra caminhões em um trecho de terra e lama e teria sido tirada no período do governo do PT, e a imagem inferior exhibe uma parte já pavimentada da via, que teria sido feita pelo governo Bolsonaro –, ofertando novas significações ancoradas através dos textos “16 anos de PT” (primeiro quadro) e “7 meses de Bolsonaro” (segundo quadro).

Para a análise da conjuntura, seguindo a orientação da ADC, recorreremos à verificação feita pela agência Lupa, que conclui que o trecho da rodovia na imagem não foi pavimentado durante o governo Bolsonaro. As duas fotos usadas na composição são identificadas pela agência como antigas e foram tiradas em anos diferentes. Em termos de desordem informacional, conforme mencionado anteriormente, este tipo de conteúdo é uma desinformação de contexto falso (Wardle, 2020), isto é, quando um conteúdo genuíno (as fotografias) é compartilhado com informações contextuais falsas (os textos sobrepostos e legenda).

A primeira imagem, segundo a agência, que traz um trecho de estrada de terra cheio de lama, começou a circular em 3 de março de 2017. A verificação traz uma notícia do jornal Folha do Progresso, ilustrada pela foto, informando que a BR-163 havia sido reaberta pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) no Pará, depois de uma semana de operação tapa-buracos contra o atoleiro.

A imagem inferior, que mostra o trecho em processo de pavimentação, é ainda mais antiga, de acordo com a Lupa. Foi publicada pela primeira vez em 19 de junho de 2015 pela concessionária Rota do Oeste, responsável pelos 850,9 quilômetros da estrada entre os municípios de

Itiquira e Sinop, no Mato Grosso. A empresa fez a pavimentação de parte da rodovia e anunciava o início da segunda etapa das obras. A verificação aponta ainda que a notícia foi reproduzida pelo portal da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e pelo portal Olhar Agro & Negócios. Por fim, a agência ainda discorre que a pavimentação de um trecho de 65 quilômetros da BR-163 no Pará foi iniciada em 2017, por meio de um convênio com o Exército.

Assim, na análise da construção do meme, percebemos que a implementação integral das duas fotografias acontece pela identificação e possibilidade de construção/oferta de valores (Navas, 2019) (1) negativos referentes à primeira imagem, onde é mostrada uma estrada sem pavimentação, com atoleiros e com uma série de riscos possíveis aos caminhões que trafegam por ela; e (2) positivos, onde é mostrado uma estrada sendo pavimentada.

A implementação objetiva também um efeito comparativo entre a gestão do governo do PT (associado, através do texto sobreposto, à primeira fotografia e aos valores negativos ofertados) e a gestão do governo Bolsonaro (associado, através do texto sobreposto, à segunda fotografia e aos valores positivos ofertados), ofertando assim representações acerca dos atores sociais identificados (Chouliaraki & Fairclough, 1999).

Os modos de representação, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), são formas de representar aspectos particulares do mundo, isto é, posições, identidades sociais e pessoais e relações que se estabelecem entre os atores. Aspectos particulares do mundo podem ser representados de forma diferente na relação estabelecida entre os diversos (elementos dos) discursos (Chouliaraki & Fairclough, 1999).

Como lembra Navas (2019), na contextualização do remix, determinados elementos em articulação são intencionalmente minimizados ou enfatizados com base na intenção do produtor da remixagem. Através desta articulação comparativa, o texto no meme direciona atenção para a discrepância no tempo de execução relacionado a obra, ou seja, após 16 anos, o governo do PT não pavimentou a BR 316, ação que em (“apenas” – implícito) 7 meses, o governo Bolsonaro já estava fazendo. Neste sentido, a legenda da postagem da rede social complementa o processo de articulação, apontando a corrupção como a causa desta discrepância (“*ladrões*” e “*corruptos*”).

Ainda sobre a etapa de implementação (Navas, 2019), a análise do meme evidencia não apenas uma combinação intencional de elementos, mas também de uma ordem de combinação – modos de (inter)ação (Chouliaraki & Fairclough, 1999) –, onde a primeira imagem representa o passado alegórico associado ao governo do PT, o “como era”; e a segunda imagem passa a representar o presente alegórico associado ao governo Bolsonaro, o “como é”.

Chouliaraki e Fairclough (1999) enxergam nesses modos de (inter)ação um mecanismo articulatório/regulatório que permite entendê-los como mecanismos de legitimação de discursos ideológicos, evidenciando ou suprimindo certos elementos em favor de interesses particulares, o que pode contribuir, em certas circunstâncias, para a distribuição assimétrica do poder e sustentação de relações de dominação.

Assim, segundo Navas (2019), decisões sobre como contextualizar elementos e/ou ideias implementadas, irão, por sua vez, desempenhar um papel importante na forma como o produto remixado será recebido no contexto cultural de circulação.

Conforme Navas (2019), no Remix Reflexivo, ainda que informações sejam adicionadas ou

excluídas, algum material precisa ser deixado intacto para que o original possa ser reconhecível. Para que seja aceito pelo público, é necessário que a essência do original continue sendo parte vital da obra, a fim de que possa haver uma reflexão sobre o seu significado e das suas fontes, mesmo quando estas não são facilmente reconhecíveis (Navas, 2019). Neste sentido, os elementos textuais sobrepostos às imagens alegorizam e estendem falsamente a leitura das fotografias, que são articuladas para simular a veracidade das informações apresentadas. Assim, o remix desinformativo vai contar, de forma falaciosa, com a autoridade da composição original (Navas, 2019) para legitimar-se.

Por fim, acontece a etapa de legitimação, isto é, a aceitação de uma obra como legítima ou ilegítima por parte da comunidade inserida em seu contexto de circulação (Navas, 2019). Neste sentido, o meme circulou no Facebook, e até as 11h30 de 5 de agosto de 2019, tinha mais de 8,8 mil compartilhamentos. De acordo com a Lupa, no início de 2019, outros posts falsos sobre a estrada circularam nas redes. Um deles afirmava que a ação feita com apoio do Exército teria sido iniciada por Bolsonaro, e o outro dizia que um trecho mostrado em vídeo tinha sido concluído pelo atual governo.

Ademais, conforme observado na análise e consoante a Chagas (2018, et al. 2017), os memes persuasivos podem ser utilizados tanto para desacreditar ou difamar adversários políticos (governo do PT), como também para destacar virtudes e/ou propostas dos candidatos (governo Bolsonaro), apelando à razão ou à emoção para angariar apoio. Este memes geralmente empregam, conforme Chagas (2018), (a) citações diretas de candidatos ou de seus apoiadores (como observado na legenda); (b) relações de propostas ou realizações do político (como observado no meme), ou simplesmente seu slogan junto a uma convocação para a campanha (como observado ao final da legenda); ou (c) um infográfico ou outros grafismos que apresentem dados de pesquisas ou comparem indicadores específicos (como observado no meme).

Nesta análise, através das estratégias de remixagem, é possível averiguar que as fotografias descontextualizadas e ancoradas pelas marcações textuais tentam apelar à razão do espectador, apresentando-se enganosamente como fatos, e à emoção, evidenciada na tanto na discrepância temporal do texto sobreposto às fotos, quanto nos elementos textuais valorativos da legenda que acompanha a postagem, com o objetivo de gerar sentimento de indignação, como no caso dos trechos “[...] *Enquanto ladrões e corruptos denigrem e difamam nosso País e nosso povo, os que querem mudar o Brasil trabalham e projetam um futuro melhor para todos! [...]*”.

Ademais, a legenda da imagem, para além das intencionalidades já mencionadas, também objetiva a legitimação ao posicionamento do produtor ao se manifestar como parte do grupo político, através do uso do slogan político do bolsonarismo, ao qual ele busca a adesão discursiva do conteúdo através da (auto)identificação (Chouliaraki & Fairclough, 1999): “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”. A legenda encerra com um ícone (elemento comum na linguagem digital) da bandeira do Brasil, símbolo nacional que constantemente é apropriado pelo movimento bolsonarista.

Estes modos de identificação são maneiras relativamente estáveis de identificar discursivamente a si mesmo e ao outro (Chouliaraki & Fairclough, 1999). Neste caso, o slogan e a bandeira do Brasil remetem a símbolos coletivos de identificação do bolsonarismo, interpelando/representando este grupo social a partir de uma demarcação de posicionamentos opostos/antagônicos (“PT” / “Bolsonaro”) através dos dois quadros do meme.

Assim, conforme mencionado anteriormente, quando uma desinformação é compartilhada, muitas vezes ela se transforma em mesinformação, visto que nem sempre este tipo de conteúdo é reconhecido como falso, sobretudo em espaços onde a confiança que os atores têm entre si

tende a ser alta, e estes os usuários, motivados por fatores sociopsicológicos, acabam compartilhando conteúdos desinformativos alinhados aos seus valores político-identitários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cacofonia de fluxos de (des)informação, a tecnologia digital, conforme explica D'Ancona (2018), tornou-se o vetor definitivo da pós-verdade. A própria arquitetura desses sites de redes sociais é projetada de tal forma que os atores sociais consumam e compartilhem, de um modo geral, aquilo que é consumido e compartilhado em seus círculos sociais.

Como seres sociais, os atores compartilham os tipos de mensagens que melhor se ajustam às atitudes predominantes do seu círculo social (Wardle, 2017, 2020). Aos poucos, o forte apelo da disseminação de informações nestes círculos torna os atores coniventes com estes discursos. Esta torna-se uma característica chave da pós-verdade (D'Ancona, 2018).

Com base na análise exposta, consideramos que discutir sobre a remixagem desinformativa em memes de internet é também refletir criticamente sobre a forma como os fluxos desinformativos ganham força no complexo ecossistema que se estabelece em torno das interações dos usuários, sinalizando para a necessidade de um olhar ético sobre forma como os indivíduos produzem, fazem circular e consomem informações.

Compreender como se articulam estes processos desinformativos – através de remixagens em memes de internet, por exemplo – é essencial para a formação de cidadãos críticos e eticamente conscientes dos aparatos tecnológicos em uso nos diversos contextos digitais em rede dos quais participam. Conforme defendem Knobel e Lankshear (2006), desenvolver a capacidade de refletir sobre natureza das informações no digital, a partir do exame de suas fontes, da

credibilidade do autor, da qualidade da escrita e da construção dos argumentos, por exemplo, julgando o “valor de verdade” destes conteúdos que circulam online é essencial para o desenvolvimento de uma “literacia digital”.

Desta forma, na conjunção destas discussões, cabe também a reflexão sobre a importância das relações sociais no desenvolvimento, refinamento, remixagem e compartilhamento de ideias que são propagadas virtualmente. Trazendo para o contexto deste estudo, Knobel e Lankshear (2006) defendem que se preste mais atenção aos memes com os quais estamos “infectados” e com os quais infectamos os outros, bem como aos efeitos materiais dessas “infeções”, visto que nem todos os memes são benignos.

Refletir sobre os processos e efeitos causados pela influência dos memes de internet e compreender sua “engenharia memética”, sobretudo em um contexto digital que potencializa as capacidades de fecundidade, longevidade, reprodutibilidade e alcance destes artefatos culturais de transmissão e reprodução de discurso, pode tornar-se uma parte importante na revisão das práticas de combate à desinformação no ambiente digital.

Longe de ser apenas um exercício de análise, esta pesquisa busca promover uma compreensão mais aprofundada das estratégias utilizadas na disseminação de desinformação por meio dos memes de internet. Essa perspectiva, ancorada nos estudos de remixagem e nas dinâmicas de propagação de informação nas plataformas digitais, ao considerar a “engenharia memética” e suas implicações, pretende suscitar alguns pontos de reflexão para futuras estratégias de enfrentamento à desinformação, colaborando para um debate acadêmico mais robusto frente aos desafios impostos por este cenário contemporâneo.

ARTIGO RECEBIDO A
27/07/2023
ARTIGO APROVADO A
30/10/2023

REFERÊNCIAS

- Blackmore, S. (1999). *The Meme Machine*. Oxford: Oxford University Press.
- Cadernos De Linguística* (2020), 1(4). Acedido em novembro 02, 2023 em <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/issue/view/7>.
- Chagas, V., Freire, F., Rios, D. & Magalhães, D. (2017). A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. *Intexto* 38(1), pp. 173-196. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583201738.173-196>.
- Chagas, V. (2018). A febre dos memes de política. *Revista FAMECOS*, 25(1), pp. 1-26. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.1.27025>.
- Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University.
- D’Ancona, M (2018). *Pós-Verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News*. Faro Editorial: São Paulo.
- Dawkins, R. (1979). *O Gene Egoísta*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- English Oxford Living Dictionaries (2016). *Word of the Year 2016 is...* Acedido em julho 07, 2023 em <https://languages.oup.com/>.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB.
- _____(2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Knobel, M. & Lankshear, C. (2006). *A new literacies sampler*. London: Routledge.
- Lemos, A. (2006). Ciber-cultura-remix. Araújo, D. (Org.). *Imagem (Ir) realidade. Comunicação e cibernética*. Porto Alegre: Sulinas, pp. 53-65.
- Martino, L. (2014). *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis: Vozes.
- Museu de Memes. *O que são memes*. Acedido em julho 07, 2023 em <https://museudememes.com.br/o-que-sao-memes>.
- Navas, E (2019). Re-versioning The Elements of Selectivity: Transformation and Originality after Remix. In: Feireiss, L (Org.). *Radical Cut-Up – Nothing is Original*. Amsterdã: Sternberg Press, pp. 227-244.
- Pariser, E. (2012). *O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar.

Recuero, R (2009). *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina.

Resende, V. & Ramalho, V. (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. São Paulo: Pontes.

Shifman, L. (2014). *Memes in digital culture*. Cambridge: MIT Press.

Wardle, C. (2017). *Information Disorder. Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Europe: Council of Europe.

_____(2020). *Entender a desordem informacional*. First Draft.

A ironia como estratégia discursiva: vozes polifônicas em rede na disputa Lula x Bolsonaro em 2022

Irony as a discursive strategy: polyphonic voices in networked discourse in the Lula vs. Bolsonaro Contest in 2022

**MORAES, RENATO
FERREIRA DE**
rmoraes132@gmail.com

Doutor em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1940-0701>

**KNEIPP, VALQUÍRIA
APARECIDA PASSOS**
valquiriakneipp@yahoo.
com.br

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2008)
Professora Associada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5522-6961>

PALAVRAS-CHAVE:
Ironia;
Argumentação;
Dupla enunciação;
Análise de discurso;
Análise de conversação.

RESUMO: A partir de postagens do deputado federal André Janones e do vereador Carlos Bolsonaro no microblog Twitter, buscamos uma análise sobre a ironia no discurso político na internet durante as eleições de 2022 no Brasil. Desta forma, o artigo busca responder como este recurso linguístico foi utilizado neste campo de intensa disputa de narrativas. O referencial teórico tem base na Análise de Discurso (escola francesa), particularmente sobre os conceitos de polifonia e ironia de Ducrot (1987). Como recurso metodológico, utilizamos análise de conversação (Liakopoulos, 2008). Desta forma, o trabalho compreende pesquisa qualiquantitativa, configurando-se como um estudo de caso (Yin, 2005), no sentido em que auxilia na compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos contemporâneos. O episódio que configura o recorte deste estudo ganhou destaque no noticiário no dia 24 de outubro de 2022. Conclui-se que o recurso foi utilizado estrategicamente, uma retórica adaptada às circunstâncias de forma a manter em evidência temas explorados pelas campanhas ou para fazer frente ao monitoramento do campo digital pelo Tribunal Superior Eleitoral. A mesmo tempo, acatar determinação de exclusão de postagem ou comentários específicos expedida pelo tribunal.

KEY-WORDS:
Irony;
Argumentation;
Double enunciation;
Discourse Analysis;
Conversation analysis.

ABSTRACT: From Twitter posts by Federal Deputy André Janones and City Councilor Carlos Bolsonaro, we seek an analysis of irony in political discourse on the internet during the 2022 elections in Brazil. Thus, the article aims to answer how this linguistic resource was employed in this field of intense narrative competition. The theoretical framework is based on Discourse Analysis (French school), particularly focusing on the concepts of polyphony and irony by Ducrot (1987). As a meth-

odological approach, we employ conversation analysis (Liakopoulos, 2008). Accordingly, the study comprises a qualitative-quantitative research design, configuring itself as a case study (Yin, 2005), in the sense that it aids in understanding contemporary individual, organizational, social, and political phenomena. The episode that constitutes the focus of this study gained prominence in the news on October 24, 2022. It is concluded that the resource was strategically utilized, adapting rhetoric to the circumstances to keep in focus themes explored by the campaigns or to counter the monitoring of the digital field by the Superior Electoral Court. Simultaneously, compliance with the determination to exclude specific posts or comments issued by the court was observed.

1. INTRODUÇÃO

Como dizer o que não pode ser dito? Há quem prefira o confronto, há quem utilize a ironia como artifício discursivo. O artigo analisa parte da estratégia discursiva na internet de dois atores sociais e políticos da campanha eleitoral de 2022 no Brasil, de forma a responder como esse recurso linguístico foi utilizado neste campo de narrativas. O recorte são tuítes de 24 de outubro de 2022 do deputado federal pelo Avante (MG) André Janones (@AndreJanonesAdv) e do vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro, do Republicanos (@CarlosBolsonaro), em que utilizam a ironia como recurso linguístico. O referencial teórico busca apoio nos conceitos de polifonia e ironia (Ducrot, 1987) e contribuições de Brandão (2004, 2012). A metodologia utiliza elementos de Análise de Conversação, com base em Liakopoulos (2008), para empreender pesquisa qualiquantitativa com intuito de compreender fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos da contemporaneidade: um estudo de caso, portanto (Yin, 2005).

O fenômeno ocorre num contexto de polarização e equilíbrio (em relação aos números, ressalta-se, dado que a temperatura política esteve sempre elevada), no qual a eleição para a presidência da república de 2022 no Brasil foi a mais disputada da história da redemocratização. Com 50,9% dos votos válidos, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), venceu o pleito com 60.345.999, uma diferença de 2.137.978 sobre o adversário. O então candidato à reeleição Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), obteve 58.206.354 votos (49,1%). Em duas cidades, Guará (SP) e Irati (SC), o pleito terminou rigorosamente empatado. Diante da polarização política, o terreno midiático, particularmente a internet, foi um dos principais cenários de disputa. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral – TSE (Brasil, 2022) verificou-se durante o pleito, de forma rotineira,

o uso indevido de meios de comunicação, ilícito supostamente perpetrado por meio do uso de redes sociais pelas campanhas dos candidatos que disputam o segundo turno das eleições presidenciais para, de forma sistemática, difundir notícias falsas ou gravemente descontextualizadas em prejuízo dos adversários e da normalidade eleitoral (Brasil, 2022, p. 83).

Fora os candidatos, em tese os principais atores deste cenário, ganharam destaque no período dois usuários da rede. Pela campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, o então deputado federal André Janones (figura 1), que em agosto de 2022 desistiu da candidatura à presidência para assumir a estratégia da campanha nas redes sociais do candidato Lula.

Figura 1 - Captura de tela do perfil de André Janones no Twitter

Fonte - Twitter (2023). Disponível em <<https://twitter.com/AndreJanonesAdv>>



Pela campanha de Jair Bolsonaro, o personagem em evidência foi o vereador pelo Rio de Janeiro Carlos Nantes Bolsonaro (@CarlosBolsonaro), do Republicanos, que desde a eleição de 2018 já coordenava a campanha do pai nas redes sociais (figura 2).



Figura 2 - Captura de tela do perfil de Carlos Bolsonaro no Twitter

Fonte - Twitter (2023). Disponível em <<https://twitter.com/CarlosBolsonaro>>

Como as campanhas classificam esses atores e de que forma os adversários se enxergam neste terreno de disputa? Na Ação de Investigação Eleitoral (AIE) 11527 (Brasil, 2022), a campanha do então presidente Jair Bolsonaro alega que

o Deputado Federal André Luís Gaspar Janones, escolhido pela campanha do candidato Lula para ser 'consultor nas esferas digitais', fato público e notório, vem se utilizando de suas redes sociais, ostensivamente, como verdadeira fábrica de fake news, para divulgar e

incentivar o compartilhamento em massa de publicações de conteúdo sabidamente falso, além de promover maliciosas ações coordenadas com o objetivo desvelado de esvaziar a eficácia das decisões proferidas pela Justiça Eleitoral (Brasil, 2022, p. 74).

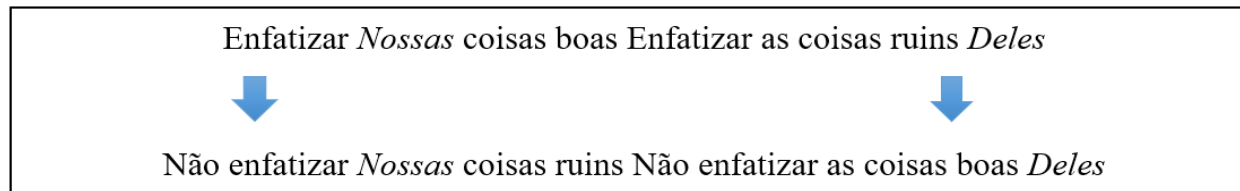
No mesmo documento, André Janones afirma que as redes bolsonaristas reverberam um discurso antidemocrático e violento.

a) o 'bolsonarismo' [...] vem ditando a tônica do debate público, utilizando grande repercussão midiática gerada nas redes sociais pelo seu principal expoente, Jair Messias Bolsonaro, e seus apoiadores [...] b) esta avalanche social, que tomou conta do debate político, ganhou forças a partir da criação de falácias [...], sempre se valendo do discurso populista de ultradireita, utilizando como principal ferramenta à desinformação e ofensa às instituições que compõe o Estado Democrático, de forma sempre muito bem coordenada e estruturada nas redes sociais; c) a estratégia instaurou em definitivo a polarização política consubstanciada na luta entre o "bem e o mal", direcionada à "criação da figura do inimigo" e na narrativa em torno do "Mito que supostamente luta contra a figura do inimigo" e, para tanto, se permite adotar "comportamentos antirrepublicanos, desprezando quaisquer limites", ofendendo adversários, Ministros, jornalistas e, ainda, "propaganda mentiras sobre o processo eleitoral, afirmando, sem provas, a ocorrência de fraude nas eleições" (Brasil, 2022, p. 74).

No centro, a disputa política. Liakopoulos (2008), que neste estudo utilizamos como referência para a análise argumentativa, recorre aos gregos para definir a política como “o nome dado à instituição que permitia a elaboração e organização de práticas comuns na sociedade. A forma principal de comunicação dentro da instituição era a fala, mas não qualquer tipo de fala: havia um tipo específico de fala formal, empregada na política, chamada retórica” (Liakopoulos, 2008, p. 218). E a retórica, conforme Aristóteles (2015), descobre meios de persuasão sobre qualquer assunto.

persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé.[...] Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular (Aristóteles, 2015, p. 63).

Da fala até a escrita, do púlpito à TV, rádio e redes sociais, trata-se de um terreno persuasivo cuja argumentação principal repousa no que Van Dijk (2012, p. 32) chamou de quadrado ideológico (quadro 1).



Quadro 1- Esquema do discurso político denominado quadrado ideológico

Fonte - Van Dijk (2012)

Num cenário de eleição sem fim (Gomes, 2004), a política mantém-se vigilante ao cenário midiático, na medida em que ele fornece subsídio para programas partidários e/ou iniciativas no campo da comunicação, pois os acontecimentos midiáticos fazem circular no espaço público um discurso para o qual Charaudeau (2010, p. 118) atribui funções, quais sejam: “uma função de instituição de poder/contrapoder [...] uma função de regulação do cotidiano social [...] uma função de dramatização [...]”. Esses acontecimentos pressupõem uma interferência direta na instância de produção, na medida em que os meios não apenas relatam falas circulantes no espaço público como também estimulam, com seus dispositivos próprios, o confronto de falas diversas. O intuito é persuadir.

Neste ambiente midiático, surge nas redes sociais um termo sobre os sentidos produzidos pelo discurso digital: a lacração, que segundo Diniz (2021) nasce num terreno de resistência contra preconceitos.

A “lacreção” é uma performance que tem suas origens associadas a uma linguagem, o Pajubá, que nasce na comunidade LGBTQI+, como uma forma de resistência histórica de pessoas sexo-gênero dissidentes. A performance lacreadora, que passa a fazer parte do cotidiano da cultura pop, é atualmente encontrada nas postagens de artistas, celebridades, influenciadores e usuários em geral das redes sociais digitais, como Twitter, Facebook e

Instagram, por exemplo. Quando se diz que alguém “lacrou” em determinada rede social, pretende-se que a compreensão do significado seja que esse alguém saiu-se bem, foi bem sucedido no seu intento, no caso, que venceu um debate e fechou uma discussão (Diniz, 2021, local. 2).

O discurso da informalidade parece ter se apropriado do sentido derivado da etimologia do termo. Lacrar é verbo transitivo direto, que significa; “Fechar com lacre (ex.: lacrar um envelope; lacrar uma urna; colocar selo legal lacrado para regularizar a placa de um veículo”, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2021). Neste sentido, a lacração nos discursos digitais seria algo como um argumento vencedor, definitivo e vitorioso. Uma ferramenta de persuasão, portanto. Discutir, nesse terreno persuasivo, é argumentar, justificar ou refutar opiniões, convencer.

Para Liakopoulos (2008, p. 218), o “argumento forma a espinha dorsal da fala. [...] Ainda mais, ele é uma ferramenta de mudança social, na medida em que pretende persuadir uma audiência em foco”. Para argumentar, analisa o autor, lança-se mão de uma série de estratégias discursivas, conforme o quadro a seguir.

Quadro 2 - Categorias para análise argumentativa

Fonte - Liakopoulos (2008)

Categoria	Descrição	Exemplo
proposição	afirmação que contém estrutura e é apresentada como resultado de um argumento apoiado por fatos	A biotecnologia é a solução para a fome no mundo
dados	fatos ou evidências que estão à disposição do criador do argumento	O crescimento da população é rápido e há falta de alimento

Categoria	Descrição	Exemplo
garantia	premissa consistindo de razões, autorizações e regras usadas para afirmar que os dados são legitimamente utilizados a fim de apoiar a proposição	A avaliação do risco de alimentos geneticamente criados não inclui a avaliação do impacto total no meio ambiente
apoio	premissa usada como um meio de ajudar a garantia no argumento. [...] fonte que garante a aceitabilidade e a autenticidade da razão, ou regra a que a garantia se refere; legitima a garantia	Os químicos desenvolveram o cloro e os físicos desenvolveram a bomba atômica.
refutação	autoriza a refutação da generalidade da garantia. [...] mostra a exceção da regra que é afirmada no argumento, ou as condições sob as quais o argumento não possui legitimação e por isso não se sustenta como verdadeira; refuta a proposição	A reação do consumidor pode minar a tendência da biotecnologia. A tendência da biotecnologia é inevitável.

Quadro 2 - Categorias para análise argumentativa

Fonte - Liakopoulos (2008)

A argumentação pode ser baseada não apenas na fala, mas no que o autor (2008, p. 241) chama de “representações pictóricas” (fotografias, desenhos, gráficos, etc) ao discorrer sobre leitura semiótica e análise de argumentação. A internet, com seus memes, vídeos e outros recursos, é terreno fértil para este tipo de estratégia imagética.

Ducrot (2009) classifica a argumentação em duas categorias distintas: argumentação retórica e argumentação linguística. A primeira tem como objetivo convencer alguém a acreditar em algo, premissa à qual o autor acrescenta uma ressalva.

Ela exclui voluntariamente a atividade que visa levar alguém a fazer alguma coisa. Mais exatamente, ela só considera o levar alguém a fazer se este é apoiado sobre um fazer crer, o que é uma grande limitação, porque há muito evidentemente outros meios de levar alguém a fazer alguma coisa que não seja a estratégia um pouco ingênua (Ducrot, 2009, p. 21).

A argumentação linguística, conforme Ducrot (2009, p. 20) é definida nos fragmentos de texto (discurso) conectados por proposições e ligados por conectores “do tipo *donc* (portanto), *alors* (então), *par conséquent* (consequentemente)”, o que pode ser caracterizado numa mesma sentença ou até mesmo uma sequência de textos encadeados, a exemplo, dois parágrafos de um determinado texto.

Dentro dessa estrutura de semântica argumentativa, segundo Vogt (2021), a função da linguagem, antes mesmo do aspecto comunicacional, é a persuasão. Argumentar para persuadir, como aponta Liakopoulos (2008).

Todo discurso é persuasivo, reflete Souza (2019, p. 09) ao propor uma metodologia para Análise de Discurso. “Discursos se mantêm tentando excluir discursos contrários. É uma luta que não cessa e que se manifesta nas práticas sociais”. Mas o que seria o discurso? O que vem a ser dupla enunciação? E onde entra a ironia?

Para Orlandi (1999, p. 15), a palavra “discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Maingueneau (2008, p. 15) define discurso como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”.

Discurso é atividade compartilhada, portanto, resultado de processos enunciativos e de compreensão. Abandona-se, definitivamente, o esquema emissor-receptor inseridos num canal. Montaigne *apud* Sodré (1977, p. 51) afirma que “a palavra é metade de quem pronuncia e metade de quem a escuta”.

Essa análise mais ampliada e dinâmica dos fenômenos linguísticos surge em complementação à oposição língua-fala colocada pelo estruturalismo. Conforme Brandão (2004), estudiosos como Bakhtin (1979) se distanciam do modelo estruturalista, que apontava para o exercício da linguagem como um ato individual, isolado. Bakhtin atribui importância não mais apenas à língua, mas à enunciação, sendo a linguística apenas parte do enunciado. A outra parte é o contexto de enunciação.

Ainda segundo Brandão (2004, p. 08), “como, através de cada ato de enunciação, se realiza a intersubjetividade humana, o processo de interação verbal passa a constituir, no bojo de sua teoria, uma realidade fundamental da língua”. E uma linguística limitada ao estudo interno da língua não dará mais conta de seu objeto, adverte. Conforme a autora, (2004, p. 08), “essa visão da linguagem como interação social, que o Outro desempenha papel fundamental na constituição do significado, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o linguístico e social”.

Chegamos, neste ponto, a uma inflexão no debate sobre o discurso, pois toda palavra é signo. Charaudeau (2010, p. 33) se diz tentado “a dizer que não há signo na língua – no sentido da oposição língua-fala -, e que o signo existe somente no discurso (discurso no sentido de: totalidade de um ato de linguagem particular)”. Barthes e Bakhtin, segundo Brandão (2004), se encarregam de caracterizar o aspecto ideológico do signo. Segundo a autora, Barthes descodi-

fica o signo como resultado de um processo histórico socialmente construído e, desta forma, a ideologia deve ser buscada na materialidade da língua, na medida em que o discurso transita pelos signos. Barthes (1981) insere também a ideia de movimento contínuo à noção de discurso: “Dis-cursus é, originalmente, a ação de correr para todo lado, são idas e vindas, ‘*démarches*’, ‘*intrigas*” (Barthes, 1981, p. 1).

2. POLIFONIA, DUPLA ENUNCIÇÃO E IRONIA

A alternância de vozes (e presenças) no discurso é citada por estudiosos diversos. Como nos lembra Sodré (1977), discurso é palavra em movimento e, desta forma, o sentido se materializa no outro. Bakhtin (1997) aborda a questão como uma espécie de jogo discursivo. “O *eu* se esconde no *outro*, nos *outros*, quer ser o outro para os outros, entrar até o fim no mundo dos outros como outro, rejeitar o fardo do *eu* único no mundo (o *eu-para-mim*)” (Bakhtin, 1997, p. 388). Barthes traz uma analogia física, corpórea, a essa relação. “A linguagem é uma pele: esfrego minha linguagem no outro. É como se eu tivesse palavras ao invés de dedos, ou dedos na ponta das palavras” (Barthes, 1981, p. 64).

A pluralidade de vozes (e presenças) no discurso remete ao conceito de polifonia, que Ducrot (1987), quando propõe uma teoria polifônica da enunciação, atribui a Bahktin. “Para Bahktine, há toda uma categoria de textos e notadamente de textos literários para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras” (Ducrot, 1987, p. 161).

Assim, “um mesmo enunciado pode conter vários sujeitos; isto é, num jogo polifônico, um enunciado pode apresentar várias vozes”, define Brandão (2012, p. 37). A teoria polifônica de enunciação de Ducrot (1987) aponta para a existência de três instâncias: o sujeito falante (ser

pragmático ou produtor empírico), o locutor (sujeito discursivo) e o enunciador. Segundo Ducrot (1987, p. 173), o sujeito falante é um realizador de atos, “mas realiza estes atos transmitindo ao interlocutor um saber - que é um saber sobre sua própria enunciação”. Ducrot (1987, p. 182) entende “por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade desse enunciado”. A enunciação diria respeito à intenção do locutor e enunciadores seriam, desta forma, “os sujeitos dos atos ilocutórios elementares, entendendo por isso alguns atos muito gerais marcados na estrutura da frase (afirmação, recusa, pergunta, incitação, desejo [augúrio], exclamação)” (Ducrot, 1987, p. 192).

Dendale e Coltier (2021) resumem desta forma a polifonia, tendo como referência as instâncias de enunciação.

- polifonia de dois enunciadores. É o caso da pressuposição, da negação polêmica e do uso de pelo contrário. O locutor coloca em cena dois enunciadores, cada um “defendendo” um pdv¹. Um desses enunciadores é assimilado ao locutor;
- polifonia de um único enunciador, que defende um pdv com o qual o locutor não concorda, que é de certa forma apenas “o que coloca em cena” esse enunciador. Este é, de acordo com Ducrot, o caso da ironia e da auto-ironia. O locutor não se identifica explicitamente com nenhum enunciador;
- polifonia de dois locutores. É o caso do discurso direto e do eco imitativo (Dendale; Coltier, 2021, p. 337).

1. Ponto de vista, noção associada por Ducrot às de posição e atitude (Dendale; Coltier, 2021, p. 329).

Brandão (2012) traz mais alguns exemplos que caracterizam a enunciação. Segundo a autora Ducrot analisa a pertinência da noção de enunciador, aplicando-a, por exemplo, à pressuposição, à negação, à ironia e mostrando como num enunciado pode emergir mais de uma voz.

Ex. 1: Pedro parou de estudar (posto)

(Pedro estudava antes: pressuposto)

No enunciado posto, tem-se um L1 que fala de uma perspectiva E1, mas faz ouvir uma voz pressuposta, L2, que apresenta outra perspectiva, E2.

Ex. 2: “Não seja mal-educado!”

Sob o enunciado negativo (que censura o interlocutor por contrariar o código social do bom comportamento), subjaz uma voz enunciativa, que fala da perspectiva desse código: seja bem-educado porque é sinal de civilidade.

Ex. 3: “Muito bonito! É assim que se agradece o bem recebido! Viva os bons modos!” Nesta sequência de enunciados, L é o locutor responsável pela sua enunciação, pelo seu proferimento, mas não assume seu ponto de vista, que é atribuído a um enunciador de quem se critica a maneira de agir, considerada pelo locutor absurda (Brandão, 2012, p. 40).

Configura-se, nos exemplos, o que Ducrot (1987, p. 198) inscreve em sua teoria polifônica, no primeiro e segundo casos, de dupla enunciação. O exemplo 3 é estratégia argumentativa baseada na ironia, também polifônica, mas com um único enunciador. No entanto, há casos em que o enunciador pode ser coletivo, como demonstram Dendale e Coltier (2021) ao apresentar o exemplo original do próprio Ducrot (1984).

Por ironia "antifrástica" entende-se a ironia, que consiste em dizer P para que o interlocutor entenda não-P. É dizer, por exemplo, quando havia sido anunciado um dia antes que Pedro viria no dia seguinte e o interlocutor se recusou a acreditar nele, ele poderia então dizer, mostrando Pedro realmente presente: Vocês veem, Pedro não veio me ver (Dendale; Coltier, 2021, p. 334).

O conceito de ironia proposto por Ducrot é estruturado a partir das ideias de Sperber Wilson (1978) e Berrendonner (1981), mas reformulado, “na medida em que substituí sua expressão original "mencionar um discurso" pela expressão "fazer ouvir uma voz" (Ducrot, 1987, p. 197-198). Ainda conforme Ducrot (1987, p. 198) o “modo de falar irônico é, para um locutor

L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador, posição de que se sabe, por outro lado, que o locutor L não assume a responsabilidade e, mais que isso, que ele a considera absurda”.

Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, ironia (do latim *ironia,ae*, do grego *eironeía.as*) significa dissimulação, ignorância, que surge de acordo com o contexto.

1. [Retórica] Expressão ou gesto que dá a entender, em determinado contexto, o contrário ou algo diferente do que significa.
2. Atitude de quem usa expressões ou gestos que dão a entender o contrário ou algo mais do que aquilo que parecem significar.
3. [Por extensão] Atitude ou dito em relação a algo ou alguém que serve para fazer rir ou é assim entendido. = ESCÁRNIO, SARCASMO, TROÇA, ZOMBARIA
4. Acontecimento ou resultado totalmente diferente do que eram as expectativas (ex.: *ironia trágica*) (Priberam, 2008-2021).

De que forma ocorre essa construção, sob o ponto de vista do exercício da fala? Segundo Ducrot (1987, p. 207), “a escolha de certas palavras (escolha, relembro, imputada ao locutor) tem como valor quase convencional marcar a repugnância do locutor pelo ponto de vista de um enunciador que ele apresenta - e que apresenta sem opor-lhe um ponto de vista concorrente”. A ironia também estaria relacionada a uma estrutura de negação do postulado em questão. “Na ironia, há um efeito de não assumir a enunciação por parte do locutor e de discordância em relação à fala esperada em tal tipo de situação”, definem Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 291). No entanto, negação e ironia são estruturas distintas, como analisam Dendale e Coltier (2021), que citam, ainda, uma terceira categoria.

Na análise polifônica, a ironia difere da negação: na primeira, L coloca em cena apenas um enunciador, aquele que defende o pdv absurdo, e deixa à realidade extralinguística negar o pdv; no segundo, um pdv é explicitamente negado. Na **auto-ironia**, o orador tira

sarro de si mesmo. Assim, um locutor que havia previsto que choveria hoje, percebendo que faz um tempo bonito, pode tirar sarro de suas habilidades meteorológicas e dizer, mostrando o céu azul: (16) "Vocês veem, está chovendo" (Dendale; Coltier, 2021, p. 336).

Como ferramenta argumentativa, a ironia não escapou ao olhar de quem se dedicou ao estudo do mundo lúdico da televisão. Segundo Jost (2004, p. 142), ela "é definida como um tipo de fingimento, porque nela o locutor finge pensar alguma coisa que ele não pensa".

3. A IDENTIFICAÇÃO DE DISCURSOS IRÔNICOS NA DISPUTA ELEITORAL

No dia 23 de outubro de 2022, o ex-deputado Roberto Jefferson, apoiador do então presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, atira contra policiais federais que foram prendê-lo em sua casa, no Rio de Janeiro. Faltando uma semana para o segundo turno das eleições, o episódio ganha destaque na mídia e pauta o debate nas redes sociais. Na campanha do então presidente, notas de repúdio. No lado adversário, explora-se a ligação entre Bolsonaro e Jefferson, chamado de coordenador da campanha do então presidente. E, ainda, insere na questão as críticas sobre a questão armamentista, um dos principais símbolos do mandato de Bolsonaro.

Um dia depois, atendendo a ação movida pela campanha de Jair Bolsonaro, o Tribunal Superior Eleitoral determina que André Janones remova conteúdo que ligue Roberto Jefferson à campanha do então presidente.

No dia 24 de outubro de 2022, André Janones, que se identifica no Twitter como "Deputado Federal eleito por 238.967 mineiros. Apaixonado por Jesus. Aluno do curso de Doutorado em Direito – UBA", publicou 47 tuítes. Destes, sete postagens diziam respeito à questão do que chamava de censura do governo Bolsonaro em relação à proibição de uso de termos ou postagens relativos ao adversário. Em quatro postagens, usa a ironia, uma estratégia de autorretratação

para repetir termos que fora proibido usar. Três destas postagens fazem alusão direta ao episódio Roberto Jefferson.

Carlos Bolsonaro fez estratégia diferenciada. No dia 24 de outubro de 2022, também instado pelo Tribunal Superior Eleitoral a remover conteúdos críticos ao candidato Lula, o perfil publicou 26 tuítes. Em 12 postagens cita diretamente o perfil do TSE (@TSEjusbr) e em uma o perfil do presidente do tribunal, Alexandre de Moraes (@alexandre). Três tuítes fazem alusão ao episódio Roberto Jefferson, mas sem citar o nome do ex-deputado. As demais postagens dizem respeito a críticas diretas, respostas e repercussão de postagens de internautas com posições alinhadas à campanha de Jair Bolsonaro.

A tabela 1 apresenta um breve perfil de ambos e resume a estratégia digital empregada no dia 24 de outubro de 2022.

Perfil	Total de seguidores/tuítes	Tuítes no período do recorte	Tuítes com vídeo, marcação do perfil do TSE, ou outros perfis	Tuítes com texto irônico
André Janones	1.009.196/ 12,1 mil	47	8	4
Carlos Bolsonaro	3.434.374/ 25,1 mil	26	16	7

Tabela 1 - Resumo da atuação de André Janones e Carlos Bolsonaro no Twitter

Fonte - Elaborado pelos autores

Das postagens em que André Janones utiliza a ironia, a que mais teve impacto foi o vídeo em que, segundo ele por determinação do TSE, vem a público desvincular a imagem do então presidente Jair Bolsonaro ao ex-deputado Roberto Jefferson. O texto do tuíte com título “Fica estabelecida a verdade” aponta para vídeo em anexo:

Tendo em vista a manifestação do presidente Bolsonaro em processo judicial, onde o mesmo afirma que tem sofrido efeitos psicológicos negativos diante da minha atuação na campanha do presidente Lula, eu venho através deste vídeo restabelecer de uma vez por todas a verdade. E dizer que Roberto Jefferson jamais foi coordenador da campanha do candidato Jair Bolsonaro à reeleição. Informo ainda que o presidente Bolsonaro não conhece Roberto Jefferson, nem nunca tirou nenhuma foto com o mesmo. Roberto Jefferson não fez nenhuma homenagem a Bolsonaro durante um almoço na churrascaria Nativas, em Brasília. Roberto Jefferson também não nomeou Eduardo Bolsonaro na liderança do PTB em Brasília, com salário de R\$ 9,8 mil quando Eduardo tinha apenas 18 anos e morava no Rio de Janeiro. E, para finalizar, eu quero dizer para vocês, de uma vez por todas, que Roberto Jefferson nunca esteve em viagens na comitiva presidencial, como a viagem para Belém do Pará, por exemplo, transmitida há cerca de um ano pela TV Brasil. Então, fica aqui restabelecida a verdade, não há qualquer conhecimento, qualquer elo de ligação entre Bolsonaro e Roberto Jefferson e, igualmente, não há qualquer atuação de Roberto Jefferson como coordenador da campanha de Bolsonaro (Janones, 2022a).

Até a data do estudo, 23 de janeiro de 2023, o post registrava 8,9 mil retuítes, 3.545 tuítes com comentário, 69,5 mil curtidas e 752,8 mil visualizações. O vídeo, postado às 12h03min, faz referência a postagem anterior, inserida às 10h17min: “Acabo de ser intimado ao vivo durante uma entrevista. Estou proibido a pedido de Bolsonaro de divulgar qualquer foto dele com Jefferson e de fazer qualquer postagem que ligue ambos, sob pena de multa diária de 100 mil reais. Cumprirei a determinação da justiça” (Janones, 2022b).

Caracteriza-se no vídeo em análise a presença da ironia a que se refere Ducrot (1987): um locutor que discorda (e considera absurdo) o ponto de vista do enunciador. Ao comentar o caso, André Janones volta a colocar o assunto em evidência, ao tempo em que se apresenta como cumpridor das determinações legais sobre o pleito. Porém, o Janones que fala não concorda com a argumentação da Justiça e usa a ironia como recurso argumentativo.

Como elementos dessa argumentação irônica, usa moduladores negativos para apontar fatos (dados e garantias) que comprovariam a tese do enunciador: que Roberto Jefferson e

Bolsonaro teriam uma relação de amizade e intimidade há anos, sendo esta a proposição do texto. Para isto, ao decompor a fala de Janones indicamos alguns dados (quadro 2) para os quais o enunciador aponta como garantia de sua proposição.

Proposição do texto	Modulador negativo (fala)	Fatos (dados e garantias) para os quais o enunciador aponta no texto ou na realidade social
Jair Bolsonaro e Roberto Jefferson são velhos conhecidos e a relação de amizade perdura durante a campanha	“não conhece Roberto Jefferson, nem nunca tirou nenhuma foto com o mesmo”	Há várias fotos de Bolsonaro com Roberto Jefferson circulando nas redes sociais
	“nunca fez nenhuma homenagem a Bolsonaro”	“durante um almoço na churrascaria Nativas, em Brasília”
	“não nomeou Eduardo Bolsonaro na liderança do PTB”	“com salário de R\$ 9,8 mil quando Eduardo tinha apenas 18 anos e morava no Rio de Janeiro”
	“nunca esteve em viagens na comitiva presidencial”	“como a viagem para Belém do Pará, por exemplo, transmitida há cerca de um ano pela TV Brasil”

Quadro 2 - Análise argumentativa do texto/vídeo de André Janones

Fonte - Elaborado pelos autores com base em Liakopoulos (2008)

Na mesma data, André Janones publicou outros três tuítes utilizando ironia em relação ao momento político, não necessariamente relacionados apenas ao episódio Roberto Jefferson, a saber: 1) Em “Pintou um clima + Paulo Guedes + Roberto Jefferson + Casimiro + IPEC + Efeitos psicológicos negativos = vitória” (Janones, 2022c), com uma ironia mais jocosa, usa elementos que, na visão de Janones, estariam abalando a campanha adversária. O termo “efeitos

2, Gleisi Hoffman, deputada federal pelo PR, presidente nacional do PT.

psicológicos negativos” foi utilizado pela campanha de Jair Bolsonaro numa das representações contra Janones junto ao TSE; 2) “Toda minha solidariedade à amiga @gleisi² que, depois de ser proibida de denunciar o caso de pedofilia envolvendo Bolsonaro, ACABA DE SER PROIBIDA também de contar que ele e Guedes vão reduzir salários, pensões e aposentadorias! A censura no governo Bolsonaro já é uma realidade!” (Janones, 2022d) e; 3) Em resposta a @SergioMarone: “Postei esse vídeo também, mas delataram. Então, por orientação dos meus advogados informo Bolsonaro não odeia pobre!” (Janones, 2022f) apontam para a mesma ironia do vídeo decomposto na análise anterior (Janones, 2022a).

Ironicamente, nos três casos em análise, Janones reforça argumentos por ele anteriormente utilizados que alega estar proibido de repetir. Locutor e enunciador discordantes, portanto (Ducrot, 1987). Ou um Janones que pretende, conforme Dendale e Coltier (2021, p. 334), “dizer P para que o interlocutor entenda não-P”.

O outro ator político deste estudo também utiliza a ironia, mas com estratégia diferente. No dia 24 de outubro de 2022, às 9h15min, Carlos Bolsonaro publicou no twitter o que seria o mais visualizado dos 16 posts em que marca o perfil do TSE como componente da argumentação principal: “.@TSEjusbr, não trata-se (sic) de disparos em massa e nem nenhuma dessas imbecilidades. Questiono, as revelações nas delações de Palocci sobre os esquemas de corrupção do lula podem ser divulgadas?” (Bolsonaro, 2022a).

Até 25 de janeiro de 2023, a postagem tinha 147,9 mil visualizações, 7.558 repostagens, 232 tuítes com comentário e 19,8 mil curtidas. Aqui, a estrutura narrativa é composta também de texto e imagem, porém o vídeo utilizado é de uma reportagem exibida pela Rede Record sobre as delações de Antonio Palocci. Ao postar o comentário sobre o caso de forma interrogativa

quanto à viabilidade da divulgação, ao mesmo tempo em que destaca novamente a reportagem sobre as delações, Carlos Bolsonaro insere a ironia na argumentação, caracterizando o discurso polifônico a que se refere (Ducrot, 1987). O locutor que pergunta se pode difere do enunciador que divulga intencionalmente o fato, ao tempo que, de forma irônica, desdenha do monitoramento de suas redes sociais, anunciada em outro tuíte³.

Os dados apontados como garantia de sua proposição (ao contrário de André Janones, que se coloca como personagem principal da narrativa) são o texto jornalístico da reportagem veiculada pela emissora de televisão, o que busca um aspecto de neutralidade em relação ao assunto. Ou seja: entrega a terceiros a tarefa de cancelar os dados sobre a proposta principal do tuíte: Lula é corrupto e foi delatado por alguém do próprio partido. Assim, chegamos a um esquema argumentativo que se amplia diante da possibilidade de o internauta abrir o vídeo, que não é inédito na rede.

O modulador negativo utilizado na argumentação diz respeito a algo que também contém ironia, explicitada no texto (o autor chama “disparos em massa”⁴ – uma característica da estratégia digital de ambas as campanhas - de “imbecilidades”) de forma a garantir a seriedade do discurso contido no tuíte. Seria um discurso como algo do tipo: eu não sou imbecil, apenas divulgo o que circula no tecido social. Neste sentido, o termo apontaria, ainda, para uma possível estratégia de desconstrução de uma imagem imbecilizada de Carlos Bolsonaro divulgada na internet, onde é chamado pelos opositores do pai de Tonho da Lua⁵, personagem da telenovela da Rede Globo exibida em duas versões (1963 e 1994) que tinha problemas de ordem cognitiva e emocional. A argumentação é resumida no quadro a seguir.

3. “ @TSEjusbr! Já que está me monitorando... Meu Deus pela milésima vez!!!!” (Bolsonaro, 2022b).

4. A ilegalidade dos disparos em massa por parte da campanha de Jair Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018 foi objeto de intensa disputa judicial após a eleição, por meio de Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJES) ingressadas junto ao TSE.

5. No dia 8 de setembro de 2022, em resposta a um tuíte de Carlos Bolsonaro que anexara uma foto de manifestação em apoio a Jair Bolsonaro, André Janones tuitou: “Segundo quem tem cérebro, isso aí são 100 mil pessoas (ou um milhão se te deixa mais feliz), em um país de 215 milhões! Entendeu Tonho da lua ?” (Janones, 2022e).

Quadro 3 - Análise argumentativa do texto/vídeo de Carlos Bolsonaro

Fonte - Elaborado pelos autores com base em Liakopoulos (2008)

Proposição do texto	Modulador interrogativo (fala)	Fatos (dados e garantias) para os quais o enunciador aponta no texto ou na realidade social
Lula é corrupto e foi delatado por alguém do próprio partido	“Questiono” [...] “podem ser divulgadas”?	“As delações de Antonio Palloci sobre a corrupção no governo Lula”
Proposição do texto	Modulador negativo (fala)	Fatos (dados e garantias) para os quais o enunciador aponta no texto ou na realidade social
Confiabilidade, credibilidade da argumentação	“Não trata-se (sic) de disparo em massa e nem nenhuma dessas imbecilidades”	O vídeo é uma reportagem exibida por veículo de comunicação, em tese isento no processo político

Também com a mesma estratégia irônica, porém marcando o perfil do TSE, Carlos Bolsonaro publicou outros seis tuítes, descritos a seguir: 1) “@TSEjusbr, posso divulgar essa ameaça de lula aos envolvidos na investigação da lava-jato ou não?” (Bolsonaro, 2022c), anexado a um vídeo de uma entrevista do próprio Lula sobre a Operação Lava Jato; 2) “@TSEjusbr, posso divulgar mais essa verdade sobre a transposição do São Francisco. Espero estar ajudando!” (Bolsonaro, 2022d) foi publicado com um vídeo editado com falas de Lula sobre a transposição; 3) “@TSEjusbr eu posso divulgar o que lula prometeu com suas próprias palavras? CENSURAR A MÍDIA!” (Bolsonaro, 2022e) remete a um vídeo editado com declarações de Lula sobre o tema durante entrevista; 4) “@TSEjusbr incitação contra decisão dos senhores está valendo? Muito satisfeito em estar colaborando com a democracia e restabelecimento da verdade no Brasil desde o início. Espero estar sendo útil!” (Bolsonaro, 2022f) apresenta foto de tuíte de Gleisi Hoffman, presidente do PT, reclamando da decisão do TSE sobre proibição do termo

pedofilia nas referências ao presidente; 5) “.@TSEjusbr, de boa mais essa mensagem de amor?” anexa vídeo do usuário @RenzoGracieBJJ em que, em reunião privada, integrantes do PT e apoiadores da campanha de Lula entoam canções com termos como “passar o sal no Bolsonaro” (Bolsonaro, 2022g); 6) “- Então @TSEjusbr, pode divulgar essa matéria aqui ou tem que esperar o aval de vocês após monitoramento?” (Bolsonaro, 2022h) remete a tuíte de apoiador da campanha do presidente (@kimpaim) que exibe print de matéria da revista Veja apontando envolvimento do governador de Alagoas (aliado do candidato Lula) em investigação sobre compra de imóveis em dinheiro vivo, tema no qual a família Bolsonaro também esteve envolvida durante a campanha.

Tal como André Janones, Carlos Bolsonaro usa argumentação irônica, esta caracterizada por termos como “posso divulgar” para colocar em evidência argumentos políticos que circulam no meio digital a respeito da campanha do adversário. Na oposição polifônica entre locutor e enunciador, divulga simulando não divulgar.

Outros sete tuítes de Carlos Bolsonaro na mesma data com marcação do perfil do TSE usam linguagem direta, não irônica, em tom de cobrança, tendo como argumentação principal denúncias sobre o que classifica de *fake news* postadas pela campanha de Lula ou por jornalistas que seriam simpáticos à campanha do petista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

André Janones e Carlos Bolsonaro lançam mão de vários recursos linguísticos e imagéticos em suas estratégias de comunicação digital. Como recurso argumentativo, utilizam também a ironia, conceito definido por Ducrot (1987) no interior de sua teoria polifônica de enunciação. A argumentação irônica evidencia a presença dos locutores e enunciadores antagônicos, com

pontos de vista divergentes. Desta forma, buscam manter em evidência temas explorados pelas respectivas campanhas ou, ainda, criticar o monitoramento do campo digital por parte do Tribunal Superior Eleitoral.

Numericamente, no recorte estudado, Carlos Bolsonaro é mais ativo, mas André Janones obteve mais impacto nos vídeos analisados (Janones, 2022a; Bolsonaro, 2022a). A argumentação dos dois usuários em relação à temática é diferenciada. Para Janones, a censura é do governo Bolsonaro. Segundo Carlos Bolsonaro, fora implementada pelo TSE. No entanto, ambos se colocam como vítimas das decisões da Justiça Eleitoral na regulação das narrativas inseridas na propaganda política.

Nos dois posts identificados como principais - (Janones, 2022a) e (Bolsonaro, 2022a) – analisados nos quadros com base na estrutura argumentativa, André Janones lança mão de moduladores positivos, enquanto Carlos Bolsonaro usa moduladores de argumentação positivos e negativos. Enquanto o primeiro apoia sua argumentação em narrativa própria, o segundo lança mão de matéria jornalística para embasar a narrativa principal. Carlos Bolsonaro é mais provocativo, parece buscar mais interação (adesão) do público ao expor o perfil do TSE em sua argumentação, mas André Janones, talvez por aguçar a curiosidade do usuário com o título mais contundente (o assunto verdade é um dos temas em evidência na mídia), obtém mais impacto com a publicação.

Nos demais tuítes analisados no estudo, ambos empreendem argumentação própria ao mesmo tempo em que interagem (respondem, citam ou tomam como outros tuítes como referência) com usuários apoiadores das respectivas campanhas, uma característica das plataformas digitais no intuito de manter o contato com o público. Carlos Bolsonaro lança mão, ainda, de material manipulado ou produzido por terceiros para compor sua narrativa.

Como sentido produzido pelo discurso, para ambos obedecer é desobedecer, negar é afirmar. Podemos falar, neste caso, então, de uma tripla intenção: cumprir e também criticar as determinações judiciais, manter o assunto em evidência e, no que diz respeito aos adversários, reforçar as críticas sobre o que foram impedidos de falar. Como resultado, ambos querem vencer o debate, fechar a questão, encerrar a discussão de forma definitiva: lacrar.

A lacração, além do objetivo imediato de vencer o debate, cumpre um plano estratégico de destacar-se e ser reconhecido como vencedor num campo de narrativas de intensa disputa, de mediação extremada, no qual números relativos a likes, comentários e compartilhamentos contam como símbolo de poder de influência.

ARTIGO RECEBIDO A
07/07/2023
ARTIGO APROVADO A
05/11/2023

REFERÊNCIAS

- Aristóteles. (2015). *Retórica*. (Vol. 1, Trad: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena). São Paulo, SP: Folha de S. Paulo.
- Bakhtin, M. (Voloshinov). (1979). *Marxismo e filosofia da linguagem*. (Trad.: M. Lahud e Y. F. Vieira). São Paulo, SP: Hucitec.
- Barthes, R. (1981). *Fragmentos de um discurso amoroso*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Brandão, H. H. N. (2004). *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____. (2012). Enunciação e construção do sentido. In Figaro, R. (Org.). *Comunicação e Análise do Discurso* (Cap.1, pp. 19-43). São Paulo, SP: Contexto.
- Brasil. (2022). *Ação de Investigação Judicial Eleitoral 11527, de 19 de outubro de 2022. Sessão de 24/10/2022*. In Diário Eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, DF. Acedido em <https://dje-consulta.tse.jus.br/#/dje/calendario>
- Charaudeau, P. (2010). *Discurso das Mídias*. São Paulo, SP: Contexto.
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de Análise de Discurso*. (Coordenação da tradução: Fabiana Komesu). São Paulo, SP: Contexto.
- Dendale, P. & Coltier, D. (2021). Polifonia de acordo com Ducrot. In Behe, L.; Carel, M.; Denuc, C.; Machado, J. C. (Orgs.). *Curso de Semântica Argumentativa* (Parte 6, pp. 315-340). São Carlos, SP: Pedro & João Editores.
- Vogt, C. (2021). Linguagem gestual e gestualidade da linguagem. In Behe, L.; Carel, M.; Denuc, C.; Machado, J. C. (Orgs.). *Curso de Semântica Argumentativa* (Parte 6, pp. 379-392). São Carlos, SP: Pedro & João Editores.
- Diniz, J. R. (2021). Lacrar na Internet e a Estetização do Argumento: A Performance no Fenômeno Comunicativo. In *Anais do 8º Congresso Internacional Comunicação e Consumo*, São Paulo, SP.
- Ducrot, O. (1987). *O dizer e o dito*. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (2009). Argumentação retórica e argumentação linguística. Tradução: Leci Borges Barbisan. *Letras de Hoje*, 42(1), 20-25. Acedido em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5648>
- Gomes, W. (2004). *Transformações da política na era de comunicação de massa*. São Paulo, SP: Paulos.

Ironia. (2008-2021). In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, Acedido em <https://dicionario.priberam.org/ironia>.

Lacrar. (2008-2021). In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Acedido em <https://dicionario.priberam.org/lacrar>.

Liakopoulos, M. (2008). Análise argumentativa. In Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Eds.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (7ª ed., Cap. 9, pp. 218-243). Petrópolis, RJ: Vozes.

Mangueneau, D. (2008). *Gênese dos discursos*. (Trad. Sírio Possenti). São Paulo, SP: Parábola Editorial.

Orlandi, E. P. (1999). *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

Sodré, M. (1997). *O monopólio da fala*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Souza, S. A. F. (2019). *Análise de discurso – procedimentos metodológicos*. (2ª ed). Manaus, AM: Instituto Census.

Van Dijk. T. A. (2012). Política, ideologia e discurso. In Melo, I. F. (Org.). *Introdução aos estudos críticos do discurso - teoria e prática*. (pp. 15-51). Campinas, SP: Pontes Editores.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (5ª ed.), Porto Alegre, RS: Bookman.

FONTES

Bolsonaro, C. (2022a). [@CarlosBolsonaro]. (24 de outubro de 2022). @TSEjusbr, não trata-se de disparos em massa e nem nenhuma dessas imbecilidades. Questiono, as revelações nas delações de Palocci sobre os esquemas de corrupção do lula podem ser divulgadas? [Vídeo anexado]. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1584700259833290752>

Bolsonaro, C. (2022b). [@CarlosBolsonaro]. (24 de outubro de 2022). @TSEjusbr! Já que está me monitorando... Meu Deus pela milésima vez!!!! [Tuíte de @viniciuscfp82 com vídeo incorporado]. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1584671015254515712>

Bolsonaro, C. (2022c). [@CarlosBolsonaro]. (24 de outubro de 2022). @TSEjusbr, posso divulgar essa ameaça de lula aos envolvidos na investigação da lava-jato ou não? [Vídeo anexado]. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/carlosbolsonaro/status/1584678920892260352>

Bolsonaro, C. (2022d). [@CarlosBolsonaro]. (24 de outubro de 2022). @TSEjusbr, posso divulgar mais essa verdade sobre a transposição do São Francisco. Espero estar ajudando! [Vídeo anexado]. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/carlosbolsonaro/status/1584678338509279234>

Bolsonaro, C. (2022e). [@CarlosBolsonaro]. (24 de outubro de 2022). @TSEjusbr eu posso divulgar o que lula prometeu com suas próprias palavras? CENSURAR A MÍDIA! [Vídeo anexado]. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/carlosbolsonaro/status/1584677927702384640>

Bolsonaro, C. (2022f). [@CarlosBolsonaro]. (24 de outubro de 2022). @TSEjusbr incitação contra decisão dos senhores está valendo? Muito satisfeito em estar colaborando com a democracia e restabelecimento da verdade no Brasil desde o início. Espero estar sendo útil! [Tuíte incorporado de @gleisi com vídeo anexado]. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/carlosbolsonaro/status/1584675023075188736>

Bolsonaro, C. (2022g). [@CarlosBolsonaro]. (24 de outubro de 2022). @TSEjusbr, de boa mais essa mensagem de amor? [Tuíte incorporado de @RenzoGracieBJJ com vídeo anexado]. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/carlosbolsonaro/status/1584673087123259392>

Bolsonaro, C. (2022h). [@CarlosBolsonaro]. (24 de outubro de 2022). – Então @TSEjusbr, pode divulgar essa matéria aqui ou tem que esperar o aval de vocês após monitoramento? [Tuíte incorporado de @kimpaim com imagem anexada]. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/carlosbolsonaro/status/1584672435927846917>

Janones, A. (2022a). [@AndreJanonesAdv]. (24 de outubro de 2022). Fica restabelecida a verdade. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/AndreJanonesAdv/status/1584561317037293569>

Janones, A. (2022b). [@AndreJanonesAdv]. (24 de outubro de 2022). Acabo de ser intimado ao vivo durante uma entrevista. Estou proibido a pedido de Bolsonaro de divulgar qualquer foto dele com Jefferson e de fazer qualquer postagem que ligue ambos, sob pena de multa diária de 100 mil reais. Cumprirei a determinação da justiça. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/AndreJanonesAdv/status/1584534590546661376>

Janones, A. (2022c). [@AndreJanonesAdv]. (24 de outubro de 2022). Pintou um clima + Paulo Guedes + Roberto Jefferson + Casimiro + IPEC + Efeitos psicológicos negativos = vitória [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/AndreJanonesAdv/status/1584680701391036416>

Janones, A. (2022d). [@AndreJanonesAdv]. (24 de outubro de 2022). Toda minha solidariedade à amiga @gleisi que, depois de ser proibida de denunciar o caso de pedofilia envolvendo Bolsonaro, ACABA DE SER PROIBIDA também de contar que ele é Guedes vão reduzir salários, pensões e aposentadorias! A censura no governo Bolsonaro já é uma realidade! [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/AndreJanonesAdv/status/1584489355573620736>

Janones, A. (2022e). [@AndreJanonesAdv]. (8 de setembro de 2022). Segundo quem tem cérebro, isso aí são 100 mil pessoas (ou um milhão se te de deixa mais feliz), em um país de 215 milhões! Entendeu Tonho da lua ? 🤔 [Resposta em tuíte de @CarlosBolsonaro com imagem anexada]. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/andrejanonesadv/status/1567847190667706374>

MORAES, RENATO FERREIRA DE & KNEIPP, VALQUÍRIA APARECIDA PASSOS; *A ironia como estratégia discursiva: vozes polifônicas em rede na disputa Lula x Bolsonaro em 2022 / Irony as a discursive strategy: polyphonic voices in networked discourse in the Lula vs. Bolsonaro Contest in 2022*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 13 ANO 2023, PP. 154-183

Janones, A. (2022f). [@AndreJanonesAdv]. (24 de outubro de 2022). *Postei esse vídeo também, mas delataram. Então, por orientação dos meus advogados informo Bolsonaro não odeia pobre!* [Resposta em tuíte de @SergioMarone com vídeo anexado]. [Tuíte]. Twitter. <https://twitter.com/AndreJanonesAdv/status/1584384625723727872>

Discursos do 25 de Abril: percurso histórico de um género político Discourses of April 25th: historical trajectory of a political genre

PITA, SARA
saratopete@ua.pt

Doutora em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa (2016)
Professora auxiliar na Universidade de Aveiro, CLLC, Departamento de Línguas e Culturas (Portugal)
Professora convidada na Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras (Portugal)

PALAVRAS-CHAVE:
25 de Abril de 1974;
Género;
Historicidade;
Argumentos narrativos.

RESUMO: Com a aproximação dos 50 anos do 25 de Abril, encetou-se a realização de um estudo exploratório sobre um género político vinculado à História de Portugal: o discurso do Presidente da República inserido na sessão solene comemorativa da Revolução dos Cravos. Partindo do pressuposto que, durante a produção de um texto, outros textos são reproduzidos e revisitados, respeitando a tradição do género, procedeu-se a um trabalho de análise diacrónica dos discursos produzidos de 1977 a 2023. Na linha do Interacionismo Sociodiscursivo, todo o texto tem de ser enquadrado num género e na atividade social que o motiva, pelo que, neste estudo, se faz uma abordagem aos componentes externos (local de produção, finalidades, intervenientes, etc.), antes da análise de elementos composicionais. Neste artigo discutem-se os resultados da análise qualitativa a um *corpus* composto por 20 discursos, com enfoque nos elementos formais, linguísticos e estilísticos, assim como no papel das sequências narrativas em termos argumentativos. Verifica-se a repetição de temas, nomeadamente a reflexão crítica e a rutura, de estruturas articulatórias (paralelismos anafóricos) e da sequência narrativa como ponto de partida para a construção de argumentos por analogia.

KEY-WORDS:
April 25th 1974;
Genre;
Historicity;
Narrative Arguments.

ABSTRACT: As the 50th anniversary of April 25th approaches, an exploratory study has been initiated on a political genre linked to the history of Portugal: the speech delivered by the President of the Republic during the official ceremony commemorating the Carnation Revolution. Operating under the assumption that, during the production of a text, other texts are reproduced and revisited while respecting the genre tradition, a diachronic analysis of speeches produced from 1977 to 2023 was conducted. Following the Sociodiscursive Interactionism perspective, every text must be framed within a genre and the social activity that motivates it. Therefore, this study encompasses an approach to external components (production location, purposes, participants, etc.) before delving into the analysis of compositional elements. This article discusses the results of a qualitative analysis of a corpus comprising 20 speeches, focusing on formal, linguistic, and stylistic elements, as well

as the role of narrative sequences in argumentative terms. The repetition of themes, particularly critical reflection and rupture, structural articulations (anaphoric parallelisms), and the narrative sequence is observed as a starting point for constructing arguments by analogy.

1. INTRODUÇÃO

"...um discurso concreto pode amiúde ser análogo a um quadro executado, em parte, por “collage”: no quadro além das partes pintadas com a técnica do pintor que o compõe, podem-se encontrar também porções tomadas de outras telas, compostas por outros pintores.” (Coseriu, 1980, p. 107)

Os textos constituem materializações de géneros textuais/discursivos diversos, inseridos em práticas interacionais, intersubjetivas e sociocognitivas. São, portanto, unidades comunicativas globais que vivem e evoluem na interação com outros textos, em diacronia e em sincronia, em relação com o passado e com o presente.

Na perspetiva coseriana, fala-se de historicidade dos textos, conceito que se refere à recorrência na criação de objetos culturais, nos quais se evocam outras manifestações culturais a partir de determinadas estruturas formais ou temáticas (Coseriu, 1980). Por outras palavras, a historicidade é a revisitação de um texto por outro, não só em termos linguísticos, mas também em termos comunicativos (por exemplo, com a repetição da mesma finalidade), como se procurará demonstrar neste artigo a partir do *corpus* de análise.

O reconhecimento dos vários objetos culturais, que integram um repositório de géneros partilhado por todos os indivíduos de uma comunidade linguística, permite a apropriação ou a adaptação para um novo objeto que se alinhe com os propósitos comunicativos, ampliando ou particularizando o texto original (Kabatek & Simões, 2005). O facto de ser possível para um falante descortinar as regularidades ou as dissemelhanças entre textos advém do carácter histórico dos textos, ou seja, da sua recursividade. Então, a “repetição de um texto ou de uma forma textual ou de um modo particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio” (Kabatek, 2006, p. 512) constitui uma tradição discursiva, à luz da qual os textos podem

ser analisados em articulação com o género, em função da sua estrutura ou dos seus elementos constitutivos.

Kabatek & Simões (2005) defendem que a repetição em determinados textos ou de determinadas formações textuais pode apresentar diferentes graus de fixidez, indiciando maior estabilidade ou maior abertura à inovação: uma ata, por exemplo, apresenta uma maior rigidez nas fórmulas usadas e na sua composicionalidade, por oposição a um romance. Tradição e inovação seguem, portanto, a par, uma vez que a primeira limita ou expande (dependendo da intencionalidade) a segunda. Como Coseriu afirmava:

“... a língua atual não é apenas conjunto de formas já realizadas, modelos utilizáveis enquanto modelos (*norma*), mas também técnica para ultrapassar o realizado, “sistema de possibilidades” (*sistema*). (...) Ou seja, é preciso considerar a língua como sistema aberto, pois assim é a língua para os falantes: permite-lhes superar a tradição, continuando-a. (...) o falante real está sempre diante de uma multiplicidade de tradições e pode dispor delas para diferentes propósitos expressivos” (Coseriu, 1979, Cap.VII)

A tradição discursiva valoriza o conhecimento das condições de produção, nomeadamente das intencionalidades comunicativas, ou como dizia Coseriu na citação anterior “propósito expressivos”, bem como das condições de distribuição dos textos, ou seja, o seu enquadramento socio-histórico, pois é nessa passagem do tempo que se vislumbra o que mudou e o que se manteve.

Os fundamentos da Tradição Discursiva estão em linha com os do Interacionismo Socio-discursivo (ISD), na medida em que o texto é um produto da atividade humana e uma ação da linguagem situada socialmente, em permanente relação com outros textos (Bronckart, 1999). De acordo com o ISD, todo o texto revisita outros textos, portanto tal também seria visível nos discursos proferidos na cerimónia do 25 de Abril. Esta premissa esboçou as seguintes questões:

- Estes textos apresentam uma regularidade em termos temáticos, lexicais e estruturais?
- É possível identificar alguns segmentos idênticos que denotem a permeabilidade entre os textos?
- Como é abordado o momento histórico? Há aspetos comuns?
- Quais os objetivos argumentativos desta abordagem histórica?

A partir destas perguntas, definiram-se dois objetivos para este trabalho: a) identificar regularidades temático-lexicais e estruturais no *corpus*; b) analisar a narrativa da revolução, refletindo sobre a sua intencionalidade argumentativa. Assim, num primeiro momento, apresentaram-se algumas questões formais e temático-lexicais que atestam a existência de uma relação de continuidade entre os textos; num segundo momento, mostra-se como as sequências narrativas são usadas como argumentos.

2. QUADRO TEÓRICO

Os textos podem ser definidos como unidades comunicativas que integram práticas sociais, cognitivas e interacionais de um grupo (Bronckart, 2004; Fairclough, 2001). A interação entre texto e sociedade reflete-se na sua composicionalidade, dado que existe a necessidade de o adaptar ao contexto histórico, social e cultural. Assim, nenhum texto pode ser lido e interpretado sem um reconhecimento da sua envolvência (Coseriu, 1979), o que significa, em concreto, que toda a análise deve ser situada, observando elementos externos (como, por exemplo, os participantes, a finalidade, o lugar e a data de realização, e o suporte material) e internos (como o plano textual) (Bronckart, 1999).

Os discursos do 25 de Abril estão inseridos numa cerimónia formal de evocação de uma data histórica para Portugal. Marques afirma que “o objeto da comemoração é representado nas suas características históricas, como *movimento militar*, *momento de rutura política* (RE, 1985), *projeto nacional* (RE, 1985), *movimento patriótico* (MS, 1986), mas é sobretudo evocado e retomado nos valores que a ele são agregados de *democracia*, *liberdade* e, particularmente, de *esperança*, o que implica uma valorização do futuro.” (2014, 300).

Para esta comemoração, são convidados a assistir e, em alguns casos a tomar a palavra, os representantes políticos, bem como antigos Capitães de Abril e outras entidades. Dos intervenientes espera-se o reconhecimento da importância da efeméride, mas também um olhar sobre o estado do país e do mundo. Por isso, em 1982, o Presidente da República Ramalho Eanes refere:

Não se justificaria continuar a comemorar esta data se o seu significado ficasse confinado ao acto, localizado no tempo, do derrube de um regime autitário, moralmente indefensável, socialmente injusto. O que hoje comemoramos não é o fim da ditadura, mas sim a afirmação da liberdade, da responsabilidade democrática, da solidariedade social. (1982_RE)

As intervenções são previamente preparadas, mas proferidas em direto perante uma assistência que pode, de forma controlada, reagir. Do ponto de vista enunciativo, o locutor dirige-se aos alocutários *in praesentia*, mas também ausentes, isto é, aos cidadãos portugueses que acompanham, em direto ou em diferido, a intervenção dos seus representantes políticos. Existe, portanto, uma distribuição social dos papéis dos diferentes participantes e um acordo tácito para o cumprimento das regras protocolares que guiam a interação.

Em geral, a nível composicional, os textos apresentam um plano influenciado pela atividade profissional a partir da qual é espoletado, pelos participantes, pela temática e pelos objetivos

(Silva, 2016). No caso dos textos que compõem o *corpus*, verifica-se, adicionalmente, que as exigências protocolares da situação comunicativa implicam uma determinada distribuição e segmentação do texto. Mesmo uma breve leitura dos segmentos iniciais permite observar que existem fórmulas específicas de tratamento e de introdução do tema (Quadro 1).

REF.	EXCERTO DA INTERVENÇÃO
1980_RE	<p>Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Portugueses:</p> <p>O 25 de Abril é uma data que, sendo digna de comemoração, exige a todos os portugueses uma responsável reflexão.</p>
1998_MS	<p>Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes e Srs. Deputados da Assembleia da república, Srs. Ministros da República para os Açores e Madeira, Srs. Presidentes dos tribunais superiores, Srs. Conselheiros de Estado e meus ilustres predecessores, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Srs. Embaixadores, Ilustres Autoridades Cíveis e Militares, Exmos. Convidados, Sr. Patriarca de Lisboa, Excelência Reverendíssima:</p> <p>Comemoramos a liberdade e celebramos a democracia, no 25 de Abril, lembrando, em primeiro lugar, todos aqueles que participaram na sua construção. (...)</p>

Quadro 1 - Fórmula inicial

Quadro 1 - Fórmula inicial (cont.)

REF.	EXCERTO DA INTERVENÇÃO
2010_ACS	Senhor Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Na madrugada de 25 de Abril de 1974, um jovem capitão de 29 anos reuniu os seus homens da Escola Prática de Cavalaria de Santarém. (...)
2023_MRS	Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais membros do Governo, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Embaixadores, Sr. Presidente da Associação 25 de Abril, na sua pessoa, saúdo calorosamente, uma vez mais, os Capitães de Abril, Ilustres Convidados, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Portugueses, Entramos hoje no 50.º ano até ao 25 de Abril de 2024, tempo de evocação (...)

1. Este é um assunto sobre o qual se irá discutir em trabalhos futuros.

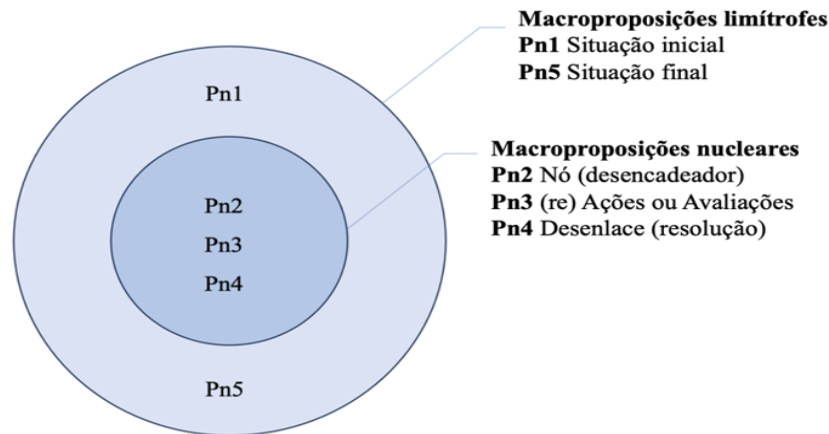
Os textos revelam um plano de texto flexível, não sendo possível detetar uma estrutura padronizada¹, como é observável em outros géneros (cf. Pita, 2023). Excetuando o que foi visto anteriormente e a presença de uma sequência narrativa em vários textos, relativa ao evento histórico, sobre a qual se irá falar de seguida, os textos não apresentam blocos semelhantes, nem mesmo na despedida.

2.1. A SEQUÊNCIA NARRATIVA

De acordo com Adam (2008), as sequências prototípicas constituem conjuntos de enunciados organizados em função de um dado objetivo comunicativo que podem ser analisadas de forma

relativamente “independente”² da globalidade do texto. Assim, um texto pode integrar várias sequências, completas ou elípticas, e a predominância de uma tipologia é frequentemente usada em didática para caracterizar as diferentes produções textuais.

A sequência narrativa refere-se à exposição de ações produzidas por diferentes indivíduos para provocar uma rutura, estruturando-se em torno de cinco macroproposições: situação inicial, nó, reação ou avaliação, desenlace e situação final.



Cada macroproposição é, por sua vez, constituída por uma ou mais proposições. As macroproposições não têm, necessariamente, de estar todas presentes nem pela ordem aqui expressa, o que implica diferenças ao nível do grau de narrativização (mais macroproposições, maior narrativização). Além disso, Adam refere que não é possível estabelecer uma regra para a segmentação da sequência em macroproposições, dependendo em larga medida do “processo interpretativo de construção do sentido” (2008, p.227). Donde se deduz que não existe uma rigidez na estruturação das macroproposições.

2. Optou-se por colocar a palavra “independente” entre aspas para ressaltar que o texto é uma unidade global, cujo sentido só se apreende na combinação de todos os elementos. Portanto, a análise das sequências pode ser linguisticamente realizada de forma independente, mas comunicativamente não.

Figura 1 - Esquemática da sequência narrativa

Fonte - Adaptado de Adam, 2008, p. 225

Em alguns textos do *corpus*, existe uma fusão entre narração e argumentação, pelo que importa falar de *argumentos narrativos*.

2.2. ARGUMENTOS NARRATIVOS

A argumentação é uma atividade da vida quotidiana, com presença em diversas esferas, que tem como objetivo a adesão do locutário a uma tese ou a uma visão do locutor, a partir da apresentação de diferentes proposições que a sustentam (Plantin, 2002; Amossy, 2006). É uma atividade reflexiva, visto que suscita o pensamento crítico e a discussão em torno de um problema.

No campo político, a argumentação é uma ferramenta usada pelos agentes políticos para exercer o seu poder sobre os cidadãos ou para comunicar os seus pares (Charaudeau, 2016). Por isso, durante as intervenções é comum os políticos fazerem uso de esquemas argumentativos com vista à consecução de um dado objetivo.

A person who puts forward an argumentation anticipates criticism, and by choosing a particular type of argumentation, using the one argumentation scheme rather than the other, he implies that he thinks he knows which route will lead to the justification of his standpoint. (Eemeren, Grootendorst e Henkemans, 2002, p.98)

Como afirmam Eemeren, Grootendorst e Henkemans, a escolha dos esquemas é plenamente consciente, alinhando-se com o auditório e os seus valores, a ideologia, o programa político, entre outros.

Nos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, observou-se a recorrência de trechos narrativos, sendo o mais frequente aquele que faz menção ao acontecimento vivido a 25 de Abril de 1974. Considera-se que a narrativa se funde com a argumentação, servindo como modelo,

um tipo de esquema argumentativo que parte da data (e tudo o que com ela está relacionado, ou seja, participantes, atitudes, reações, etc.) para apresentar um exemplo digno de imitação, e também como analogia, porque o locutor crê na capacidade de esta colocar o auditório num estado emocional que lhe permita atingir os seus objetivos e de justificar as decisões atuais e futuras. Portanto, esta narrativa procura condicionar / influenciar a ação futura dos cidadãos (Marques, 2014).

O argumento narrativo é uma ferramenta persuasiva (Tindale, 2017; Bex & Bench-Capon, 2017), pois apresenta factos históricos, já conhecidos do público, sob uma nova perspetiva, que está conexas com a realidade vivida no momento do discurso.

The stories are not recalling what is already there, as in an allusion; but they are adding to what is currently available. The argumentative force of such a strategy is to bring an abstract idea into a lived experience where it might resonate in the lives of the audience. The arguments may have the force of reinforcement, or of persuasion itself (Tindale, 2017, p. 28).

A introdução de uma história pode ser usada na construção de um argumento por analogia, o qual tem duas funcionalidades: por um lado, pode servir para desbravar terreno, para fazer deduções que permitam clarificar um tema; por outro, pode servir para justificar uma conclusão. Assim, o argumento por analogia pode ser exploratório ou probatório, duas interpretações que podem ser observadas no *corpus*.

O argumento por analogia apresenta a seguinte estrutura:

- S é semelhante a T em certos aspetos.
- S tem também a característica Q.
- ⇒Então, T também possui a característica Q ou alguma característica semelhante a Q.

A argumentação por modelo funciona, por exemplo, quando se faz referência à atuação dos militares de Abril, porque os atos destes homens têm vindo a ser evocados e enaltecidos por diversas figuras políticas, com reconhecida autoridade, e a sua valorização constitui a premissa que vai sustentar uma determinada conclusão (Walton, Reed & Macagno 2008).

3. METODOLOGIA

Os discursos proferidos pelos Presidentes da República (PR) durante a Sessão Solene do 25 de Abril tiveram início em 1977, com a intervenção de Ramalho Eanes, e mantêm-se até à atualidade. Dessa época até hoje, muitos foram os Presidentes em funções e muitas mudanças se observaram no contexto social, económico e cultural de Portugal, o que é plasmado no conteúdo dos textos.

O carácter tradicional e histórico dos textos contribui para a existência de marcas intertextuais. Este princípio motivou a realização de um estudo contrastivo de um *corpus* composto por 20 discursos³, de 1977 a 2023, procurando-se mostrar a existência de ecos entre os textos que contribuem para a manutenção do carácter evocativo da data, para a promoção da ligação entre locutor e alocutário e para a construção de um ideário português. Ao longo do período temporal acima indicado, houve cinco Presidentes da República, a saber: Ramalho Eanes (1976-1986), Mário Soares (1986-1996), Jorge Sampaio (1996-2006), Aníbal Cavaco Silva (2006-2016) e Marcelo Rebelo de Sousa (2016-2023). Considerando que cada um dos PR esteve dez anos em funções, selecionaram-se quatro discursos de cada um, incluindo sempre o primeiro e o último, com o objetivo de ilustrar diferentes momentos do mandato.

Para tal, procedeu-se a uma análise qualitativa, suportada pelo software MaxQDA, a partir de elementos formais e linguísticos, que coloca em evidência a recursividade dos textos. Con-

3. Importa clarificar que a palavra “discurso” é usada neste trabalho para fazer referência à apresentação oral de um texto que versa diferentes tópicos, o qual foi previamente preparado para ser proferido em público.

sidera-se que a manutenção de estruturas, de temas e do próprio vocabulário coloca os textos num *continuum*, permitindo ao leitor reconhecer o tradicionalismo da situação de enunciação, mas também os valores que regem o país. Em segundo lugar, analisam-se as sequências narrativas, apresentando os aspetos em que os textos se tocam ao longo do tempo e debatendo a sua importância em termos argumentativos.

Os textos do *corpus* estão disponíveis *online*, em sítios oficiais (*vide* referências bibliográficas), e foram catalogados da seguinte forma: data e iniciais do nome do Presidente da República (ex.; 1977_RE).

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta secção, examinam-se os resultados obtidos com a análise do *corpus*, distribuindo-os por três subsecções: na primeira, expõem-se alguns elementos estruturais, como seja a fórmula de abertura; na segunda, debate-se sobre questões linguísticas, particularmente questões temáticas e lexicais; na terceira, discute-se a sequência narrativa.

4.1. ELEMENTOS FORMAIS

Os Discursos do 25 de Abril são atividades comunicativas enquadradas numa cerimónia formal que, protocolarmente, impõe algumas convenções em termos estruturais, nomeadamente nas fórmulas de abertura, como se apresentou em secção anterior (cf. Quadro 1). Para além deste facto, parece planeada a marcação da passagem no tempo, em especial nos momentos iniciais dos textos, como se procura demonstrar no Quadro 2.

Quadro 2 - Marcação da distância temporal entre o 25 de Abril e o discurso

REF.	EXCERTO DO DISCURSO
1986_MS	Doze anos depois do movimento patriótico que restituiu a liberdade aos Portugueses, tornando-os cidadãos na plenitude dos seus direitos, comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina.
1989_MS	Comemoramos hoje o XV Aniversário do 25 de Abril , com a plena consciência e o legítimo orgulho de pertencermos a uma Pátria de homens livres...
1991_MS	Festejamos hoje o 17.º aniversário do 25 de Abril , nos termos consagrados e segundo a forma habitual.
1998_JS	No próximo ano, comemorar-se-ão os 25 anos do 25 de Abril.
2010_ACS	Neste dia, devemos ter presente um facto muito singelo: em 2010 completam 36 anos aqueles que nasceram em 1974. (...) Há 36 anos, marcámos encontro com um destino de liberdade. Não nos deixámos abater por um regime de muitas décadas que caiu em poucas horas.
2015_ACS	Celebramos hoje o 25 de Abril , uma ocasião de festa e alegria, em que Portugal comemora a liberdade, a democracia, e também o desenvolvimento e a justiça social. Há precisamente quarenta anos , no dia 25 de Abril de 1975, os Portugueses participavam nas primeiras eleições verdadeiramente livres da nossa História.
2016_MRS	Saudar os Capitães de Abril, quarenta e dois anos depois , é dever de todos os que, em Portugal, se louvam da Democracia que o seu gesto patriótico permitiu instaurar.
2023_MRS	Entramos hoje no 50.º ano até ao 25 de Abril de 2024...

De acordo com o Quadro, que apresenta apenas alguns exemplos, a marcação do tempo transcorrido entre a revolução e o pronunciamento é um elemento recorrente, com exceção dos trechos correspondentes a 1998 e a 2010 (em especial, a segunda parte) em que surge no final. Este desvio ao padrão revela que tradição e inovação estão a par, ou seja, que existe flexibilidade na produção textual.

Apesar de se poderem identificar, ao nível do plano do texto, regularidades na fórmula inicial de endereçamento de saudações, na identificação do ano da cerimónia e, até, numa sequência narrativa que recupera o evento histórico, como se irá discutir mais adiante, não é possível determinar uma composição do texto fixa, uma vez que os temas estão profundamente dependentes da realidade social à data do pronunciamento e tal exige uma organização e uma distribuição dos conteúdos diferente. Todavia, é possível identificar algumas marcas de intertextualidade, nomeadamente em termos de estruturas sintáticas, que permitem estabelecer a continuidade dos textos. Vejam-se, por exemplo, os próximos casos (Quadro 3).

DATA	EXCERTO
1982_RE	VIVEMOS, de facto, TEMPOS DIFÍCEIS.
1989_MS	VIVEMOS, hoje, UM TEMPO de renovadas esperanças e de estimulantes apostas.
2011_ACS	VIVEMOS UM TEMPO em que os sonhos do passado parecem ter desaparecido.
2016_MRS	Eu sei, nós sabemos, que estes TEMPOS NÃO SÃO FÁCEIS.

Quadro 3 - Estruturas sintáticas recorrentes

Considera-se que esta revisitação de textos de outros locutores não acontece por mero acaso, mas sim como uma forma de perpetuar a história e de imprimir ritualidade aos textos. Eis outros casos com repetição de lexemas:

Quadro 4 - Recorrência vocabular
no mesmo âmbito temático

DATA	EXCERTO
1980_RE	Mas é possível, e até COMPREENSÍVEL , que muitos Portugueses CONFRONTEM as REALIDADES e as EXPECTATIVAS criadas em Abril de 1974. A observação fria dos factos conduzirá, porém, a uma conclusão não pessimista sobre a nossa capacidade colectiva.
2016_MRS	É injusto negar o que todos devemos ao 25 de Abril de 1974. É, no entanto, míope negar as desilusões, as indignações, as frustrações com a qualidade da Democracia, a debilidade do crescimento, a insuficiência do emprego, o aumento das desigualdades, a persistência significativa da pobreza. O saldo é claramente positivo, para quem tiver a memória dos anos 70. Mas pode começar a ser preocupantemente descoroçoante para quem só se lembrar dos anos 90 e da viragem do século.
2011_ACS	COMPREENDO que muitos cidadãos, ao fim de quase quarenta anos de regime democrático, se sintam desiludidos quando CONFRONTAM as ESPERANÇAS de 1974 e as REALIDADES do momento presente.
2023_MRS	Porque há muito quem em Portugal sinta que o 25 de Abril ficou incompleto, ficou imperfeito, está por cumprir, não corresponde aos sonhos do passado ou aos anseios do futuro. Uns porque, em rigor, teriam preferido que não tivesse existido o 25 de Abril. Por aquilo que perderam aqui ou nos territórios africanos, ou porque têm certa ou errada, a imagem do pré 25 de Abril que corresponderia, se não aos seus sonhos, pelo menos a muitas das suas EXPECTATIVAS e anseios.

Nestes excertos observa-se que textos de diferentes décadas remetem para um mesmo tópico (a frustração das expectativas), usando léxico semelhante. E mesmo nos casos em que os lexemas usados não são os mesmos, o sentido da mensagem é igual (cf. 2016 e 2023). Não se

trata, contudo, de uma informação que conste de todos os textos, pois há claramente um alinhamento com o contexto socio-histórico e com os sentimentos vividos na sociedade.

Para concluir esta secção sobre questões formais, apresentam-se alguns exemplos do uso dos mesmos mecanismos articulatórios de organização textual, particularmente de paralelismos anafóricos (repetição literal de uma ou mais palavras, em início de frase ou período).

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1977_RE	O desencanto que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e erros: QUE É FEITO DA fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país? QUE É FEITO DAS torrentes de alegria com que nos lançamos na construção dum país diferente, duma pátria renovada? QUE É FEITO DA tolerância e do respeito com que decidimos conviver? QUE É FEITO DA segurança e da paz assente na justiça que afirmámos respeitar? QUE É FEITO DAS habitações que quisemos construir? QUE É FEITO DA saúde que decidimos melhorar? QUE É FEITO DA educação que nos propusemos elevar? QUE É FEITO DA velhice que nos obrigámos a proteger?
1982_RE	Vivemos, de facto, tempos difíceis. SÃO TEMPOS que não permitem continuar a repetir muitas das promessas eleitorais, que a realidade se encarrega de reduzir à sua verdadeira dimensão. SÃO TEMPOS onde o valor e o rigor das atitudes se devem sobrepor à facilidade das palavras. SÃO TEMPOS que devem exigir uma meditação serena quanto à validade dos processos e das políticas gerais adotadas.

Quadro 5 - Mecanismos articulatórios: paralelismos anafóricos

Quadro 5 - Mecanismos articulatórios: paralelismos anafóricos (cont.)

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
2021_MRS	<p>UM TEMPO feito de vários tempos e modos QUE PARA SEMPRE MARCOU A VIDA de mais de um milhão de jovens saídos das suas terras para atravessarem mares e viverem e morrerem noutro continente ou dele regressarem alguns com traços indeléveis na sua saúde.</p> <p>QUE PARA SEMPRE MARCOU A VIDA das suas famílias, dos seus lugares, das suas aldeias, das suas vilas e mesmo das suas cidades, no fundo de todo um Portugal durante treze anos ou um pouco mais.</p> <p>QUE PARA SEMPRE MARCOU A VIDA daqueles que, por opção de princípio, recusaram aquela partida e rumaram a outros destinos continuando ou iniciando uma luta contra o que estava e queria permanecer.</p> <p>QUE PARA SEMPRE MARCOU A VIDA dos que já lá vivendo idos eles ou os seus antepassados de terras daquém mar de lá vieram, no termo desses longos anos, ou lá ficaram e estão para ficar. (...)</p>

A partir da análise do *corpus*, constatou-se que os Presidentes da República Ramalho Eanes e Marcelo Rebelo de Sousa (primeiro presidente depois de 1974 e presidente atual) são os que mais recorrem aos paralelismos, possivelmente pela sua capacidade de imprimir dinamismo ao discurso e de uma aptidão retórica mais acentuada.

4.2. ELEMENTOS TEMÁTICO-LEXICAIS

Os Discursos do 25 de Abril constituem uma tradição indissociável da própria cerimónia de evocação, razão pela qual é possível identificar, na análise do *corpus*, diferentes trechos que

fazem alusão ao carácter ritual destes discursos, indicando não só os formalismos a eles associados (cf. “termos consagrados e segundo a forma habitual”), mas também a sua continuidade (cf. “sempre foi e será”). O primeiro trecho apresentado corresponde à intervenção do PR Ramalho Eanes em 1977, transcorrido cerca de um ano após eleições livres. Nele é referido que aquela cerimónia constitui o momento mais importante de celebração, marcando a sua relevância na História de Portugal e, particularmente, na história discursiva.

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1977_RE	Esta cerimónia marca o ponto mais alto nos actos com que o povo português tem vindo a celebrar o 25 de abril. Nos dois anos anteriores o povo celebrou-o exercendo os direitos reassumidos: votou – e através do seu voto ergueu as traves mestras da nova sociedade.
1986_MS	Doze anos depois do movimento patriótico que restituiu a liberdade aos Portugueses, tornando-os cidadãos na plenitude dos seus direitos, comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina.
1991_MS	Festejamos hoje o 17.º aniversário do 25 de Abril, nos termos consagrados e segundo a forma habitual. Sou, como sabem, assumidamente, um homem do 25 de Abril e por isso vos posso falar com inteira franqueza. Temo que esta celebração ritual, cada ano repetida , longe de despertar na juventude interesse e curiosidade por um maior conhecimento e pelo estudo do que foi realmente – e do que ainda hoje representa, essa manhã heróica da nossa libertação como nação, contribua, por assim dizer, para banalizar a revolução, tornando-a desinteressante e incompreensível aos olhos dos mais jovens.
2020 ⁴ _MRS	Deliberou a Assembleia da República manter, neste tempo de sacrifício de todos os portugueses, a cerimónia oficial de evocação do 25 de Abril. A presente evocação não é uma festa de políticos alheia ao clima de privação vivido na sociedade portuguesa. Evocar o 25 de Abril é falar deste tempo não é ignorá-lo. E também nesta Sessão que sempre foi e será um momento crucial de controlo crítico e plural em liberdade e democracia.

Quadro 6 - Prova do carácter ritual dos textos

4. O excerto de 2020 é particularmente pertinente, considerando a situação sanitária vivida mundialmente. Estava-se em plena pandemia da Covid-19, com o país praticamente parado e com os portugueses em confinamento, e, em virtude da importância social e histórica da data, a Assembleia da República deliberou a realização da celebração do 25 de Abril. Este facto é altamente revelador do peso histórico, social e político da data.

A partir de 1986, começa a despontar uma preocupação que, na verdade, se tornou constante com o avançar dos anos: a preocupação relativamente ao esquecimento dos valores de Abril, da luta travada por uma geração em prol da liberdade. Em 1986, a negação das perifrases “poder ser” e “dever ser” visa dirigir o alocutário, indicando-lhe o comportamento a adotar, ou mais concretamente, a leitura a realizar. Em 1991, o PR Mário Soares expressa claramente o seu receio (cf. verbo “temer”), sentimento justificado pela possibilidade de a data gerar desinteresse e incompreensão nas novas gerações. Adiante, nesse mesmo discurso, diz:

Não gostaria de me repetir relativamente ao que vos disse, em anos passados (...). É nessa **repetição** que consiste precisamente a **criação do rito desprovido de novidade** e, por assim dizer, a **banalização rotineira de um evento político** que foi, em si mesmo, altamente inovador (...). (1991_MS)

Esta reflexão crítica sobre o ato cerimonioso em si e a perceção de um certo ritualismo a ele inerente, nomeadamente no que diz respeito à informação veiculada, comprova o carácter tradicional destes textos. Após análise do *corpus*, verificou-se que não existe uma repetição total de textos anteriores, o que pode indiciar que este aviso foi respeitado pelos PR subsequentes.

Talvez por tudo isto se tenham identificado, em alguns discursos, momentos que fazem referência aos motivos que desencadearam a revolução, numa tentativa de contrariar a “banalização” a partir do destaque da sua importância. Em alguns casos, usam-se termos deônticos e didáticos (“dever”, “ensinar”, “relembrar”, “lembrar”), como se ao locutor tivesse sido atribuída a responsabilidade de recuperar a História.

Quadro 7 - Quadro contrastivo da temática “dever de memória”

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1996_JS	Hoje, é já muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura. É a esses, sobretudo, que importa relembrar o exemplo desses homens que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade.
2010_ACS	São mais de três milhões os Portugueses que não possuem qualquer recordação do que foi o 25 de Abril de 1974 porque, pura e simplesmente, não tinham nascido na altura. (...) Temos, pois, um dever de memória para com aqueles que nasceram já depois de 1974. Devemos ensinar-lhes o que custou conquistar a liberdade e que a defesa da liberdade deve ser um princípio de ação para os agentes políticos e para todos os cidadãos.
2012_ACS	Mas, sobretudo para os mais jovens, é necessário lembrar que o caminho seguido poderia ter sido outro. Portugal poderia ter aprofundado o seu isolamento na cena internacional se acaso o sentido de responsabilidade não tivesse triunfado com o apoio do povo, inequivocamente expresso para a Assembleia Constituinte.

O quadro anterior, que aborda a temática do “dever de memória”, prova que os textos podem efetivamente visitar-se em termos temáticos. E para fortalecer esta teoria, apresentam-se outros exemplos, desta feita sobre a “reflexão”.

Quadro 8 - Quadro contrastivo da temática "reflexão"

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1980_RE	O 25 de Abril é uma data que, sendo digna de comemoração, exige a todos os portugueses uma responsável reflexão política .
1991_MS	Como, porém, encontrar a fórmula mágica para comunicar esse sentimento às jovens gerações, quando já se formaram na democracia e nunca conheceram a opressão? Eis um primeiro ponto que mereceria, com vista ao futuro, alguma reflexão dos Srs. Deputados , até porque no próximo ano estaremos a iniciar, nos termos constitucionais, uma nova legislatura.
1996_JS	E se esse dia foi um ato de revolta contra um regime iníquo, que a nossa comemoração possa ser, hoje, um ato de reflexão sobre o conformismo que tantas vezes se abate sobre as sociedades contemporâneas.
2015_ACS	Ao comemorar o 25 de Abril na Assembleia da República, num ano em que termina a presente legislatura e em que outra se iniciará, devemos pensar o futuro de Portugal, fazendo uma reflexão séria e serena sobre os grandes desafios que o País terá de enfrentar.
2023_MRS	Entramos hoje no 50.º ano até ao 25 de Abril de 1974, tempo de evocação, tempo de reflexão crítica , tempo de esperança, tempo de partilha. Em 25 de Abril de 2024, se falará do tempo do futuro, dos 50 anos pela frente. (...) Em rigor a reflexão crítica ocorre todos os anos, pelo menos, pelo 25 de Abril, mas neste começo de 50.º ano, há mais razões para nos debruçarmos sobre essa reflexão .

Ao analisar os trechos, parece haver uma tentativa de criar um nexo de causalidade entre a celebração do 25 de Abril e a reflexão crítica, como aliás é constatado pelo PR Marcelo Rebelo de Sousa em 2023. Esse processo de análise crítica não se limita ao desempenho dos governos, mas ao dos portugueses enquanto nação e enquanto indivíduos.

Um outro tema comum aos textos é a “ruptura”. Curiosamente, regista-se um aumento da frequência deste tema à medida que o tempo que dista da revolução é maior, possivelmente porque os locutores consideraram que era cada vez mais importante demonstrar e enaltecer o valor disruptivo da atuação dos militares.

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1980_RE	Em 25 de Abril concretizou-se uma ruptura na sociedade portuguesa. Não há retorno possível à situação anterior, às regras e aos modelos mentais que definiam a eficácia do poder e a sua manutenção num regime assente em processos autoritários. A ruptura histórica, política e social marca o início de uma dinâmica democrática.
1985_RE	O 25 de Abril surge assim como um momento de ruptura política tornado inevitável pelas tentativas frustradas de liberalização do regime anterior. Essa ruptura é personalizada num punhado de militares que tinham compreendido também, por experiência pessoal de uma guerra já sem sentido, a natureza definitiva dos impasses do mesmo regime.
1991_MS	E, entretanto, para aqueles que viveram o 25 de Abril – e que, portanto, conheceram a dolorosa experiência da ditadura, que amordaçou Portugal durante quase meio século -, se há data viva, que deixou nos nossos corações um vinco inapagável de emoção e que tem um significado nacional iniludível de ruptura com uma situação totalmente bloqueada , é precisamente o dia que hoje comemoramos.

Quadro 9 - Quadro contrastivo da temática "ruptura"

Quadro 9 - Quadro contrastivo da temática "ruptura" (cont.)

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1998_JS	Das inúmeras atitudes de protesto e de revolta contra a opressão se alimentou um imenso património de resistência ao autoritarismo durante décadas e décadas de ditadura. (...) O sentido que a ruptura do 25 de Abril tomou é, pois, indissociável das aspirações da resistência e da determinação dos militares de Abril.
2021_MRS	O 25 de Abril foi feito para libertar, sem esquecer nem esconder, mas para libertar, e os que o fizeram souberam superar muitas das suas divisões durante a Revolução e depois dela a pensar na unidade essencial da mesma Pátria tomando os termos simplificadores desses tempos sensibilidades diferentes no Movimento das Forças Armadas que se chocaram então não deixaram de entender depois que a unidade essencial de uma ruptura depois feita Revolução ela própria composta de várias revoluções tudo o mais sobrepuja.

4.3. SEQUÊNCIA NARRATIVA E ARGUMENTO NARRATIVO

Depois de uma exploração mais ampla dos discursos efetuada nas secções anteriores, centremo-nos particularmente na sequência narrativa.

Em 1977, na primeira intervenção a assinalar a data, o PR Ramalho Eanes afirmou:

Pesam sobre a nossa geração sacrificada as agonias do império, as dores duma nova sociedade que renasce nos limites do corpo primitivo e o sofrimento dum povo em diáspora no mundo que ajudou a conhecer-se. Em Abril de 1974, as Forças Armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia. Em novembro de 1975, apoiadas pela Polícia de Segurança Pública e pela Guarda Nacional Republicana, de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída. Hoje, desfilaram nas ruas de Lisboa reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores. A elas, todas elas, se deve privilegiadamente a liberdade que hoje foi utilizada nesta assembleia. (1977_RE)

Neste trecho, identifica-se uma sequência narrativa composta pelas seguintes macroproposições:

- NÓ 1: Em abril de 1974, as Forças Armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia.
- DESENLACE 1: *conquista da liberdade*
- NÓ 2: *ameaças à liberdade*
- DESENLACE 2: Em novembro de 1975, apoiadas pela Polícia de Segurança Pública e pela Guarda Nacional Republicana, de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída.
- SITUAÇÃO FINAL: Hoje, desfilaram nas ruas de Lisboa reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores.

O DESENLACE 1 e o NÓ 2 são deduzidos a partir da informação dita subsequentemente (itálico), pois, tal como dito anteriormente, as macroproposições não têm de estar todas presentes (Adam, 2008). Repare-se que o final deste parágrafo termina com uma frase que visa estimular no alocutário o reconhecimento das Forças Armadas e do seu papel na defesa dos valores do 25 de Abril. Portanto, toda a sequência é usada para construir uma argumentação, com vista a provar a fiabilidade das Forças de Segurança.

- Abril de 1974, Novembro de 1975 e a atualidade são semelhantes em certos aspetos.
- Em 1974 e em 1975, as Forças Armadas intervieram em defesa da liberdade.
- ⇒ Então, na situação atual, as Forças Armadas também estão prontas a intervir em defesa dos mesmos valores.

No discurso de 1996, encontram-se as seguintes palavras do PR Jorge Sampaio:

Quero, em primeiro lugar, saudar os militares – oficiais, sargentos e praças, que prepararam e participaram no Movimento das Forças Armadas do dia 25 de Abril de 1974.

Eles gravaram uma página da História de Portugal. Ao garantirem a liberdade e a democracia, puseram fim a um regime ditatorial (...)

Hoje, é já muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura. É a esses, sobretudo, que importa relembrar o exemplo desses homens que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade. (1996_JS)

Neste trecho, o locutor invoca os militares de Abril como um modelo a seguir, referindo-se especificamente à coragem perante a adversidade, ou seja, ao facto de serem poucos e não terem equipamento suficiente.

- NÓ 1: “os militares – oficiais, sargentos e praças... participaram no Movimento das Forças Armadas do dia 25 de Abril de 1974.”

- AVALIAÇÃO: “homens que, mal equipados e em número reduzido tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade”

- DESENLACE 1: *conquista da liberdade*

- SITUAÇÃO FINAL: Hoje, “é muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura”.

A partir desta sequência, os homens de Abril são elevados à categoria de heróis. O argumento ganha maior força porque quem o diz tem total legitimidade para tal: exerce a função de Presidente da República, é um político reconhecido pelo povo e viveu o 25 de Abril de 1974.

E para que serve este argumento? Para criar no alocutário um sentimento de pertença e de proximidade: pertença a um povo corajoso, proximidade com estes homens, capazes de agir corajosamente num momento difícil. Este sentimento, gerado no início do texto, vai ser recuperado no final, numa lógica circular de fechamento da argumentação:

Creio que a melhor forma de dar confiança aos portugueses que neste momento possam passar por um período difícil é dar-lhes simbolicamente um sinal de que é possível acreditar na capacidade para ultrapassar os problemas e os constrangimentos. (1996_JS)

O PR Aníbal Cavaco Silva, em 2010, apresenta a sequência narrativa mais completa.

(Pn1) Na madrugada de 25 de Abril de 1974, um jovem capitão de 29 anos reuniu os seus homens da Escola Prática de Cavalaria de Santarém. Falou-lhes do estado a que Portugal chegara e terminou dizendo: «quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e acabamos com isto. Quem for voluntário, sai e fôrma. Quem não quiser sair, fica aqui!».

(Pn2) Vieram todos, sem excepção, mesmo sabendo que corriam riscos, incluindo o risco de não regressar com vida. (Pn4) Ao fim de algumas horas, caía um regime cansado de guerra. É por isso que aqui estamos hoje.

Foram eles os filhos da madrugada. Não caminharam para Lisboa em busca de cargos ou de lugares. Não vieram à procura de um lugar na História – e é justamente por isso que o merecem. (...)

Aqueles que saíram de Santarém, de Mafra, de Tancos, de Santa Margarida, de Estremoz ou de Vendas Novas rumaram a Lisboa porque não se conformaram com o País em que viviam. Vieram todos, porque todos queriam mudar. Queriam um país livre. (2010_ACS)

Para além das macroproposições narrativas assinaladas (respetivamente, situação inicial, nó e desenlace), fornecem-se explicações para as atitudes tomadas:

- PROBLEMA -> Por que razão saíram os militares de “Santarém, de Mafra, de Tancos, de Santa Margarida, de Estremoz ou de Vendas Novas?”

- EXPLICAÇÃO -> “PORQUE não se conformaram com o País em que viviam. Vieram todos, PORQUE todos queriam mudar. (PORQUE) Queriam um país livre.”

Para compreender o objetivo argumentativo que subjaz a esta sequência narrativa, importa indicar o tema geral deste discurso. Aníbal Cavaco Silva parte dos valores do 25 de Abril (“defesa da liberdade” e “em nome de uma sociedade mais justa e solidária”) para discutir a necessidade de lutar contra a injustiça social. Portanto, mais uma vez, o argumento visa estabelecer uma analogia entre as duas situações e incentivar a população a agir.

As potencialidades das narrativas para efeitos de persuasão parecem ser um facto conhecido pelos próprios locutores, daí que muitos recorram a histórias em favor de uma tese ou para a criação de uma cena indutora de um estado de espírito. Nos textos do *corpus*, identificaram-se alguns segmentos que denunciam este recurso à narrativa como argumento:

Quadro 10 - Exemplos de associação da narrativa à ideia de “lição”

REF.	EXCERTOS DOS DISCURSOS
2012_ACS	É este Portugal, o país que celebra a revolução de abril, que temos de mostrar ao exterior. Há quase quarenta anos, demos um exemplo ao mundo: conquistámos a democracia sem violência nem sangue. Os cravos anunciaram um país livre e, dias depois, celebrámos a revolução num primeiro de maio onde todos estiveram, num dia de festa sem confrontos nem sectarismos. É essa a lição maior que temos de seguir no dia de hoje, no ano de 2012, em que Portugal atravessa um dos períodos mais complexos da sua História recente.
2016_MRS	Neste 25 de abril de 2016, quarenta e dois anos depois do 25 de Abril de 1974, essa lição é um sentido de vida para tempos difíceis, a apelarem à sensatez. Unamo-nos no essencial. Sem com isso minimamente negarmos a riqueza do confronto democrático, em que Governos aplicam as suas ideias e oposições robustecem as suas alternativas. Troquemos as emoções pelo bom senso.
2021_MRS	Que o 25 de Abril viva sempre, como gesto libertador e refundador da história. Que saibamos fazer dessa nossa história lição de presente e de futuro, sem álibis nem omissões, mas sem apoucamentos injustificados querendo muito mais e muito melhor.

Nos excertos precedentes, verifica-se precisamente que a recuperação da narrativa da Revolução tem um objetivo argumentativo. Atendendo a que, nos excertos, se usa “lição” no sentido de “exemplo”, parece lícito afirmar que se está a construir um argumento por analogia. Aplicando a estrutura do argumento ao discurso do ano 2012, obtém-se o seguinte:

- A situação no 25 de Abril é semelhante, em certos aspetos, à atual.
- No 25 de Abril, Portugal mostrou ao mundo que o seu povo era capaz de se unir para ultrapassar um momento difícil.
- ⇒ Então, na situação atual, Portugal também vai mostrar ao mundo que é capaz de resolver as dificuldades que o período complexo que se vive coloca.

A conclusão do argumento é lógica, mas é um equívoco pensar que o objetivo é apenas a constatação do óbvio. Na verdade, o locutor pretende que o alocutário reflita sobre este evento de uma forma nova, estabelecendo conexões entre os dois momentos e os comportamentos adotados. Portanto, o argumento serve como ponto de partida para uma inferência: “se a situação é semelhante e se aquela geração tomou uma atitude, então temos a responsabilidade de fazer o mesmo”. Em suma, o argumento pretende apelar à ação do cidadão através de uma projeção de uma circunstância histórica.

No discurso de 2016, há um pequeno parágrafo, praticamente no final, no qual se usa o argumento para exortar a unidade dos portugueses. Para explicitar a estrutura deste argumento, parte-se das informações históricas constantes da sequência narrativa de 2012:

- A situação a 25 de Abril de 1974 é semelhante, em certos aspetos, à atual.
- Após o 25 de Abril de 1974, todos se uniram “sem confrontos nem sectarismos”.
- ⇒ Então, na situação atual, todos se devem unir.

A força deste argumento é tanto mais forte quanto maior for o conhecimento da vivência pré e pós 25 de Abril, daí que o início do texto seja marcado pela apresentação do momento histórico, particularmente dirigido aos jovens:

Quando os mais jovens, tantas vezes minhas alunas e meus alunos, olhavam para o balanço destas quatro décadas ou pouco mais – com sentido muito crítico, para não dizer quase total incompreensão –, vezes sem conta lhes chamei a atenção para o tempo que não conheceram e para o que foi o percurso que para todos eles é já pré-história. (2016_MRS)

Este facto demonstra que os argumentos e, de forma mais lata, os textos são sempre indexados histórica e socialmente, e que a sua escolha é plenamente consciente e criteriosa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 25 de Abril de 1974 é uma data de grande relevo para Portugal e, no ano em que se celebra o seu 50.º aniversário, considerou-se relevante estudar a historicidade dos discursos de comemoração da data pronunciados por diferentes Presidentes da República.

Entre o primeiro e o mais recente discurso datam precisamente 46 anos e os textos revelam não só diferenças, como também semelhanças. Observou-se que estes textos integram uma cerimónia formal, com um protocolo rígido, mas que não impede a flexibilidade composicional. De facto, muitos textos apresentaram um bloco inicial de endereçamento de saudações, bem como uma sequência narrativa alusiva à data, porém não foi possível determinar a existência de outros blocos padronizados. Quanto a esta sequência, constatou-se que tem propósitos didáticos e argumentativos, em particular estimulando a construção de um argumento por analogia. O objetivo persuasivo central deste argumento é a incitação à ação ou à reflexão, levando os cidadãos a pensar sob uma nova perspetiva a partir de um dado já conhecido. Além destes factos, foi possível identificar alguns temas, lexemas e estruturas semelhantes, que colocam os

PITA, SARA; *Discursos do 25 de Abril: percurso histórico de um género político / Discourses of April 25th: historical trajectory of a political genre*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 13 ANO 2023, PP. 184-217

textos num *continuum*. Quanto às diferenças, os textos mostraram uma forte indexação social e histórica, razão pela qual as temáticas vão divergindo.

Os discursos do 25 de Abril têm muito mais para desvendar, como foi possível ir vendo durante a exploração do *corpus*, pelo que o estudo não termina por aqui.

ARTIGO RECEBIDO A
15/06/2023
ARTIGO APROVADO A
12/11/2023

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (2008). *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.
- Amossy, R. (2006). *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin.
- Bex, F. & Bench-Capon, T. (2017). Arguing with Stories. *Narration as Argument*. Madrid: Springer, pp. 31-46. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56883-6_2
- Bronckart, J.-P. (1999). Atividade de linguagem. *Textos e discursos*. São Paulo: EDUC.
- _____(2004). Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique. *Langage*, 38.e année, n.º 153 (Les genres de la parole), pp. 98-108. Acedido em 05 de junho de 2023, de http://www.persee.fr/doc/AsPDF/lgge_0458-726x_2004_num_38_153_938.pdf
- Charaudeau, P. (2016). *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto.
- Coseriu, E. (1979). *Sincronia, diacronia, história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença / Universidade de São Paulo.
- _____(1980). *Lições de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Eemeren, F., Grootendorst, R. & Henkemans, A. (2002). *Argumentation: Analysis, Evaluation, Presentation*. New York: Routledge.
- Fairclough, N. (2001). *Teoria social do discurso. Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 89-131.
- Kabatek, J. & Simões, J. Da S. (2005). Sobre a historicidade de textos. *Linha D'Água*, (17), pp. 157-170. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i17p157-170>.
- Kabatek, J. (2006). *Tradições discursivas e mudança linguística. Novos dados, novas análises*, Tomo II. Salvador, Bahia: EDUFBA, pp. 505-527.
- Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril. *Forma breve*, pp. 297-311. Acedido em 15 de novembro em <https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/5416>
- Pita, S. (2023). Plano de texto de “mensagens de natal” na cena política luso-brasileira. *DELTA* 39 (2), <https://doi.org/10.1590/1678-460X202339253754>

Plantin, C. (2002). *Analyse et critique du discours argumentative. Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?* Paris: L'Harmattan.

Silva, P. (2016). Género, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto. *Diacrítica. Revista do Centro de Estudos Humanísticos; série ciências da linguagem*, 30 (1): 181-224.

Tindale, C. (2017). *Narratives and the Concept of Argument. Narration as Argument*. Madrid: Springer, pp.11-30. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56883-6_2

Walton, D., Reed, C. & Macagno, F. (2008). *Argumentation Schemes*. Cambridge: Cambridge University Press.

SITES PARA RECOLHA DOS DISCURSOS

Presidência da República (2023). Arquivo de Aníbal Cavaco Silva. <https://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/>

Presidência da República (2023). Arquivo de Jorge Sampaio. <https://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/main.html>

Presidência da República (2023). Atualidade. <https://www.presidencia.pt/>

Fundação Mário Soares (2023). Arquivos da Casa Comum. http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3092#!e_3483

Parlamento (2023). Biblioteca Digital. <https://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/DP/pdf/dp.pdf>

Formas de tratamento no português europeu: algumas considerações sobre formas neutras e não neutras

Forms of address in European Portuguese: some considerations on neutral and non-neutral forms

ROQUE, RENATO
rroque@renatoroque.com

PINTO, ALEXANDRA GUEDES
mapinto@letras.up.pt

PALAVRAS-CHAVE:
Formas de Tratamento;
“Você”;
Forma Neutra;
3.^a Pessoa;
Sistema T-N-V.

KEY-WORDS:
Forms of Address;
“Você”;
Neutral Form;
3rd Person;
T-N-V System.

Mestre em Multimédia pela Universidade do Porto (2009)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4987-5775>

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)
Membro do Centro de Linguística (CLUP/FLUP)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9120-1542>

RESUMO: As formas de tratamento na língua portuguesa são complexas e parecem ser uma área da língua em variação rápida. Essas formas, pela sua gradação, complexidade e subtileza, geram confusão e até conflitos entre os falantes. No presente trabalho, guiados, inicialmente, por Cintra (1972) e por Allen (2019)¹, a que juntámos depois outros contributos, fazemos uma incursão na variedade de formas existente no português europeu contemporâneo e, ao mesmo tempo, procuramos compreender a evolução desse sistema multifacetado, desde antes da fundação da língua portuguesa. Focalizamos, particularmente, uma forma de tratamento em alguns casos problemática: o “você”, relacionando-a com a forma alternativa da 3.^a pessoa sem sujeito explícito. Procedemos, por fim, a um pequeno estudo exploratório com recolha de dados, que, apesar de limitada, nos permitiu obter alguns resultados, quer relativos às potencialidades da 3.^a pessoa, sem sujeito, quer quanto ao uso do pronome “você” por determinados estratos sociais.

ABSTRACT: Forms of address in the Portuguese language are complex and seem to be a fairly rapidly changing area of the language. These forms, due to their gradation, complexity and subtlety, generate confusion and even conflict among speakers. In this short paper, guided in the beginning by Cintra (1972) and Allen (2019), to whom we later added other contributions, we explore the variety of forms in contemporary European Portuguese and, at the same time, try to understand the evolution of this multifaceted system since before the foundation of the Portuguese language. We focus in particular on a form of address that is problematic in some cases: “você”, relating it to the alternative form of the 3rd person without an explicit subject. Finally, we carry out a small exploratory study with data collection, which, although limited, allowed us to obtain some results regarding the potential of the 3rd person, without subject, and the way the pronoun “você” is used by certain social classes.

Você, Reis, tem sina de andar a fugir das revoluções [...].

Você continua monárquico.

José Saramago em O Ano da Morte de Ricardo Reis

1. INTRODUÇÃO

1. O trabalho de Allen (2019) ajudou-nos também no acesso a um conjunto de outros estudos, citados pela autora na sua tese, e que nós adotámos como um ponto de referência na nossa reflexão sobre o tema.

No romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis* de José Saramago, Fernando Pessoa dirige-se a Ricardo Reis por “você”. Servir-nos-á de inspiração.

A questão das formas de tratamento em português e a variação das mesmas têm sido fonte de discussões, mais ou menos acaloradas, em vários domínios de atuação social, desde estudos científicos sobre a matéria, até conversas entre amigos e familiares, ou interações em redes sociais. Muitas das pessoas que tomam partido são particularmente sensíveis à vulgarização do tratamento por “você”, usado não no sentido de informalidade do português brasileiro, mas, precisamente, com a intenção de produzir um tratamento um pouco mais formal, assegurando uma distância mínima entre os falantes, em oposição ao “tu”, genuinamente informal.

Como exemplo paradigmático da resistência ao “você”, poderemos reproduzir um dos muitos desabafos que o escritor Mário de Carvalho tem publicado no seu portal no *Facebook* (FB).

O autor de *Um Deus passeando pela Brisa da Tarde* “embirra” com o “você”. E as entradas do autor no FB provocam inevitavelmente trocas de centenas de comentários:

É natural que alguém, da minha geração e conhecimento, mesmo vago, me trate por você. Mas dá mau aspecto que o desconhecido que me atende atrás dum balcão, me trate por «você» sem me conhecer de nenhum lado. É coisa que pode pedir LIVRO DE RECLAMAÇÕES. Suporta-se - à conta de suposta ignorância (paternalismo...) - que o Homem

do lixo nos trate assim. Mas já o tipo do supermercado, ou um bancário.... Enfim...

Os mais jovens (assim fui eu, Hélàs!) apostam (e, às vezes sai-lhes caro...) num tratamento igualitário. Depois, vão percebendo que há muitos matizes. Não se dizem palavrões em frente dos pais, nem dos avós. Tratar os avós por tu é uma opção de família. Mas isso não implica falta de respeito nem impõe excesso de intimidade. Cada mocho a seu souto.

A Língua está cheia de subtilezas? Pois, é velha. É a nossa!²

Ao decidirmos estudar as formas de tratamento no português europeu (PE), sabíamos que o tema era complexo. Lindley Cintra admite essa complexidade. Escreve o autor, logo no primeiro parágrafo da sua obra dedicada ao tema: “é bem conhecida a estranheza que causa no falante de outra língua moderna europeia a complexidade do sistema das formas de tratamento em português” (Cintra, 1972, p. 7). Essa complexidade gera dúvidas, quer a estrangeiros³, que querem aprender português, quer aos falantes que têm o português como língua materna. E outros linguistas concordam com Cintra:

(...) estas dúvidas, maioritariamente do nível pragmático, são sentidas quer por estrangeiros que aprendem português, quer por falantes de português como língua materna. Na sua base está o facto de o locutor não saber adequar a forma própria ao destinatário que com ele se relaciona social e linguisticamente. (Duarte, 2011, p. 85)

A complexidade deriva da profusão de formas de tratamento e da variação no uso das mesmas, codificadas, quer com a relação social entre o locutor e o interlocutor, quer também com o contexto, com a diferença de idades, de género, etc. Maria Helena Araújo Carreira salienta essa complexidade, que se materializa a um duplo nível - morfossintático e discursivo:

A designação do outro ou de si próprio constitui uma zona incontornável na aprendizagem de qualquer Língua. O sistema das formas de tratamento do Português, nomeadamente europeu, é de grande complexidade, não só quanto às formas e seu funcionamento morfossintático, mas também - e sobretudo - quanto à adequação dessas formas ao contexto. (Carreira, 2004, p.1)

2. Publicação no FB de Mário de Carvalho do dia 14/08/2022, disponível em: <<https://www.facebook.com/mario.decarvalho.319>> [data de acesso 22/03/2023].

3. As diferenças do sistema de formas de tratamento no Brasil tornam ainda mais difícil a aprendizagem.

Uma das formas geradoras de maior confusão é o “você”. Não por acaso, “os manuais de Português para estrangeiros não são consensuais no que respeita à descrição dos usos deste pronome em português” (Guilherme & Bermejo, 2015 p. 170). Aliás, mais do que não serem consensuais, são contraditórios. E, por isso, segundo alguns deles, “você” é um pronome cujo uso é bastante complexo e, como tal, deverá ser, pura e simplesmente, evitado por estrangeiros.

As dificuldades do sistema são, muitas vezes, também visíveis na área da tradução a partir do português, porque, frequentemente, a língua de chegada não possui formas equivalentes.

A título de mero exemplo, podemos considerar as formas nominais “Senhora Maria”, “Dona Maria”, “Senhora Dona Maria”⁴, que são tudo menos equivalentes. São graduadas socialmente e a forma mais adequada depende da relação de nível social entre o falante e a interlocutora. António Lobo Antunes alude a este emaranhado de regras numa entrevista que deu a Maria Luísa Blanco:

As regras entre as classes são muito complicadas. Se damos um tratamento excessivo à mulher que ajuda na limpeza ela pode ficar incomodada, mas se o damos por baixo também, porque pensa que estamos a humilhá-la. Quem adquiriu o estatuto de dona, fica furiosa se é tratada por senhora, mas se é tratada por senhora dona também fica furiosa... (Blanco, 2002, p. 100)

Uma passagem de Ponce de León (2008) sobre a *Gramática Elemental de la Lengua Portuguesa*, de Francisco Carrillo Guerrero, publicada em Heidelberg em 1911, parecer-nos-á quase anedótica:

El “usted” castellano [se traduce en Portugal] por Vossa Excellencia [...]: ó por Vossa Senhoria [...], en plural Vossas Excellencias ó Vossas Senhorias, usando el verbo en 3 a persona del singular ó del plural. En el Brasil se traduce “usted” por Vossa Mercê [...] del que se ha formado en el trato familiar Vossmecê y Vozê, y en ambos países se dice el o senhor, a senhora; ej: que diz o senhor? ¿Qué dice V.? Por consiguiente ¿Tiene V.? Se traduce por Tem V.M cê ó V. S a? [...] El tutearse no se usa sino en el trato íntimo, y no siempre. El

4. Como veremos, a subtilidade da diferença entre estas 3 formas tem-se atenuado e parece haver uma tendência, no presente, para se esbater.

tratamiento puede preceder ó seguir al verbo: o senhor deseja, tem, está...? etc. (Carrillo Guerrero, 1911, pp. 41- 42, *apud* Ponce de León, 2008, pp. 121-122).⁵

Mas a complexidade é apenas uma face da moeda. Alguns autores acentuam a possibilidade que o sistema português, com a sua flexibilidade, dá ao locutor para gerir e modular, no tempo e no espaço, a distância com quem fala. Em português europeu, temos o “tu” informal e depois um extenso leque de opções, desde esse “tu” até ao grande formalismo de formas cerimoniosas como “Vossa Excelência” (ver Tabela 1 na secção 2). O *Sistema de Formas de Tratamento no Português Europeu* (SFTPE), analisado na secção 2 deste trabalho, está, todavia, num processo de variação e de mudança, que propicia uma grande instabilidade, como referem todos os linguistas que estudaram o tema.

Como refere Allen (2019, p. 3), inquéritos recentes, realizados já neste milénio, provam existirem variações ligeiras quanto às escolhas das formas de tratamento, por parte de falantes de faixas etárias mais jovens e mais velhas, o que indicia a variação em curso, que parece poder vir a conduzir à mudança. São também facilmente observáveis variações no território, em particular entre zonas urbanas e rurais, mantendo as zonas rurais formas mais antigas. E há ainda variações no uso das classes sociais. Teremos oportunidade de abordar, mais adiante, algumas destas questões.

As formas de tratamento têm também, como se sabe, um enquadramento teórico na disciplina da Sociolinguística Interacional, no quadro da chamada *Teoria da Cortesia*, mas deixaremos de fora, neste trabalho, um aprofundamento nessa área, recorrendo a ela apenas na medida que dela necessitarmos como sustentáculo do nosso texto.

5. Tivemos conhecimento desta passagem através do estudo de Duarte (2010, p. 134), em que a autora reflete sobre as formas de tratamento como um item gramatical no ensino do Português Língua Materna.

Na Secção 2 desta reflexão, descrevemos o SFTPE, tal como ele se apresenta no presente. Na secção 3, elaboramos um retrato diacrónico das formas de tratamento no português europeu. Na secção 4, apresentamos uma pequena recolha de dados, que alicerça em evidências reais algumas das nossas observações. Na secção 5, apresentamos as nossas conclusões.

2. O SISTEMA DE FORMAS DE TRATAMENTO DO PORTUGUÊS EUROPEU CONTEMPORÂNEO

No plano morfossintático, Cintra (1972) classifica as formas de tratamento como 1) pronominais (tu, você, vocês, Vossa Excelência, Vossa Alteza, Vossa Majestade, Vossa Senhoria), 2) nominais (o senhor, a senhora, o doutor, a doutora, dona + nome(s), o senhor ministro, o pai, o Carlos, a minha amiga, etc.) e 3) verbais (“tu fazes” – reduzido a “fazes”, “você/o senhor faz” reduzido a “faz”). Realmente, a língua portuguesa apresenta a característica especial de o verbo poder aparecer sem sujeito pronominal ou nominal exposto (Cintra, 1972, pp. 11-12), particularidade designada como “propriedade do sujeito nulo”. E, como veremos, esta particularidade poderá ser de uma enorme valia no sistema das formas de tratamento do PE.

Ao contrário de outras línguas europeias, que apresentam dois ou mesmo só um paradigma, Cintra identifica, nas formas de tratamento em português, três paradigmas pragmáticos:

1. Formas próprias da intimidade: tu;
2. Formas usadas no tratamento de igual para igual ou de superior para inferior e que não implicam intimidade: você;
3. Formas de deferência e cortesia com diversas gradações quanto a distâncias de natureza diversa entre os interlocutores: Vossa Alteza, Vossa Excelência, o(a) senhor(a), o(a) senhor(a) dr.(a), o António, a Maria, o senhor António, a senhora Maria, a dona Maria, etc. (Cintra, 1972, pp. 11-14).

As formas de tratamento, em português europeu, podem ser analisadas e classificadas segundo outros critérios, para além dos já citados critérios morfossintáticos, são eles os critérios sintáticos: sujeito (nominativo), vocativo (apelativo) ou objeto (acusativo, dativo) e os critérios de referência enunciativa: elocução, alocação ou delocução, tal como salientado por Carreira (1997; 2017, entre outras) e, mais recentemente, por Allen (2019, p. 29).

Os tratamentos nominais são extremamente variados em PE: nome próprio e/ou apelido, nome de parentesco, nome de profissão, nome de relação afetiva, título honorífico ou académico, indicativo de idade ou de género, insulto, alcunha. Em rigor, é um sistema aberto, ao contrário do sistema pronominal, que se restringe aos pronomes existentes.

A *Tabela 1*, que adaptámos e ampliámos a partir de uma tabela de Allen, sistematiza, de alguma forma, a variedade possível de formas de tratamento: pronominais, nominais e verbais, quer como nominativo (sujeito), quer como vocativo, ou como complemento: acusativo, dativo ou ablativo.

Função Sintáctica	Nominativo		Vocativo		Acusativo		Dativo		Ablativo	
TIPO	S	PL	S	PL	S	PL	S	PL	S	PL
Pronominais										
Tu / Vós	Tu dá's?	Vós dais?	Tu, dá!	Vós, dai!	Convida-te	Convida-vos	Dou-te	Dou-vos	contigo	convosco
Vós / Vós	Vós dais?	Vós dais?	Vós, dai!	Vós, dai!	Convida-vos	Convida-vos	Dou-vos	Dou-vos	convosco	convosco
Você / Vocês	Você dá?	Vocês dão?	Você, dê!	Vocês, dêem!	Convida-o	Convida-os	Dou-lhe	Dou-lhes	com você	com vocês
Nominais										
Nome	O Zé dá?	Os Zés dão?	Zé, dá!	Zés, dai!	Convida o Zé	Convida os Zés	Dou ao Zé	Dou aos Zés	com o Zé	com os Zés
Ind. idade/género etc.	O menino dá?	Os meninos dão?	Menino, dê!	Meninos, dêem!	Convida o menino	Convida os meninos	Dou ao menino	Dou aos meninos	com o menino	com os meninos
Senhor(a) / Senhores(as)	O senhor dá?	Os senhores dão?	Senhor, dê!	Senhores, dêem!	Convida o senhor	Convida os senhores	Dou ao senhor	Dou aos senhores	com o senhor	com os senhores
Título académico	O senhor doutor dá?	Os senhores doutores dão?	Senhor doutor, dê!	Senhores doutores, dêem!	Convida o senhor doutor	Convida os senhores doutores	Dou ao senhor doutor	Dou aos senhores doutores	com o senhor doutor	com os senhores doutores
Honoríficos	Vossa Excelência dá?	Vossas Excelências dão?	Vossa Excelência, dê!	Vossas Excelências, dêem!	Convida Vossa Excelência	Convida Vossas Excelências	Dou a Vossa Excelência	Dou a Vossas Excelências	com Vossa Excelência	com Vossas Excelências
	2ª Pessoa					3ª Pessoa				
Verbais	S		PL		S		PL			
	Dás o livro?		Dais o livro?		Dá o livro?		Dão o livro?			

Tabela 1 - Formas de tratamento no português europeu contemporâneo, adaptada e ampliada de Allen (2019, p. 32)⁶

6. No seu estudo, Allen (2019) refere que a fonte da sua tabela é a tese de doutoramento de Rita Faria (2009), intitulada *O fenómeno da delicadeza linguística em Português e em Inglês*, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Na nossa tabela, uma adaptação das sínteses das duas autoras, usámos, por uma questão de

economia, formas muito sintéticas, como exemplos. São fórmulas mínimas, sempre com o verbo “dar”, exceto nos exemplos com acusativos, em que optámos pelo verbo “convidar”, por parecer pouco natural nesses casos usar “dar”, por exemplo “Dou-te”.

7. A presença de uma interjeição a acompanhar o vocativo produz efeitos semântico-pragmáticos dignos de nota. Este aspeto não será, todavia, objeto de estudo neste trabalho.

As formas de tratamento nominais podem ser acompanhadas de determinantes (definido e/ou possessivo, e.g. meu amor), de adjetivos (e.g., menino bonito) e/ou criar formas de tratamento mistas (e.g., senhora professora). Um determinante pode aumentar ou reduzir o nível de cortesia da forma de tratamento. No caso dos vocativos, os tratamentos podem ser acompanhados de partícula interjetiva⁷.

Muitas vezes, as formas de tratamento, no plano semântico-pragmático, são representadas num sistema biaxial. Estas podem ser colocadas num espaço 2D, definido por um eixo horizontal, em que se marca uma distância de conhecimento, familiaridade, proximidade, e por um eixo vertical, em que se mede a distância de hierarquia, de formalidade, de respeito e de poder entre os dois interlocutores. Estas duas distâncias vão, em grande medida, determinar quais as formas de tratamento que devem ser usadas. Utilizaremos este modelo 2D, já sugerido por Carreira (1997, cap. 2; 2004, p. 3), na interpretação dos nossos dados, na secção 4.

Além das diferentes hierarquizações denotadas pelas formas de tratamento, há que considerar também a regulação do grau de familiaridade ou de distância que essas formas permitem. Em estudo desenvolvido sobre esta questão (Maria Helena Araújo Carreira, 1997, cap. 2) proponho dois eixos organizadores do conjunto das formas de tratamento: um eixo vertical, reunindo as diferentes hierarquizações, um eixo horizontal, correspondendo ao grau de distância ou de familiaridade expresso (ou sugerido) (Carreira, 2004, p. 3)

Os pioneiros da teoria do tratamento, Roger Brown e Albert Gilman identificaram, nos já distantes anos 60 (Brown & Gilman, 1968), duas formas de tratamento-tipo: as formas T (próprias da informalidade) e as formas V (próprias da formalidade, da distância entre os falantes e de uma interrelação de poder)⁸. Mas, tal como adverte Allen, “o sistema de formas de tratamento do português europeu contemporâneo não se submete a este sistema binário” (Allen, 2019, p. 2). Nas palavras de Cook, “um formato binário de escolhas V e T é insuficiente para

8. T e V derivam dos tratamentos latinos correspondentes “Tu” e “Vos”.

o caso português, onde também está em causa uma dimensão de neutralidade.” (Cook, 1997, p. 458). Segundo Cook, e também Allen, o sistema português caracteriza-se por ser triádico, existindo nele três formas-tipo T-N-V, em vez de T-V. 1) T-Tuteamento: por “tu”; 2) N-Voceamento: por “você” (identificado através da letra N por significar “Neutro”; 3) V-Voseamento: por “vós” ou por “o senhor” (Allen, 2019, p. 48). Em N e V existe um extenso leque gradual de formas de tratamento, que os tornam particularmente complexos, mas, ao mesmo tempo, aliantes para investigação. A forma “vós” parece estar a cair em desuso no português europeu (com exceções em algumas áreas do Norte e das Beiras e em tipos muito específicos de discurso, por exemplo religioso). Já a forma “você” levanta muitas questões, que põem em causa a sua neutralidade, como veremos.

Parece haver uma tendência, no Português Europeu, para normalizar todas as formas de tratamento na 3.^a pessoa do singular e do plural, com exceção da forma de 2.^a pessoa familiar “tu”, o que teve e continua a ter impactos visíveis na morfologia e na sintaxe, criando casos de disparidade entre forma e função e originando alguns paradoxos sintáticos.

3. A PERSPETIVA DIACRÓNICA DAS FORMAS DE TRATAMENTO

Cintra juntou à sua perspetiva sincrónica das formas de tratamento uma perspetiva diacrónica (Cintra, 1972, p.16). Ainda bem que o fez, pois, sem tal reflexão, a situação no presente seria difícil de compreender.

Muitos autores salientam a importância do contexto histórico e cultural na evolução das formas de tratamento. Com efeito, as formas de tratamento, juntamente com a importância e a variedade das formas de cortesia, são um produto ideológico. Elas refletem o que é

considerado politicamente correto em cada momento histórico e cultural. Assim, para compreender o SFTPE contemporâneo, é necessário atentar na forma como este evoluiu, ligado a cada contexto histórico e político. Faraco dá precisamente voz a esta necessidade:

(...) relativizar a crença de que os fatos linguísticos só têm condicionantes linguísticos; e abrir espaço para a exploração das intersecções entre o externo e o interno, aceitando a ideia de que a heterogeneidade social e mudanças nas relações sociais podem determinar alterações na língua. Acreditamos que a história das formas de tratamento em português – tema deste estudo – fornece um exemplo interessante da fertilidade da exploração das intersecções. (Faraco, 2017, p. 114)

As mudanças sociais podem conduzir a mudanças na língua, em particular nas formas de tratamento, que nos interessam aqui, e essas mudanças podem desencadear um conjunto de alterações, em que a língua procura um novo ponto de equilíbrio. A história das formas de tratamento em Portugal parece constituir um bom objeto de observação dessas influências entre o social e a língua.

Regressemos a Cintra. A *Figura 1*, que construímos de acordo com o que o linguista escreveu no seu livro, sistematiza os principais marcos temporais de mudança e a evolução de cada forma, ao longo dos séculos, desde o período anterior à elaboração do português.

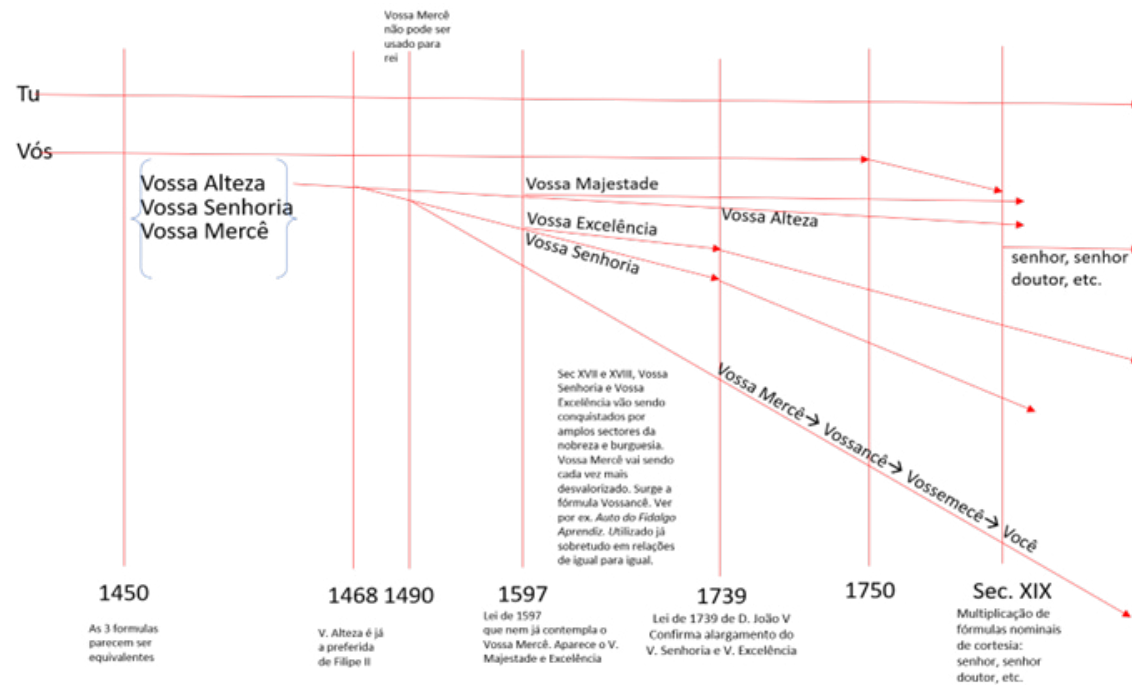


Figura 1 - Diagrama temporal das formas de tratamento em Portugal, baseado em Cintra (1972)

Como nos mostra a *Figura 1*, só o “tu” parece ter conservado o seu valor semântico, ao atravessar os séculos⁹.

Segundo Cintra, em Portugal, até ao século XIV, apenas existiam duas formas de tratamento: “tu” para o familiar, “vós” para o de cortesia. Como é óbvio, o “vós” partilhava o uso no singular com o plural de familiaridade e de não familiaridade. Em suma, a língua conservava as duas formas de tratamento do latim, tal como aconteceu em outras línguas românicas.

No galego, ou no também chamado galego-português, não havia tratamentos nominais. Era tudo muito simples: “tu” ou “vós” acompanhados de sintagmas verbais nos tempos verbais da 2.^a pessoa do singular e do plural, tal como no latim.

9. Se olhássemos para o português do Brasil esta conclusão seria diferente.

Um inferior dirigir-se-ia em V a um superior, mas este dirigir-se-ia a aquele em T. Os indivíduos de classes diferentes relacionar-se-iam, portanto, em disreciprocidade de forma de tratamento. Entre iguais haveria reciprocidade, em T para indivíduos das classes baixas e em V para indivíduos das classes alta. (Cook, 1997, p. 454)

Havia, assim, uma identificação clara com o modelo T-V, regras precisas de como o usar e não havia necessidade social de uma forma N.

A premência de criar tratamentos de cortesia elaborados, assentes numa hierarquização rígida da sociedade, parece só ter acontecido com as transformações políticas que ocorreram no final do século XIV, com a mudança do centro de poder da aristocracia do Norte para o Sul.

Nos finais do século XIV Portugal ganha uma nova capital. A revolução de 1383-1385, ao determinar a queda da antiga nobreza setentrional, determina, também, uma rejeição das suas características linguísticas, substituídas pelas da região em que a nova corte se instala, a área koinizada centro-meridional, centrada em Lisboa. A partir daqui, está decidida a localização da norma. (Cardeira, 2008, p. 17)

Depois de Aljubarrota, e da derrota da facção nortenha, que se aliara a Castela, Lisboa passou a ser definitivamente o lugar da corte e do poder, e o lugar de elaboração da língua. Com isto, a aristocracia nortenha de entre Douro e Minho perdeu influência, sendo substituída por uma “arraia-miúda”, nas palavras de Fernão Lopes, a quem D. João I vai atribuir títulos de Conde e de Duque e oferecer terras e poder a sul. Essa arraia-miúda teria sentido necessidade de vincar a sua nova condição e os tratamentos honoríficos eram uma forma de o mostrar publicamente (Faraco, 2017).

Segundo Faraco (*ibidem*), temos de entender estes acontecimentos no contexto das mudanças sociais em curso em toda a Europa. Nos séculos XIII e XIV, assiste-se a um rearranjo social, com o crescimento da produção artesanal e do comércio. Forjava-se uma nova estrutura social,

centrada nas cidades, e nascia uma nova classe social, a burguesia, que em Portugal se colocaria ao lado do Mestre de Aviz, que apoiaria o empreendimento colonial, iniciado em 1415 com a conquista de Ceuta, e que, em menos de um século, transformaria Portugal num vasto império. A velha estrutura feudal, centrada a norte, desmoronava-se, e ascendia uma nova burguesia urbana, que apoiava uma centralização do poder no rei. (Faraco, 2017, p. 117)

Tais transformações económicas, políticas e sociais causaram um forte impacto na vida cortesã, com um elevado número de pessoas a viver à volta do rei e da corte, provocando fortes mudanças nos usos sociais: “O protocolo da corte, por exemplo, tornou-se extremamente elaborado e formal... Novos padrões de vestuário, de alimentação e de tratamento do interlocutor foram introduzidos entre a nova aristocracia.” (Faraco, *ibidem*), acompanhando a riqueza e a sumptuosidade que o comércio e o império trouxeram ao país:

E a língua – o mais sensível indicador das mudanças sociais, nas palavras de Bakhtin/Voloshinov – não poderia deixar de se adaptar à nova realidade, fornecendo os meios verbais para a expressão dos novos fatos que, reorganizando a vida social, criavam novas situações comunicativas... se uma sociedade passou ou está passando por rápidas mudanças que se refletem nas relações interpessoais possíveis, pôde-se esperar que mudanças linguísticas na área do tratamento venham a ocorrer, com possíveis consequências para outros aspectos da estrutura da língua. (Faraco, 2017, p. 117)

A língua mudou e, em particular, mudaram as formas de tratamento.

Cintra pôde analisar a evolução das formas de tratamento, primeiro nos cronistas, começando em Fernão Lopes, depois, nas atas das cortes, e, finalmente, no teatro, em particular nas comédias, que refletem muito bem a linguagem usada por todas as personagens-tipo, no dia a dia. O exemplo retirado do Auto de Inês Pereira de Gil Vicente ilustra qual o uso na época, sendo que já estávamos no século XVI.

MÃE - Como queres tu casar / Com fama de preguiçosa?

INÊS - Mas eu, mãe, sam aguçosa / E vós dais-vos de vagar.

Conclui Cintra, igualmente, que as novas formas de tratamento, “Vossa Alteza”, “Vossa Senhora” e “Vossa Mercê”, introduzidas no século XV, em ambiente régio, como se vê na Figura 1, tiveram sobretudo origem em Castela e em Itália¹⁰.

10. “Normalmente, assume-se que Vossa Mercê é de origem ibérica, enquanto Vossa Senhora é de origem italiana” (Faraco 2017, p.118).

Os tratamentos “Vossa Alteza”, “Vossa Senhora” e “Vossa Mercê” parecem ser, então, equivalentes em importância e só nomeiam o rei, e muito raramente, já que o simples “vós” continua a dominar. As fórmulas nominais intensificar-se-ão já no cronista oficial seguinte, Gomes Eanes de Zurara (Cintra, 1972, p. 20). Mas, numa carta de Zurara a D. Afonso V, em 1453, o cronista continua a usar indiscriminadamente “Vossa Alteza”, “Vossa Senhora”, “Vossa Mercê” e o simples “Vós” para se dirigir ao rei. (Cintra, 1972, p. 21).

A transformação do regime pedia novas formas de tratamento que diferenciasssem de forma clara o rei e o seu poder:

O rei (visto agora não apenas como o chefe militar dos tempos da Reconquista) transformou-o numa personagem social única, para quem a criação de novas formas diferenciadas de tratamento se apresentou como necessidade (Faraco, 2017, p. 118)

A alteração das formas de tratamento foi acontecendo, à medida que o novo regime se consolidava.

Os textos das cortes mostram que “novas formas de tratamento do rei rapidamente se multiplicaram, especialmente durante o longo reinado de Afonso V (1438-1481). Em 1434, Vossa Senhora, ocorreu pela primeira vez nos textos das Cortes; em 1442, Vossa Majestade; em 1450, Vossa Alteza; e, em 1455, Vossa Excelência” ... As formas Vossa Mercê e Vossa Senhora foram, certamente, criações medievais. Elas estão relacionadas a duas das mais importantes instituições medievais: a mercê do rei, relacionada particu-

larmente com a distribuição da justiça e com a proteção real; e o senhorio, isto é, o poder feudal, relacionado com a posse de vastas extensões de terra e com o instituto da vassalagem. (Faraco, *ibidem*)

Outro aspeto curioso é serem esses tratamentos honoríficos ainda associados à 2.^a pessoa do plural: “...stando Vossa Mercee o anno passado em esta cidade, me dissestes...” (in *Crónica X* de Gomes Eanes de Zurara). Mas a 3.^a pessoa chegaria para todas estas novas formas de tratamento, tendo como resultado oferecer duas soluções sintáticas para o tratamento cerimonioso.

Nos séculos seguintes, todos os estratos da aristocracia recém-promovida e da burguesia recém-enriquecida tentam alcançar tratamentos honoríficos, que os valorizem, e estes adquirem uma gradação de importância (como se vê na *Figura 1*), conquistam uma especialização, e, assim, cada escala social procura aceder ao tratamento adotado para a escala acima, como forma de ascensão social. A *Tabela 2*, sintetiza a evolução no tratamento do rei.

	1455	1472-3	1477	1481-2	1490
Vossa Alteza	44%	50%	54%	69%	99%
Vossa Senhoria	37%	13%	28%	24%	1%
Vossa Mercê	19%	37%	18%	7%	-

Tabela 2– Percentagem das formas honoríficas para o rei (citado por Faraco, 2017, p. 119)¹¹
11. Tabela original de Santos Luz (1956, p. 362)

Como lemos em Cintra (1972), o uso destas formas de tratamento honoríficas generaliza-se. E a sua generalização é tal que, por duas vezes, o rei sentiu necessidade de legislar sobre elas, a primeira, em 1597, por D. Filipe II, e depois, em 1739, por D. João V, para evitar abusos na sua utilização. Cada um não poderia usar formas de tratamento a que não tivesse socialmente direito. Mas o alargamento conduziu a uma contínua desvalorização das formas de tratamento, que tinham sido inicialmente reais. Os mais baixos na escala social procuram alcançar as

formas de tratamento dos que estão acima, esses procuram o mesmo, ou sentem necessidade de novas formas que os diferenciem dos que se lhes pretendem equiparar, confirmando as ideias de Brown e Gilman (1968, p. 267): “We have noticed that mode of address intrudes into consciousness as a problem at times of status change (...) In a fluid society crises of address will occur more frequently than in a static society.”

Depois da sua viagem através do tempo, no final do seu ensaio, Cintra lista as principais tendências de variação que observa nas formas de tratamento:

- a) A diminuição no uso de “Vossa Excelência”.
- b) O alargamento do uso do “tu”, como uma forma de tratamento igualitário, e da 2.^a pessoa do singular que o “tu” exige.
- c) O alargamento do uso do “você”, perdendo o carácter despectivo, mesmo com valor afetivo, até mais íntimo do que “tu”, como aconteceu no Brasil, não parecendo, no entanto, ter força para extinguir o “tu”, cuja tendência de expansão é ainda mais forte.
- d) Uma progressiva diminuição e simplificação de formas de tratamento nominais, baseadas numa rígida escala social. (Cintra, 1972, pp. 40-41)

Todas as tendências intuídas por Cintra parecem hoje mais ou menos indiscutíveis, exceto a previsão que faz para o “você”, que parece ter falhado. O “você” permanecerá, como veremos, num limbo de indefinição, criando dificuldades de análise e de previsão linguística. Não perdeu o carácter despectivo, nem se tornou afetivo.

Allen acentua a ainda instabilidade do sistema, “(...) os investigadores apontam que se encontra numa fase de instabilidade e mudança, manifestando-se por indecisões quanto à escolha da forma de tratamento a utilizar e oscilações de uso.” (2019, p. 45-46) e refere dois grupos de tendências: a) *Tendências de desuso*, ou seja, formas que estão num processo de desapare-

cimento, como por exemplo “Vossa Senhoria”; b) *Tendências de generalização*, por exemplo expansão do uso do “tu” e do “você” e da utilização da 3.^a pessoa do singular quando há cerimónia (*ibidem*, p. 48).

Entretanto, ocorreu a erosão fonética do “Vossa Mercê”, que acompanhou a erosão funcional:

Vossa Mercê -> Vossancê -> Vossemecê -> Você -> Cê (português do Brasil)¹²

A substituição das formas de tratamento criou “uma espécie de conflito entre função (referência à segunda pessoa do discurso) e gramática:

(...) as expressões Vossa + N ocorriam tanto com formas da segunda pessoa plural do verbo, quanto com formas de terceira pessoa do singular (algumas vezes a variação se dava no interior do mesmo enunciado) (Faraco, 2017, p. 125)

Faraco cita muitos exemplos de textos do período de transição, em que tal incongruência acontecia (Faraco, 2017, p. 125-126), tal como Cintra também tinha feito: “Vossa Mercee me disseste quanto desejavaes”¹³ (Cintra, 1972, p. 21), na carta-crónica da Guiné de Zurara, de 1453.

Num período de cerca de quatrocentos anos, entre os séculos XIV e XVIII, o sistema de tratamento no português mudou muito, substituindo o sistema dual latino “tu/vós” por um sistema novo, em parte paradoxal, em que as novas formas de tratamento se combinam cada vez mais com a terceira pessoa do verbo, em vez da segunda pessoa. Este aparente paradoxo terá raízes na mudança semântica das formas de tratamento. A evolução para a 3.^a pessoa é compreensível, se a forma se refere não à pessoa à nossa frente, mas a uma sua qualidade, à sua Mercê, à sua Alteza ou à sua Majestade. Esse paradoxo é particularmente evidente no presente em “você/vocês”, transformado num novo pronome de segunda pessoa, mas conjugado na 3.^a.

12. Segundo Faraco (2017, p. 120) haveria dezoito formas diferentes registadas em Nascentes (1956, p. 119-21).

13. In *Crónica Dos Feitos de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara.

A queda do “vós” aparece neste contexto – na segunda metade do século XVIII era já arcaico, segundo Cintra – e facilita a migração de todas as formas de tratamento para a 3.^a pessoa. Mas, a procura de uma maior neutralidade no tratamento, se acontece hoje, não seria possível em tempos de forte hierarquização social, em que a omissão do “vós” ou do título explícito seria considerada inaceitável.

(...) a omissão era uma opção de tratamento mal vista na sociedade altamente hierarquizada do passado em Portugal que consideraria uma «tentativa de evasão ao cumprimento do dever de observar a forma de tratamento reconhecida para cada camada social. (Cook, 1997, p. 453 *apud* Allen, 2019, p. 49)

As formas de tratamento evoluem no seu valor pragmático e, no final do século XVIII, início do século XIX, surgem novas fórmulas de sujeito nominal, construídas com “senhor”, por exemplo “senhor doutor”, que se tornarão muito usuais, como se observa na *Figura 1*. Segundo alguns autores, nomeadamente Cintra (1972, p. 33), foi a degradação progressiva do pronome “você”, que foi perdendo leitura de cortesia, a par do desaparecimento do “vós”, que criou condições para a erupção forte dos tratamentos cortesês “senhor(a)” no século XIX. Estes começaram a aparecer também acompanhados de outras formas nominais: senhor doutor, senhor arquiteto, senhor engenheiro...

A inexistência de formas de tratamento que não fossem de certo modo ambíguas, como o você, para situações de maior polidez e para um interlocutor individual fez com que emergissem novas estruturas de cortesia. Estas formas, na sua maioria estruturas nominais, existem até ao momento e são amplamente utilizadas, sendo formas como o senhor/a senhora as mais comuns... A extrema generalização de você(s) provocou pela sua vez novas formas V (o senhor) que substituíssem o valor original de você. (Guilherme & Bermejo, 2015, p. 169)

3.1. A SITUAÇÃO PRESENTE

As oscilações atuais, que parecem tender para um sistema mais igualitário, eliminando muitas das formas hierarquizadas arcaicas, poderão estar associadas a uma construção democrática tardia em Portugal, atrasada por 48 anos de ditadura, que preservou formas de tratamento fortemente hierarquizadas. A flutuação, a hesitação, a oscilação do sistema é acompanhada naturalmente pela indecisão quanto à forma adequada a cada tipo de interação, tal como salienta Duarte:

A maior parte das dificuldades é de tipo pragmático e decorre de o locutor não saber adequar a forma própria ao destinatário que com ele se relaciona social e linguisticamente (...) as formas de tratamento, como sabemos, são uma zona sensível de mudança linguística por estarem muito dependentes de variáveis sociais em plena evolução. (Duarte, 2011, p. 85-88)

O resultado da transformação secular foi o desuso de algumas instâncias V, em particular as mais sofisticadas, que quase se extinguiram, o que traduz uma preferência pelo uso de formas de tratamento menos formais e reverenciais em Portugal e, como o estudo de Allen mostra, verifica-se também uma “produtividade menor no fim do século para formas indicativas de idade, género, etc.” (Allen, 2019, p. 125), ou seja, há uma tendência para diminuir a influência de todas as diferenças entre os dois falantes em comunicação nas formas de tratamento. Há também uma tendência para reduzir formas nominais que se desenvolvem no século XIX, como “senhor doutor” ou “senhor professor” (Cintra, 1972, p. 38), a simplesmente “doutor” e “professor” (Allen, 2019, p. 137), todas integradas na 3.^a pessoa, em vez da segunda, tornando-se também frequente, já no século XIX, a fórmula da 3.^a pessoa sem sujeito explicitado (Faraco, 2017, p. 123).

Foram as mudanças sociais e políticas em Portugal, que acompanharam a transformação de uma sociedade tradicional rural numa pós-tradicional moderna, que provocaram uma alteração das necessidades dos falantes portugueses, modificando as formas de tratamento (Allen, 2019, p. 123). Neste contexto de democratização e de procura de uma diminuição das diferenças de hierarquia nas formas de tratamento, parece adquirir importância a aquisição de uma forma neutra no quadro da adoção de um sistema triádico T-N-V para o PE: “A redução de fórmulas (...) facultava a efetivação da forma de neutralidade” (Cook, 1997, pp. 456-457). Essa forma neutra parecia poder ser oferecida, em teoria, pelo “você”. Alguns autores acreditam, como vimos, nessa missão. Veremos, no entanto, que não lhe é fácil assumir esse papel. Mas, por outro lado, a 3.^a pessoa só por si, com omissão de formas nominais e pronominais, parece permitir estabelecer esse comportamento linguístico neutro, sem constrangimentos, podendo constituir a solução de que o T-N-V português precisava.

3.2. VOSSA MERCÊ E VÓS, CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

É verdade que já muita coisa escrevemos sobre “Vossa Mercê” e “vós”, mas a história destes dois tratamentos é particularmente interessante, por contemplar profundas evoluções semânticas, que parecem estar associadas a transformações sociais e políticas, e, por isso, regressamos a eles. Além do mais, “você” foi o ponto de partida para esta nossa viagem.

Gostaríamos de começar por dizer que, à partida, parece ser difícil aplicar o modelo triádico T-N-V ao português europeu contemporâneo, como alguns propõem, e que grande parte da dificuldade resulta dos problemas que o degradado “você” levanta, que dificilmente permitem considerá-lo como um puro tratamento neutro, conduzindo alguns falantes a uma solução engenhosa e aparentemente ambígua, porque vazia de pronome.

A evolução do “vós”, dentro do sistema global, como forma de tratamento cortês, tem de ser entendida como resultando da perda de espaço face aos diversos tratamentos nominais que foram criados e da modificação semântica do “você”. (Cintra, 1972, p. 35). Se havia fórmulas tão elegantes ao dispor do falante, usar “vós” começou a ser entendido como descortês ou antiquado. E, de alguma maneira, parte do lugar deixado vago pelo “vós”, foi ocupado pelo “você”, depois de este ter perdido o valor elevado inicial de “Vossa Mercê”, assumindo o lugar de “vós” em relações horizontais em que o “tu” seria exagerado. Esta passagem produz o efeito simplificador de trazer igualmente o verbo para a 3.^a pessoa, conduzindo a uma perda gradual das 2.^{as} pessoas plurais dos verbos. Com o “você” entrou o seu plural “vocês”, conduzindo a uma decadência mais lenta do “vós” com significado plural (Cintra, 1972, p. 38) e, de novo, a simplificação de se usar igualmente a 3.^a pessoa dos verbos (no caso do “vocês”, a 3.^a do plural).

Mas o “você” parece constituir um dos focos de tensão no PE contemporâneo, criando muitas ambiguidades. O estudo de Lešková (2012, p. 55), apontado por Allen (2019), baseado num inquérito a 88 falantes do PE, revelou que 36.6% das pessoas inquiridas se sentiam ofendidas, quando abordadas por um “você”, e que mais de 50% responderam com veemência que nunca usavam “você”. Noutro estudo, em que se procurava avaliar a aceitação/rejeição do “tu” e do “você” em vários contextos de simetria/assimetria social, Lopes e Mota concluíram: “A rejeição ao tratamento ‘você’, foi bastante relevante em termos gerais e se confirma em todas as faixas etárias” (Lopes & Mota, 2019, p. 155). Não nos parece que se possa desprezar estes resultados. Não será por acaso que existe o ditado popular “Você é estrebaria e é lá que você se cria”, muitas vezes sob a forma condensada “Você é estrebaria”.

O plural de “você”, “vocês”, acompanha o singular, como uma criação de novos pronomes na história da língua; o plural “vocês” para substituir o “vós” plural (Faraco, 2017, p. 123). Estes

pronomes são formas em ascensão, ainda que a extensão de uso de “você” e de “vocês” não seja simétrico no PE. (Aguiar & Paiva, 2017, p. 137). Não haverá simetria, nem no uso, nem na avaliação de cortesia. Segundo Aguiar e Paiva, “vocês” não tem uma avaliação negativa (Aguiar & Paiva, 2017, p. 137). Duarte escreve algo equivalente: “em PE, os problemas de inadequação do uso de «você» só se põem no singular” (Duarte, 2011, p. 88). Estas observações carecem de estudos sociolinguísticos mais representativos que comprovem as avaliações subjetivas dos falantes face às formas em questão.

Aguiar e Paiva (2017), baseadas no *corpus* “Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense” (PSFB) (Barbosa *et al.*, 2014) extraem várias conclusões relevantes para o nosso estudo. Uma das conclusões é a de que o uso do “vós” plural persiste em Braga, embora também ali esteja a diminuir, sobretudo nas camadas mais jovens, indiciando a transição: “(...) esta forma de tratamento sobrevive como uma forma arcaica, preservada por mulheres mais velhas e com menor grau de instrução.” (Aguiar & Paiva, 2017, p. 149)¹⁴

Observa-se também que a mudança está numa fase mais avançada na forma nominativa “vós” do que nas formas de complemento, “vos” ou “convosco”, usadas com frequência, sendo mesmo predominantes e não gerando, nos falantes, problemas de contradição sintática: “As formas correspondentes de complemento vos e convosco são mais produtivas do que vocês, 19 em 23 ocorrências.” (Aguiar & Paiva, 2017, p. 142)¹⁵

A flutuação, em curso, faz com que haja aceitação, por exemplo, de fórmulas, aparentemente contraditórias, que aparecem no estudo, como: 1) “**Vocês tenham** cuidado, **sois** educadas para isso”, com dois verbos usando pessoas diferentes, ou 2) “Se vocês não arranjam por vossa...”, com o verbo na 3.^a pessoa e o pronome possessivo na 2.^a, ou 3) “Se não **conhecem** nenhuma

14. Embora as autoras detetem no PSFB casos de “vós” trocados entre falantes jovens, estes são quantitativamente pouco representativos. Note-se que procedemos à tradução das palavras das autoras, originalmente em inglês: “the low frequency and lexically constrained use of overt vós allow us to suggest that this form of address persists as an archaic form retained by older and less educated women.” (Aguiar & Paiva, 2017, p. 149)

15. “The corresponding complement forms *vos* (him, her) and *convosco* (with you) are more productive than *vocês* with 19 tokens out of 23.” (Aguiar & Paiva, 2017, p. 142)

empresa para estagiar, a escola não vos arranja um”, com o verbo na 3.^a pessoa e o complemento indireto na 2.^a. (Aguiar & Paiva, 2017, pp. 135-149).

Os resultados do estudo conduzido por Faria (2022), através de um inquérito a um universo de 107 estudantes, estão resumidos na *Tabela 3* e não parecem contrariar o estudo de Aguiar e Paiva. O “vós” resiste e, curiosamente, é, inclusive, considerado mais cortês pela maioria dos inquiridos.

	Vê-se a produzir mais naturalmente	Considera mais cortês
Vós	6,5%	70,1%
Vocês	80,4%	6,5%
Ambos	13,1%	23,4
Convosco	53,3%	58,9%
Com vocês	21,5%	8,4%
Ambos	25,2%	32,7%
Sentem-se nos vossos	70,1%	11,2%
Sentai-vos nos vossos	4,7%	49,5%
Sentem-se nos seus	25,2%	13,1%
Todos	-	26,2%

Tabela 3 – Adaptado de Faria (2022, p. 109)

3.3. “VOCÊ”, CONSIDERAÇÕES FINAIS

A erosão fonética do “Vossa Mercê” acompanhou a erosão semântica e, desde muito cedo, transformou-se na menos valiosa das formas de tratamento honorífico, que todos passaram a desdenhar.

No *Fidalgo Aprendiz* de Francisco Manuel de Melo, Dona Urraca reage ao tratamento:

D. Urraca: Mercê? A mim, Mercê? Mercê? Maroto

Atrevido, insolente! Vai-te embora!

Ou noutra cena:

Afonso: Que manda Vossa Mercê?

Gil: Que tendeis mais cortesia!

Ou seja, os estratos mais baixos da aristocracia e da burguesia já protestavam no século XVII, ao serem tratados por Vossa Mercê e exigiam “mais cortesia”.

Por outro lado, parece ser consensual que há, no presente, em Portugal, um achatamento do leque de formas de tratamento possíveis.

Não será por acaso, certamente, que Allen (2019), ao utilizar como fonte o CETEMPúblico (Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público), constatou que as formas de tratamento com maior número de ocorrências nesse corpus são: “tu”, “você” e “senhor”, que, curiosamente, poderiam corresponder aos três níveis T-N-V, que identificámos no sistema de tratamento contemporâneo. Mas o “você” parece gerar resistências para desempenhar esse papel de tratamento neutral. Daí os protestos veementes de Mário de Carvalho e de muitas pessoas. Essas resistências contrariam a neutralidade, que alguns linguistas apontam:

(...) este valor neutro do pronome (você) parece não ser assim tão claramente entendido e julgado por muitos falantes. Isto é, tal neutralidade é até certo ponto questionável por muitos, na medida em que, no momento da seleção da forma de tratamento, é comum optarem-se por outras estratégias, nomeadamente, formas verbais de 3sg (sujeito nulo) ou grupos nominais. (Guilherme & Bermejo, 2015, p 170).

O “você” acumula duas características que de alguma maneira se opõem: é uma tentativa de conseguir uma forma igualitária no terreno, mas, simultaneamente, é uma expressão degradada no tempo e essa oxidação temporal poderá ainda gerar melindres, e ser considerada deselegante.

Com o “tu”, o “você”, e “o(a) senhor(a)”, acompanhado de título ou não, teríamos um sistema com três níveis claros, bem marcados, um sistema T-N-V, em vez da gradação subtil de níveis que caracterizava o português, pelo menos até ao século XIX. Não temos este sistema, porque o “você” é considerado deselegante por amplos setores. Quais são esses setores, onde se localizam, o que os caracteriza, está por definir. Seria um tema interessante para trabalhos futuros.

O português dispõe, todavia, de uma particularidade sintática, pelo facto de ser uma língua *Pro-Drop*, que parece poder acentuar essa neutralidade e um estatuto de igualdade no tratamento, ultrapassando a renitência que o “você” desperta. Tal como muitos autores têm salientado, basta omitir a forma pronominal “você” e usar os verbos na 3.^a pessoa, para se ultrapassarem as resistências que o “você” continua a provocar.

Assim, não é realmente a mesma coisa dizer, por exemplo “Você quer um café?” ou “Quer um café?”. Vejam-se as palavras de Cook:

O sujeito nominal permite uma variada produção de significado de efeito social a diferentes níveis de formalidade e informalidade, enquanto que a omissão do mesmo conduz a um efeito de neutralidade que permite evitar uma tomada de posição dentro do contraste formal-informal. (Cook, 1997, p. 451)

A omissão da forma pronominal permite subentender qualquer uma das formas de tratamento corteses, porque nenhuma foi expressa e a 3.^a pessoa verbal é comum a todas elas, exceto ao “tu”. Tal estratégia permite a qualquer dos interlocutores evoluir para outro tratamento

mais cortês ou regredir dele. Esta parece ser a opção dominante em amplos setores, tal como refere Allen, “(...) o uso de formas de sujeito nulo (...) é a estratégia mais produtiva (...), obtendo 297 ocorrências, contra 52 ocorrências de formas nominais e 20 ocorrências de você”. (Allen, 2019, p. 50)

Será que o uso frequente da terceira pessoa, sem sujeito explícito, traduz de alguma forma uma resistência ao uso do pronome “você”, em modo de neutralidade, podendo dificultar a sua generalização?

Um sistema com uma única forma de tratamento, que correspondesse a zero de distância na horizontal e na vertical, entre cidadãos iguais em direitos e em obrigações, poderá constituir uma utopia. Em contrapartida, um sistema trial claro, como parece ser possível desenhar-se no português, pode ter a vantagem de permitir aos interlocutores gerir a proximidade de um com o outro ao longo da(s) sua(s) interação(ões).

4. ESTUDO DE CASO

Nesta secção, procedemos à recolha e análise de um *corpus* de interações televisivas e radiofónicas, para 1) avaliar algumas características do uso do “você”; 2) testar a forma como a 3.ª pessoa se relaciona com outras formas de tratamento e 3) caracterizar o seu contexto de uso.

Numa primeira etapa, recolhemos e observámos um conjunto de seis interações televisivas e radiofónicas, descritas abaixo na *Tabela 4*. Essas interações cobriram um universo de situações, mais e menos formais, e com diferentes distanciamentos entre os interlocutores, nos eixos horizontal e vertical.

Numa segunda etapa, alargámos a amostra a mais sete casos e introduzimos uma variável para análise, a distância vertical entre os interlocutores, medida com base na relação de simetria/assimetria entre eles.

As interações incluíram 13 entrevistas - 6 entrevistas políticas e 7 entrevistas genéricas - totalizando um tempo de audição de cerca de 9 h. Estão todas devidamente referenciadas em 6.1.

Durante cada audição, contabilizámos e registámos as diferentes formas de tratamento usadas pelos interlocutores com os papéis interacionais de entrevistador e de entrevistado.

4.1. ETAPA 1

A Tabela 4 descreve os seis casos analisados na primeira etapa da recolha¹⁶.

16. Na tabela 4, I1 corresponde a “Interlocutor 1 - Entrevistador” e I2, a “Interlocutor 2 - Entrevistado”.

Tabela 4 – Lista de casos analisados na etapa 1

Caso	I1	I2	Tipo	Duração	Contexto
1	MST	AC	Entrevista Política	53' 45"	Género: entrevista política televisiva. I1: Miguel Sousa Tavares (MST), jornalista português conceituado; I2: António Costa (AC), Primeiro-Ministro de Portugal. Data e meio: 4 de outubro de 2021, TVI.
2	VC	MST	Entrevista	51' 29"	Género: entrevista televisiva genérica. I1: Vitor Crespo (VC), jornalista português conceituado; I2: Miguel Sousa Tavares (MST), jornalista português conceituado. Data e meio: 27 de junho de 2018, RTP.
3	DH	RR	Entrevista Política	15' 37"	Género: entrevista política televisiva. I1: Débora Henriques (DH), jornalista do canal de televisão SIC; I2: Rui Rio (RR), presidente do partido político PSD; em vésperas de eleições legislativas. Data e meio: 30 de Outubro de 2021, SIC.
4	MJA	ALX	Entrevista	54' 06"	Género: entrevista genérica radiofónica em vídeo. I1: Maria João Avillez (MJA), conhecida jornalista portuguesa; I2: António Lobo Xavier (ALX), dirigente de um partido político português de direita (CDS-PP). Data e meio: 3 de fevereiro de 2019, Observador.
5	JP	JS2	Entrevista	43' 51"	Género: entrevista televisiva genérica. I1: Júlia Pinheiro (JP), conhecida apresentadora portuguesa de programas de entretenimento; I2: João Soares (JS2), destacado militante português do PS. Data e meio: 11 de março de 2022, SIC.
6	MJA	ASS	Entrevista Política	56' 42"	Género: entrevista política radiofónica em vídeo. I1: Maria João Avillez (MJA), conhecida jornalista portuguesa; I2: ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Vce Primeiro-Ministro, Augusto Santos Silva (ASS). Data e meio: 9 de abril de 2019, Observador.

A Tabela 5 apresenta o total observado de cada Forma de Tratamento, em cada um dos interlocutores: (1. Honorífico, por exemplo Sr. Ministro, Sr. Doutor ou Senhor; 2. Tratamento pelo Nome; 3. Você e 4. 3.^a pessoa sem sujeito expresso).

Caso	Interlocutor 1				Interlocutor 2			
	FT 1.1 Honor	FT 1.2 Nome	FT 1.3 Você	FT 1.3 3º P	FT 2.1 Honor	FT 2.2 Nome	FT 2.3 Você	FT 2.4 3º P
1	31	0	0	28	0	8	0	40
2	0	30	0	71	0	2	2	1
3	17	0	0	19	0	2	0	7
4	0	4	12	62	0	14	0	2
5	0	0	4	59	0	0	10	5
6	10	0	0	33	3	0	0	11
TOTAL	58	34	16	272	3	26	12	66

Tabela 5 – Resultados das formas de tratamento contabilizados na etapa 1

4.1.1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ETAPA 1

(1) A forma da 3.^a pessoa sem sujeito expresso é aquela a que entrevistadores e entrevistados mais recorrem no nosso *corpus*¹⁷, confirmando os resultados de vários estudos no PE: “O uso de formas de sujeito nulo é a estratégia de interação mais produtiva.” (Guilherme & Bermejo, 2015, p. 175). Assim, por exemplo, mesmo na entrevista de MST ao PM de Portugal, com um grande formalismo, se encontramos 22 vezes a forma de tratamento muito cerimoniosa “Senhor Primeiro-Ministro”, também ouvimos 28 tratamentos na 3.^a pessoa, sem explicitar nome nem pronome. E, no caso nº 5, uma entrevista de grande informalidade, a responsável pelo programa, Júlia Pinheiro, usa a 3.^a pessoa 59 vezes, a acompanhar apenas quatro “você”.

(2) Observamos também que a 3.^a pessoa, pode acompanhar todo o tipo de tratamento nominal/pronominal: “você, senhor(a), minha senhora, senhor Doutor, senhor Deputado, senhor Candidato, senhor Ministro, senhor Primeiro-Ministro”, independentemente do grau de formalismo e da diferença entre os interlocutores no eixo vertical e no eixo horizontal. Pode também acompanhar um tratamento pelo nome do interlocutor.

17. Foram registadas 338 ocorrências da 3.^a pessoa sem sujeito expresso nas 6 interações analisadas.

(3) O uso dominante da 3.^a pessoa sem sujeito explícito no *corpus* analisado parece dever-se ao caráter potencialmente neutro, mas sobretudo à flexibilidade desta forma. A sua capacidade de memória permite-lhe adquirir o valor de um tratamento anterior explicitado. Pode manter um valor potencial neutro ou herdar um valor de “você”, do tratamento pelo nome próprio, de “senhor”, até de um tratamento tão formal como “Senhor Primeiro-Ministro”. A 3.^a pessoa sem sujeito exposto tem uma capacidade de mimetismo assinalável. Assim, por exemplo, depois de um tratamento formal por “Senhor Primeiro-Ministro”, tratamentos seguintes na 3.^a pessoa sem sujeito herdam esse formalismo e são usados e aceites pelos interlocutores.

(4) Nas entrevistas, a frequência de formas de tratamento é desigual, sendo maior do lado do entrevistador, que, ao conduzir a interação, tem de dirigir-se ao seu interlocutor, enquanto este, muitas vezes, se limita a responder, sem se referir ao outro.

4.2. ETAPA 2 - ALARGAMENTO DA AMOSTRA

Os resultados obtidos na primeira etapa da amostragem não resolveram questões específicas levantadas pelo “você”. Tal como indicam vários autores: “os critérios que definem quando se deve utilizar (e se se deve de facto utilizar) você, como forma de tratamento, são muito imprecisos”. (Guilherme & Bermejo, 2015, p. 170). Os valores obtidos na etapa 1 relativos ao uso desta forma indiciavam uma grande concentração nos mesmos indivíduos. Não era possível, todavia, estabelecer uma correlação entre o uso do “você” e fatores como a idade, o estrato social ou questões diatópicas.¹⁸ Uma regularidade que conseguíamos captar era que o uso do “você” parecia ser mais fácil, se quem o usa for entrevistador, se estiver numa posição de igualdade ou de dominância perante o entrevistado e se o formalismo da interlocução não for alto. Mas seria, à partida, necessário que a forma de tratamento fizesse parte do idioleto do indivíduo.

18. Em estudos com outros tipos de corpora, a variação diatópica tem-se revelado como importante na percepção dos valores do você, havendo regiões onde o mesmo é usado, por exemplo, de filhos para familiares mais velhos como forma deferente e outras em que tal não acontece.

Com base nos resultados iniciais, partimos então para uma etapa 2, em que focámos a nossa análise em interações de alguns entrevistadores, verificando a correlação entre as ocorrências do “você” e a existência de simetria ou assimetria entre os participantes, traduzida pela chamada *distância vertical*, proposta por autores como Brown e Levinson (1987), Carreira (1997) e Kerbrat-Orecchioni ((1996) 2006). Introduzimos a escala de 0 a 3 graus para medir a distância vertical (dV) entre os interlocutores, em termos de experiência e estatuto socioprofissional. O grau 0 representaria a existência de simetria e o grau 3 representaria a existência de assimetria marcada. Interessando-nos focalizar a dV do entrevistador face aos entrevistados, consideramos a existência de valores positivos e negativos na escala — -3 :: 0 :: +3 — para poder situar o entrevistador num lugar baixo ou alto relativamente ao entrevistado. -3 identificaria assimetria marcada, com o entrevistador a ocupar a posição + baixa da nossa escala relativamente ao entrevistado (ver, na tabela 7 abaixo, uma distância de dV -2, nos casos 1 e 6, em que o I1 – jornalista MST ou MJA – entrevista o I2 – um primeiro-ministro ou um vice-primeiro ministro) e +3 identificaria assimetria marcada, com o entrevistador a ocupar a posição + alta da escala relativamente ao entrevistado (ver, na tabela 7 abaixo, uma distância de dV +3, no caso 9, em que o I1 – jornalista MST – entrevista o I2 – um dirigente de um recente partido de extrema-direita muito polémico).

Alargamos a amostra com novas entrevistas lideradas por MST e MJA, já que tanto um como outro tinham evidenciado usar a forma “você”, embora no caso de MST, estas ocorrências tivessem surgido na entrevista em que este ocupava o lugar de I2. Analisámos mais quatro entrevistas do primeiro e mais três entrevistas da segunda¹⁹, que adicionámos, nesta etapa 2, às entrevistas que já recolhêramos na etapa 1. Ficamos assim com 5 entrevistas de cada um dos entrevistadores, como se comprova facilmente na *Tabela 7*.

19. As novas entrevistas estão também devidamente referenciadas na bibliografia.

20. I1 – Interlocutor 1 - Entrevistador; I2 – Interlocutor 2 - Entrevistado.

Tabela 6 – Lista dos Sete Novos Casos analisados na etapa 2

A Tabela 6 descreve os cinco novos casos:²⁰

Caso	I1	I2	Tipo	Duração	Contexto
7	MST	GA	Entrevista	27' 24"	Género: entrevista televisiva genérica. I1: Miguel Sousa Tavares (MST), conhecido jornalista português; I2: inspetor da Polícia Judiciária Gonçalo Amaral (GA), Autor de um livro polémico sobre o caso Maddie. Data e meio: 20 de dezembro de 2020, SIC.
8	MST	EM	Entrevista	8' 15"	Género: entrevista televisiva genérica. I1: Miguel Sousa Tavares (MST), conceituado jornalista português; I2: Esther Mucznic (EM), jornalista especializada na causa judaica. Data e meio: 1 de junho de 2020, TVI.
9	MST	AV	Entrevista Política	12' 11"	Género: entrevista política televisiva. I1: Miguel Sousa Tavares (MST), conceituado jornalista português; I2: André Ventura (AV), dirigente de um partido de extrema direita português. Data e meio: 26 de Fevereiro 2020, TVI.
10	MST	JCF	Entrevista Política	10' 20 "	Género: entrevista política televisiva. I1: Miguel Sousa Tavares (MST), conceituado jornalista português; I2: João Cotrim de Figueiredo (JCF), dirigente do partido de direita português, Iniciativa Liberal. Data e meio: 17 de maio de 2021, TVI 24.
11	MJA	RC&NS &AJT	Entrevista	59' 00"	Género: entrevista radiofónica em video. I1: Maria João Avillez (MJA), conhecida jornalista portuguesa; I2: Ricardo Costa (RC), Nuno Santos (NS) e António José Teixeira (AJT), diretores de canais de televisão portugueses, respetivamente da SIC, da TVI e da RTP. Data e meio: 29 de novembro de 2022, Observador.
12	MJA	CA	Entrevista	39' 10"	Género: entrevista radiofónica em video. I1: Maria João Avillez (MJA), conhecida jornalista portuguesa; I2: Camané(CA), fadista muito conhecido da nova geração. Data e meio: 29 de Junho de 2019, Observador.
13	MJA	LM	Entrevista Política	32' 27"	Género: entrevista radiofónica em video. I1: Maria João Avillez (MJA), conhecida jornalista portuguesa; I2: Luis Montenegro, dirigente do PSD, líder da Oposição. Data e meio: 14 de Abril de 2023, CNN.

A Tabela 7 sintetiza os resultados registados nesta segunda etapa, combinados com os resultados da primeira etapa, segmentando apenas as intervenções do I1 – Entrevistador.

Caso	Distância V (dV)	FT 1.1 Honor	FT 1.2 Nome	FT 1.3 Você	FT 1.3 3º P	FT 1.3 Você(Aj)	Interlocutores e distância entre eles
1	-2	31	0	0	28	0	MST é um jornalista reconhecido e entrevista AC, que é PM de Portugal
4	0	0	4	12	62	7	MJA é uma jornalista reconhecida que entrevista o seu amigo ALX, que é um advogado reputado e um político de longa data
6	-2	10	0	0	33	0	MJA é uma jornalista reconhecida que entrevista AS, S que é Ministro NE e Vice-PM do governo
7	2	7	0	28	28	28	MST é um jornalista reconhecido e entrevista GA, um Inspetor da PJ objecto de críticas pelo seu comportamento no caso Maddie
8	0	0	6	1	1	4	MST é um jornalista reconhecido e entrevista EM, sua amiga e jornalista especializada em causas judaicas
9	3	0	5	20	10	50	MST é um jornalista reconhecido e entrevista AV, dirigente de um novo partido de extrema-direita
10	1	0	2	0	4	0	MST é um jornalista reconhecido e entrevista JCF, dirigente do novo partido liberal IL
11	1	0	8	21	12	12	MJA é jornalista reconhecida e entrevista RC&NS&AJT, que são diretores de 3 canais de TV, SIC, TV/CNN e RTP
12	1	0	7	23	64	18	MJA é jornalista reconhecida e entrevista CA que, apesar de reconhecido artista, é bastante mais novo
13	0	6	1	2	43	2	MJA é jornalista reconhecida e entrevista LM que é o líder da oposição, como o presidente do PSD
TOTAL		54	33	107	285	121	

Tabela 7 – Síntese de resultados obtidos na etapa 2¹

21. Como as entrevistas, quer de MST quer de MJA, têm durações muito diferentes, para analisar a correlação, calculamos o valor de “Você Ajustado (Aj)”, que corresponde ao número de ocorrências calculado para uma duração padrão, que convençionámos ser de 30 minutos, próximo do valor médio das entrevistas, assumindo uma distribuição regular no tempo.

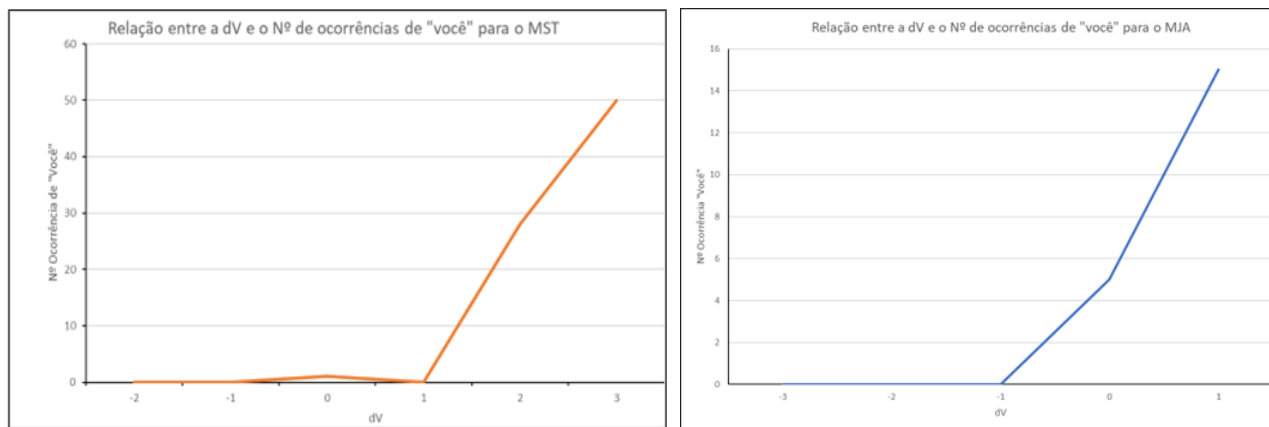
Os valores de dV para cada entrevista foram fixados de acordo com a metodologia descrita acima.

4.2.1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ETAPA 2

Numa observação rápida dos valores na tabela, verificamos facilmente que quando $dV < 0$, o que traduz uma assimetria negativa do entrevistador, posicionado abaixo do entrevistado, o entrevistador nunca usa “você”, mas, nos casos em que $dV \geq 1$, o número de ocorrências de “você” é significativo. A 3ª pessoa sem sujeito expresso continua dominante no conjunto da amostra, com 285 ocorrências.

As curvas representadas na *Figura 2* traduzem a correlação entre o número de ocorrências da forma de tratamento “você” por parte de I1 – Entrevistador e a variável externa *distância vertical* estabelecida com I2 – Entrevistado:

Figura 2 - Nº Médio de ocorrências de “você” de MST e MJA, em função da distância vertical entre interlocutores



A curvas obtidas parecem confirmar a correlação indicada acima. Não existem tratamentos por “você” se $dV < 0$ e observa-se um crescimento do nº de ocorrências de “você”, à medida

que a distância vertical de MST e de MJA, em direção a uma posição + alta sobre o interlocutor, aumenta. Com o PM, MST não utiliza nenhum “você”; MJA também não o faz com o MNE, casos com $dV < 0$. Tudo muda quando a $dV \geq 0$, assinalando uma distância vertical marcada por uma posição hierárquica + alta por parte do entrevistador. Com os entrevistados, GA e AV, MST abunda na forma “você”. E, nas interações de MJA com ALX, com os diretores de TV, ou com Camané, em que $dV \geq 0$, a forma “você” também prolifera.²²

Se olharmos para os valores de uso nas entrevistas de MJA, verificamos que o uso de “você” parece depender também do formalismo da entrevista, com tendência a ser maior em entrevistas genéricas do que em entrevistas políticas.

Na nossa amostra, há, pois, entrevistadores reconhecidos, com grande exposição mediática em Portugal e uma posição social alta, que usam “você” perante entrevistados simétricos ou em plano inferior e a frequência de uso do “você” aumenta com o aumento da distância social. Esta observação pode indiciar uma correlação entre o uso do “você” e a pertença a uma elite social, contrariando algum preconceito que o associava apenas a regiões mais rurais e a camadas mais baixas da população.

Note-se que Hammermüller (1993) já distinguira, a partir das suas observações, no plano da relação hierárquica entre interlocutores, tal como é citado por (Lešková, 2012, p. 32), três tipos de “você”: a) você de respeito, b) você de igualdade c) você de superioridade. Guilherme e Bermejo também corroboram esta complexidade da forma:

O pronome você na variedade europeia do português tem um comportamento discursivo muito complexo. Este facto faz com que os diferentes autores que se dedicaram a analisar os usos deste pronome não concordem com o seu valor real e atual...o caso europeu apresenta contextos de uso de você aparentemente contraditórios: tratamento informal, tratamento formal e, até um determinado ponto, tratamento pejorativo. (Guilherme & Bermejo, 2015, p. 167)

22. Note-se que confirmámos, também, que há entrevistadores que não usam “você”, mesmo se, aparentemente, houvesse condições para o fazer. Ouvimos a entrevista de 19/10/2022, com 27’ 55”, na RTP, de Vitor Gonçalves (VG) (link igualmente referenciado na bibliografia) ao mesmo André Ventura que MST entrevistara. VG nunca usa “você”, ao contrário de MST que usara 19 tratamentos por “você” em apenas 12 minutos de conversa. VG trata o entrevistado por “André Ventura”, por “O Senhor” ou, também, na 3.^a pessoa. Também é significativo que esse entrevistado, tal como vimos com MST, trate o entrevistador pelo nome próprio simples, “Vitor”, parecendo, com isso, manifestar uma intenção de se colocar num plano de igualdade com os seus entrevistadores.

Na amostra de entrevistas que tratámos, tal como ficou registado acima, encontramos usos de igualdade ($dv = 0$) e usos de superioridade do “você” ($dv > 0$).

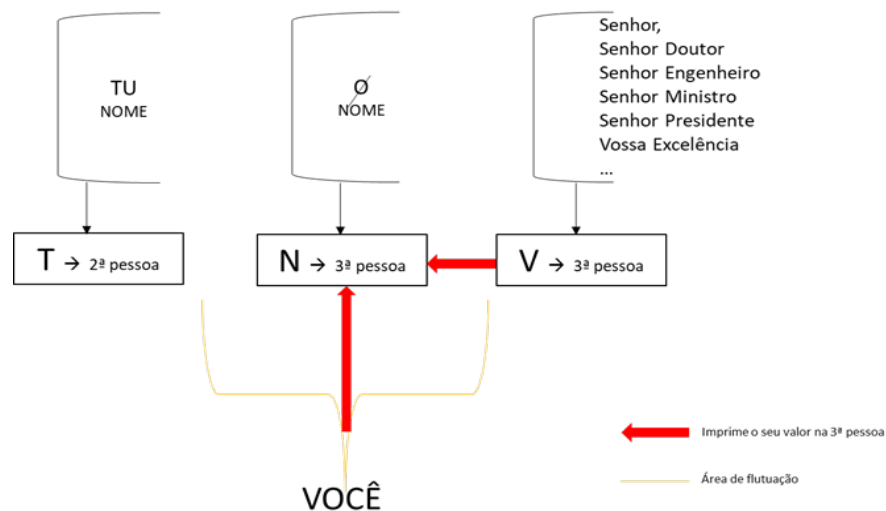
Será possível encontrar correlações entre a distância social e o uso do “você” de sinal contrário, em estratos sociais mais baixos, em que o “você”, como afirma Hammermüller, é um sinal de respeito? Encontraremos curvas invertidas, curvas ao espelho, das que pudemos traçar com as nossas observações? Precisaríamos de recolher dados no terreno, amostras de interações em regiões mais rurais do país, por exemplo, onde se observam formas de tratamento dos pais ou dos avós pelos filhos e netos, para citar apenas uma hipótese.

5. ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE O SISTEMA DE FORMAS DE TRATAMENTO EM PE

Tentámos concentrar as principais conclusões do que escrevemos numa imagem. Assim, a *Figura 3* pretende representar o sistema de formas de tratamento no singular no português europeu (SFTPE) contemporâneo.

Figura 3 – Sistema de falso T-N-V no PE²³

23. Na Figura 3, apenas representamos as formas mais vivas do PE contemporâneo e, por isso, não representámos já o “vós”, como forma V, com o verbo na 2.ª pessoa do plural. Salientamos, ainda, que o diagrama refere apenas as formas do PE no singular.



Se a associarmos à *Figura 1*, que representa a evolução histórica das formas de tratamento, desde antes do século XIV, teremos um bom resumo do *kernel* do nosso trabalho.

Como observámos, parece haver, na base do sistema português, um modelo T-N-V perfeito, onde a 3.^a pessoa, sem nome ou pronome explícitos, oferece o tratamento neutro. Em português, “é possível subtrair a produção social de sentido V-T através da omissão do denotador de sujeito” (Cook, 1997, p. 458). Concordamos, portanto, com Cook, quando o autor acrescenta:

Assim, a forma de neutralidade de tratamento na língua portuguesa é gramaticalmente obtida pela omissão do denotador de sujeito em conjunto com o uso do verbo na terceira pessoa. É o caso de, por exemplo, - Como está? ou - Como se chama? (Cook, 1997, p. 453)

Mas, no modelo T-N-V, introduz-se um elemento parasita, que se sobrepõe, que oscila, que flui, e que, realmente, pode assumir, dependendo dos interlocutores, do seu estrato social e da região, um papel cerimonioso, um papel neutro (que seria o que a lógica da sua evolução lhe reservaria), um papel de intimidade, próximo do “tu”, mas igualmente um carácter ofensivo, como testemunha Mário de Carvalho, citado no início do nosso estudo, entre muitas outras pessoas:

(...) este valor neutro do pronome parece não ser assim tão claramente entendido e julgado por muitos falantes... o emprego de você poderá constituir-se como um ato ameaçador da face (Guilherme & Bermejo, 2015, pp. 170-177).

Temos então um “você” movediço, porque interpretado de formas muito diferentes, que resvala ao longo do eixo do sistema, e que torna, quando usado, o modelo T-N-V num modelo ambíguo. O “você” balança entre o T e o V, passa pelo N, e, por isso, vê-se incapacitado de assumir o papel neutro. Isso mesmo é dito por Lešková:

(...) o número de possíveis interpretações, causa caos no seu uso. Usada entre iguais mas também desiguais, a forma *você* é hoje tratamento cada vez mais frequente mas sempre cheio de contradições. É sobretudo uma questão socio-cultural. (Lešková, 2012, p 31)

Em vez de ser vista como neutra, esta forma pode ser considerada descortês:

Embora o pronome “*você*” seja muitas vezes visto como neutro, como uma forma de tratamento respeitosa, ele pode ser considerado por muitos interlocutores como deselegante ou mesmo como ofensivo. Em interações com assimetria, em que o interlocutor está numa posição superior ou é mais velho, o uso de “*você*” pode ser uma fonte de conflito e mesmo explicitamente censurado. (Aguiar & Paiva, 2017, p. 138)

E é, curiosamente, a solução de terceira pessoa, sem pronome explícito, que parece assumir o papel de verdadeiro neutro no sistema. Alguns estudos recentes parecem confirmá-lo. Lopes e Mota defendem esta posição: “consideramos que, a variante sujeito nulo + verbo na 3.^a pessoa não é negativamente marcada” (2019, p. 163). As autoras (*ibidem*) acrescentam, ainda, que há “uma rejeição ao emprego explícito de *você* para a segunda pessoa no PE” (*ibidem*), Lesková corrobora a aceitação generalizada da 3.^a pessoa sem sujeito: “O emprego da 3.^a pessoa sem sujeito expresso está mais e mais a aumentar... permite evitar os problemas do tratamento e da formalidade desnecessária”. (2012, p. 56)

Hammermüller (2004, pp. 7-8) chamara à forma de tratamento de 3.^a pessoa o “tratamento de evitação”, por ser uma maneira de evitar um tratamento que marque o estatuto do interlocutor²⁴. Todavia, parece-nos que a 3.^a pessoa é mais versátil do que isso, uma vez que ela adquire facilmente qualquer valor V, ou o valor “*você*”, quando os acompanha. A 3.^a pessoa é potencialmente neutra, mas com capacidade de mimetismo: tal como o camaleão, recebe a cor do que o envolve. Para além de conseguir a tal “evitação”, ela consegue navegar do neutro ao deferente, mimetizando as escolhas discursivas precedentes e subsequentes do locutor.

24. «Ainsi, il n'y a pas de référence pronominale dans le cas de ce qui semble le degré le plus communément accepté comme l'évitement type du portugais: l'emploi d'une forme verbale de la 3e pers. (sg. et pl.) conjuguée sans pronom(s)» (Hammermüller, 2004, p. 8).

Temos, enfim, a oferta de um sistema T-N-V que parece perfeito, baseado na 3.^a pessoa sem sujeito. Não conseguimos, todavia, prever o que poderá acontecer ao “você”, pois, apesar de parecer constituir uma perturbação, nada garante que desapareça.²⁵ Temos encontrado o uso corrente do “você” por elementos das elites do chamado português-padrão, dialeto falado na corda Lisboa-Coimbra, contrariando assim algum preconceito que o associava a regiões mais rurais e a camadas mais baixas da população, poderá tornar mais difícil o seu desaparecimento e até facilitar a sua expansão.

Certamente, muitas das questões que aqui levantámos exigiriam uma investigação mais aprofundada, por exemplo, para tentar perceber a relação do uso do “você” com a geografia física e social, ou seja, nos planos diatópico e diastrático, ou no plano diafásico, nomeadamente, etário, se essa relação existir. Estudos para perceber a forma como os diversos interlocutores avaliam o uso do “você” seriam também importantes, para, assim, tentar perspetivar o seu futuro.

25. Teremos também de considerar o ruído que o “você” do português do Brasil possa gerar no sistema do PE, desequilibrando-o. Por outro lado, não é fácil definir as fronteiras de uso da forma “você” no plano diatópico e diastrático. “A forma pronominal “você” está sujeita a uma variação diatópica e diastrática, tal como a uma avaliação de carácter social. Não é fácil definir os contextos em que é considerada apropriada.” (Aguilar & Paiva, 2007, p. 137)

ARTIGO RECEBIDO A
04/05/2023
ARTIGO APROVADO A
11/08/2023

REFERÊNCIAS

- Aguiar, J. & Paiva, M. C. (2017). Vocês tenham cuidado, sois educadas para isso. In P. Barbosa, M da C Paiva & C. Rodrigues, *Studies on variation in Portuguese* (pp. 135-150). Amsterdão: John Benjamins.
- Allen, A. S. F. (2019). *O Sistema de formas de tratamento em Português Europeu* [Dissertação de Mestrado], FLUL.
- Barbosa *et al.* (2014). *Perfil sociolinguístico da fala bracarense* [Corpus]. CEHUM. http://cehum.ilch.uminho.pt/fala_bracarense.
- Blanco, M. L. (2002). *Conversas com António Lobo Antunes*. Lisboa: D. Quixote.
- Brown, R. & Gilman, A. (1968). The pronouns of power and solidarity. *Readings in the Sociology of Language* (252-276). Berlin: De Gruyter Mouton.
- Brown, P. & Levinson, S. (1987). *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge University Press.
- Cardeira, E. (2008). O português medieval: koinização e elaboração. *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 9, 155-176.
- Carreira, M. H. A. (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain - Paris, Peeters, col. Bibliothèque de l'Information grammaticale.
- _____(2004). *Formas de tratamento de Português como designação do Outro e de Si: Perspectivas de investigação e de transposição didáctica*. Universidade Paris VII.
- Carreira, M. H. A. & Teletin, A. (orgs.) (2017). *La déixis et son expression dans les langues romanes*. «Travaux et documents» (Tomo 62). Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis.
- Cintra, L. (1972). *Sobre formas de tratamento na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cook, M. (1997). Uma teoria de interpretação das formas de tratamento na Língua Portuguesa, *Hispania*, 80(3), 451-464.
- Duarte, I. M. (2010). Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna. In A.M. Brito (org.), *Gramática: história, teorias, aplicações* (pp. 133-146). CLUP – FLUP.
- _____(2011). Formas de tratamento em português: entre léxico e discurso. *Matraga, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, 18 (28), 84-101.

Faraco, C. A. (2017). O tratamento “você” em português: uma abordagem histórica. *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, 3(2), 114-132.

Faria, M. (2022). Algumas considerações sobre a produção e a aceitação de formas dos paradigmas vós/vocês. *REDIS*, (11), 118-155.

Faria, R. (2009). *O fenómeno da delicadeza linguística em Português e em Inglês* [Tese de doutoramento], Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa.

Guilherme, A. R. & Bermejo V. (2015). Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em Português Europeu. *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, 1(2), 167-180.

Hammermüller, G. (1993). *Die Anrede im Portugiesischen. Eine sociolinguistische Untersuchung zu Anredekonventionem des gegenwärtigen europäischen Portugiesisch*. Chemitz, Never Verlag.

_____(2004). *Adresser ou éviter, c'est la question... Comment s'adresser à quelqu'un en portugais sans avoir recours à un pronom ou à une autre forme équivalente*. https://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_

Lešková, J. (2012). *As formas de tratamento em Português Europeu* [Dissertação de Mestrado] Faculdade de Filosofia da Universidade Palackého V Olomouci.

Lopes, C. R. & Mota M.A. (2019). A percepção e a aceitabilidade de formas de tratamento no Português Europeu (PE): Uma abordagem experimental. *Revista Working Papers em Linguística*, Florianópolis, 20(2), 135-174.

Nascentes, A. (1956). O tratamento de ‘você’ no Brasil. *Revista Letras*, (5/6), 114-122.

Ponce de León, R. (2008). Gramática y Traducción en la Historia de la enseñanza-aprendizaje del portugués en España La Gramática Elemental de la Lengua Portuguesa (Heidelberg, 1911) de Francisco Carrillo Guerrero. In X. M. Dasilva (ed.) *Perfiles de la traducción hispano-portuguesa II* (113-127). Vigo: Editorial Academia del Hispanismo

Kerbrat-Orecchioni, C. ((1996) 2006). *Análise da Conversação – Princípios e Métodos*. Editora Parábola.

Santos Luz, M. (1956). Fórmulas de tratamento no Português Arcaico. *Revista portuguesa de filologia*, (7), 251-363.

CORPUS (LINKS)

Links das 14 entrevistas/ conversas analisadas (visualizadas de Dezembro de 2022 a Outubro 2023)

1. <https://tvi.iol.pt/noticias/videos/a-entrevista-de-miguel-sousa-tavares-a-antonio-costa-na-integra/61368f9f0cf246344eba1fd4>
2. <https://www.rtp.pt/play/p4258/e353901/grande-entrevista>
3. <https://sicnoticias.pt/pais/2021-10-29-Rio-quer-eleicoes-em-janeiro-coloca-Marcelo-a-prova-e-acena-ao-Chega-e-ao-bloco-central-69693ecc>
4. <https://www.youtube.com/watch?v=A0zjq7R8qI4>
5. <https://sic.pt/programas/julia/julia-11-de-marco-parte-2-grande-entrevista-com-joao-soares/>
6. <https://www.youtube.com/watch?v=I4tgrwQPcmg>
7. <https://www.youtube.com/watch?v=KFRVRa8eE6E>
8. <https://www.youtube.com/watch?v=JCvb3FfmiTo>
9. <https://www.youtube.com/watch?v=PAD6W9iqKdw>
10. <https://www.youtube.com/watch?v=jRKcfX2rCTQ>
11. <https://observador.pt/programas/atualidade/as-televisoes-e-a-informacao-onde-estamos-maria-joao-avillez-entrevista-os-tres-diretores/>
12. <https://observador.pt/programas/entrevista-2/em-miudo-tinha-vergonha-de-que-me-ouvissem-a-ouvir-fado-camane-em-entrevista-a-maria-joao-avillez/>
13. <https://cnnportugal.iol.pt/videos/na-integra-montenegro-revela-tudo-coligacoes-pre-e-pos-eleitorais-o-chega-marcelo-costa-o-que-faz-se-vencer-e-perder-as-legislativas-rui-moreira/64398db70cf2c84d7fd1787f>
14. <https://www.rtp.pt/play/p9766/e648005/grande-entrevista>

Discurso, Texto e Género: abordagens díspares ou complementares?

Discourse, Text and Genre: competing or complementary approaches?

SANTOS, JOANA VIEIRA
jovieira@fl.uc.pt

Doutora em Linguística pela Universidade de Coimbra (2000)
Professora Associada da Universidade de Coimbra (Portugal)
Membro do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6711-8113>

SILVA, PAULO NUNES DA
paulo.silva@uab.pt

Doutor em Linguística pela Universidade Aberta (2006)
Professor auxiliar da Universidade Aberta (Portugal)
Membro do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9462-7717>
Investigação levada a cabo no âmbito do Projeto Estratégico da unidade de I&D CELGA-ILTEC, com financiamento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia - FCT (UIDB/00022/2020).

PALAVRAS-CHAVE:
Estudos de Discurso;
Discurso Académico;
Género;
Introdução.

RESUMO: O artigo discute a possibilidade de construir um modelo compósito para análise de géneros em Estudos do Discurso. Compara o conceito de género no Interacionismo Sociodiscursivo (ISD, Bronckart, 1997), na Linguística Sistémico-Funcional (Rose e Martin, 2012) e na Linguística Textual (Adam, 2008), sublinhando divergências e abordagens comuns. O modelo inclui contributos do Discurso Académico em Inglês, como os movimentos e passos da fórmula *Create a Research Space* (Swales, 1990, 2004), tal como adaptados por Bunton (2002) às introduções de teses de doutoramento; pacotes lexicais (Biber, 2005) e mecanismos de realização textual (Coutinho e Miranda, 2009). Este modelo é aplicado à análise de textos retirados do género incluído *introdução* em 60 artigos científicos publicados entre 2013 e 2022. Independentemente da área disciplinar, emergem padrões de pacotes lexicais no plano composicional do texto, uma preferência por ligações lógicas de oposição num esquema problema-solução e opções por adjetivos persuasivos para caracterizar a pesquisa. Estes resultados sugerem haver vantagens em combinar conceitos de enquadramentos distintos na análise dos géneros textuais.

KEY-WORDS:
Discourse Studies;
Academic Discourse;
Genre;
Introduction.

ABSTRACT: This paper discusses the possibility of building up a composite model for genre analysis in Discourse Studies. It compares the concept of genre within Sociodiscursive Interactionism (ISD, Bronckart, 1997), within Systemic-Functional Linguistics (Rose & Martin, 2012) and within

Textual Linguistics (Adam, 2008), highlighting both their divergencies and proposing common approaches. The model also includes contributions from English Academic Discourse such as moves and steps from the analysis formula *Create a Research Space* (Swales, 1990, 2004), adapted by Buntton (2002) for PhD introductions, concepts such as lexical bundles (Biber, 2005) and textual realization devices (Coutinho & Miranda, 2009). The model is applied to texts taken from the included genre *introduction* in 60 research articles published between 2013 and 2022. Irrespective of the disciplinary area, analysis shows the emergence of lexical bundle patterns in the text structure, a preference for opposition linking words in a problem-solution structure and choices of persuasive adjectives applied to the research. Results suggest the advantages of combining concepts from different frameworks in genre analysis.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma discussão sobre possíveis benefícios e eventuais desafios relativos à adoção de concetualizações de quadros teóricos distintos em pesquisas nos estudos do texto e do discurso, analisando, de seguida, a secção introdutória de artigos científicos como exemplo ilustrativo. O principal objetivo consiste em sopesar dificuldades e oportunidades, ilustrando ambas com exemplos em que a conciliação de conceitos e metodologias se traduz na otimização de resultados. Em particular, argumenta-se a favor da conjugação de propostas oriundas de enquadramentos distintos, mas criteriosamente seleccionadas, que pode promover uma visão mais global dos fenómenos textuais. O trabalho apresenta assim uma dupla valência, teórica e aplicada.

Parece ser consensual a ideia de que os estudos do texto e do discurso se caracterizam pelo seu carácter fragmentário. A constatação enraíza-se, em primeiro lugar, no facto de as pesquisas se basearem na análise de textos de *corpora* que, mesmo com elevados índices de representatividade, suscitam resultados necessariamente parcelares, por incidirem num pequeníssimo fragmento das práticas discursivas de uma dada formação sociodiscursiva (na aceção de Bronckart, 1997). Em segundo lugar, existem múltiplas perspetivas teóricas, com conceitos e metodologias particulares, como acontece com a Linguística Sistémico-Funcional (LSF, Halliday, 2014) e com o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD, Bronckart, 1997). Quanto mais específico e singular é o conjunto de concetualizações e de propostas, menos poroso e suscetível de se abrir a outras perspetivas se torna o respetivo enquadramento.

Numa fase em que múltiplos quadros teóricos percorreram já um longo caminho de reflexão crítica nos estudos do discurso, vale a pena refletir sobre modos de estabelecer pontes

entre alguns deles. Tal reflexão pode ser útil em si mesma, na medida em que permite lançar luz sobre aspetos que aproximam e afastam as perspetivas de análise. Mas há também vantagens de um ponto de vista prático, se contribuir para uma efetiva aproximação e colaboração entre pesquisadores de áreas distintas, procurando analisar fenómenos textuais e discursivos de forma mais abrangente.

A constatação de que os estudos do discurso configuram uma área fragmentada, do ponto de vista dos múltiplos enquadramentos teóricos que congrega, pode favorecer propostas teórico-metodológicas diversas, nomeadamente se forem relevantes para os objetivos visados. Em alguns casos, uma conciliação contribui para evitar o perigo de constrição a uma só escola e de rejeição liminar do que tiver origem num enquadramento teórico diferente. Ao invés, a adoção de conceitos operatórios e metodologias divergentes, poderia eventualmente desvelar outros resultados importantes. É com essa ideia em mente que serão expostas, a seguir, algumas reflexões acerca de possíveis vantagens de uma abordagem compósita dos fenómenos do discurso.

Na secção 2, são comparadas propostas que permitem aproximar quadros teóricos diversos, considerando uma categoria central – o conceito de género. Na secção 3, a título ilustrativo, analisam-se textos do género incluído *introdução de artigo científico*, que reúne contributos de diversos enquadramentos. Na secção 4, por fim, são sistematizadas as ideias-chave que resultam das reflexões apresentadas e da análise efetuada.

2. ABORDAGEM COMPLEMENTAR DE QUADROS TEÓRICOS

2.1. DIFICULDADES E DESAFIOS

Adotar propostas de mais do que um quadro teórico comporta aspetos positivos e negativos. Uma desvantagem evidente decorre da coerência interna de um dado enquadramento, o que lhe confere elevados índices de consistência: dado o campo que se propõe explorar, a conceptualização está em sintonia com os objetivos visados. Objeto de estudo, conceitos operatórios e metodologias adequam-se aos objetivos que se pretende alcançar. Inserir outros conceitos ou métodos pode danificar essa coerência interna, conduzindo mesmo, em casos mais extremos, a incongruências ou contradições.

Mas também há vantagens inegáveis. Adotar propostas de mais do que um quadro teórico permite acolher pontos de vista distintos acerca do mesmo objeto de estudo. Nesse sentido, configura uma atitude de pesquisa menos parcelar e mais holística do objeto, em que uma dada perspetiva complementa outra, permitindo que se obtenha uma compreensão global do objeto de análise. A título de exemplo, nos estudos de discurso, pode concatenar-se uma abordagem através do objeto *texto*, com contributos da Linguística Textual (Adam, 2008), situando-o no seu contexto de produção e circulação – a formação sociodiscursiva – segundo preceitos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD; Bronckart, 1997) e da Análise do Discurso segundo as propostas de Maingueneau (2014). O recurso a conceitos operatórios de linguística formal, como a identificação de classes de palavras e das suas estruturas sintáticas, ou o reconhecimento de determinadas combinatórias de lexemas, como os pacotes lexicais (Biber, 2005), pode igualmente enriquecer a macroanálise, escorando-a com evidências patentes no próprio objeto de estudo que é o texto.

De acordo com esta perspetiva, talvez não seja excessivo afirmar que o enraizamento restrito num determinado enquadramento pode ficar, de algum modo, refém do que ele prevê, dado que não é possível ver além dos limites que esse mesmo enquadramento inevitavelmente impõe. É verdade que não suscita incoerência nem inconsistências internas, mas essa posição pode corresponder a observar a realidade de um único ponto de vista, pelo que a pesquisa corre o risco de ser parcelar. Dado que o discurso é complexo, porque múltiplo e heterogéneo, quando se pretende obter uma panorâmica mais completa, deve colocar-se a hipótese de a conjugação de outras perspetivas de análise e observação se revelar uma opção proveitosa.

Em suma, adotar propostas de mais do que um enquadramento, salvaguardada a sua compatibilidade e pertinência, pode resultar num enriquecimento do estudo efetuado, seja por via dos conceitos operatórios congregados, seja por via das metodologias combinadas, seja por via dos resultados. A investigação pode tornar-se mais abrangente do que o permitido pelos preceitos de um único quadro teórico.

Todavia, há dificuldades nestas articulações. No caso dos estudos do discurso, designadamente os que optam por uma abordagem dos textos enquanto produtos de linguagem, isto é, por uma abordagem mais próxima do que é familiar à linguística tradicional, um obstáculo significativo encontra-se na conceptualização dos géneros em que necessariamente se inserem esses mesmos textos, ou, mais precisamente, nos critérios a aplicar a uma taxonomia de géneros e nas categorias previstas. Esse é, por isso, um conceito nuclear que importa dilucidar.

Géneros textuais ou discursivos são classes de textos que aparentemente todos reconhecem. Porém, há mais do que uma conceção de género que subjaz a diferentes perspetivas de análise. Dito de outro modo, a designação “género” refere-se a categorias (ou classes) diferentes e

é suscetível de ser caracterizada com base em concetualizações distintas, que dependem dos critérios adotados para classificar os textos (ou os excertos textuais) e dos modos como as classificações emergiram.

Por exemplo, as categorias *tese de doutoramento, romance, decreto-lei, editorial e encíclica* são consensualmente reconhecidas como classes de géneros no seio de diversos quadros teóricos, como o Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 1997; Schneuwly e Dolz, 1999, 2004), a Análise Textual dos Discursos/Linguística Textual (Adam, 2008), a Análise do Discurso (Maingueneau, 2014), o Inglês para Fins Específicos/Académicos (Swales, 1990, 2004), o movimento *Writing Across the Curriculum* (Bazerman et al., 2005) e os Estudos Retóricos dos Géneros (Devitt, 2004). Porém, essas classes não são consideradas géneros no seio da Linguística Sistémico-Funcional (Rose e Martin, 2012), que distinguirão géneros como *o relato procedimental e o relato histórico*, entre outros. Não obstante, é notório que todos estes quadros se valem do material linguístico para explicar de que maneira os géneros constroem sentidos nucleares para a semiotização social das comunidades nas quais circulam os respetivos textos. Por isso, vale a pena aprofundar o tema, desenvolvendo algumas reflexões sobre o conceito de género no âmbito de tais enquadramentos.

2.2. AFINIDADES ENTRE O GÉNERO NA LINGUÍSTICA SISTÉMICO-FUNCIONAL (LSF), O TIPO DE TEXTO SEGUNDO WERLICH (1983) E O TIPO DE SEQUÊNCIA TEXTUAL SEGUNDO ADAM (1992)

A Linguística Sistémico-Funcional (LSF) é um dos mais fortes e enraizados enquadramentos nos estudos sobre o discurso que, tal como outros que foram já referidos, se centram preferencialmente no conceito de género, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento

dos estudos na área do discurso. Em particular, tem obtido resultados muito relevantes, pelo menos no que diz respeito a modos de didatizar a leitura e a escrita, no âmbito da escolaridade obrigatória (em Portugal, os ensinamentos básico e secundário).

Todavia, a sua conceção de género distingue-se da que é comum a outros quadros e disciplinas. De facto, no âmbito da LSF, são reconhecidos como géneros classes como o relato, a narrativa, a notícia jornalística, o relato histórico, a explicação sequencial, a explicação fatorial, a instrução, a exposição, a discussão, a opinião e a resenha, entre outras possíveis. A mais recente versão da tipologia proposta por Rose e Martin (2012) inclui 22 géneros distribuídos por sete famílias: histórias, estruturas históricas, relatórios, procedimentos, argumentos, reações a textos e explicações. As famílias de géneros ancoram-se, por sua vez, em três propósitos sociais específicos (envolver, informar e avaliar), e cada género caracteriza-se, em todos os casos, de acordo com duas propriedades: o seu objetivo comunicativo e a sua estruturação.

Esta exposição abreviada suscita duas reflexões importantes. Por um lado, as designações dos géneros na LSF não correspondem, em múltiplos exemplos, às etiquetas reconhecidas noutros quadros¹.

Por outro lado, algumas designações de certos géneros no seio da LSF assemelham-se às etiquetas de tipos de textos ou de tipos de sequências textuais usadas noutros quadros: *narrativa*, *exposição* e *instrução* parecem equivaler a categorias previstas na tipologia de tipos de textos de Werlich (1983) (tipos *narrativo*, *expositivo* e *instrucional*). E *narrativa* é uma classe também prevista na tipologia de sequências textuais de Adam (1992), tal como *explicação*, dado que, nessa tipologia, o autor contempla os tipos sequenciais *narrativo* e *explicativo*. Acresce que as etapas ou fases em que se estruturam alguns géneros da LSF (a *narrativa*, o *exemplum* e o

1. Convém sublinhar que não só as designações, mas também as conceptualizações dos géneros diferem. Trata-se de categorizações, ou seja, de recortes da realidade distintos, porquanto se baseiam em critérios igualmente distintos e configuram classificações com origens divergentes: nas reflexões e propostas de investigadores/especialistas (no caso da LSF) e nas práticas discursivas habituais das formações sociodiscursivas que se servem dos géneros (no caso da classificação em géneros adotada noutros enquadramentos teóricos). Cf., a este propósito, Silva (2021).

episódio, entre outros) têm designações iguais às que foram propostas por Adam (1992) para caracterizar as diferentes macroproposições de tipo *narrativo*: orientação, complicação, resolução, avaliação.

Não obstante a flutuação concetual daí resultante, parece ser uma promissora linha de reflexão considerar que podem ser estabelecidas pontes entre a conceção dos géneros na LSF e os tipos de sequências textuais, segundo Adam (1992) (e, eventualmente, os tipos de textos, segundo Werlich, 1983). É que, em todos estes casos, convenções e configurações textuais (isto é, de produtos de língua) se enraízam em determinados objetivos comunicativos, para além de serem sustentados pela linguagem em uso, ou seja, socialmente enquadrada. Poderá, então, haver mais vantagens em identificar as semelhanças, promovendo uma aproximação entre pesquisas a realizar, do que em estabelecer limites e distinções insuperáveis.

2.3. O GÉNERO NA LINGUÍSTICA SISTÉMICO-FUNCIONAL (LSF) E NOUTROS ENQUADRAMENTOS

Quando o foco incide na comparação entre as duas classificações em géneros (a da LSF, por um lado, e a que poderíamos encontrar no ISD, entre outros quadros teóricos possíveis, ou mesmo as propostas didáticas para a disciplina de Português dos ensinos básico e secundário), observa-se que as classes propostas diferem porque resultam de concetualizações distintas, ou seja, de modos diferentes de classificar a mesma realidade – os textos. De facto, as classes genológicas e as respetivas propriedades, tal como são assumidas em áreas e teorizações como o ISD, a Análise do Discurso (Maingueneau, 2014) e a Linguística Textual/Análise Textual dos Discursos (Adam, 2008), diferem das categorias que são consideradas géneros no seio da LSF.

Na LSF, são usados apenas dois critérios para identificar, caracterizar e delimitar os géneros: o objetivo comunicativo visado na produção de um dado texto e as fases ou as etapas em que ele se estrutura. Esta perspetiva prevê, por conseguinte, um critério situacional ou externo (o objetivo comunicativo) e um critério textual ou interno (que radica na estrutura composicional dos textos).

Em contraste com esta perspetiva, no seio da Linguística Textual – mais precisamente, no âmbito da Análise Textual dos Discursos –, Adam (2001) prevê oito tipos de critérios para a identificação e análise de textos de qualquer género: de natureza enunciativa, pragmática, semântica, composicional, estilístico-fraseológica, material, metatextual e peritextual. E, no âmbito da Análise do Discurso, Maingueneau (2014) contempla também múltiplas normas associadas à produção de textos de cada género, que se assemelham às que foram propostas por Adam (2001)².

Outro ponto que convém sublinhar é o seguinte: na LSF, os dois critérios previstos (objetivo comunicativo e estrutura composicional) aplicam-se a todos os géneros; ou seja, cada género é necessariamente identificado e caracterizado com base nesses dois critérios. Já nos restantes enquadramentos, com destaque para o ISD, é consensual a ideia segundo a qual os géneros são identificados e caracterizados com base em critérios múltiplos e heterogêneos, como se indicou, e os critérios que servem para identificar os textos de um dado género não são necessariamente os mesmos que permitem identificar os textos de um outro género.

Os enquadramentos referidos distanciam-se, portanto, quer nas classes genológicas que preveem, quer na aplicação dos critérios que visam a sua identificação e caracterização. Para aprofundar esta reflexão, impõe-se sistematizar os fundamentos em que assentam as duas

2. Os papéis dos interlocutores, o tempo e o espaço adequados propostos por Maingueneau (2014) inscrevem-se nos critérios de tipo enunciativo, segundo Adam (2001); a finalidade dos textos produzidos corresponde ao critério de natureza pragmática; do mesmo modo, aspetos composicionais, os recursos linguísticos e os meios de suporte e circulação podem ser perspetivados como equivalentes ao que Adam (2001) concebe como componentes de tipo composicional, estilístico-fraseológico e material.

perspetivas sobre os géneros, procurando responder às seguintes questões: *porque diferem e em que diferem* as duas classificações em géneros?

As diferenças entre as duas classificações têm origem nas conceções distintas de ambas. Por um lado, a classificação em géneros da LSF integra etiquetas e classes que foram propostas por especialistas para uma taxonomia relativamente estável. A título de exemplo, as classes *explicação fatorial* e *explicação sequencial* parecem ter sido delimitadas e nomeadas dessa maneira pelos autores que apresentaram a classificação. Assim, na sua conceção, trata-se de uma classificação técnica ou especializada, que podemos considerar como elaborada por via erudita e, como tal, dotada de uma forte coerência interna.

Já a classificação em géneros adotada na maioria dos restantes quadros teóricos é a que resulta da etiquetagem e da delimitação em classes com origem nas formações sociodiscursivas em que elas são usadas. Por exemplo, as designações e as propriedades de classes como a *tese de doutoramento* e a *dissertação de mestrado* radicam nas comunidades académicas que se servem desses géneros, ou seja, decorrem de práticas discursivas estipuladas *de facto* e *de jure* nessas comunidades de falantes³. Também as designações e as propriedades de géneros como a *ata*, o *despacho*, o *regulamento* ou o *decreto-lei* não dependem de etiquetagem especializada, antes emergiram no seio das formações sociodiscursivas em que esses géneros são usados e em que circulam. Trata-se, portanto, de classes de textos que, ao longo dos anos, foram moldadas e etiquetadas por indivíduos que desempenhavam tarefas no âmbito dessa área de atividade socioprofissional: a da justiça e da administração pública.

Assim, a categorização em géneros adotada pela maioria dos quadros teóricos no âmbito dos estudos do discurso configura uma classificação empírica, que poderíamos considerar popular,

3. Não deixa de ser pertinente referir a este respeito que os termos *tese* e *dissertação* poderão surgir nos mesmos contextos em várias línguas (cf. *Master Thesis, PhD Dissertation*). Em Portugal, o Decreto-Lei 26/92 de 13 de outubro estipula o uso de *tese* para doutoramento e de *dissertação* para mestrado.

no sentido em que é familiar, quer aos membros das formações sociodiscursivas específicas, quer a outros que, porventura, se deparem com esses textos. É o que sucede com classes como a *ata*, o *regulamento*, o *poema*, o *conto* ou a *notícia*. Não obstante alguma adjetivação flutuante, trata-se de designações socialmente construídas, o que apenas reforça a sua relevância na área dos estudos do discurso.

Esta diferença reflete-se numa outra: a classificação em géneros da LSF é tendencialmente fechada, não se prevendo que venha a incluir novas categorias ou que algumas das que ela integra sejam descartadas. E isso deve-se ao facto de se tratar de uma classificação cujas etiquetas e cujas categorias foram propostas por especialistas num quadro de aplicação absoluta de dois critérios, um interno e outro externo.

Quanto à classificação em géneros adotada na maioria dos restantes quadros teóricos, ela é aberta, uma vez que novas classes podem ser acrescentadas e outras podem cair em desuso, de acordo com as necessidades e a evolução das práticas discursivas no seio das sociedades. Aliás, segundo Bronckart (1997, p. 110), não é sequer possível listar todos os géneros atualmente existentes, porque as fronteiras entre eles são, além de esbatidas, dinâmicas e, por conseguinte, mutáveis: “[les genres] sont organisés en nébuleuses, aux frontières floues et mouvantes, et ne peuvent en conséquence faire l'objet d'un classement définitif”.

A tabela n.º 1 sistematiza as propriedades das duas classificações em géneros anteriormente referidas.

Tabela 1 – Propriedades das classificações em géneros adotadas em diferentes quadros teóricos

Géneros na LSF	Géneros em outros quadros teóricos
Classificação técnica ou especializada	Classificação empírica
Classificação fechada	Classificação aberta

Estas reflexões parecem comprovar que adotar duas concepções tão diferentes acerca de classes que servem de base às pesquisas realizadas no âmbito dos estudos do discurso – os géneros – dificulta e pode mesmo inviabilizar a adoção recíproca de propostas e de contributos dos diversos enquadramentos.

2.4. TEXTO E DISCURSO: GÉNEROS TEXTUAIS E GÉNEROS DISCURSIVOS

Outra dificuldade atestada quando se procura conciliar propostas de mais do que um quadro teórico reside na subespecificação do conceito de género. No seio de várias disciplinas e orientações teóricas já referidas, designadamente no Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 1997), na Análise do Discurso (Maingueneau, 2014) e na Linguística Textual/Análise Textual dos Discursos (Adam, 2008), distinguem-se os conceitos de texto e discurso⁴.

Trata-se de uma distinção de natureza eminentemente metodológica: o conceito de **texto** designa o produto verbal em cuja análise se privilegia a caracterização das suas propriedades internas. Assim, quando adota uma perspectiva de análise textual, o investigador foca-se nos elementos verbais e textuais, ou seja, nos mecanismos que fazem com que o produto constitua um texto (“um todo de significado”, caracterizado pela coerência).

4. Note-se, porém, que a distinção tem vindo a ser atenuada, sobretudo porque se assume que “le contexte entre dans la construction du sens des énoncés” (Adam, 2008, p. 31).

O conceito de **discurso** refere-se ao produto verbal em cuja análise se privilegia a caracterização das propriedades externas. Deste modo, adotando-se uma perspectiva de análise discursiva, a atenção incide preferencialmente nos fatores externos, ancorados na situação de comunicação, que influenciam a produção verbal, incluindo o tempo e o espaço físico e sociocultural, assim como os interlocutores e os respetivos papéis socioprofissionais.

Deve ser sublinhado que o objeto de estudo de ambas as perspectivas é o mesmo – as produções verbais com interlocutores específicos, que se situam num dado tempo sócio-histórico e num dado espaço geográfico e sociocultural. Por conseguinte, nenhuma das abordagens deverá menosprezar o contexto quando procede à análise do texto (Gouveia & Santos, 2022). Por isso, mais do que uma verdadeira oposição, há, em rigor, uma relação de complementaridade entre as duas perspectivas.⁵

Todavia, porque conferem um lugar proeminente a esta distinção metodológica e a aplicam ao conceito de género, no seio de algumas teorizações, distingue-se géneros textuais (ou géneros de texto) e géneros discursivos (ou géneros do discurso).

No âmbito do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), os géneros são geralmente designados e concebidos como **géneros textuais**. Significa isso que as classes genológicas são preferencialmente identificadas com base em propriedades internas, a partir das escolhas dos sujeitos falantes na construção dos textos. São privilegiados, portanto, os “formatos textuais que moldam ou organizam a utilização da língua” (Miranda, 2010, p. 90) na caracterização dos géneros. Avultam, neste caso, características como a distribuição dos conteúdos e os mecanismos de coesão atestados nos textos de um dado género.

5. Segundo Adam (2002b, p. 571), “il est préférable de distinguer texte et discours comme les deux faces complémentaires d’un objet commun prise en charge par la linguistique textuelle – qui privilégie l’organisation du cotexte et la cohésion comme cohérence linguistique (...) – et par l’analyse du discours – plus attentive au contexte de l’interaction verbale (...)”. Assim, “ces deux concepts [texte et discours] se chevauchent et se recoupent en fonction de la perspective d’analyse choisie” (Adam, 2008, p. 30). Em Coutinho (2023), pode encontrar-se um elucidativo conjunto de reflexões que problematizam e caracterizam de forma adequadamente desenvolvida estes dois conceitos.

No âmbito da Linguística Textual/Análise Textual dos Discursos (Adam, 2008) e da Análise do Discurso (Maingueneau, 2014), os géneros são mais frequentemente referidos como **géneros discursivos**. Ao conceber estas classes como modelos de comunicação influenciados pelos contextos sócio-históricos, assume-se que os géneros são balizados por propriedades externas ou situacionais, as quais se refletem inevitavelmente nas propriedades internas dos textos. Na identificação e caracterização dos géneros, privilegia-se, então, o facto de as práticas verbais se situarem inevitavelmente em contextos situacionais específicos.

Dado que se trata de uma oposição muito específica, a distinção texto-discurso constitui uma dificuldade que pode impedir a adoção recíproca de propostas teóricas, concetuais e metodológicas entre os quadros indicados (que constituem as principais escolas de língua francesa, cujas pesquisas radicam nos estudos do discurso e que atrás foram já indicadas) e a Linguística Sistémico-Funcional. Sublinham-se igualmente as diferenças na conceção de *discurso* de movimentos e projetos com extensíssima aplicação na didática do inglês, como o Inglês para Fins Académicos ou o movimento *Writing Across the Curriculum*. Por fim, também os Estudos Retóricos de Género terão um entendimento distinto do conceito de texto, que poderá corresponder a textos integrais ou a secções específicas, conforme o seu propósito comunicativo (cf. o modelo de Bunton, 2002, referido em 3.). Em suma, entre estas teorizações, há perspetivas de análise, propostas teóricas e objetos de estudo distintos.

Talvez esta questão possa constituir um obstáculo menor, em especial porque os três enquadramentos teóricos de língua francesa considerados neste estudo reconhecem que os géneros dependem de propriedades múltiplas e heterogéneas (cf. secção 2.3.); ou seja, para identificar e caracterizar os géneros, recorre-se a critérios externos ou situacionais e a critérios internos ou textuais. Além disso, como referido em 2.3., os critérios requeridos para identificar um dado

género não são necessariamente os mesmos que são relevantes para identificar um outro género. Acresce que o reconhecimento dos géneros se fará sempre analisando os objetos empíricos que são os textos, neles detetando as formas linguísticas de nível microtextual que suportam a estrutura macrotextual. Por fim, estes quadros reconhecem basicamente as mesmas classes genológicas: *tese de doutoramento, romance, decreto-lei, editorial*, etc.

Assim, parece ser possível relativizar ou desvalorizar, em parte pelo menos, a importância da distinção entre géneros textuais e géneros discursivos que se encontra nos referidos enquadramentos. Aliás, na superfície textual, pode-se adotar a designação género sem qualquer especificação acrescida, o que permite camuflar (embora não superar) a distinção teórica apoiada no seio dos quadros indicados.

A questão mais relevante poderá ser, neste caso, a seguinte: se, como parece ser consensual, os géneros se definem com base em propriedades simultaneamente situacionais e textuais, qual é a utilidade do exercício de privilegiar (ainda que apenas numa perspetiva metodológica) alguns tipos de propriedades – textuais ou discursivas? Por falta de espaço para a aprofundar e porque extravasa os objetivos e o fôlego deste artigo, deixa-se propositadamente a questão em aberto, para privilegiar uma demonstração prática de conciliação que demonstre as vantagens de abordagens complementares.

Um exemplo muito evidente é a análise de textos académicos introdutórios com base num esquema argumentativo de movimentos retóricos e de passos (Swales, 1990, 2004; Bunton, 2002), construídos a partir de expressões-chave que constituem pacotes lexicais (Biber, 2005), e que será desenvolvido infra (ver secções 3. e 4.). Conforme se verá, os padrões detetados nas escolhas de linguagem parecem indiciar que as introduções dos artigos científicos exibem

preferências que podem ser comuns às de introduções em teses de doutoramento, mas que pertencem a um leque menos amplo, possivelmente por constrições de espaço textual. A ser confirmada, esta pequena diferença pode constituir um bom indício de que é legítimo distinguir os dois géneros de texto – *tese de doutoramento e artigo* – também por as suas introduções patentarem algumas diferenças.

3. MODELO COMPÓSITO DE ANÁLISE TEXTUAL

Para ilustrar de forma exploratória as potencialidades da conciliação entre contributos de diferentes enquadramentos, que poderão até ajudar a diferenciar géneros, iremos utilizar um modelo de análise comum no seio dos estudos do discurso aplicados ao inglês académico, que presta atenção à estruturação de conteúdos, com óbvios fins didáticos: o modelo CARS (acrónimo de *Create A Research Space*; Swales, 1990), adaptado à análise da *introdução* (Bunton, 2002), e que é complementarmente sustentado por estruturas linguísticas recorrentes como, entre outras, os pacotes lexicais (Biber, 2005). Genericamente, tais estruturas podem considerar-se mecanismos de realização textual, tal como proposto no âmbito do ISD (Coutinho e Miranda, 2009).

Observando o que este modelo implica, verificamos que estão em causa propriedades textuais enquadráveis na componente composicional da Linguística Textual (Adam, 2001), que Swales, no âmbito do Inglês para Fins Académicos (1990, 2004), agrupa em movimentos e passos (*moves e steps*, no original), norteados por um objetivo comunicativo retórico: o de convencer os leitores-pares da validade, necessidade e utilidade da investigação subjacente a um artigo científico.

Cada movimento textual corresponde a um segmento textual com um objetivo retórico-pragmático preciso em relação à comunidade discursiva – aqui entendida como sinónimo de formação sociodiscursiva, ou grupo de investigadores de uma dada área disciplinar do meio académico. Responde ainda a determinadas necessidades ou exigências próprias do processo de pesquisa e do texto através do qual ele é comunicado. No caso da *introdução de um artigo científico* (ou de outros textos académicos, como a *tese de doutoramento* ou a *dissertação de mestrado*), os movimentos retóricos cumprem a necessidade de (i) estabelecer perante os pares a pertinência de um território ou domínio temático de investigação (“establishing a territory”), (ii) situar e delimitar um espaço próprio dentro desse território (“establishing a niche”) e, por fim, (iii) ocupar esse espaço (“occupying the niche”), criando ao mesmo tempo ligação ao território mais vasto, isto é, ao domínio de especialização da pesquisa (Swales, 1990, p. 140-142). Em rigor, cada um desses movimentos sucessivos consiste, respetivamente, em enquadrar a pesquisa numa área do conhecimento, indicar um espaço dessa área que ainda não foi devidamente estudado e apresentar a especificidade da pesquisa que se introduz.

Dentro destes três movimentos, os passos constituem segmentos textuais de menor extensão, cujo objetivo é o de ajudar a construir a arquitetura argumentativa própria de uma *introdução*. Nas introduções dos textos do género *artigo científico*, movimentos e passos encontram-se configurados por mecanismos de realização textual (Coutinho & Miranda, 2009) da componente composicional, isto é, do plano de texto (Adam, 2002a). Assim sendo, nesta secção inicial ritualizada dos textos académicos, movimentos e passos são reconhecíveis através de algumas das propriedades mais salientes do plano de texto (Bunton, 2002), especialmente estruturas linguísticas recorrentes.

Ainda que muitas dessas estruturas possam ser escolhidas para construir movimentos e passos, a observação de alguns exemplares recentes do género *artigo científico* mostra padrões de encadeamento de ideias e preferência por determinadas palavras ou conjuntos de palavras que, na senda de Biber (2005), designaremos como “pacotes lexicais”. Estas sequências de palavras possuem determinadas características estruturais, como uma certa fixidez, e ocorrência estatisticamente interessante em conjuntos de textos do mesmo género, ainda que não pertençam necessariamente à mesma área disciplinar. Podem assim considerar-se verdadeiros mecanismos de realização textual, mas não marcadores nem parâmetros de género, uma vez que são transversais a *artigos, teses, dissertações, relatórios* e, até, *abstracts* ou *resumos*. Note-se também que não falamos aqui da natural função das unidades multilexicais de natureza nominal e de carácter denominativo das linguagens especializadas, como “energia eólica”, “estruturas de mercado” ou “inflação a x dígitos” (Nascimento, 2013, p. 241). Antes, trata-se de sequências utilizáveis em qualquer disciplina, que poderão até ser pontuais num dado texto, mas que tendem a ocorrer de forma regular em conjuntos de textos do mesmo género e podem utilizar-se em qualquer domínio científico ou técnico, cumprindo determinados objetivos comunicativos: indicar uma atitude (“nesta perspetiva”, “deste ponto de vista”), assinalar a organização do texto (“este trabalho divide-se em x partes”), ou fornecer marcos referenciais (“Tendo em conta os resultados apurados”).

Conforme as propostas de Swales (1990, 2004) e de Bunton (2002), as introduções dos textos académicos iniciam-se pelo movimento 1 (doravante M1), estabelecendo a importância do tema escolhido. O M1 poderá estar assinalado por passos como o da designação do campo ou domínio de investigação, ou o da identificação e delimitação do seu âmbito. No movimento 2 (M2), os passos podem assinalar uma lacuna da investigação prévia, um problema não resolvido ou uma hipótese de trabalho, a que se segue o movimento 3 (M3), onde se estabelecem os

critérios para a resolução ou resposta, se indicam os meios ou procedimentos que permitiram alcançá-las e se enumeram ou anunciam resultados, demonstrando como a pesquisa levada a cabo constitui um contributo válido, importante e inovador para a área científica em que o artigo se enquadra. Outros passos podem surgir ou ser suprimidos, conforme o teor do trabalho (cf. Tabela 1).⁶

Movimentos retóricos	Exemplos de passos
M1 – Delimitação da área de investigação	P1 Argumentação a favor da centralidade do tema e/ou da sua importância P2 Informações genéricas sobre o tema e sua contextualização P3 Definição de conceitos P4 Revisão de investigação prévia P5 Parâmetros / critérios da investigação (eventual)
M2 – Delimitação do nicho de investigação	P1 Indicação de uma lacuna P2 Problema ou necessidade P3 Questões da pesquisa [...]
M3 – Ocupação do nicho	P1 Delimitação de propósitos, fins ou objetivos P2 Hipótese de trabalho (em resposta ao P1 do M2) P3 Tarefas levadas a cabo, metodologias, métodos P4 Descobertas, resultados, produtos ou propostas da investigação P5 Estrutura / plano do texto e das secções [...]

6. A tabela 1 é uma adaptação, da qual foram retirados passos não atestados no *corpus* ora em análise, ou que poderão figurar em mais do que um movimento, como acontecia no original de Bunton (2002), Considerando as práticas discursivas patentes no *corpus*, optou-se por uma redução do esquema original, admitindo, todavia, que as diferenças podem resultar de uma menor extensão dos textos e/ou de uma maior experiência de escrita académica dos seus autores. Também pode acontecer que o modelo de Bunton, configurado a partir de teses de doutoramento escritas em Hong Kong nos finais do século XX, necessite de adaptações, quando aplicado a outros *corpora*, decorrentes do facto de estarmos perante um género académico distinto. Estas possibilidades, em especial a última, necessitam de uma análise muito mais ampla de textos do género artigo científico ainda em curso que, por outro lado, alteraria por completo o âmbito definido para o presente trabalho. Tabela 2 – (tradução e adaptação dos autores com base em Bunton (2002, p. 74))

7. O *corpus* utilizado foi recolhido para outra pesquisa sobre o género artigo científico (Santos e Silva, 2023). É constituído por 60 artigos escritos por pelo menos um/a autor/a de língua portuguesa, considerado/a como modelo por ser investigador/a principal de uma unidade de I&D em Portugal. Os textos foram publicados entre 2013 e 2022, sendo 30 de CTEM e 30 das Ciências Sociais e Humanas e das Humanidades (incluindo Sociologia, Economia, História, Estudos Literários e Linguística). Do conjunto, foram extraídas para o presente trabalho as secções com o título *Introdução / Introduction*. A maioria dos textos encontra-se em inglês, por se tratar de publicações internacionais, algumas delas em revistas especializadas com revisão cega por pares e alto fator de impacto. Esta vertente justifica indiretamente os escassos exemplos em língua portuguesa.

8. Número convencional de identificação do artigo no *corpus* original (ver nota anterior), correspondente à referência bibliográfica na lista final.

Esta forma ritualizada de organizar o plano composicional de uma introdução de artigo científico encontra-se atestada em inúmeros exemplos, especialmente em áreas de Ciências, mais especificamente de Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (CTEM), como se demonstra de seguida, recorrendo a exemplares textuais autodenominados artigos científicos e acessíveis em linha através de bases de dados.⁷

4. APLICAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE COMPÓSITO

No *corpus*, o início da *introdução* (INT) é assinalado pelo M1 – Delimitação da área científica, cujos passos incluem mostrar por que motivo a investigação é importante no mundo de hoje e/ou na área disciplinar. Conforme se constata por exemplos retirados de artigos de Economia (1), Sociologia (2) e Engenharia Informática (3), uma das frases de abertura tende a ser um mecanismo de realização textual muito concreto – um *pacote lexical* construído em torno de um verbo copulativo (destaque por negritos e enquadramentos nossos):

- (1) “Foreign direct investment (FDI) **has been an important element** in financial globalization (...)” [7]⁸
- (2) “(...), *bringing the voices and experiences of these socioeducationally disadvantaged youths to the debates on youth and politics is fundamental* (...)” [4]
- (3) “*Studying cooperation is thereby significant for two reasons* (...) [46, 57].” [9]

O pacote lexical consiste numa afirmação mais ou menos perentória a respeito da pertinência ou importância do tema, construída em torno do verbo “to be”, com o domínio de especialização ou seu equivalente desempenhando funções de sujeito e um adjetivo valorativo (“important”, “fundamental”, “significant”) como predicativo do sujeito, o que não impede que

existam, embora mais raramente, configurações alternativas:

(4) “The intensive use of antibiotics for human purposes leads to their continuous liberation into wastewater treatment plants (WWTP) **meaning important implications** in the environmental occurrence of these compounds. (...)” [3]

Cumprindo dois passos distintos do M1 – o da contextualização da pesquisa e o da revisão da investigação prévia, surgem sequências de palavras comutáveis entre si, em domínios tão distintos quanto a Climatologia (5) e as Ciências Farmacêuticas (6)⁹:

(5) “**Integrated analysis of these proxies has revealed** a close coupling of North Atlantic SST, regional climate, and Iberian ecosystems during the last three glacial cycles, including changes in vegetation dynamics. (...)” [1]

(6) “Consequences of antibiotics in the environment **are well documented**, primarily involving bacterial resistance development (...)” [3]

Assinala-se de novo alguma tendência para o uso do verbo “to be” no pacote lexical que delimita a respetiva secção textual da introdução no exemplo (6). Também se aplica aos casos em que a própria metodologia já foi utilizada, ou em que se pretende propor uma nova, em contraponto à de anteriores pesquisas:

(7) “**One commonly applied palynological metric is the** abundance of temperate tree pollen (...)” [1]

(8) “**The use of** electronic performance-tracking systems to obtain spatiotemporal data in association football (football, for simplicity) **is becoming a generalized practice for performance analysis.**” [5]

9. Exemplos integrais, isto é, correspondendo à totalidade dos passos em cada texto. Esta constatação indicia igualmente que nem todos os passos ou movimentos ocupam a mesma extensão de texto, o que constitui outro ponto a explorar futuramente.

(9) “Of the wide range of numerical methods, the most popular are the finite element method (FEM), the finite difference method (FDM) and the boundary element method (BEM).” [8]

Por fim, é igualmente comum, embora não necessariamente na frase de abertura, anunciar o domínio científico ou o enquadramento global:

(10) “Estes apontamentos poderão ser assim inscritos em dois domínios principais: a **paleo-linguística** (...) e a **hidronímia** (...)” [14]

(11) “**Background**

The world is now facing a pandemic caused by a novel coronavirus, named Severe Acute Respiratory Syndrome virus corona virus 2 (SARSCoV-2).” [10]

A análise destes exemplos indicia que a complementaridade das abordagens interacionistas (Bronckart, 1997; Coutinho & Miranda, 2009), da Linguística Textual (Adam, 2001, 2008) e dos estudos do discurso aplicados ao Inglês para Fins Académicos (Swales, 1990, 2004; Buntton, 2002) se podem casar produtivamente, em especial ao reconhecerem nos pacotes lexicais acima destacados um mecanismo de realização textual que escora os passos típicos do M1 num artigo científico.

No M2, correspondente à delimitação do espaço individualizado da pesquisa que originou o artigo (cf. de novo Tabela 1), os passos mais comuns são os da identificação da lacuna, problema, necessidade ou questão, via de regra logo após a contextualização. O respetivo mecanismo de realização textual consiste no recurso aos articuladores e conectores de oposição, seguindo-se a indicação de falta de trabalhos na área. O uso de “however” em início de frase tipicamente

anuncia um problema no domínio importante que foi apresentado no passo imediatamente anterior:

(12) “**However**, the nature of such land–sea connections is partially obscured by the size of catchments from which the pollen is derived (...)” [1]

(13) “**However**, these previous studies did not consider how choices of herbivores for certain leaves within a plant may affect the interaction between these mite species (...)” [2]

(14) “**However**, the possibilities for using personal data, including sensitive data, even for scientific research purposes, which are recognised by International, European Union and National laws, exist **but** they are not broad.” [6]

(15) “None of these papers, **however**, provides evidence of actual corporate governance improvements.” [7]

Embora o uso de conectores e de articuladores deva ser distinguido do recurso aos pacotes lexicais, aqui constitui igualmente mecanismo de realização textual, na medida em que se insere num conjunto de dois passos, sendo o primeiro de oposição ao facto de um determinado tópico ou assunto estar já documentado na bibliografia revista e o segundo a identificação do nicho ainda não explorado. Por conseguinte, o que se considera mecanismo é a concatenação, no plano composicional, de uma relação lógica de oposição, que pode ser assinalada também por outros conectores, ainda que mais raros:

(16) “Testing the links between terrestrial and marine systems benefits from continental climate archives that provide precisely dated and high-resolution rainfall-sensitive time series spanning tens of millennia, **but** such records remain rare in Iberia, particularly near the west Iberian margin (...)” [1]

(17) “The contagiousness and rapid spread has been a main characteristic of this outbreak **but** the transmission routes for person-to-person virus infection are not fully understood. (...) Airborne transmission for corona virus has not yet been clearly established **but** there is growing evidence for aerosol-driven infection.” [10]

A oposição em dois passos emparelhados introduz o problema, lacuna, pergunta ou questão, a que se segue a expectável solução, colmatação ou resposta, identificando ao mesmo tempo o espaço de trabalho específico da investigação oferecida à formação sociodiscursiva da respetiva área disciplinar:

(18) [PROBLEMA]: “(...) the effect of the presence of heterospecific competitors on the within-plant distribution of herbivores **has not been studied extensively** (...) [SOLUÇÃO] **We aimed to fill this gap** by studying the performance and preference of two herbivorous spider mites coinfesting old or young leaves of the same host plant.” [2]

A articulação problema-solução constitui um importante mecanismo de composição textual das *introduções*, sendo a sua formulação pouco variada. A repetição ao longo dos artigos do *corpus* sugere que corresponde ao horizonte de expectativas das formações sociodiscursivas, sendo de considerar como uma opção importante no próprio discurso académico, ou seja, transversal a vários géneros textuais. Neste aspeto, a conciliação de abordagens inicialmente defendida revela ser especialmente proveitosa para entender as redes de ligações entre práticas sociodiscursivas plasmadas no discurso académico.

A identificação do espaço próprio pode ainda assumir características específicas da área disciplinar, como no caso seguinte, em que a delimitação corresponde a um determinado período histórico:

(19) “**O presente artigo centra-se no período de 1999 a 2019** seguindo uma análise qualitativa a partir dos documentos (...)” [11]

Por fim, na secção que antecede o anúncio da organização do texto subsequente, o M3 permite uma ocupação do espaço atrás identificado e dos passos dados para encontrar a solução, o que inclui a apresentação da hipótese, novamente recorrendo a pacotes lexicais que utilizem essa expressão:

(20) “**The main hypothesis is that there is a positive governance spillover for nontarget firms** (...)” [7]

(21) “Com base noutras propostas paleolinguísticas de reconstituição etimológica das designações de outros cursos de água europeus, **tentaremos apresentar aqui uma hipótese** que faz remontar as origens desta forma a uma era muito antiga da história do povoamento da região percorrida pelo Almorode e que admite a combinação, no interior deste hidrónimo, de formas provenientes de diversas línguas (...)” [14]

Outras formas de apresentar a hipótese recorrem a verbos relacionados, como “explorar”, “(de)mo(n)strar”, “avaliar”:

(22) “**In the present study, we aimed to explore the application of player-ball-goal angles (PBGA) in CPA** (...)” [5]

(23) “Trata-se neste texto de tentar **mostrar** três coisas (...)” [12]

(24) “(...) **this study will assess how** Lutheran doctrines and other elements of the Reformation circulated, were subject to surveillance and were curbed within the Portuguese empire (...)” [13]

A apresentação inclui ocasionalmente a metodologia e / ou os resultados, como no exemplo (25), se possível com destaque para a inovação ou diferença em relação ao que já existe, como nas expressões destacadas de (26)-(30):

(25) **“To test these hypotheses, we use firm-level data on corporate governance and cross-border M&As in 64 target countries over 2005–2014, covering both emerging and developing nations (...).”** [7]

(26) **“(...) These time series offer a rare site-specific continental record capable of examining the coherence of SST controls on Iberian climate and ecosystem dynamics across glacial and interglacial periods. The new record provides a continental perspective of hydroclimate dynamics linked to regional oceanographic conditions.”** [1]

(27) **“Addressing how interspecific competition interacts with leaf age to define the within-plant distribution of spider mites will not only shed light on this study system, but also contribute to our general understanding of how changes in within-plant distribution may shape herbivore communities.”** [2]

(28) **“This work reports the first survey of several FQs concerning WWTPs of the North region of Portugal using an innovative analytical method.”** [3]

(29) **“This article presents an improvement in the treatment of boundary conditions based on the idea of developing a reliable method for engineering analysis. The novelty of the proposed method lies in the modification of BEM integral kernels (...).”** [8]

(30) **“With these experiments and model, we open a new route to study strategies that efficiently incentivize cooperation in CRDs through partner selection (...).”** [15]

O mecanismo é associável ao que, num texto de um género publicitário, procuraria convencer à aquisição de um produto, bem ou serviço. Por esta razão, o conjunto de expressões construídas em torno da relação lexical ou morfológica das palavras “new” – “innovative” – “novelty”, e ainda da relação semântica entre esse conjunto e as expressões “first (survey)” – “shed light” permitem concluir que a estrutura composicional de uma introdução termina com uma verdadeira estratégia retórica que, mais do que argumentativa, será persuasiva.

5. SÍNTESE

Os exemplos apresentados, que necessariamente resultam de uma seleção entre muitos outros possíveis, parecem demonstrar como determinadas práticas sociodiscursivas poderão configurar-se nos planos de texto do género incluído *introdução* do artigo científico, o que abre um caminho promissor na congregação de diferentes enquadramentos dos estudos de discurso. Recorde-se que a proposta compósita original reúne contributos da Linguística Textual, como o plano de texto (Adam, 2002a), e um modelo de análise do discurso académico, baseado em movimentos retóricos e passos (Swales, 1990; Bunton, 2002). Além disso, os conceitos de género, de texto e de discurso (Bronckart, 1997; Adam, 2008; Maingueneau, 2014) aliam-se aos de mecanismos de realização textual (Coutinho & Miranda, 2009), sustentados por escolhas lexicais e sintáticas. Acresce que parece ser promissora a linha de reflexão sobre a possibilidade de conciliar as famílias de géneros da classificação proposta no seio da LSF com os tipos de textos (Werlich, 1983) e os tipos de sequências textuais (Adam, 1992). Especificamente, poderá ser aproveitada a coincidência de etiquetagem em alguns géneros (como, por exemplo: notícia jornalística, resenha e relato) para, mediante uma análise de propriedades textuais, elencar e classificar as convergências possíveis.

Parece-nos assim que a simbiose entre enquadramentos é teoricamente válida e metodologicamente rentável, além de se prestar a intervenções pedagógicas proveitosas. Em especial, as recorrências detetadas permitem constituir bancos de dados para auxílio à didática da escrita académica, por exemplo. Será essa uma futura linha de trabalho.

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (1992). *Les textes. Types et prototypes*. Nathan.
- _____. (2001). En finir avec les types de textes. In M. Ballabriga (Org.), *Analyse des discours. Types et genres: communication et interprétation* (pp. 25-43). EUS.
- _____. (2002a). Plan de texte. In P. Charaudeau, & D. Maingueneau (Orgs.), *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (pp. 433-434). Éditions du Seuil.
- _____. (2002b). Texte. In P. Charaudeau, & D. Maingueneau (Orgs.), *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (pp. 570-572). Seuil.
- _____. (2008). *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*. 2.e éd. Armand Colin.
- Bazerman, Ch., Little, J., Bethel, L., Chavkin, T., Fouquette, D., & Garufis, J. (2005). *Reference guide to Writing Across the Curriculum*. Parlor Press.
- Biber, D. (2005). Paquetes léxicos en textos de estudio universitario: Variación entre disciplinas académicas. *Revista Signos*, 38(57), 19-29. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-09342005000100002>
- Bronckart, J.-P. (1997). *Activité langagière, textes et discours*. Delachaux et Niestlé.
- Bunton, D. (2002). Generic moves in PhD Thesis Introductions. In J. Flowerdew (Ed.), *Academic Discourse* (pp. 57-75). Pearson Education.
- Coutinho, M.A. (2023). *Linguística do texto e do discurso*. Húmus.
- Coutinho, M. A., & Miranda, F. (2009). To Describe Genres: Problems and Perspectives. In Ch. Bazerman, A. Bonino, & D. Figueiredo (Eds.), *Genre in a Changing World, Perspectives on Writing* (pp. 35-55). The WAC Clearinghouse and Parlor Press. <http://wac.colostate.edu/books/genre/>
- Devitt, A. (2004). *Writing genres*. Southern Illinois University.
- Gouveia, C., & Santos, J. V. (2022). Texto e Contexto: Que Relações? In P. Silva, L. F. Barbeiro, F. Caels, C. Gouveia, J. V. Santos, C. Marques, & C. Barbeiro, *Teorias discursivas em diálogo: Perspetivas e análises* (pp. 13-50). Grácio Editor.
- Halliday, M. A. K. (2014). *Halliday's Introduction to Functional Grammar* (4th ed., rev. Ch. Matthiessen). Routledge.
- Maingueneau, D. (2014). *Discours et analyse du discours*. Armand Colin.

ARTIGO RECEBIDO A
04/07/2023
ARTIGO APROVADO A
15/10/2023

- Miranda, F. (2010). Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nascimento, M. F. B. (2013). Processos de lexicalização. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português* (pp. 215-246). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rose, D., & Martin, J. (2012). *Learning to write, reading to learn: Genre, knowledge and pedagogy in the Sydney School*. Equinox.
- Santos, J. V., & Silva, P. N. (2023). Encruzilhadas do Artigo Científico: Língua, plano de texto, tempos verbais e voz autoral. *Linha D'Água*, 36(2), 26-43. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v36i2p26-43>.
- Schneuwly, B., & Dolz, J. (1999). Os gêneros escolares. Das práticas de linguagem aos objetos de ensino. *Revista Brasileira de Educação*, 11, 5-16. https://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_11.pdf
- Schneuwly, B., & Dolz, J. (2004). *Gêneros orais e escritos na escola*. Mercado de Letras.
- Silva, P. N. (2021). O conceito de género em diversos enquadramentos teóricos. In M. C. Caetano (Org.), *Cadernos WGT: Voltar a falar em Gramática & Texto* (pp. 7-24). CLUNL.
- Swales, J. (1990). *Genre analysis. English in academic and research settings*. Cambridge University Press.
- _____(2004). *Research genres. Explorations and applications*. Cambridge University Press.
- Werlich, E. (1983). *A text grammar of English*. 2nd ed. Quelle & Meyer

REFERÊNCIAS DO CORPUS

- [1] Denniston, R., Houts, A., Asmerom, Y., Wanamaker Jr., A. D., Haws, J. A., Polyak, V. J., Thatcher, D. L., Setsen, A.-O., Borowske, A. C., Breitenbach, S. F. M., Ummenhofer, C. C., Regala, F. T., Benedetti, M., & Bicho, N. (2018). A stalagmite test of North Atlantic SST and Iberian hydroclimate linkages over the last two glacial cycles. *Clim Past*, 14, 1893-1913. DOI: <https://doi.org/10.5194/cp-14-1893-1913-2018>.
- [2] Godinho, D. P., Janssen, A., Li, D., Cuz, C., & Magalhães, S. (2020). The distribution of herbivores between leaves matches their performance only in the absence of competitors. *Ecology and Evolution*, 10, 8405-8415. DOI: <http://doi.org/10.1002/ece3.6547>
- [3] Maia, A. S., Paíga, P., Delerue-Matos, C., Castro, P M. L., & Tiritan, M.E. (2020). Quantification of fluoroquinolones in wastewaters by liquid chromatography-tandem mass spectrometry. *Environmental Pollution*, 259, 1-10. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envpol.2020.113927> 0269-7491.
- [4] Malafaia, C., Neves, T., & Menezes, I. (2021). The Gap Between Young and Politics: Youngsters Outside the Regular School System assessing the Conditions for Becoming Political Subjects. *Young*, 1-9. DOI: <http://doi.org/10.1177/1103308820987996>.
- [5] Carrilho, D., Couceiro, M. S., Brito, J., Figueiredo, P., Lopes, R. J., & Araújo, D. (2020). Using Optical Tracking System Data to Measure Team Synergic Behavior; Synchronization of Player-Ball-Goal Angles in a Football Match. *Sensors*, 20, 4990. DOI: <http://doi.org/10.3390/s20174990>.
- [6] Lopes, I.C., Doetsch, J., Redinha, M. R., & Barros, H. (2019). A protecção de dados e o processamento de dados pessoais de crianças nascidas muito prematuramente ou com peso muito baixo para a investigação científica na área da saúde. *Revista Eletrónica de Direito*, 3(20), 89-112. DOI: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123369/2/362343.pdf>
- [7] Albuquerque, R., Brandão-Marques, L., Ferreira, M. A. & Matos, P. (2019). International Corporate Governance Spillovers: Evidence from Cross-Border Mergers and Acquisitions. *The Review of Financial Studies*, 32(2), 738-770. DOI: <http://doi.org/10.1093/rfs/hhy053>.
- [8] Romero, A., Galvin, P., & Tadeu, A. (2020). An accurate treatment of non-homogeneous boundary conditions for development of the BEM. *Engineering Analysis with Boundary Elements*, 116, 93-101. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.enganabound.2020.04.008>.
- [9] Santos, F. P., Mascarenhas, S., Santos, F. C., Correia, F., Gomes, S., & Paiva, A. (2020). *Autonomous Agents and Multi-Agent Systems*, 34, article number 40. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10458-020-09463-w>.

- [10] Correia, G., Rodrigues, I., Gameiro da Silva, M., & Gonçalves, T. (2020). Airborne route and bad use of ventilation systems as non-negligible factors in SARS-CoV-2 transmission. *Medical Hypotheses*, 141, 109781. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.mehy.2020.109781>.
- [11] Martins, B., Silva, R., & Coelho, L.S. (2020). O Poder Simbólico e a Cooperação Portuguesa: Uma análise sobre o papel da Língua. *Cadernos de Estudos Africanos*, 39, 17-30. DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.4706>.
- [12] Constâncio, J. (2018). Schopenhauer, Mestre de Nietzsche: Sobre Nihilismo e Ascetismo. *Sofia*, 7(2), 59-81. DOI: <https://doi.org/10.47456/sofia.v7i2.21839>.
- [13] Paiva, J. P. The Impact of Luther and the Reformation in the Portuguese Seaborne Empire: Asia and Brazil, 1520-1580. *Journal of Ecclesiastical History*, 70(2), 283-303. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022046918002658>.
- [14] Veloso, J. (2020). Almorode: O rio que corre entre as árvores cortadas. Notas sobre um hidrónimo da Bacia do Leça. Linguística. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 15, 165-173. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/EL/article/view/9479/0>.
- [15] Santos, F.P.; Mascarenhas, S.; Santos, F.C.; Correia, F.; Gomes, S.; Paiva, A. (2020). Picky losers and carefree winners prevail in collective risk dilemmas with partner selection. *Autonomous Agents and Multi-Agent Systems*, 34:40. <https://doi.org/10.1007/s10458-020-09463-w>

Imagens, links e vídeos: argumentação em campanhas eleitorais no Twitter

Images, links, and videos: argumentation in electoral campaigns on Twitter

SOARES, ENIO
up201801805@edu.letras.
up.pt

Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (2015)
Doutorando em Estudos em Ciências da Linguagem pela Universidade do Porto (Portugal)
Bolsheiro pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT (UI/BD/153393/2022)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4316-1827>

PALAVRAS-CHAVE:
Discurso político;
Análise do discurso;
Linguística textual.

RESUMO: Este artigo traz um pequeno recorte de nossa pesquisa de doutoramento em andamento, a qual busca identificar e analisar aspetos linguísticos e estratégias argumentativas de publicações de campanhas eleitorais em redes sociais dos perfis/páginas oficiais de Jair Bolsonaro e de Fernando Haddad – presidenciais brasileiras de 2018 – e de Ana Gomes e de André Ventura – presidenciais portuguesas de 2021 – com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso. Apresentamos, aqui, uma análise sobre duas das 15 publicações mais relevantes, de cada candidato, na rede social *Twitter*, no intervalo temporal de 15 dias imediatamente anteriores ao pleito. Valemo-nos da Linguística Textual, a partir de Adam (1997, 2001a, 2001b), Bronckart (1985) e Plantin (1996), para identificar e analisar como a estrutura da rede social (Bossetta, 2018), enquanto suporte textual, conforme concebido por Maingueneau (2001), influencia a manifestação material dos tecnodiscursos (Paveau, 2021), refletindo na construção das sequências textuais identificadas no *corpus*, mais especificamente no que toca à forma de apresentação dos argumentos ou dados (premissas) das sequências textuais argumentativas, sendo privilegiadas as composições multimodais com recurso a imagens estáticas, *links* e vídeos.

KEY-WORDS:
Political discourse;
Discourse analysis;
Textual linguistics.

ABSTRACT: This article presents an excerpt from our ongoing doctoral research, which aims to identify and analyze linguistic aspects and argumentative strategies in electoral campaign publications on social media from the official profiles/pages of Jair Bolsonaro and Fernando Haddad - the 2018 Brazilian presidential candidates – and Ana Gomes and André Ventura – the 2021 Portuguese presidential candidates – based on the theoretical framework of Discourse Analysis. Here, we provide an analysis of two of the 15 most relevant publications from each candidate on the Twitter social media posted in the 15 days immediately preceding the elections. We draw on Textual Linguistics, following the works of Adam (1997, 2001a, 2001b), Bronckart (1985), and Plantin (1996), to identify and analyze how the structure of the social network (Bossetta, 2018), as a textual support, as conceived by Maingueneau (2001), influences the materialization of techno-discourses (Paveau, 2021), which is reflected in the construction of textual sequences identified in the corpus, specifically regarding the presentation of arguments or data (premises) in argumentative textual sequences in which multimodal compositions involving static images, links, and videos were preferred.

1. SOBRE POLÍTICA NAS REDES SOCIAIS: DELIMITAÇÃO TEMÁTICA E DE OBJETIVO

Quando Jair Bolsonaro tomou posse como 38º presidente da República Federativa do Brasil em 1º de janeiro de 2019, fez questão de agradecer a todos os que o acompanharam e contribuíram para sua campanha eleitoral, em especial àqueles engajados através das redes sociais. Sem participar dos principais debates televisivos, e sem muito tempo disponível no horário eleitoral obrigatório¹, sua candidatura apostara, pesadamente, naqueles canais de comunicação com o eleitorado.

Este “novo instrumento” vem ganhando importância no cenário político mundial, haja em vista sua utilização por Donald Trump e Joe Biden (USA), Matteo Salvini (ITA) e Sebastian Kurz (AUS), para citarmos uns poucos exemplos (bem-sucedidos). Em Portugal, o fenômeno das *social media* em campanhas eleitorais vem sendo debatido e estudado com maior atenção. Santos e Bicho (2016) investigaram o seu uso nas autárquicas de 2013 e, já nas eleições legislativas de 2015, todos os partidos estiveram “(. . .) presentes na Internet, com sites e páginas numa ou em mais redes sociais, demonstrando que a campanha também é [era] digital” (Agência Lusa, 2015²).

No contexto das presidenciais de 2021, apesar de Marcelo Rebelo de Sousa ter sido reeleito sem recorrer às redes sociais, houve um forte movimento nesses suportes dos demais candidatos, com destaque para Ana Gomes, André Ventura, João Ferreira, Marisa Matias e Tiago Mayan.

Por isso, elegemos o Discurso Político de campanha eleitoral em redes sociais como tema de nossa tese de doutoramento, no 3º Ciclo de Estudos em Ciências da Linguagem da Faculdade

1. O Horário Eleitoral Gratuito refere-se a um tempo que os partidos têm reservado para propaganda em todas as redes de televisão aberta e redes de rádio AM/FM. A transmissão ocorre em horário determinado, em simultâneo, e a fatia de tempo de que cada candidatura dispõe é determinada com base no número de deputados eleitos na eleição anterior. Como os partidos de Jair Bolsonaro eram poucos e recém-formados, o candidato teve direito, por dia, a apenas 8 segundos + 11 inserções. A título de comparação, o candidato com mais tempo foi Geraldo Alkmin com 5 minutos e 32 segundos + 434 inserções. Para entender melhor o método, consultar: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/horario-eleitoral-tse-divulga-tempo-de-tv-dos-candidatos-a-presidencia_br_5c3387b0e4b0f65f9273b-3c5?utm_hp_ref=br-homepage>.

2. Disponível em: <<https://sol.sapo.pt/2015/09/27/redes-sociais-entram-na-campanha-de-todos-os-partidos/>>.

de Letras da Universidade do Porto, com o objetivo de analisar – no campo da Linguística, mais especificamente das áreas da Linguística Textual, da Análise do Discurso (AD) e Análise do Discurso Digital (ADD), em diálogo com fontes da Análise Crítica do Discurso (ACD), da Retórica e Argumentação e da Semiótica Social – as estratégias utilizadas na composição das mensagens em busca da adesão do (e)leitor a um determinado candidato.

A ACD (Wodak & Meyer, 2001; Meyer, 2001; van Dijk, 2001), entendida como uma corrente da Análise do Discurso que se apoia em bases linguísticas, oferece-nos suporte a um olhar que focaliza algumas categorias e conceitos em busca de regularidades, padrões que nos auxiliem a entender melhor (cientificamente) o jogo retórico e ideológico em questão. Nas palavras de Meyer (2001, p. 25), a ACD: “(. . .) strongly relies on linguistic categories. (. . .) linguistic concepts such as actors, mode, time, tense, argumentation, and so on”.

Uma vez que a ACD apoia-se em categorias e conceitos linguísticos para análise dos *corpora*, escolhemos aplicar, sobre parte do nosso *corpus*, alguns dos conceitos e tipologias da Linguística Textual, intentando analisar as sequências textuais que compõem as mensagens, principalmente no que toca à argumentação (Adam, 1985, 1997, 2001a, 2001b, 2005; Bronckart, 1985; Plantin, 1996).

É preciso, também, considerarmos a composição híbrida que tais mensagens apresentam, uma vez que estamos a investigar produções realizadas em contexto digital, o que Paveau (2021), na perspectiva da ADD, nomeia como tecnodiscursos, os quais são co-construídos conforme as possibilidades e limites da web 2.0. Neste caso específico, podemos relacionar tais contingências com as contribuições de Bosseta (2018) acerca da influência do que ele chama de arquitetura das redes sociais sobre as estratégias de publicação e composição das mensagens.

A perspectiva da Semiótica Social tem se mostrado importante para nos auxiliar na análise de tecnodiscursos quanto à decodificação das composições multimodais – em que há o uso e interação de diversos modos semióticos em uma mesma produção (Kress & van Leeuwen, 2001). Paveau (2021) cita Develotte (2009), que tem contribuído com a consideração das “(. . .) interações multimodais por tela [que] ocorrem em espaços nos quais coexistem elementos gráficos, icônicos, fixos ou animados, e funções de comunicação síncronas ou assíncronas” (Paveau, 2021, p. 120). Passamos, a seguir, à delimitação de nosso *corpus* e objetivo, para, então, detalhar este referencial teórico-metodológico e apresentar os resultados de nossa análise.

1.1. CORPUS DE ANÁLISE

Para este artigo, selecionamos duas das 15 publicações listadas como “mais relevantes”, pela rede social *Twitter*, de quatro candidatos – Jair Bolsonaro e Fernando Haddad (presidenciais brasileiras de 2018) e de Ana Gomes e André Ventura (presidenciais portuguesas de 2021) –, partilhadas no intervalo temporal de 15 dias imediatamente anteriores ao pleito.

A escolha das duas publicações de cada candidato adotou os seguintes critérios: a) serem representativas do uso predominante de vídeos e imagens estáticas na composição multimodal das publicações; b) a ordem de aparecimento na lista de “mais relevantes”, segundo o algoritmo da rede social (foram preferidas as que cumprissem o critério da multimodalidade e aparecessem primeiro na *timeline*).

1.2. OBJETIVO

Identificar e analisar como a arquitetura da rede social *Twitter* (Bossetta, 2018), para além de uma condição de suporte textual, conforme concebido por Maingueneau (2001), influenciou

na manifestação material dos tecnodiscursos (Paveau, 2021), refletindo na construção das sequências textuais identificadas no *corpus*, mais especificamente no que toca à forma de apresentação dos argumentos ou dados (premissas) das sequências textuais argumentativas.

2. BASES TEÓRICAS

2.1. AS REDES SOCIAIS E A COMPOSIÇÃO DAS MENSAGENS

Um homem de pé, frente a um público específico, em determinado local e data, fala com o objetivo de persuadir seus ouvintes a aderirem a suas ideias. Alguns séculos mais tarde e suas palavras passam a circular impressas em papel, alcançando um número muito maior de pessoas, em locais e datas já não tão certos como antes. Outro salto temporal e este homem a falar pode agora ser filmado (ou alguém que o represente, talvez...) e circular acompanhado por seus textos “impressos”, imagens das mais variadas, alteradas, editadas e publicadas instantaneamente, em *torrent(e)*, em *lives* ou quando a audiência preferir, pois passam a estar disponíveis em diversas plataformas *online*. Arquivos disponíveis na palma da mão, a alguns toques de distância, nos locais mais incertos (desde que haja rede!).

Muitas possibilidades e limitações coexistem na esfera da comunicação. A forma como um texto alcança seu leitor/ouvinte não é neutra. Importa considerarmos o “suporte textual”, ou seja, a manifestação material dos discursos (Maingueneau, 2001: 71). Esta forma, física ou digital, que dá base à materialização textual (Marcuschi, 2008), traz mudanças significativas na relação Orador – Auditório que o triângulo retórico representa(va) (Aristóteles, 2005). Ocorre, hoje, a “mediatização” da interlocução.

O triângulo retórico (fig. 1) refere-se ao modelo comunicacional que subjaz à Retórica Aristotélica, em que um orador (1) endereça uma mensagem (2) a um auditório (3).

Esta triangulação é marcada pela oralidade e pela presença física. A Retórica Mediatizada considera o alargamento do vértice “mensagem”, passando do triângulo para o quadrado (fig. 2), pela adição dos meios de comunicação (4) como mediadores. O modelo do quadrado é marcado pela diversidade de modos semióticos (verbais escritos/orais, vídeos, imagens, recursos gráficos etc.) e pelo diferimento espacial e temporal entre os interlocutores³.

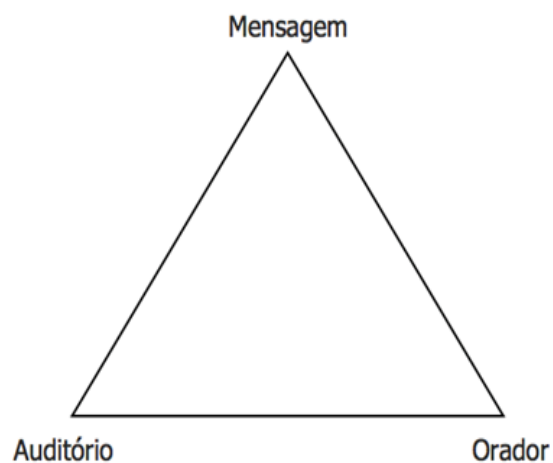


Figura 1 - Representação do Triângulo Retórico Aristotélico

Fonte - Mateus (2018, p. 161)

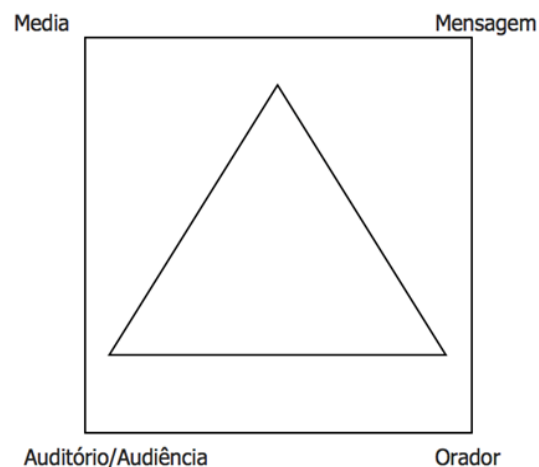


Figura 2 - Representação do Quadrado da Retórica Mediatizada

Fonte - Mateus (2018, p. 162)

3. Vale referirmos ao clássico esquema de comunicação proposto por Roman Jakobson (2010), composto por seis fatores: (1) emissor ou remetente, (2) recetor ou destinatário, (3) mensagem, (4) código, (5) canal ou contato e (6) contexto. Podemos dizer que, nesta investigação, analisamos as mensagens e o código, considerando como a especificidade do canal (digital) influencia nos outros fatores e, por conseguinte, na comunicação.

Entretanto, mais do que “suportes textuais” para enunciados circularem por meios digitais, é possível pensar estas plataformas como co-construtoras do discurso, principalmente quando a mensagem é produzida a partir de dispositivos tecnológicos que interferem sobremaneira no processo, constituindo ecossistemas específicos de produção e circulação. Esta é a concepção que vem sendo desenvolvida por Marie-Anne Paveau (2021), em uma perspectiva denominada de Análise do Discurso Digital (ADD), e com a qual temos trabalhado em nossa pesquisa.

Por um lado, Michael Bossetta (2018) mostra-nos como a “arquitetura digital” das redes sociais afeta as estratégias de campanha eleitoral nestes meios, uma vez que cada plataforma (*Facebook, Twitter, Instagram, Snapchat, TikTok*, etc.) possui características diferentes, possibilidades e limitações que interferem não só na quantidade de publicações, mas também na construção das mensagens.

Conforme os resultados de seu estudo realizado sobre as primárias norte-americanas em 2016, quatro aspetos da arquitetura digital das plataformas influenciam na sua utilização, em tradução nossa: 1) estrutura da rede, 2) funcionalidade, 3) filtragem algorítmica, e 4) dataficação (Bossetta, 2018, p. 7).

Para resumir do que trata cada um deles, convocamos as palavras do autor:

Network structure influences how users identify and connect with political accounts. **Functionality** governs the rules of media production and diffusion across a platform. **Algorithmic filtering** determines what content users are exposed to, and **datafication** provides the means for politicians to target voters outside of their existing subscribers. (Bossetta, 2018, p. 7, destaques nossos).

Por outro lado, Paveau (2021) nomeia estas produções como “tecnodiscursos”, pois considera a integração dos discursos em redes de relações algorítmicas, e destaca seis características

que definem esta produção nos dispositivos técnicos, sendo elas: 1) **composição** (integração de diversas linguagens na produção de uma mensagem); 2) **deslinearização** (quebra da linearidade de uma mensagem com o uso de *hiperlinks*, p. ex.); 3) **ampliação** (os desdobramentos de uma mensagem em comentários, partilhas e reações possíveis); 4) **relacionalidade** (cadeia de relações em que um tecnodiscurso pode se integrar, p. ex., sua transposição para peças publicitárias, manifestações de rua ou produtos comercializáveis); 5) **investigabilidade** (a possibilidade de serem pesquisados e filtrados, listados a partir dos motores e ferramentas de busca das plataformas e de terceiros); e 6) **imprevisibilidade** (não é possível prever os efeitos e desdobramentos de um tecnodiscurso).

As possibilidades composicionais que o digital oferece para a produção das mensagens podem ser analisadas com o contributo da Semiótica Social, pois, ao falarmos da integração de diversas linguagens em uma mesma publicação (um *post* ou *tweet*), estamos a falar do que Kress (2010), Kress e van Leeuwen (2001) e Jewitt (2011) referem como multimodalidade ou discursos multimodais.

Neste artigo, valemo-nos do conceito de “modo” para nomear os recursos semióticos utilizados nas publicações dos perfis dos candidatos, pois, conforme Kress (2010, p. 79): “mode is a socially shaped and culturally given semiotic resource for making meaning. Image, writing, layout, music, gesture, speech, moving image, soundtrack and 3D objects are examples of mode used in representation and communication”.

Paveau (2021, p. 120) sugere a possibilidade de considerarmos o que ela nomeia por “compósitos” como outros modos em interação nos tecnodiscursos. “Um elemento de discurso é compósito quando se constitui por uma mistura entre o linguístico e o técnico” (Paveau, 2021,

p. 119). Assim, um *link*, ou uma *hashtag*, por exemplo, são compósitos, uma vez que integram o linguístico (siglas, palavras, expressões, frases, etc.) com a sua natureza técnica clicável, a qual possibilita a deslinearização do enunciado.

Neste recorte de análise atentamos em especial à funcionalidade (*functionality*) das redes e à composição dos tecnodiscursos, propriedades diretamente ligadas à produção e difusão das publicações, considerando a interface gráfica pela qual um sujeito “interage” com o conteúdo, a *timeline* (organização e elenco das publicações) e os *modos* explorados (vídeos, imagens, *links*, etc.) na/para a construção das sequências textuais.

2.2. SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

Uma forma de entendermos os textos é considerá-los, com base em Adam (1985, 1997, 2001b), como conjuntos de sequências heterogêneas, unidades com organização interna autônoma, configurando uma unidade composicional. Há, para este autor, um pequeno número de sequências de base, fixadas culturalmente.

Para Bronckart (1985), a relação dialógica ganha relevo, pois as sequências definir-se-iam a partir das relações estabelecidas entre produtor e destinatário, organizando-se, assim, o conteúdo temático dos textos.

Resumimos a tipologia das sequências textuais, conforme os autores citados, no Quadro 1 a seguir:

Adam (2001b)	Bronckart (1985)
Explicativa	Explicativa
Descritiva	Descritiva
Narrativa	Narrativa
Argumentativa	Argumentativa
Dialogal	Dialogal
	Injuntiva* ⁴

Cada tipo de sequência tem uma intenção, organiza-se seguindo certos padrões e, a depender do ato ilocutório em questão, certa sequência mostra-se predominante. Estas unidades textuais podem ser identificadas no seu entrelaçamento como sequências principais (relativas ao principal objetivo de um texto) e sequências secundárias, que servem ao objetivo das primeiras, marcando a heterogeneidade composicional dos textos (Adam, 1997).

Uma vez que, aqui, estamos a falar de publicações que têm por finalidade principal conseguir votos para um determinado candidato, olhamos mais especificamente para as sequências de caráter argumentativo que compõem as mensagens publicadas. Aplicamos os esquemas de Plantin (1996) e Adam (2001b) para pensarmos como a argumentação é trabalhada nas publicações, considerando as características e possibilidades de construção textual nas redes sociais.

Quadro 1 - Tipologia das sequências textuais (Adam, 2001b; Bronckart, 1985)

Fonte - Elaborado pelo autor

4. Adam (1985) considerava também a sequência injuntiva, no entanto, em 1992 ele reformula a tipologia excluindo esta classificação. Concor damos com Bronckart sobre a pertinência da classificação injuntiva, pois é recorrente em nosso *corpus* sequências secundárias que configuram claramente atos diretivos e são marcadas pelo conjuntivo com valor imperativo.

3. RESULTADOS DA ANÁLISE

As 15 publicações de cada candidato foram recolhidas da rede social *Twitter* a partir de busca realizada com as ferramentas de filtragem disponibilizadas pela própria plataforma, ou seja, valemo-nos da característica de investigabilidade dos tecnodiscursos (Paveau, 2021), definindo como parâmetros de busca: a) o perfil que realizou a publicação (@jairbolsonaro, @Haddad_Fernando, @AnaMartinsGomes e @AndreCventura), b) o intervalo temporal em que foram realizadas as publicações (os 15 dias antecedentes à data do pleito, no caso do Brasil anteriores à segunda volta; em Portugal a eleição definiu-se em volta única); c) listagem de publicações consideradas “mais relevantes”, segundo os padrões algorítmicos do *Twitter*, pois estas acabam por ter maior divulgação e exposição aos usuários da rede, conforme a lógica do *algorithmic filtering* (Bossetta, 2018).

Diante destas publicações, identificamos e quantificamos os modos semióticos utilizados na composição das mensagens (Paveau, 2021), ou seja, aquelas que apresentavam apenas texto verbal escrito e aquelas que incluíam, para além do texto verbal, imagem estática, *link* e/ou vídeo incorporado. Os dados obtidos encontram-se resumidos na Tabela 1, a seguir, na qual destacamos, ao final, a predominância das composições multimodais.

Tabela 1 - Quantificação das mensagens quanto à sua composição com diferentes modos semióticos na rede social *Twitter*

Fonte - Elaborado pelo autor com base no *corpus* recolhido

	@jairbolsonaro		@Haddad_Fernando		@AnaMartinsGomes		@AndreCventura	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Apenas texto	7	46,7	5	33,3	1	6,7	0	0,0
Imagem estática	2	13,3	4	26,7	6	40,0	13	86,7
Link	0	0,0	0	0,0	3	20,0	1	6,7
Vídeo	6	40,0	6	40,0	5	33,3	1	6,7
Total	15	100,0	15	100,0	15	100,0	15	100,0
Multimodais	8	53,3	10	66,7	14	93,3	15	100,0

Nota-se o uso privilegiado de imagens estáticas e vídeos nas composições. Enquanto no contexto brasileiro predominou a presença de vídeos (40,0% das publicações de cada candidato), no contexto português, as imagens estáticas foram mais recorrentes (40,0% para Ana Gomes e 86,7% para André Ventura). Além disso, ficou evidente um maior apelo a tais modos no contexto da eleição portuguesa, uma vez que Ana Gomes (93,3%) e André Ventura (100,0%), respetivamente, valeram-se maioritariamente da multimodalidade.

Selecionamos⁵ duas publicações de cada perfil em investigação para, aqui, apresentarmos parte do que temos analisado sobre a influência das possibilidades composicionais oferecidas pelas plataformas na construção destas mensagens. Nas Fig. 3 e 4, a seguir, veem-se os *tweets* publicados por @AnaMartinsGomes (respetivamente primeiro e terceiro na ordem de relevância determinada pelo algoritmo). Todas as publicações, deste e dos demais perfis, estão apresentados em seu ecossistema (Paveau, 2021), seguidos da transcrição do texto verbal escrito que compõe cada mensagem. Adicionamos colchetes vermelhos às imagens para especificar, no ecossistema capturado, qual o *tweet* que está a ser analisado.

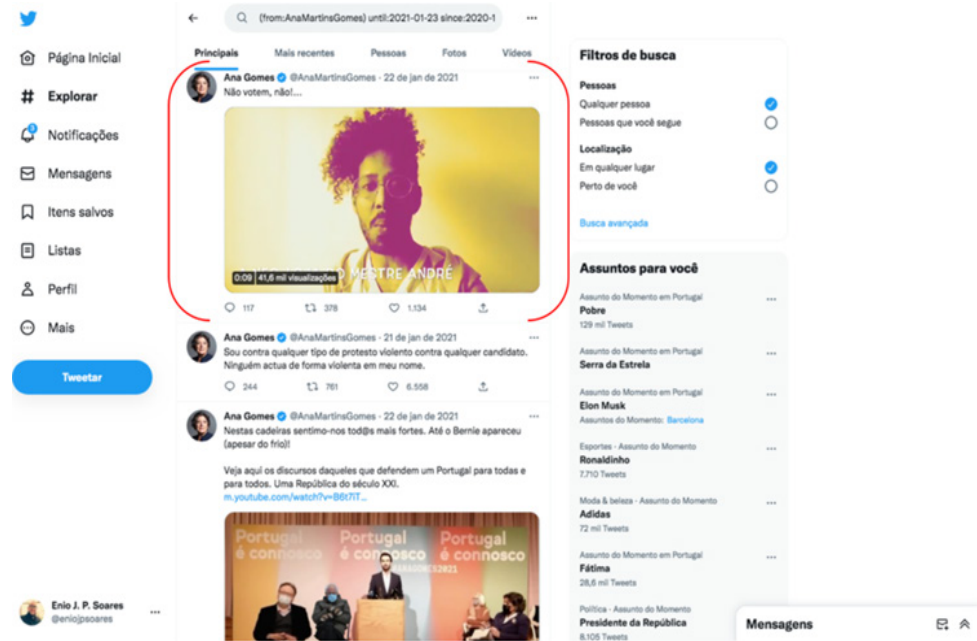
5. Conforme os critérios descritos em “1.1 *Corpus* de análise”.

Figura 3 - *Tweet* de @AnaMartinsGomes publicado em 22 de janeiro de 2021 (colchetes vermelhos nos-
sos)

Fonte - *Twitter*. Recuperado em 18 de novembro de 2022.

(1) Ana Gomes @AnaMartinsGomes – 22 de jan de 2021

Não votem, não!...



O texto verbal escrito, em (1), resume-se a uma sequência injuntiva que expressa um ato diretivo aos leitores para que “não votem”, reforçada ainda pela repetição do advérbio de negação “não” e pelo ponto de exclamação. Tal instrução causa estranheza em contexto de campanha eleitoral, quando é mais comum o chamamento à participação, ou seja, ao voto. Ainda mais em Portugal, país em que votar não é obrigatório.

Entretanto, as reticências, no final da frase, apontam para um complemento à mensagem, o qual poderia trazer algumas respostas às questões subjacentes: Não votar em quem? Por quais motivos? Na composição deste *tweet*, o papel de sequência argumentativa, que vem lançar luz às premissas, argumentos e conclusões possíveis, é desempenhado por um vídeo com 55

segundos de duração, intitulado “A neo-loja do mestre André”⁶, uma paródia de uma canção infantil, no qual um homem canta versos em que o “mestre André” é o candidato André Ventura, com quem Ana Gomes disputava o pleito.

Ventura é caracterizado negativamente, ou seja, podemos identificar o que Wodak (2001) chama de “*negative Other presentation*”, uma estratégia em que elementos lexicais e enunciativos, entre outros, são utilizados para a construção de uma oposição entre um EU positivo e um OUTRO negativo (Pinto, 2015). Assim, o referido candidato é relacionado a valores e ideologias a serem evitadas. A seguir transcrevemos alguns dos versos da paródia:

Fui à loja do mestre André (. . .) E cheirou-me à censura (. . .) Vi por lá xenofobia (. . .) misoginia, transfobia, homofobia, ciganofobia, tanta fobia. Foi na loja do mestre André, que cheirou-me a machismo, a sexismo, a racismo, ecos de neo-fascismo (. . .) Ai olé, ai olé, não volto à loja do mestre André. Ai olé, ai olé, **eu não vou votar no André.**

Torna-se claro que o “Não votem, não!” diz respeito a não votar em André Ventura e tudo de mal que este representaria. Portanto, dentro do esquema de sequência argumentativa proposto por Plantin (1996), a premissa seria que ‘não se deve votar em André Ventura’; os argumentos apoiam-se nos valores negativos que o candidato representa, em uma mobilização *pathémica* do risco de se eleger alguém com tais ideais; e a conclusão seria a confirmação da premissa.

A composição da mensagem (Paveau, 2001) vale-se do vídeo como sequência argumentativa, que reforça a injunção, e tira proveito da arquitetura da rede social (Bossetta, 2018) para buscar maior alcance junto ao público, pois o algoritmo tende a destacar conteúdos assim compostos.

A seguir, na Fig. 4, temos uma publicação que traz, em sua composição, um *link* para o vídeo de uma transmissão em direto (*live*) realizada na plataforma *YouTube*, no dia 21 de janeiro de

6. Disponível em: <https://youtu.be/hA__b_oOHdY?si=1VFh0doL-Z-94dHjf>.

2021. Como no caso anterior (Fig. 3), o vídeo (com cerca de 2h de duração), cumpre o papel de apresentar argumentos, mas, desta vez, trata-se de um elenco de declarações de voto na candidata Ana Gomes e suas justificativas. São declarações de pessoas da sociedade civil, como advogados, economistas, artistas, políticos, entre muitos outros, seguindo a técnica do *endorsement*. Esta é uma estratégia do *marketing* que utiliza a associação de indivíduos com reconhecimento público para transferir significados sociais e credibilidade a uma marca, produto ou, neste caso, um candidato (McCracken, 1989).

Figura 4 - Tweet de @AnaMartinsGomes publicado em 22 de janeiro de 2021 (colchetes vermelhos nos- sos)

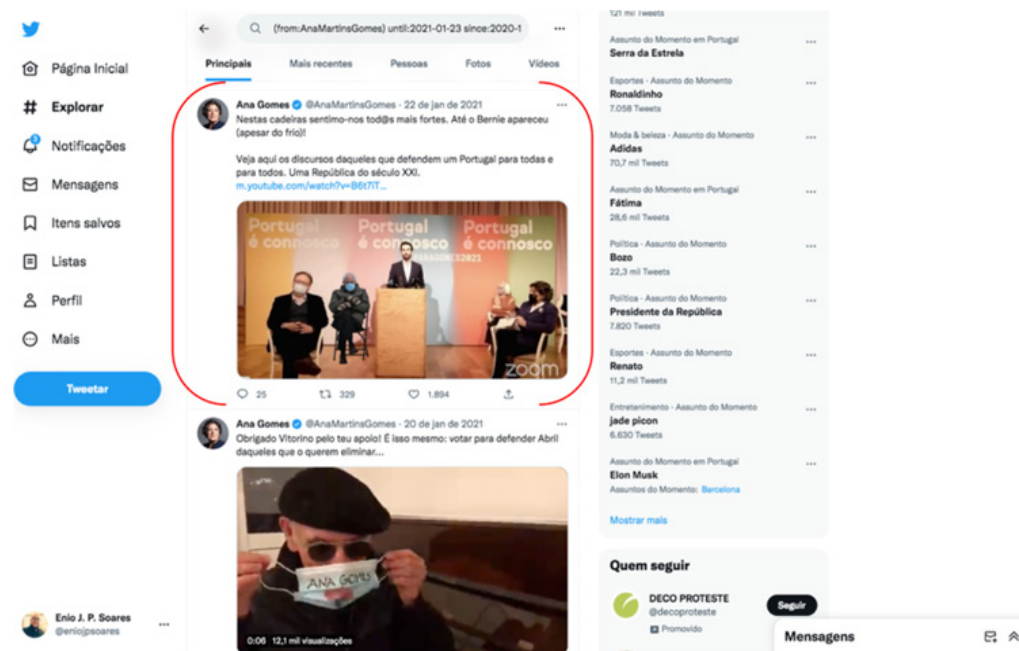
Fonte - *Twitter*. Recuperado em 18 de novembro de 2022.

(2) Ana Gomes @AnaMartinsGomes - 22 de jan de 2021

Nestas cadeiras sentimo-nos tod@s mais fortes. Até o Bernie apareceu (apesar do frio)!

Veja aqui os discursos que defendem um Portugal para todas e para todos. Uma República do século XXI.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/live/B6t7iTqJJs8?si=Th-949sAittu2HRll>>.



O texto escrito que compõe a mensagem faz uma chamada para que o leitor aceda ao vídeo e “Veja (. . .) os discursos que defendem um Portugal para todas e para todos”⁷, conforme lemos em (2). Novamente há uma sequência injuntiva que aponta para o elemento composicional que fornecerá os argumentos em defesa da premissa de que, para a construção de “um país para todas e para todos”, seria preciso eleger Ana Gomes. Entretanto, para além do *link*, é utilizada uma imagem, um *frame* do referido vídeo, em que se pode ver o mediador da *live* atrás de um púlpito, a candidata sentada à direita, de máscara, e outras três pessoas, também sentadas e de máscaras – uma vez que as eleições ocorreram em um período da pandemia de COVID-19⁸.

Há, ali, um elemento composicional que busca ativar o interesse do leitor: o “meme”⁹ com a figura de Bernie Sanders, senador dos Estados Unidos da América. Esta imagem tornou-se um meme viral aquando da posse de Joe Biden como presidente daquele país, em 20 de janeiro de 2021 (um dia antes da publicação que estamos a analisar). Na fotografia, o senador estava sentado em uma cadeira, de braços cruzados, máscara e usando um par de luvas que chamava a atenção. Esta imagem passou, quase que instantaneamente, a ser manipulada de maneira a se introduzir a figura de Sanders nos mais diversos e insólitos contextos – um exemplo da relacionalidade dos tecnodiscursos (Paveau, 2021). Na Fig. 4, o senador americano é a segunda pessoa sentada a partir da esquerda, e o texto do *tweet* menciona sua presença: “Até o Bernie apareceu (apesar do frio)!”.

Segundo o próprio site do senador¹⁰, este se define como um político de agenda progressista, o que se alinha, em muitos aspetos, à agenda da candidata Ana Gomes. A menção ao político aparece no texto de forma a criar um tom de aproximação, com certa informalidade de tratamento e referência direta, ressaltada pelo determinante presente em “até o Bernie” e a omissão de seu apelido (Sanders).

7. Interessante notar que, anteriormente, foi utilizado o recurso à @ em “tod@s” como marca de gênero neutro, o que reforçaria a identificação com o eleitorado progressista, preocupado com as questões igualitárias e que busca expressar, também na escrita, formas de não privilegiar um gênero (masculino) em detrimento do(s) outro(s). Disponível em: <<https://anped.org.br/news/bom-dia-tods-todes-todxs-o-uso-de-pronomes-neutros-nao-binarios-e-desconstrucao-da-linguagem>>.

8. Em Portugal, a Lei Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro de 2020 tornou o uso de máscaras obrigatório nas vias públicas e sempre que o distanciamento recomendado fosse impraticável. Disponível em: <<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/62-a-2020-146435561>>. Além disso, era recomendado o uso também em locais muito frequentados, com aglomerados de pessoas, e em espaço fechado com pessoas que não integrassem o mesmo agregado familiar. Disponível em: <<https://www.sns24.gov.pt/guia/prevencao-de-infecoes-respiratorias/>>.

9. Conforme o site conceito.de, um meme “(. . .) refere-se ao uso de texto, imagens ou vídeos para transferir uma mensagem, geralmente de modo irônico (. . .) com o objetivo de parodiar algum acontecimento, (. . .) e se esse meme for amplamente divulgado, então ele pode tornar-se algo viral, que é quando alguma coisa possui bastante repercussão na internet”. Disponível em: <<https://conceito.de/meme>>.

10. Disponível em: <<https://berniesanders.com/>>.

Assim, notamos a mobilização de estratégias de composição da mensagem para engajamento do leitor e maior alcance de público, pois, como analisado na publicação anterior, utilizou-se uma sequência injuntiva a apontar para o vídeo que, este sim, apresenta, detalhadamente e com estratégias variadas, a argumentação pelo voto em Ana Gomes. Em ambas as publicações – e em todas as demais que compõem esta análise –, é possível observar o recurso à intertextualidade e à interdiscursividade (Charaudeau & Maingueneau, 2002), ao serem retomados e entrelaçados outros textos e outros (inter)discursos mobilizados para reforçar a identificação do leitor com a candidata, seja na ênfase sobre o que a define, seja ao estabelecer uma oposição frente ao que seu adversário representa.

Ao analisarmos os *tweets* de @AndreCVentura (Fig. 5 e 6, a seguir; terceiro e sexto na ordem de relevância determinada pelo algoritmo), notamos que suas publicações foram 100% multimodais, compostas maioritariamente com recurso a imagens estáticas (86,7%), e trabalharam, predominantemente, na construção de seu *ethos*, de uma imagem de si que contrastasse com seus adversários e reforçasse sua rede de identificações com seu eleitorado. Pinto (2015, p. 26) explica que “(. . .) o Ethos político se constrói numa estratégia de ‘orientalização’, de diferenciação especular face ao OUTRO, ou seja, numa estratégia de ‘Othering’ e de conflito”.

Conforme Baumann e Gingrich (2004), as relações simbólicas – estabelecidas entre os membros de um grupo e deste com outros grupos – compõem um processo de construção identitária que, no modelo de orientalização, realça as diferenças entre o EU e o OUTRO.

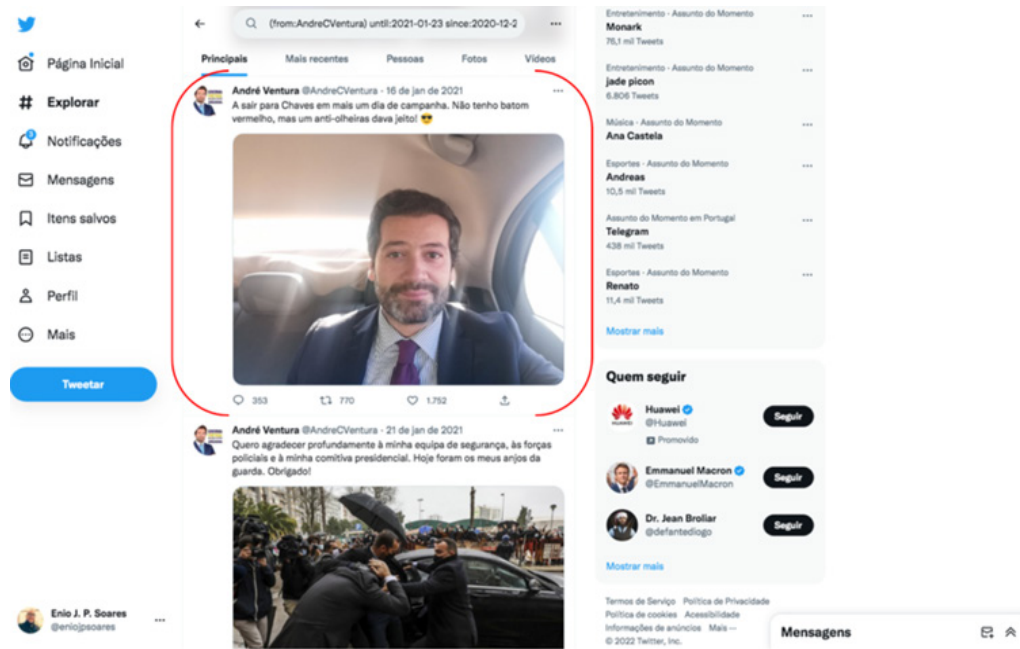


Figura 5 - Tweet de @AndreCVentura publicado em 16 de janeiro de 2021 (colchetes vermelhos nossos)

Fonte - Twitter. Recuperado em 18 de novembro de 2022.

(3) André Ventura @AndreCVentura – 16 jan 2021

A sair para Chaves em mais um dia de campanha. Não tenho batom vermelho, mas um anti-olheiras dava jeito! (emoji a usar óculos escuros).

Vemos, na Fig. 5, um candidato que olha diretamente para o leitor, de dentro de um automóvel, um espaço pequeno que o aproxima ainda mais do interlocutor. O texto verbal escrito (3) traz uma sequência narrativa que enfatiza a sensação de movimento em sua construção verbal, “A sair para Chaves (. . .)”, com um valor aspetual incoativo, ao indicar uma ação em seu início, ajudando também a reforçar uma imagem de homem trabalhador, ao contextualizar o momento em que ocorre a ação: “(. . .) em mais um dia de campanha”.

Aqui estamos a analisar o carácter argumentativo das publicações, pois estas têm como objetivo final, em um plano global, convencer o leitor a votar em um determinado candidato. Entretanto, esta argumentação não se constrói apenas em sequências textuais argumentativas.

Um texto é uma configuração regular de diversos planos de organização ou subsistemas em constante interação. A caracterização global da composição diz respeito a um “efeito dominante” (Adam, 1997, p. 669), ainda que apareçam sequências narrativas, descritivas ou injuntivas (como as analisadas nos *tweets* de @AnaMartinsGomes).

Identificamos aqui um movimento por estabelecer uma imagem de candidato dedicado ao seu objetivo, tanto que a sequência que se segue, de caráter descritivo, menciona indiretamente suas olheiras, sinal de pouco descanso: “(. . .) um anti-olheiras dava jeito!”

Esta segunda sequência mobiliza, ainda, um diálogo com outros discursos, em tom de ironia, ao dizer “Não tenho batom vermelho” e finalizar com um *emoji* que usa óculos escuros. A referência ao batom vermelho retoma uma declaração polêmica do candidato, que causara uma forte reação nas redes sociais por aqueles dias.

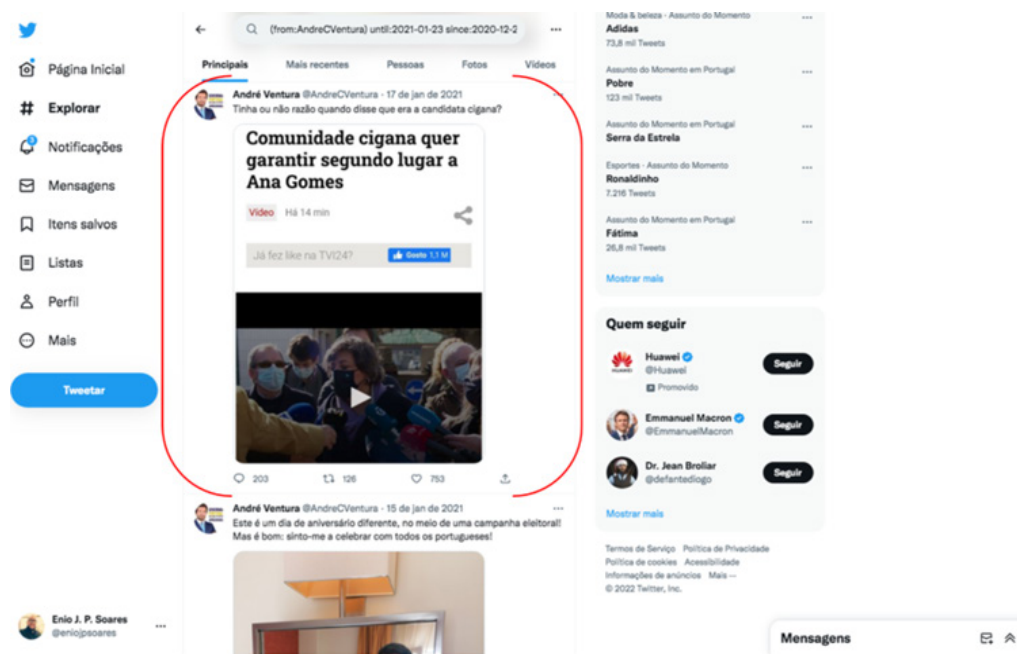
André Ventura havia dito sobre a candidata Marisa Matias, do Bloco de Esquerda: “não está muito bem em termos de imagem, com aquele batom vermelho, como se fosse uma coisa de brincar”. Tal declaração gerou um grande movimento de resposta em que candidatos e candidatas, artistas, eleitores, e figuras públicas passaram a publicar imagens de si com batom vermelho nos lábios e a *hashtag* #VermelhoemBelem, condenando e qualificando a fala de Ventura como machista e misógina¹¹.

Em vez de uma retratação ou correção, o candidato reafirma e explora a polêmica, reforçando sua imagem de homem sincero, que diz a verdade e o que pensa, ainda que isto incomode, que seja politicamente incorreto – traço comum ao discurso da extrema direita contemporânea. Assim, demarca a orientação entre o seu EU (sincero, polêmico, trabalhador e empenhado em sua campanha) e um OUTRO (que usa batom vermelho, “coisa de brincar”). E fecha

11. Sobre o fato descrito, consultar: <<https://lifestyle.sapo.pt/fama/noticias-fama/artigos/vermelhoembelem-por-que-estao-tantos-famosos-a-usar-batom-vermelho>>.

com o *emoji* a usar óculos escuros, o qual retoma o discurso do meme “Deal with it” (lide com isso) em que a imagem de um personagem ou figura pública aparece de óculos escuros e feição irônica em resposta a alguém que não tenha gostado de algo que tenha sido feito ou dito¹².

A mesma lógica de construção do ethos político do candidato aparece na próxima publicação (Fig. 6, a seguir). @AndreCVentura vale-se dos recursos e possibilidades que a arquitetura da rede (Bossetta, 2018) oferece para compor uma mensagem em que texto e imagens complementam-se e delimitam um EU em identificação com seus eleitores e em oposição aos ideais e candidatos do espectro político oposto, dialogando com outros discursos pré-existentes.



12. Como quem diz: “Não gostou do que fiz ou disse, problema seu!”. O meme tornou-se mundialmente viral por volta de 2010 e continua a circular. É comumente utilizado para expressar a pouca ou nenhuma consideração sobre a opinião ou o incômodo do outro. Disponível em: <<https://knowyourmeme.com/memes/deal-with-it>>.

Figura 6 - *Tweet* de @AndreCVentura publicado em 17 de janeiro de 2021 (colchetes vermelhos nossos)

Fonte - *Twitter*. Recuperado em 18 de novembro de 2022.

(4) André Ventura @AndreCVentura – 17 jan 2021

Tinha ou não razão quando disse que era a candidata cigana?

[Na imagem, lê-se: “Comunidade cigana quer garantir segundo lugar a Ana Gomes”].

13. A matéria mostra a candidata a visitar uma comunidade cigana, ocasião em que tanto Ana Gomes quanto as demais pessoas falam negativamente sobre Andre Ventura. Disponível em: <<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/600497190cf2951d9a0508e5>>.

O *tweet* compõe-se pelo texto verbal escrito (4) e uma imagem estática que, à partida, parece trazer um vídeo, mas para o qual não há a ligação, destacando, portanto, o título da matéria de jornal da TVI: “Comunidade cigana quer garantir segundo lugar a Ana Gomes”. Assim, a publicação faz calar, silencia, o que o vídeo traz em conteúdo¹³ e vale-se de seu título para responder ao texto do próprio *tweet*, uma pergunta retórica que retoma declarações anteriores do candidato, as quais relacionavam Ana Gomes à comunidade cigana: “Tinha ou não razão quando disse que era a candidata cigana?”.

Desta forma, ao omitir o conteúdo do vídeo, evitou que discursos contrários, negativos à sua imagem, funcionassem na composição da mensagem. Esta acaba, assim, por corroborar seu posicionamento acerca de sua opositora, pois Ventura comumente trata as comunidades ciganas com valor depreciativo e negativo. Reforça-se o *ethos* do candidato que fala a verdade e defende os interesses dos portugueses.

Algo semelhante pode ser identificado na estratégia de composição das mensagens de @jairbolsonaro, em que também se opta por mostrar o recorte mais interessante dos meios semióticos incorporados para estabelecer uma orientalização entre este candidato e seu opositor nas eleições brasileiras de 2018, Fernando Haddad.

A publicação apresentada na Fig. 7 (primeira na ordem de relevância determinada pelo algoritmo), a seguir, traz um vídeo da participação do *rapper* Mano Brown em um comício do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual estão presentes políticos, artistas e o próprio Fernando Haddad. Nos pouco mais de dois minutos deste recorte do evento¹⁴, Brown tece duras críticas à articulação do partido, dizendo que este havia se distanciado do “povão”, das bases, e que, por isso, perderiam aquela eleição para Jair Bolsonaro.

14. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1055131515674337280?s=20>>.

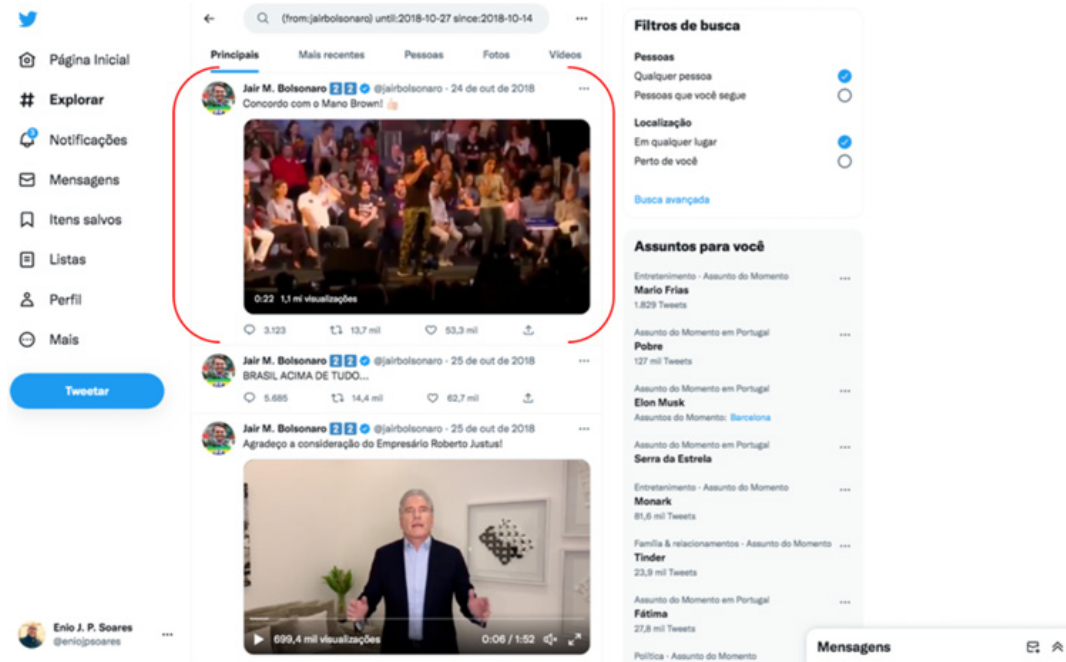


Figura 7 - Tweet de @jairbolsonaro publicado em 24 de outubro de 2018 (colchetes vermelhos nossos)

Fonte - Twitter. Recuperado em 18 de novembro de 2022.

(5) Jair Bolsonaro @jairbolsonaro 24 out 2018

Concordo com o Mano Brown

(emoji - mão em sinal de positivo).

Em (5), temos um texto que apenas declara sua concordância com o discurso do vídeo e a reforça com um *emoji* de mão em sinal de positivo. Exclui-se todo o contexto ampliado do comício em que, repetidamente, surgiram críticas e caracterizações negativas quanto a Bolsonaro. Além disso, o recorte expõe uma divisão interna entre os apoiantes de Haddad, um mal-estar diante de uma iminente possibilidade de derrota. O *endorsement* buscado pela campanha de Haddad sofreu um revés com a declaração de Mano Brown.

O *ethos* que @jairbolsonaro busca construir para o candidato amplia-se para o de alguém que, diferentemente do seu opositor, conseguiria dialogar com o “povão”, com as camadas mais pobres e periféricas, das quais o *rapper* seria representante, devido à sua história pessoal e ao seu estatuto de artista, portanto uma ‘autoridade’.

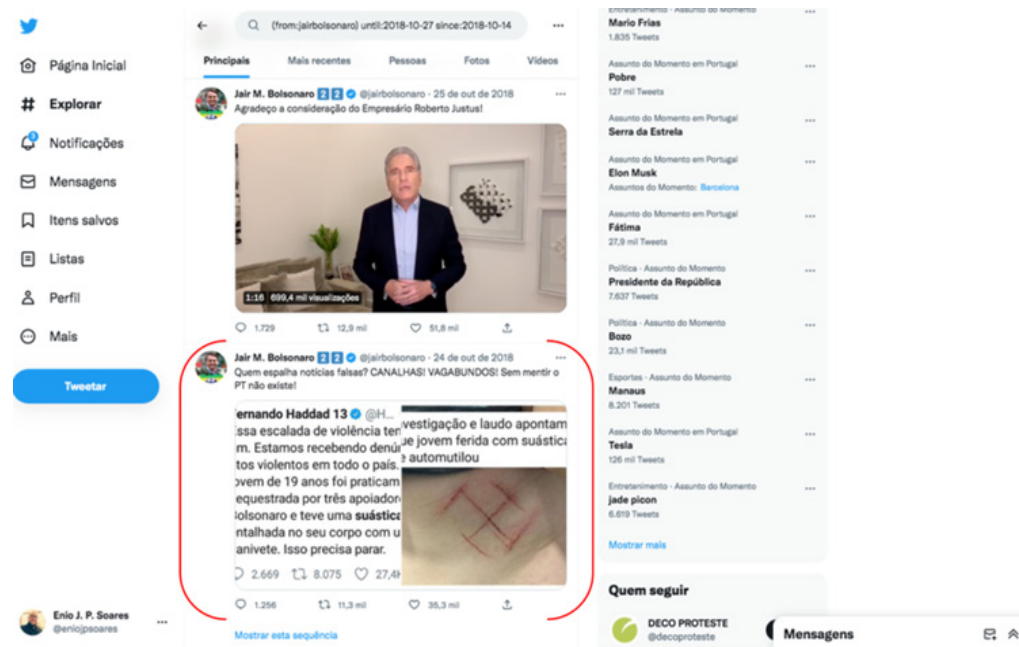
A orientalização é mobilizada de forma mais direta e chega mesmo a ser insultuosa, como a que se vê na Fig. 8 (quarta na ordem de relevância determinada pelo algoritmo), em que o texto verbal escrito da mensagem (6) qualifica, em maiúsculas (representação utilizada para expressar grito, nas redes sociais), os opositores como “CANALHAS! VAGABUNDOS!” e mentirosos.

Figura 8 - *Tweet de @jairbolsonaro publicado em 24 de outubro de 2018 (colchetes vermelhos nossos)*

Fonte - *Twitter*. Recuperado em 18 de novembro de 2022.

(6) Jair Bolsonaro @jairbolsonaro 24 out 2018

Quem espalha notícias falsas? CANALHAS! VAGABUNDOS! Sem mentir o PT não existe!



Durante a campanha eleitoral das presidenciais brasileiras de 2018, foi constante, de parte a parte, a acusação de espalhamento de notícias falsas. Neste caso, a mensagem publicada reproduz, em imagem estática, um *tweet* de @Haddad_Fernando, no qual havia a referência a um suposto ataque sofrido por uma jovem que tivera uma suástica desenhada à lâmina em seu corpo. O texto diz que o crime teria sido cometido por “apoiadores do Bolsonaro”. Porém,

muitas notícias circularam sobre o ocorrido e algumas delas colocavam em suspeita a própria jovem que se poderia ter automutilado.

Ao compor a mensagem com uma manchete mais conveniente¹⁵, que declara, de forma mais assertiva, que “Investigação e laudo apontam que jovem ferida com suástica se automutilou”, a força da caracterização do oponente como mentiroso é aumentada.

As variadas formas de se construir um tecnodiscurso possibilitam tais articulações e manipulações, voltadas à argumentação e ao convencimento do leitor. Nos casos aqui apresentados, realizaram-se escolhas e recortes das imagens e discursos para favorecer os candidatos na construção do *ethos* político pela orientalização em relação aos opositores diretos (Baumann & Gingrich, 2004; Pinto, 2015), como vimos na análise das publicações de @AndreCVentura e @jairbolsonaro.

@Haddad_Fernando (Fig. 9, a seguir; quarta publicação na ordem de relevância determinada pelo algoritmo) vale-se de uma estratégia mais parecida com a utilizada por @AnaMartinsGomes (Fig. 3), em que a desqualificação do OUTRO e de suas ideologias aparece de forma não irônica ou agressiva.

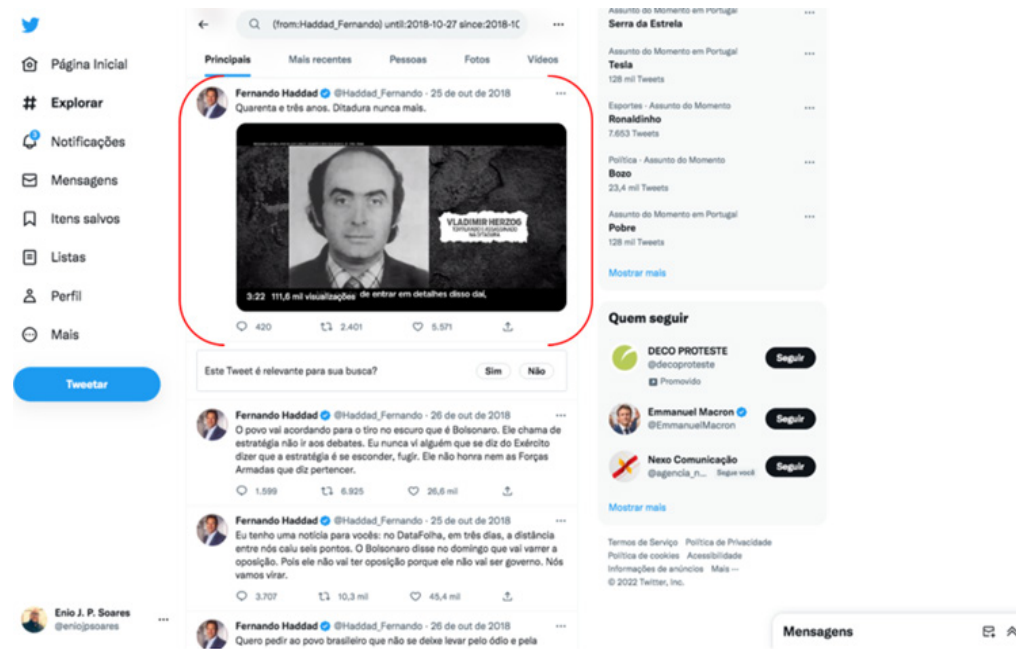
15. Uma variante de manchete que circulou à época dizia: “Investigação e laudo apontam que jovem com suástica pode ter se automutilado”. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/investigacao-e-laudo-apontam-que-jovem-com-suastica-pode-ter-se-automutilado/85380/>>.

Figura 9 - Tweet de @Haddad_Fernando publicado em 25 de outubro de 2018 (colchetes vermelhos nossos)

Fonte - Twitter. Recuperado em 18 de novembro de 2022.

(7) Fernando Haddad @Haddad_Fernando 25 out 2018

Quarenta e três anos. Ditadura nunca mais.



As frases declarativas de (7) não citam nem referem diretamente um candidato opositor, nem mesmo trazem o desenvolvimento de sequências argumentativas sobre as razões de se evitar uma ditadura – ou qual seria o risco de se viver, novamente, algo do gênero. Tais desdobramentos estão presentes no vídeo que compõe a mensagem¹⁶. Em seus três minutos e meio, é o irmão de Vladimir Herzog, jornalista preso, torturado e morto durante a ditadura militar no Brasil, quem narra sua história. Assim, é estabelecida a interação entre os modos semióticos em copresença na mensagem. A negação de um regime ditatorial passa a ser corroborada pela narração apresentada no vídeo, ou seja, aquilo que não se quer viver “nunca mais”.

A partir de 1min e 40 segundos, o vídeo passa a relacionar ideais do regime militar e sua defesa aos apoiantes de Bolsonaro, traz recortes de entrevistas suas em que defende a tortura e os torturadores militares. Assim, é desenvolvida a *negative Other presentation* (Wodak, 2001).

16. Disponível em: https://twitter.com/Haddad_Fernando/status/1055558705108922371?s=20.

Em certa altura (2min e 02 segundos), o narrador diz: “Esta é uma eleição de valores, se a gente vai escolher a democracia, ou se a gente vai em busca de um Estado totalitário”. Votar em Fernando Haddad seria, então, evitar o totalitarismo. A mobilização da prova retórica baseada no *pathos*, ou seja, no medo de que o totalitarismo volte, que a ditadura, com suas torturas e mortes retorne, é a base da argumentação do vídeo.

A seguir, na Fig. 10 (décima terceira publicação na ordem de relevância determinada pelo algoritmo), vemos um *tweet* de @Haddad_Fernando composto pelo texto verbal escrito (8) e quatro imagens estáticas. A orientalização é feita por meio da caracterização do adversário como alguém que não sabe “lidar com o divergente”, que evita o “olho no olho” –, estabelecendo interdiscursividade com os discursos circulantes à época sobre o fato de Jair Bolsonaro ter evitado participar dos principais debates televisivos durante a campanha.

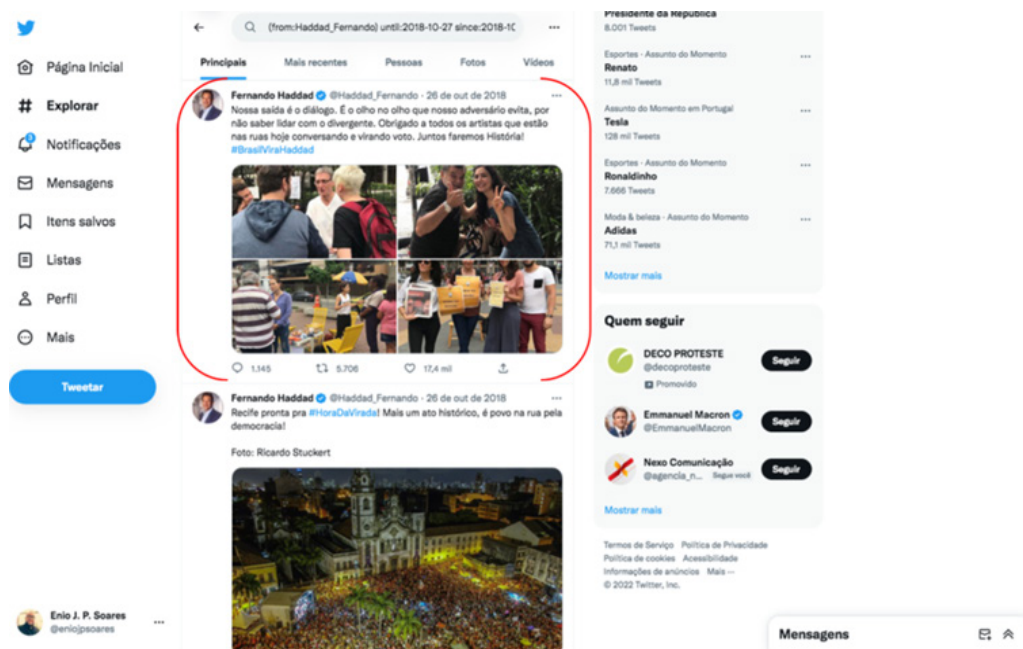


Figura 10 - *Tweet* @Haddad_Fernando publicado em 26 de outubro de 2018 (colchetes vermelhos nossos)

Fonte - *Twitter*. Recuperado em 18 de novembro de 2022.

(8) Fernando Haddad @Haddad_Fernando 26 out 2018

Nossa saída é o diálogo. É o olho no olho que o nosso adversário evita, por não saber lidar com o divergente. Obrigado a todos os artistas que estão nas ruas hoje conversando e virando voto. Juntos faremos história!

#BrasilViraHaddad

É interessante notarmos como uma publicação, que parecia estar baseada em um agradecimento aos eleitores engajados em virar votos para Haddad nos últimos dias de campanha – com a menção a “todos os artistas”, o que mostra a busca, mais uma vez, pela mobilização do *endorsement* –, é aproveitada para construir um *ethos* político de candidato democrático e razoável, que dialoga e convence pela palavra, mas que precisa explicitar o negativo do outro. As imagens e a *hashtag* são recursos que aumentam o alcance de público da mensagem, mas o que parece mais importante é a desqualificação do oponente.

Há muitas diferenças entre as escolhas estratégicas de campanha dos candidatos e diferenças socioculturais que marcam as produções realizadas no Brasil e em Portugal, mas podemos identificar algumas regularidades comuns aos contextos, principalmente no que toca à orientação para demarcar as diferenças entre o EU e o OUTRO, bem como a construção do *ethos* político de cada candidato, mobilizando a estratégia do *Othering* e do conflito.

Além disso, a forma como exploram a arquitetura e os recursos da rede social na produção dos tecnodiscursos valoriza a composição multimodal das mensagens, situando as sequências argumentativas e, por consequência, os argumentos, nos diferentes modos semióticos em interação com o texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre o que se confirma, podemos destacar a influência da mediatização na produção das mensagens em redes sociais. O suporte não é neutro e influencia sobremaneira na forma como as mensagens são construídas e difundidas. Talvez por isso Paveau (2021) fale em co-construção dos tecnodiscursos. Por exemplo, a rapidez da interação mediatizada favorece o apelo a textos verbais escritos mais curtos com escoramento argumentativo em outros modos semióticos (vídeos, imagens estáticas, notícias, *links*...).

A composição multimodal das mensagens, assim, é utilizada de forma a favorecer a estratégia de orientalização entre os candidatos, manipulando excertos de vídeos e imagens estáticas, escolhendo mostrar apenas o que os favorece, valendo-se da intertextualidade e interdiscursividade, bem como explorando produções populares que circulam por estes ecossistemas.

Se assumimos o discurso como uma prática social influenciada pelas regularidades características dos gêneros e suportes textuais de que os textos se valem e nos quais se ‘encaixam’, dialogando com outros textos (intertextualidade) e discursos (interdiscursividade) (Charaudeau & Maingueneau, 2002), não podemos abrir mão de investigar estas (re)configurações possibilitadas pela arquitetura digital das plataformas em que tais tecnodiscursos são co-construídos e circulam.

Neste trabalho, focalizamos a composição das mensagens e a forma como a mobilização de diferentes modos semióticos, possibilidade constitutiva da arquitetura da rede social em estudo, foi explorada pelos perfis em campanha eleitoral. Argumentar, muitas vezes requer tempo, textos mais extensos para a defesa de uma premissa. As redes sociais, por um lado, delimitam tais desenvolvimentos quanto ao texto verbal escrito, mas, por outro lado, possibilitam e estimulam as composições multimodais que parecem ser mais atrativas ao público. Muito mais pode e será explorado em trabalhos futuros para que aprofundemos a análise sobre outras características dos tecnodiscursos neste contexto de campanha eleitoral em redes sociais.

ARTIGO RECEBIDO A
06/07/2023
ARTIGO APROVADO A
20/10/2023

REFERÊNCIAS

- Adam, J-M. (1985). Quels types de textes? *Le Français dans le monde*, 192, 39-43.
- _____. (1997). Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 75, fasc. 3. *Langues et littératures modernes - Moderne taal- en letterkunde*, pp. 665-681. <https://doi.org/10.3406/rbph.1997.4188>.
- _____. (2001a). En noir avec les types de textes. In: M. BALLABRIGA, *Analyse des discours*. Types et genres: Communication et interprétation. Toulouse: EUS, pp. 25-43.
- _____. (2001b). *Les textes: Types et prototypes*. Paris Nathan-Université [1992].
- _____. (2005). La notion de typologie de textes en didactique du français: une notion «dépassée»? *Recherches*, 42, 11-23.
- Aristóteles. (2005). *Retórica* (2nd ed.). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. (Col. Obras Completas de Aristóteles).
- Baumann, G., & Gingrich, A. (org.) (2004). *Grammars of identity/alterity*. A structural approach. New York: Bergham Books.
- Bossetta, M. (2018). The Digital Architectures of Social Media: Comparing Political Campaigning on Facebook, Twitter, Instagram, and Snapchat in the 2016 U.S. Election. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 95(2), 471–496. <https://doi.org/10.1177/1077699018763307>.
- Bronckart, J-P. (1985). *Le fonctionnement des discours. Un modèle psychologique et une méthode d'analyse*. Neuchâtel/Paris: Delachaux & Nestlé.
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Armand Colin.
- Develotte, C. (2009). From face to face to distance learning: the online learner's emerging identity. In R. Goodfellow & M. Lamy (orgs.). *Learning cultures in online education* (pp. 71-92). London: Continuum Books.
- Jakobson, R. (2010). *Linguística e comunicação* (22nd ed.) (Trad. de Izidoro Blikstein & José Paulo Paes). São Paulo: Cultrix.
- Jewitt, C. (2011). *The Routledge handbook of multimodal analysis*. London: Routledge.
- Kress, G. (2010). *Multimodality: a social semiotic approach*. New York: Routledge.
- Kress, G., & Van Leeuwen, T. (2001). *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold.

- Maingueneau, D. (2001). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.
- Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 198-225.
- Mateus, S. (2018). *Introdução à retórica no Séc. XXI*. Covilhã: Editora LabCom.IFP.
- Mccracken, G. (1989). Who is the celebrity endorser? cultural foundations of the endorsement process. *Journal of Consumer Research*, 16, 310-321. <https://doi.org/10.1086/209217>.
- Meyer, M. (2001). Between theory, method, and politics: positioning of the approaches to CDA. In Wodak, R. & Meyer, M. (eds.) *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, pp. 14-31
- Paveau, M-A. (2021). *Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas*. Julia Lourenço Costa; Roberto Leiser Baronas (Orgs.). São Paulo: Pontes Editores.
- Pinto, M. A. G. (2015). A retórica do eu e do outro – the Othering. A gramática da identidade no discurso político. In Z. Aquino & P. R. Gonçalves-Segundo, P. R. *Estudos do discurso: caminhos e tendências*. São Paulo: Paulistana, pp. 25-53. Acedido em <https://cied.fflch.usp.br/livro-i-cied>.
- Plantin, C. (1996). *L'argumentation*. Paris, Le Seuil.
- Santos, S. C., & Bicho, C. P. (2016). Eleições autárquicas 2.0: análise das estratégias de comunicação online de candidatos, partidos e movimentos independentes. *Sociologia, problemas e práticas*, (81), 189-210. <https://doi.org/10.7458/SPP2016813893>.
- Van Dijk, T. (2001). Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In Wodak, R. & Meyer, M. (eds.) *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, pp. 95-120.
- Wodak, R. (2001). The discourse historical approach. In Wodak, R. & Meyer, M. (eds.), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, pp. 63-94.
- Wodak, R.; & Meyer, M. (Eds.) (2001). *Methods of critical discourse analysis*. London: SAGE Publications.

